



Sandro Vasconcelos da Silva

O Costume da praça vai à Casa:

As transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880).

Recife, 2011



O Costume da praça vai à Casa:

As transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880).

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva.

Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE

Recife

2011

Ficha Catalográfica

S586c Silva, Sandro Vasconcelos da
O costume da praça vai à casa: as transformações urbanas e
suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife
oitocentista (1830-1880) / Sandro Vasconcelos da Silva. -- 2011.
187 f.: il.

Orientador (a): Wellington Barbosa da Silva.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional)

— Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de
Letras e Ciências Humanas, Recife, 2011.
Inclui apêndice, anexo e referências.

1. Usos e costumes – Século XIX – Recife I. Silva, Wellington
Barbosa da , Orientador II. Título

CDD 306.09

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA
REGIONAL**

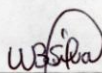
**O COSTUME DA PRAÇA VAI À CASA:
AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE OS
COSTUMES DA CLASSE BURGUESA DO RECIFE OITOCENTISTA (1830-1880).**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

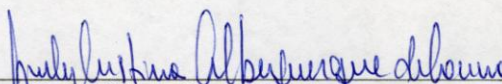
SANDRO VASCONCELOS DA SILVA

APROVADA EM 29 / 07 / 2011

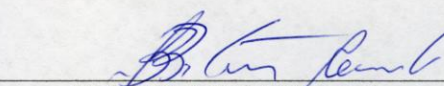
BANCA EXAMINADORA



Profº Drº Wellington Barbosa da Silva
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE



Profº Drº Suely Cristina de Albuquerque Luna
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE



Profº Drº João Batista Bitencourt
Programa Pós-Graduação em História – UFMA

Dedico este trabalho de todo coração à Breno Soares, Diogo Barreto, Grasiela Morais, Osvaldo Girão e Sandro Silva, por oferecerem no momento mais tenebroso da minha vida seu apoio e carinho.

Agradecimentos

Esse é um momento delicado, pois no decorrer dessa pesquisa, muitos foram os apoios, as contribuições, as conversas, os incentivos e os reconfortos. Portanto, espero não esquecer ninguém e se o fizer, por favor, me perdoem, o peso do cansaço da jornada se faz presente, mas sempre serei grato à todos.

Gostaria de iniciar os agradecimentos com o programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Rural de Pernambuco, por acreditar na minha proposta de pesquisa. À FACEPE, pela cessão de bolsa de estudos naqueles “terríveis primeiros momentos da pesquisa”, provendo meios para que eu pudesse obter material e equipamentos, participar de eventos, comprar livros e realizar diversas outras coisas. Como estou mencionando as instituições, não poderia deixar de proferir meu “muito obrigado” ao Museu da Cidade do Recife, representado pela figura de sua diretora e minha “chefa” Betânia Corrêa de Araújo, seu apoio, compreensão e incentivo foram muito importantes; ao Arquivo Público Jordão Emerenciano, na figura dos queridos amigos: Hildo, Elzenita, Márcio e Noêmia, fantásticos colaboradores. À biblioteca da FUSAM, na figura de sua simpática bibliotecária Anne, que tão bem nos recebeu naquelas tardes de pesquisa.

No campo docente, agradeço a: Wellington Barbosa da Silva, por me escolher mais uma vez para orientar. O professor Osvaldo Girão, responsável direto pela minha decisão de última hora em fazer a seleção de mestrado aqui, com suas observações, ironias, incentivos e mão amiga, conseguiu devolver naquela sexta-feira amarga, o meu fôlego. As queridas professoras Suely Luna e Ana Nascimento, por apontarem os primeiros caminhos para pesquisa científica ainda na graduação e sempre me acompanharam durante a vida acadêmica, inclusive foram elas que despertaram meu interesse pela história do Recife. A professora Suely Almeida, que com seu requinte sempre acreditou mais em mim do que eu mesmo, potencializando valores em mim que eu nem sequer sabia que existiam. A amada, incansável e esfuziante professora Giselda Brito, mulher e profissional que admiro desde o primeiro momento que vi, sua energia inesgotável, dedicação e apoio, me fez acreditar que eu conseguiria concluir essa etapa. Ao querido e muito estimado amigo, o professor João Bitencourt, que mesmo às vezes de forma telegráfica, sempre foi prestativo e extremamente profissional, nossas conversas “off work” foram de valor inestimável, pois me ajudaram com as dúvidas sobre a condução do trabalho.

O apoio técnico também foi decisivo, por isso meu muito obrigado a: Shirley e as meninas (Elaine, Renata e Renata), ajudando com as cópias, sempre muito prestativas. A querida Alexandra da secretaria do mestrado, paciente, amável, cativante e prestativa. Ao amigo Geovane Luiz que na última hora me ofereceu seus inestimáveis préstimos e me salvou da terrível dor de cabeça que é a impressão.

Aos meus pais e mães (Ivanildo e Zilma/Wanderley e Leonida) que torceram, apoiaram, ajudaram e sofreram comigo, cada um a sua maneira.

Aos amigos de labuta científica: Bruno Dornelas, Tatiana Lima, Valéria Costa, Lídia Rafaela, Robson Costa, Denise Siqueira, Gilmar Machado e Gisele, pelas trocas de informações, pelas dicas sobre a pesquisa, pelas informações dos jornais, pelos convites para palestras e eventos, pelas conversas despreocupadas ao telefone, pelas piadas e gostosas risadas nas manhãs de pesquisa, tanto no Arquivo Público quanto no Instituto Histórico, valeu amigos! Muito obrigado pela consideração e carinho.

Aos amigos da labuta diária no Museu da Cidade do Recife: Simone Reis, Sandra Lúcia e Lúcia Matos, obrigado pela força! Ao pessoal que foram mais do que amigos, também foram excelentes profissionais, oferecendo um suporte de pesquisa incrível: Mônica Karoline (responsável pela conservação e restauro), que fez mapas e imagens que estavam sob sua guarda para restauro e me mostrou coisas fantásticas; Tainá Saturnino, responsável pelo tratamento de algumas imagens que uso na dissertação e também pela arte do convite e da capa desse trabalho; Diego Santos e Bruno Pessoa, pelo trabalho de digitalização das imagens, a paciência comigo e as conversas sobre HQ's, animações e as partidas de *Guitar Hero*; Angélica Pedrosa, quando encontrava tempo entre as ligações me dava uma mão com as coisas da biblioteca; aos meus queridos estagiários Izabelle Lúcia, obrigado pela sua ajuda inestimável no setor de pesquisa e pelo seu senso de humor esquisito; a Larissa Oliveira e Jadson Barros pela ajuda, disponibilidade e seriedade na pesquisa e organização do glossário.

Aos amigos e pesquisadores que não só me ajudaram na pesquisa como também foram, durante esses dois anos e meio, verdadeiros irmãos e irmãs: Breno Soares e Grasiela Moraes, vocês sabem o quanto os amo, sem vocês eu não teria conseguido transpor as dificuldades fora dos muros da universidade. Ao querido Sandro Silva, minha contraparte boa, pessoa que admiro imensamente pela dedicação e obstinação, um dos maiores pesquisadores que já conheci. Diogo Barreto, querido amigo, você não imagina o quanto aprendi com você, sua humildade, dedicação e paixão pelo que faz mostram o grande profissional que és. Ronaldo Silva, grande amigo e de quem sou fã incondicional. Meus queridos Robson Gustavo

(Robs) e Jacqueline Santana (Jackie), agradeço pela paciência todas as milhares de vezes que fui encher o saco de vocês. José Josélio, que muito me ajudou no início da pesquisa. Augusto Neves, pelas conversas complicadas sobre Bourdieu e Certeau, pelas discursões sobre o que é ser historiador e o como fazer história... e outras estórias. Aos queridos Márcio Luna e Thiago Nunes, pesquisadores e educadores dedicados e fantásticos que aprendi com todo prazer a conhecer e respeitar, pessoas que além de abrirem seu coração, abriram sua casa para me acolher.

E por mais que eu repita um milhão de milhão de vezes, ainda não vai ser suficiente para demonstrar minha gratidão, mesmo assim eu arrisco um milhão de milhão de vezes mais uma: **MUITO OBRIGADO POR TUDO.**

*“As inovações sempre provocaram as censuras e os reparos dos contemporâneos.
Seja-o na moda, seja-o na política, em tudo em fim.
O que vem quebrar os hábitos e o “sempre se fez assim”, fere os conservadores e borbulham
logo a descrença, o pessimismo, a profecia sinistra.
Depois chega o costume e o aplauso”.*

Mário Sette – Barcas à Vapor

Resumo

Influenciada pela modernidade européia do século XIX, assim como pelas mudanças ocorridas no Rio de Janeiro desde a chegada da Família Real, a cidade do Recife ao longo dos oitocentos buscou modernizar-se seguindo os padrões europeus. Essa tentativa desencadeou em alguns integrantes da elite local uma busca pelo refinamento dos hábitos para que pudessem ser reconhecidas como integrantes dos novos padrões de “civilização” adotados, sobretudo os franceses. Partindo dessa premissa, observaremos alguns aspectos do cotidiano da cidade e como esse processo de “modernização urbana” se deu. Para isso dirigimos nosso olhar investigativo à percepção de como a adoção de novos valores distintivos desencadeou uma tentativa maior de separação entre o espaço público e o privado, levando, ao contrário do que se imaginava, a um entrelaçamento cada vez maior destes e à hibridização cultural. Utilizamos como fontes de nossa pesquisa os romances, as crônicas do e sobre o período em que nos debruçamos, assim como algumas notícias estampadas nos jornais da época.

Palavras-chave: hábitos, século XIX, Recife.

Résumé

Influencé par la modernité européenne du XIXe siècle, et en partie par les changements à Rio de Janeiro, avec l'arrivée de la famille royale et plus tard avec la formation de l'Empire, la ville de Recife au cours des huit cents cherché à moderniser les urbanistes en suivant les normes européennes. Cette tentative a provoqué certains membres de la quête élite locale pour une amélioration de leurs habitudes afin qu'ils puissent être reconnus comme membres de ces nouvelles normes de la 'civilisation' adoptée, en particulier ceux d'origine française. A partir de cette prémisse, nous avons trouvé certains aspects de la vie de la cité et comment ce processus de 'modernisation urbaine' a eu lieu à partir de l'environnement public (la rue) et en transformant l'intérieur de certains espaces privés (la maison), permettant des innovations dans la cohabitation et de sociabilité. Pour retrouver certains de ces changements directement notre regard vers l'action d'investigation pour favoriser ces nouvelles valeurs sont basées sur visuelles, les habitudes et les normes de l'acquisition d'objets, symboles de statut. Tous ces efforts venaient de tenter de distance entre l'espace public et privé, ce qui, contrairement à toute attente, une imbrication croissante de l'hybridation de ces et culturel. Utilisé en tant que sources de documents de recherche de nos notes et annonces dans les journaux, et quelques romans et chroniques de l'époque dans laquelle nous examinons.

Mots-clés: les habitudes, le XIXe siècle, Recife.

Lista de Ilustrações

Imagem 01- O Boulevard des Italiens- Manhã de Sol	14
Imagem 02- Rótula (detalhe)	22
Imagem 03- Recife (1759) - Planta e plano de Villa de Santo Antonio do Recife, Pernambuco	31
Imagem 04- Recife (1800) - Perspectiva de vários edifícios entre os quais o "Ospício de Nossa Senhora da Penha dos Capuchinhos"	32
Imagem 05- Vista do Largo do Palácio do Rio de Janeiro (1834) Rio de Janeiro- Jean Baptiste Debret	34
Imagem 06 - Cadeirinha de arruar.....	55
Imagem 07- Plano do Porto e Praça de Pernambuco (1808).....	62
Imagem 08- Mapa da estrada de ferro Recife – São Francisco (1855)	72
Imagem 09 - Mapa do Recife (1878)	73
Imagem 10 - Pátio do Carmo (?).....	84
Imagem 11: Planta do Teatro de Pernambuco.....	84
Imagem 12- Panorâmica do Recife (1855). –Freguesia de São José	88
Imagem 13 - Panorâmica do Recife (1855). –Freguesia de Santo Antonio.....	88
Imagem 14 - A água suja caía da varanda e o “tigre” passava agredindo as narinas dos transeuntes.....	90
Imagem 15 - Visão humorística da passagem dos “tigres” pelas ruas do Recife..	90
Imagem 16 – Acendedor de lampião à gás (detalhe).....	98
Imagem 17 - Rua Nova - iluminação com óleo de peixe ou azeite (1855).....	99
Imagem 18 - Usina do Gasômetro – Freguesia de São José (S/D).....	99
Imagem 19 - Panorâmica do Recife (1855) Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves.....	102
Imagem 20 - Palácio do Campo das Princesas (Largo do Palácio) (1863)	103
Imagem 21 - Maxambombas da Empresa de Trilhos Urbanos na estação de Ponte d`Uchôa. (S/D).....	106
Imagem 22 - Ponte da Boa Vista (1863).....	107
Imagem 23 - Ponte da Boa Vista (1878).....	108
Imagem 24 – Fiel retrato do interior de uma casa brasileira (1816).....	112
Imagem 25 – Interior de residência.....	112
Imagem 26 - Planta baixa do pavimento térreo e superior de um sobrado em meados do século XIX.....	118
Imagem 27 - Planta baixa do último pavimento de um sobrado em meados do século XIX.....	118
Imagem 28 - Interior de sobrado em meados do século XIX.....	126
Imagem 29 - Palacete construído na década de 1870.....	127
Imagem 30 - Rua da Aurora (1863).....	129
Imagem 31 - Liceu de Artes e Ofícios (S/D).....	130
Imagem 32 - Conjunto arquitetônico do Pátio do Paraíso.....	130
Imagem 33 - Sítio da Soledade (Boa Vista) e maxambomba (1878).....	130
Imagem 34 - Representação de ambiente familiar normatizado em anúncio do Jornal do Recife.....	136
Imagem 35 - Sala de Estar da residência do senador Novais Filho.....	144

Imagem 36 - Sala de visitas da residência do Barão de Moreno.....	144
Imagem 37 - Interior de quarto da residência do Barão de Moreno.....	147
Imagem 38 - Anúncio do sistema de filtros para água do Sr. B ^{te} Bourboise e ^{Cia} (1865).....	150
Imagem 39 – Anúncio de máquina de costura do Jornal do Recife (1868) (detalhe).....	151
Imagem 40 – Gamenho (detalhe).....	155
Imagem 41 – Gamenha (detalhe).....	156
Imagem 42 - Moda feminina em voga em Paris (1840).....	157
Imagem 43 – Moda masculina em voga em Paris (1840).....	157
Imagem 44 - Anúncio de venda de piano na loja Francesa (1865).....	164

Introdução

Desde pequeno alimento uma paixão pelo Recife, ainda lembro quando ia com minha mãe pelas ruas dos bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista, para as eventuais compras de final de ano e diante de tanta balbúrdia, tanto movimento, meus olhos não paravam quietos tentando absorver tudo aquilo, era uma algaravia de sons, de pessoas, de carros, de prédios, etc. Um cenário rico com personagens interessantes, eram como universos paralelos coexistindo em harmonia. Por muito tempo essa foi a representação idílica que guarde da cidade.

Ao adentrar no universo dos estudos e das pesquisas históricas, passei a reparar minúcias, antes ignoradas. Percebi que só fazia uso de uma cartografia construída a partir das memórias de infância, agora a cidade se mostrava mais antiga e complexa, palco de diversas histórias. Com a pesquisa descobri outros Recifes e passei a (re)conhecer espaços recônditos e histórias herdadas por antigos costumes sobreviventes a tantas reformas e modernizações. Interessei-me em estudar o costume de seus habitantes através da observação de diferenças comportamentais das pessoas que ali transitavam. Essa predileção temática tornou-se mais forte durante o período em que eu atuei como bolsista do Programa de Iniciação Científica CNPq/UFRPE (2007-2008), nessa época eu estudava a atuação dos aparatos policiais oitocentistas. O contato com leituras sobre o período e os relatos policiais me levou a perceber uma cidade envolta em um complexo processo de modernização e normatização de sua estrutura física e social, regida por uma sociedade tradicionalista, mas de certo modo ávida pelas novidades vindas do Velho Mundo. Somemos a isso, o processo de reformulação dos espaços públicos e privados, o surgimento de alguns serviços públicos e as novas formas de via urbana, propagado pelas classes dominantes⁸ que tiveram a oportunidade de conviver com as maravilhas modernas europeias como Londres e Paris.

A (re)constituição desse tempo vivido a partir de fragmentos de ações e composição de uma narrativa escrita, talvez seja uma das tarefas mais difíceis para um historiador. Buscar e escolher, interpretar e dar significado as informações contidas nas fontes resultando em um casamento entre idéias, teorias, informações e significados, tecendo uma trama imbricada e inteligível pode ser associada a um trabalho detetivesco, perseguindo pistas, construindo redes

⁸ Faz-se importante esclarecer que uso do termo “classes dominantes” serve para demarcar elementos constituintes de uma dinâmica social, onde cada um se apresenta com uma gama de complexidades e diversidades sociais e culturais que extrapolam formas e modelos rígidos. A própria essência de nossa pesquisa, a influência externa em uma possível mudança de hábitos, nos mostra uma constante ressignificação de valores, modos e naquilo tão bem denominado por Certeau como “as artes de fazer”.

de idéias para explicar o fato, algo que se tornou possível graças a Nova História Cultural que nos permite partir das relações sociais, políticas e econômicas - objetos tradicionais de pesquisa – aos costumes, a alimentação, o vestuário, a literatura, o lazer, entre outros. Esses assuntos, considerados anteriormente como atípicos à produção histórica, geralmente pertenciam a outros campos da produção do saber ou eram considerados como pitorescos. O interesse pelo aspecto cultural e histórico elevou tais temas à categoria de objeto principal de estudo, tendo como base fontes que superaram a barreira dos documentos oficiais. Atualmente é comum o uso de jornais, romances, panfletos, fotografias, correspondência pessoal, móveis, utensílios domésticos etc.

Nosso trabalho visa entender como as transformações ocorridas na estrutura cidadina, impulsionadas pelo “desejo” da elite dominante em equiparar o Recife com as cidades desenvolvidas da Europa, foram aos poucos transformando alguns comportamentos tanto na rua como na casa, causando o desaparecimento ou a criação de novos comportamentos e espaços para sociabilidades. Partimos da idéia apresentada por Stella Bresciani quando afirma que as cidades modernas do século XIX trazem em seu bojo uma *nova sensibilidade* reeducando os sentidos de seus habitantes, transformando os inúmeros estímulos recebidos diariamente em códigos de conduta, muito dos quais se tornam atos reflexos⁹. A escolha por trabalhar o intervalo entre as décadas de 1830 a 1880 se deve para uma melhor observação das rupturas e permanências tanto nas relações entre o humano e o meio, quanto nas formas de vida coletiva.

O Recife do início do século XIX, já se apresentava como um centro urbano de porte considerável. Sua dinâmica econômica atraía pessoas das mais variadas condições e origens ocasionando um crescimento de sua população, isso gerou vários problemas estruturais, pois não havia espaço suficiente para abrigar tanta gente. Além disso, durante as três primeiras décadas dos oitocentos, o espaço urbano recifense serviu como palco de vários conflitos sociais, contrapondo-se ao ideal de civilidade, conferindo-lhe a má fama de “atrasada” e violenta; alguns elementos da classe dominante e a insipiente intelectualidade da época uniram forças para alcançar o objetivo tão almejado. Para isso, perceberam a necessidade tanto de mudança estrutural, como também um refinamento dos hábitos, redirecionando a parcela da população considerada fonte de problemas e alheia a importância dessas transformações. Esse contingente deveria ser encaminhado na direção da “ordem” e do

⁹ BRESCIANI, M. Stella. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. *in.* PECHMAN, Robert Moses. (org.) **Olhares sobre a cidade.** – Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994., p. 13.

“progresso”. Isso, sem dúvida, sinalizava um grande trabalho a ser feito. Para que o desenvolvimento civilizacional se cumprisse, era preciso, além da reconstrução da cidade, tornando-a funcional e que pudesse oferecer as mesmas facilidades materiais encontradas na Europa como também meios de crescimento cultural, afinal, nem só de cal e pedra se faz uma cidade moderna. Contudo, não foi só a cidade que passou por transformações. O contato constante com europeus despertou em algumas pessoas das classes mais abastadas o interesse pela sofisticação dos comportamentos vista em ingleses e, sobretudo, em franceses. Gradualmente certos hábitos foram incorporados ao cotidiano.

Essas relações humanas entre os grupos que formam uma parcela da dinâmica urbana local e suas interfaces com outros, sugere a compreensão do elemento urbano conforme a sua relação de abertura ou de fechamento para com o mundo externo, exatamente como observou Fernand Braudel na análise das tendências urbanas, originadas do estudo de sua historicidade, identificando padrões mais ou menos recorrentes para cada período com respeito a este tipo de relação.¹⁰ Contudo o desaparecimento ou criação de novos espaços são responsáveis pela supressão ou nascimento de várias territorialidades, estas podendo ser compreendidas através de uma ordem de subjetividade individual e coletiva que possibilita aos grupos articulações de resistência em relação a homogeneidade imposta pela ordem social e a política dominante, como afirmam Félix Guatarri e Rogério Haesbaert¹¹. Foi a partir dessas observações e de posse de algumas idéias teóricas como as de Richard Sennett¹², Michel Certeau¹³, Nibert Elias¹⁴, entre outros, a construção de nossa narrativa, juntamente com as informações encontradas, tanto em fundos documentais manuscritos *sui generis* como: Prefeituras de Comarca (P.c.), Portarias (P), etc., da mesma forma como nos periódicos da época: o Jornal do Recife, o Diário de Pernambuco, a Imprensa, etc., entrecruzando e analisando os discursos defensores da implantação e estabelecimento de ações civilizadoras. Embora fundamentado em documentação oficial, a leitura de crônicas feitas sobre/e no período pesquisado, ajudaram a dimensionar as mudanças nas estruturas mentais da sociedade.

¹⁰ BRAUDEL, Fernad. **Civilização material, economia e capitalismo**. Vol. 1. – São Paulo: Martins Fontes, 1997., p. 471-477.

¹¹ Cf. GUATARRI, F; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. – Petrópolis, 1986. e HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

¹² SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹³ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. 11ª ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

¹⁴ ELIAS, Nibert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1 – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Apresentamos nesse trabalho três capítulos: o primeiro, **A construção de um novo mundo**, buscamos apresentar um panorama do século XIX no mundo, tendo uma discussão acerca das idéias que conduzem nossa escrita, tais como a concepção de modernidade nos oitocentos; as idéias que impulsionaram as transformações urbanas, o ápice do processo de refinamentos dos costumes e o reforço do conceito de civilização que promovia a distinção social, aumentando cada vez mais o abismo entre as classes sociais. Como esses ideais atravessaram o Atlântico e chegaram ao Brasil e consecutivamente ao Recife. A implantação dos novos hábitos na corte e no Recife e como estes eram percebidos pelos estrangeiros que aqui estiveram.

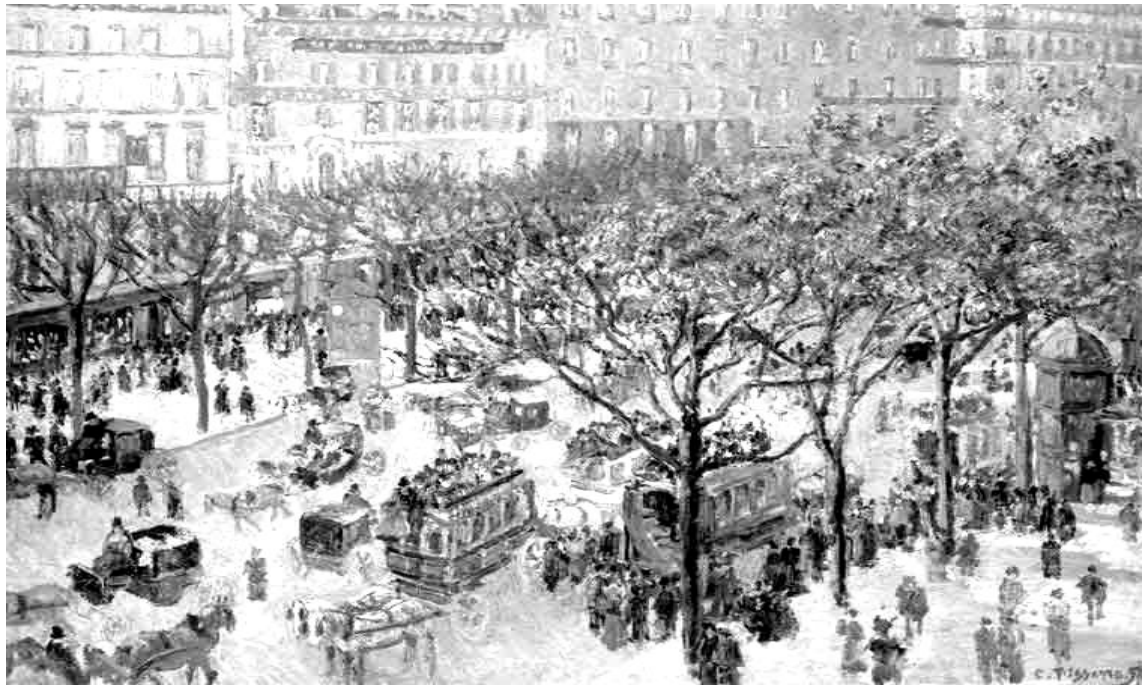
No segundo, **os modos na rua**, observamos as ações do poder público dentro do processo de mudança do núcleo urbano recifense. A criação e atuação de instituições, responsáveis pelo desenvolvimento estrutural, normatização e disciplinamento e do uso e do espaço público. O surgimento dos primeiros serviços e locais de lazer públicos. A influência cultural no comércio e como este foi responsável pela materialização da “modernidade”, oferecendo produtos e serviços inovadores. Os atrativos da rua e como as pessoas começaram a sair mais das suas casas.

O terceiro e último capítulo, **as modas em casa**, discute a criação e adaptação das estruturas domiciliares diante da concepção de cidade moderna, adaptada mediante as necessidades culturais do período. Assim como, o surgimento de ambientes particulares e públicos dentro da casa, a atuação de personagens do ambiente domiciliar, e a atuação dos novos hábitos modernos.

Escolhi para a narrativa, a utilização dos verbos na terceira pessoa, pois penso que a construção desse trabalho é uma reunião de idéias, análises, opiniões, impressões, definições e explicações de um grupo de professores, pesquisadores, escritores e minhas, materializando em palavras escritas, os resultados obtidos ao longo desses dois anos pesquisa. Outra escolha intencional foi o uso das imagens em branco e preto, após analisar algumas publicações da época, pensei ser interessante que esse trabalho lembrasse os antigos livros que circulavam no século XIX. O uso dessas imagens monocromáticas visa travar um diálogo com o texto escrito, além de proporcionar um melhor entendimento das idéias exposta.

Sumário

Resumo	V
Lista de Ilustrações	VII
Introdução	IX
Capítulo I:	
1. A construção de um novo mundo.	14
1. 1. O século XIX: um mundo sólido que se desmancha no ar.	15
1. 2. Algumas reflexões sobre o espaço urbano.....	22
1. 3. A formação do Brasil urbano.	28
1. 4. A aclimação aos novos hábitos e os olhares estrangeiros sobre o cotidiano.....	40
Capítulo II:	
2. Os modos na rua	55
2. 1. O Recife dos oitocentos: a transição de vila à cidade.....	56
2. 2. Por uma nova cidade: as decisões da Assembléia Provincial e os trabalhos da Repartição das Obras Públicas.....	74
2. 3. A rua sob vigilância: repressão e resistência.....	86
2. 4. A rua como elemento de transformação dos hábitos: comércio, lazer e serviços	95
Capítulo III	
3. As modas em casa	112
3.1. A casa do Recife no começo dos oitocentos: entre o abrigo e o perigo.....	113
3.2. A reforma da casa burguesa: da construção “feia e forte” ao estilo híbrido.....	124
3.3. Entre quatro paredes: casamento e vida familiar.....	134
3. 4. Hábitos modernos.....	139
3. 4. 1. Consumir: uma necessidade moderna(?)......	140
3. 4. 2. Decorar: a arte de parecer civilizado.....	142
3. 4. 3. Vestir: moda e aparência.....	154
3. 4. 4. Aprender: a instrução para a civilidade.....	160
3. 4. 5. Entreter: a diversão civilizada.....	163
Considerações Finais	168
Fontes e Referências	174
Glossário	187



“Para compreender o século dezanove, precisamos entender cada século que o precedeu e o preparou. Para conhecermos alguma coisa sobre nós mesmos, necessitamos saber tudo sobre os outros. Não pode haver estado de ânimo com que não possamos simpatizar, nem modo de vida que não consigamos reviver”

(Gilbert, citado por Oscar Wilde em “O crítico como artista” 1891)

Ao estudar os oitocentos não podemos deixar de nos fascinar com os eventos e transformações ocorridos ao longo desse período. O processo de racionalização das estruturas sociais conhecido por modernidade, nascido em séculos anteriores em alguns núcleos urbanos europeus, fortaleceu-se, anunciando um “novo mundo”. O progresso científico e material, associado às revoluções sociais, foi responsável pelo surgimento de um novo tipo de indivíduo que aos poucos foi abandonando velhos costumes e crenças, buscando abraçar novas mentalidades, guiado pela “luz da ciência e da razão”. Nessas condições tanto a cidade como a sociedade foram alvo de reformulações, adequando-se as necessidades dos novos tempos.

O capítulo que se inicia trata sobre as mudanças ocorridas na sociedade européia e a criação de um novo modelo de cidade, determinando novas formas arquitetônicas e hábitos urbanos. Sua influência no Brasil e como sua sociedade burguesa tomou como exemplo os modos franceses para estabelecer um aprimoramento comportamental, essa atitude foi, em muitos casos, alvo de várias críticas.

1. 1. O século XIX: um mundo sólido que se desmancha no ar.

O estabelecimento das ciências como fonte do pensamento racional contribuiu, durante o século XIX, para o fortalecimento de uma ideia de civilização,¹⁵ sendo esta atribuída aos avanços materiais e às facilidades por eles proporcionados. À frente desse pensamento estava a Europa, assumindo para si o posto de exemplo máximo de civilidade graças ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural desencadeado a partir da Revolução Industrial. Tal imagem passou a ser disseminada e gradualmente aceita em várias partes do mundo ocidental mediante as influências exercidas por países como a Inglaterra e a França em vários países, fazendo com que os hábitos,¹⁶ os valores culturais e os produtos europeus

¹⁵ Criado na França iluminista do século XVIII o termo “civilização” determinava um conjunto de características que diferenciava alguns indivíduos de outros, tais como: a bondade, a calma, a polidez, a cultura e tudo mais que se contrapusesse a ideia de “bárbaro”, “selvagem” ou violento. A partir do século XIX, com o progresso material, esse termo passou a ser utilizado como designação para um grupo social mais amplo, mesclando-se aos conceitos de cultura, de povo e de nação, dando origem a novos significados. Para mais detalhes cf. SILVA, Maciel Henrique. & SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 59-63.

¹⁶ Utilizamos nesse trabalho o conceito de hábito segundo Pierre Bourdier, ou seja, de um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição

fossem aceitos e utilizados, numa espécie de tentativa, por parte de outras nações, de alcançar o mesmo status civilizacional.

Não só a industrialização da sociedade foi responsável por principiar mudanças, devido a diversas voltas e reviravoltas políticas, os eventos ocorridos a partir da revolução de 1789 na França, foi um exemplo disso, reverberando em diversas ações modificadoras da esfera social que se consolidaram durante os oitocentos tanto que nas palavras de Marshall Berman nesse período o “público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política”.¹⁷

Destarte, o entendimento a respeito da cidade como o berço da modernidade passou a ser reforçado levando os núcleos urbanos a serem considerados como focos de sociabilidades onde os acontecimentos considerados como mais inovadores e importantes surgiam, a urbe estava repleta de uma atmosfera de “agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguês, expansão das possibilidades de experiências e destruição de barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expressão e auto-desordem, fantasmas na rua e na alma”.¹⁸ Esses eram os elementos originários de uma sensibilidade sobre a vivência de uma época “moderna”. Embora, precisamos atentar para o fato de que os processos de modernização das cidades européias, assim como o das brasileiras, variavam de acordo com as particularidades vividas em cada local.

Concordamos com Sandra Jatahy Pesavento quando aponta os oitocentos como o período de estabelecimento de uma tentativa cultural visando equacionar uma vasta diversidade de transformações materiais e sociais traduzidas em comportamentos, sensações e

e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante”. Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. – São Paulo: Perspectiva, 2009. p.191.

¹⁷ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 26.

¹⁸ Idem, 2007. p. 28.

expressões que personificavam o sentir, o agir dos indivíduos que vivenciaram aquele processo de mudança.¹⁹

A modernidade na Europa do século XIX foi constituída por paradoxos: concomitante ao já mencionado surgimento de grandes descobertas científicas, realizações materiais e industrialização; o agravamento das condições, já precárias, de sobrevivência nos centros urbanos, gerando desajustes sociais, doenças e mortalidade das classes menos favorecidas. Sobre esse respeito podemos notar que:

Na primeira metade do século XIX, os defeitos da cidade industrial parecem por demais numerosos e incomuns para que se possam ser eliminados completamente. Entre a realidade e o ideal, a diferença parece impossível de ser preenchida.²⁰

Por entre esse impasse desenvolveu-se, por parte das classes dominantes, um sentimento dual, para elas, fazer parte do mundo moderno significava perceber ao mesmo tempo a desintegração de antigos valores e ideias originando uma enorme sensação de vazio, e ao mesmo tempo um arrefecimento do temor dessa perda diante de uma gama de novas possibilidades. Diante dessa amálgama de sentimentos, surgiu então, uma nova concepção sobre a cidade que estimulava um modo de viver baseado em valores criados por essa modernidade emergente, alimentando a esperança de atender aos anseios de um novo tipo de homem e de mulher criados/forjados à semelhança desse novo tempo.

A arquitetura urbana materializou a busca por esses novos valores tanto através da adoção de novos modelos estéticos, como abandonando ou reinventando antigas formas. No campo das sociabilidades o refinamento dos hábitos delimitava barreiras entre as classes, determinando círculos de convivência específicos tanto para quem fosse, como para quem não fosse considerado “civilizado”. As novas formas de viver a modernidade passavam pelo crivo de normas reguladoras do comportamento individual e grupal no que dizia respeito à

¹⁹ Sobre a interpretação da ideia de modernidade nas cidades oitocentistas ver PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O espetáculo da rua**. - 2ª ed. – Porto Alegre, editora da UFRGS, 1996.

²⁰ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 552.

utilização dos espaços públicos e privados. Durante esse período buscou-se divisar de forma mais consistente a esfera pública da esfera privada, determinando as vivências. Nobeit Elias nos mostra como o refinamento das sensibilidades sobre o exercício de certos atos (de comer, de vestir, de higiene, de prazer, etc.) muitos deles praticados anteriormente de forma despreocupada em público, vão gradualmente sendo normatizados,²¹ regras de educação e etiqueta²² foram criadas para evitar o constrangimento a “sensibilidade” daqueles que se consideravam adeptos da idéia de modernização da cidade, determinando maneiras, horários e locais para execução de certas ações. Com isso, um novo elemento entrou em cena no cotidiano, o “pudor” que, associado a uma velha conhecida, a “vergonha”, foi responsável pela distinção entre a selvageria e a civilização.

A criação de códigos a respeito do que poderia ou não ser feito em público, proporcionou ao discurso normativo dos comportamentos, uma atualização do corolário de proibições surgido durante a Idade Média, agindo como elemento distintivo entre as classes sociais, sua base não estava mais fundamentada essencialmente em pilares religiosos; agora a razão e a ciência determinavam os novos códigos sociais.²³ Tal tentativa de separação entre os hábitos da rua e os da casa transformou, na visão de Michelle Perrot, o século XIX “numa idade de ouro do privado, onde as palavras e as coisas se precisam e as noções se refinam. Entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual traçam-se círculos idealmente concêntricos e efetivamente entrecruzados”.²⁴

A afirmação da modernidade reside no cerne do pensamento político e econômico, das preocupações sociais, morais e médicas da época, tendo na família o ponto de partida de

²¹ Cf. ELIAS, Nobeit. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1 – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

²² Entendemos por etiqueta não apenas um conjunto de regras sobre o que se deve e o que não deve fazer, ela é constituída por gestos e palavras que adquirem um sentido cerimonial criado a partir da ideia de dedicar e obter respeito e prestígio. Estas maneiras são pensadas e executadas mediante a prestação de respeito, uma atitude política de valorização. A etiqueta como ritual nasceu na corte dos duques de Borgonha, os *Valois*, no século XIV.

²³ Para Richard Sennett, as condutas cada vez mais restritivas às liberdades da ação, adotadas pela sociedade oitocentista estavam associadas ao enclausuramento da família nuclear gerando um ambiente de predominância feminina (o privado) e outro de predominância masculina (o público) e acabaram sendo responsáveis pela decadência da sociabilidade. Cf. SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 39.

²⁴ PERROT, Michelle. Introdução. In. ARIÈS, Philippe. & DUBY, Georges. **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa e Primeira Guerra. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 09.

vários discursos normativos. Se compararmos a ação do Estado sobre os assuntos familiares (a esfera privada) na segunda metade dos oitocentos, podemos perceber que no início do século a sua atuação nesse campo era mínima. O maior interesse do poder público nas primeiras décadas dos oitocentos estava voltado para a atuação intensa sobre os conflitos geradores de violência contra os cidadãos ocorridos nos recintos urbanos (a esfera pública).

Contudo, o ideal de “ordem pública” foi se expandindo tanto que o Estado direcionou sua influência sobre a família levando à interiorização dos valores normativos de uma nova sociedade “civilizada” visando com isso prevenir possíveis problemas futuros. Logo a ordem pública delimitava a atuação do indivíduo, diminuindo o controle que a Igreja, assim como, a própria família exerciam sobre ele. Tanto que, segundo Lynn Hunt, o matrimônio, um dos ritos religiosos mais importantes, também passou por uma secularização, na França setecentista, o decreto de 20 de setembro de 1792, determinava a presença de um funcionário do poder público na cerimônia para declarar o casal unido perante a lei, anteriormente bastava apenas um religioso para firmar a união solúvel apenas pela morte.²⁵

O Estado também passou a ser responsável pelos impedimentos e a regulamentação dos processos adotivos, dos direitos naturais, do divórcio e da delimitação do poder paterno. Embora algumas dessas ações tenham sofrido alterações substanciais:

A legislação da vida familiar mostra as preocupações heterogêneas dos governos revolucionários; tratava-se de conservar o equilíbrio entre a proteção da liberdade individual, a preservação da unidade familiar e a consolidação do controle do Estado.²⁶

O desenvolvimento material e econômico do século XIX, também proporcionou um maior distanciamento entre as classes sociais com a criação, no ambiente urbano, de espaços de atuação exclusivos para cada uma delas. Ao mesmo tempo em que o ambiente urbano era considerado um local de mudanças, ele era visto pela moralidade da época como um local que incentivava a “perversão” e a “degradação” dos ideais que ora estavam sendo erguidos.

²⁵ HUNT, Lynn. **A família, fronteira entre o público e o privado**. Ibid. 2009. p. 30 – 32.

²⁶ Ibid, 2009, p. 31.

Dentro do crescimento urbano surgiram os subúrbios, na Inglaterra, por exemplo, representavam a tranquilidade e refúgio das atribuições do centro da cidade. Funcionavam como um meio-termo entre campo e cidade, próximo de ambos, passou a ser o local escolhido por muitos burgueses emergentes para viver numa espécie de refúgio das atribuições da cidade. Outro espaço que surgiu a partir das influências da modernização da sociedade foi a vila operária, geralmente localizada próxima às fábricas têxteis, apresentava casas com péssimas condições de acomodação, foco de várias doenças, vista como responsável pelo crescimento da marginalidade urbana.

Além dos territórios públicos de atuação no tecido urbano, a casa passou a ser reflexo da divisão social, refúgio dos “males” da rua e com admissão apenas a grupos determinados, a segregação impunha um nível de constituição de territórios separados, o espaço da moradia refletia essa divisão, a reorganização dos seus cômodos determinava quem e como poderia circular por seus espaços:

O lar (...) se organiza sob a égide da intimidade. (...) é possível notar que a casa se afasta da rua e dos vizinhos, ganhando e murando seu lote ao redor. Dentro, há uma espécie de zoneamento dos cômodos segundo funções e ocupantes preciosos. Dentre os cômodos da casa uma nova região é demarcada: **a sala de visitas**, lugar que se abre para receber um público previamente selecionado. A vida social burguesa se retira da rua para se organizar à parte, em meio homogêneo de famílias iguais à ela.²⁷

Segundo as concepções da época, o homem por seu espírito e energia, dotado de um corpo concebido para suportar as tarefas árduas do trabalho, assim como, possuidor de razão e capacidade de abstração para assuntos complexos, deveria ter como ambiente natural a rua; já a mulher devido a sua debilidade física, incapacidade para o discernimento e intelectualidade, deveria ficar reclusa ao ambiente da casa, onde seria mais seguro. Ecoa nessa divisão um

²⁷ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** – São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 49. grifo nosso.

discurso científico assertivo das condições físicas e intelectuais dos sexos que serviam de base para aquilo que Michelle Perrot chamou de “virtude doméstica”.²⁸

Essa “virtude doméstica” na Europa reforçava os valores do casamento e da família como bases essenciais para o fortalecimento da civilização. Redefinindo os papéis do masculino e do feminino dentro de uma sociedade racional e funcional. A interiorização dos códigos morais criados mediante uma ideia de “evolução social” produziu normas e mecanismos de vigia e de autocontrole, reforçando a ideia de que o exemplo dado pela contenção de si se propagaria através da família e do círculo de convivência, originando um grupo social mais controlado e uma sociedade estável. Além dos ensinamentos transmitidos durante o convívio social diário, contavam com a ajuda dos manuais de comportamento, orientando os passos para se chegar a civilidade.²⁹

No caso do Brasil, em particular na região conhecida à época como o Norte onde encontrava-se a província de Pernambuco, a religião já mantinha uma atuação marcante no discurso de separação dos sexos nas esferas (pública e privada); homens e mulheres deveriam seguir uma regra tida como natural, ou seja, como cada sexo fora criado diferente, com características próprias, eles estariam aptos para atuarem nos espaços que lhes foram previamente designados. O espaço doméstico brasileiro, assim como o europeu, representava o local de refúgio dos males da rua, de resguardo da honra feminina, local considerado pela mentalidade da época, propício para o aperfeiçoamento do caráter, pois:

No âmbito protegido do lar, longe das preocupações dos negócios e do comércio, as mulheres tinham mais facilidade em observar seus deveres religiosos; eram mais sensíveis do que os homens à influência espiritual, pois

²⁸ O indivíduo deveria ser formado por bons ideais e virtudes, sendo assim, as mulheres por não se apresentarem aptas ao mundo externo seriam responsáveis pela educação moral dos filhos até certo momento de suas vidas (geralmente até os sete anos), a elas cabia a transmissão dos valores religiosos e o respeito ao chefe da família; já os homens, naturalmente criados para a “vida da rua”, eram responsáveis pelo sustento e proteção da família, proporcionando também ao filho homem seu desenvolvimento no mundo do trabalho e no caso da filha, prover-lhe um bom casamento.

²⁹ Várias eram as recomendações dos manuais de conduta, dentre elas, o abandono dos movimentos bruscos e expansivos, das vozes elevadas, dos sons e odores emanados do corpo, pois tornavam-se cada vez mais abomináveis e sinônimos de “selvageria”. A busca pela ascensão social fazia com que fosse imperativo o abandono de antigos hábitos, pois a observância das expressões corporais (suas e dos outros) criava e levava ao mesmo tempo a decifrar linguagens que prontamente denunciariam a origem de seu emissor.

o mundo exterior não se impunha sobre elas. Ocupavam um lugar cuja dignidade e estatuto certamente dependiam dos homens, mas onde lhes eram reconhecidos dons especiais e exclusivos.³⁰

Partindo dessa premissa, observaremos no decorrer do trabalho uma crescente apreensão causada pelas mudanças de comportamento na rua e suas influências dentro de casa, uma vez que o ambiente doméstico brasileiro da época oferecia certos recintos de contatos/prolongamentos entre as realidades públicas e privadas. Muitos elementos da arquitetura das casas proporcionavam esse contato.

Partes da casa como as velhas **rótulas**³¹ (imagem ao lado), por exemplo, proibidas na cidade o Rio de Janeiro após a chegada da família real, por questões sanitárias continuaram resistindo em algumas cidades ao processo de modernização, permitindo o contato com as atividades da rua, mas sem o temido contágio;³² os corredores também mantinham a presença da rua através do movimento contínuo de escravos domésticos e de ganho, familiares e visitantes durante as fainas diárias e as visitas, mas sem dúvida, um cômodo que ampliou esse contato foi a sala de estar.



O estabelecimento do discurso normativo europeu trouxe para o Brasil leis e valores civilizatórios que foram adaptados durante décadas numa tentativa de subjugar certos problemas urbanos emergentes; entretanto, tais normas de ordenação dos espaços e o refinamento dos costumes nem sempre foram eficientes na erradicação completa de certas práticas que desafiaram a modernidade, como veremos no decorrer das discussões.

1. 2. Algumas reflexões sobre o espaço urbano.

³⁰ HALL, Catherine. Sweet home. In ARIÈS & DUBY, op. cit. p. 55.

³¹ Cf. glossário.

³² Para mais detalhes a respeito ver MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula**: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2001.

As cidades têm segredos! (...) Enganadoramente transparente e verdadeiramente opaca, no entanto, a cidade não se dá a conhecer naquilo que ela explicita, desnuda aos olhares de todos – o espetáculo das ruas. Ao contrário, é na sua visibilidade que ela esconde seus segredos. Descobrir esses enigmas é, pois, uma tarefa quase detetivesca. Outra coisa não fez alguma literatura do século XIX, que busca no segredo das ruas, a alma das cidades.³³

Como podemos definir a origem da cidade? Segundo Lewis Mumford é impossível dar uma única definição para todas as suas manifestações, nem tampouco uma descrição abrangente para as diversas transformações sofridas por ela desde seu surgimento até nossos dias. Suas origens são, em grande parte, obscuras, enterradas ou irremediavelmente perdidas no passado, assim como é difícil pesar suas perspectivas futuras. Portanto, nos desvencilhemos da busca pelas origens e vamos nos ater à percepção da cidade moderna ocidental do século XIX e como esta influenciou o Recife.

Pensar a cidade do ponto de vista histórico é antes de tudo um exercício de contemplação, uma busca minuciosa, no intuito de captar acontecimentos que levem à interpretação dos vários eventos ocorridos em seus espaços. Sendo assim, percebemos que nem só de pedra e cal se faz uma cidade, pensemo-la para além da matéria, nas ações ocorridas, nas memórias herdadas de um tempo vivido que compõem o tecido histórico. Para entendê-la precisamos dissecá-la através dos olhares científicos e ao mesmo tempo exercitar a imaginação histórica sublinhando a singularidade de cada análise, questionando a possibilidade de uma sistematização totalizante e considerando como essencial ao problema, a necessidade de uma discussão gerada a partir de uma pluralidade de procedimentos científicos, de funções sociais e convicções fundamentais.

Os grandes centros urbanos apresentam uma característica em comum: são considerados locais geradores de mudanças. O ambiente citadino refletia o atributo que representava a principal ideia de modernidade da época: a renovação; descartando usos e costumes antigos considerados “ultrapassados”. Durante esse processo, surgiram ações de adaptação e/ou resistência aos novos modos de se viver na cidade. O desaparecimento ou

³³ PECHMAN, Robert Moses (org). **Olhares sobre a cidade**. – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 03.

criação de novos espaços são responsáveis pela supressão ou nascimento de várias territorialidades, estas podendo ser compreendidas através de uma ordem de subjetividade individual e coletiva que possibilita aos grupos articulações de resistência em relação à homogeneidade imposta pela ordem social e a política dominante.³⁴

Geralmente a palavra cidade nos traz de súbito uma imagem mental composta por grandes prédios, ruas movimentadas, carros, barulho, poluição, sujeira, violência etc. Um universo caótico e de movimento frenético, onde a agitação de suas ruas já foi comparada por poetas e cronistas ao fluxo sanguíneo que dá vida a um grandioso corpo de pedra, aço, concreto e vidro. A busca pela compreensão do fenômeno urbano trouxe desde tempos remotos adjetivos dos mais variados, dentre os mais recorrentes encontramos a ideia de ímã, atraindo homens dos mais variados locais, nacionalidades, crenças e ídoles. A própria dinâmica cidadina já foi comparada como local ideal para trocas, Fernand Braudel declarou que “as cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, caldeiam constantemente a vida dos homens”.³⁵

Representada em muitos textos como um enorme organismo vivo, a cidade vê, sente, reclama, maltrata, ignora e emudece. E assim como os demais seres vivos, ela nasce, cresce, envelhece e morre. À nossa semelhança ela possui certas características podendo ser “viva”, “morta”, “alegre”, “triste”, “festiva”, “decadente”, “bela”, “vaidosa”, “impiedosa”, “injusta”, “má” e até mesmo “recatada”. Sobre a compreensão da cidade dentro da historiografia, percebemos o uso da metáfora como recurso válido para captarmos os seus múltiplos aspectos e com isso defini-la:

As metáforas de altura têm sido de longa monta empregadas para expressar níveis diferenciados de hierarquia social (o emprego da palavra “níveis” constitui já em si mesmo uma metáfora espacial). As metáforas (espaciais) de “centralidade” e “periferia” são imperceptivelmente empregadas para tornar

³⁴ Cf. HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 2ª ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

³⁵ BRAUDEL, Fernand. **As estruturas do cotidiano**: civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII. Vol. 1 – São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 439.

claras determinadas relações de poder. A metáfora “rede” recobre interações e relacionamentos sociais diversos.³⁶

Michel de Certeau em seus estudos dos fenômenos urbanos inovou a interpretação dos espaços. Para ele, a cidade passou a ser lida tal qual um texto. O morador/visitante transforma-se em leitor, as ruas, praças, edifícios e até mesmo os movimentos urbanos, são transformados em escritos. Ao se deslocar pelos ambientes e através de olhares específicos, os “leitores” assimilam a paisagem à guisa de uma interpretação textual.³⁷

Uma maior preocupação com o caráter organizacional das cidades nasceu na emergência do pensamento científico europeu oitocentista, expandindo-se para além da engenharia, em vários outros ramos do saber, inclusive dentro do pensamento sociológico, onde a compreensão da cidade como fenômeno urbano e suas dimensões, nasceu da preocupação de se entender a composição da coletividade urbana e sua área de atuação.

Essa coletividade tem uma forma no espaço; quer dizer que, enquanto individualidade coletiva, tem limites, mais ou menos nítidos e estrutura interna. Do contrário, não possuiria qualquer realidade coletiva. Sua composição é ao mesmo tempo espacial e social: a coletividade, em verdade, compreende partes que não se reduzem nem a setores geográficos (aos segmentos da extensão ocupada e modificada) nem a grupos e classes que formam o que se chama sociedade local.³⁸

Anterior aos estudos mais apurados sobre a cidade, coube ao poeta, ao romancista, ao cronista, ao filósofo, ao arquiteto e ao teólogo registrar e narrar os eventos ocorridos na cidade. Sob as linhas de sua escrita, o traçado urbano assumia a função de mero palco de um teatro realista. Foi justamente o novo olhar lançado pelas Ciências Sociais que a urbe e a vida que pulsa de suas ruas, se mostrou apinhada de minúcias imersas em realidades mutáveis diversas, representadas por vários tipos sociais.

³⁶ BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história**. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007. p. 19.

³⁷ Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 169-191.

³⁸ LEDRUT, Raymond. **Sociologia urbana**. – Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1971. p. 99.

O urbanismo europeu do século XIX foi responsável pelo surgimento das primeiras edificações preocupadas com questões sobre forma, funcionalidade e seus desdobramentos sociais. Os responsáveis pela edificação de seu traçado, assim como a manutenção de suas vias, buscaram um modelo urbano que fosse capaz de atender as necessidades emergentes. Leonardo Benévolo nos dá exemplo disso quando comenta:

A burguesia vitoriosa estabelece, assim, um novo modelo de cidade, no qual os interesses dos vários grupos dominantes – empresários e proprietários – estão parcialmente coordenados entre si, as contradições produzidas pela presença das classes subalternas são parcialmente corretas. A liberdade completa, concedida às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração – que estabelece os regulamentos e executa as obras públicas, mas é garantida claramente dentro destes limites mais restritos. Da cidade liberal se passa assim para a cidade pós-liberal.³⁹

Com isso foi dada origem a uma aceleração dos processos de urbanização que transformaram a urbe em um pólo ao mesmo tempo atraente e repulsor. Uma nova dinâmica se instaurou com as correntes migratórias e os diversos deslocamentos populacionais modificando as relações entre o campo e a cidade, tornando esses espaços mais polarizados: de um lado a cidade lar das novidades e ações importantes, mas que ao mesmo tempo simbolizava: doenças, decadência e degeneração dos velhos costumes; por outro, o campo, refúgio da família e seus valores, espaço saudável e de formação de caráter.

Os processos de urbanização orientados por engenheiros, arquitetos e, posteriormente, médicos trabalharam para que a cidade acompanhasse o ritmo da vida moderna, adaptando-se - na medida dos interesses prevaletentes envolvidos – à velocidade com que as novas necessidades surgiam extinguindo os tradicionais modos de vida, alterando não só as estruturas sociais como o meio natural.

O espaço urbano tornou-se então, um local ideal para abrigar a modernidade oitocentista, onde o planejamento e ordenação de seus prédios e logradouros perpassam por

³⁹ BENEVOLO, op. cit. p. 573.

uma intervenção do Estado sobre a cidade. Essa operação possuía três ações: a primeira, uma leitura mecânica da cidade; a segunda, a ideia de ordenação matemática e a terceira, a ideia de ordenar uma cidade para evitar futuros males, utopia que segundo Raquel Rolnik, seduz os defensores do planejamento urbano até hoje. A concepção de cidade ilustrada nasce com as monarquias absolutistas que reformavam suas capitais, implantando em seus arredores instituições disciplinares tais como, prisões, asilos, hospitais, etc.; destinadas a abrigar e conter a tensão gerada pelo grande fluxo de pobres que se encaminhavam para as cidades. Dentro do movimento migratório campo-cidade, “as capitais exerciam atração maior do que qualquer outro local”.⁴⁰

Percebemos então a cidade como uma concepção de receptáculo/texto, nos remetendo mais uma vez a Raquel Rolnik que endossa as palavras de Certeau quando afirma que o desenho da cidade e “as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto *habitat* permanente pode ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto”⁴¹. E complementa:

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual montam e desmontam palavras e frases.⁴²

Seguindo pelo mesmo raciocínio, Roland Barthes assevera que “a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a olhando-a”.⁴³ Foi através desses conceitos que direcionamos nossas observações no sentido de perceber que as mudanças comportamentais encontram-se de forma intrínseca na vivência dos diversos espaços que compõem a paisagem urbana oitocentista.

⁴⁰ ROLNIK, op. cit. p.61.

⁴¹ Ibid., p. 17.

⁴² Ibid., p. 18.

⁴³ BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. *In: A aventura semiológica*. – São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 224.

1. 3. A formação do Brasil urbano.

Os principais objetivos (da arquitetura do século XIX) são fazer desaparecer a imagem da cidade antiga, velha e insalubre, facilitar a circulação multiplicando as ligações entre as diferentes partes da cidade, assegurar a valorização dos monumentos colocando-os no eixo de uma perspectiva, possibilitar a manutenção em caso de rebelião.⁴⁴

A arquitetura da cidade surge a partir da definição dos espaços que, de um lado, refletem e, de outro, determinavam a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas que nela tinham lugar. **Em seus diversos momentos históricos, expressa a condição de vida, valores e desejos da sociedade que a produz.** A arte da construção, ao definir espaços, determina também quem pode se encontrar com quem, extrapolando assim o que se poderia imaginar que seriam seus limites enquanto arte de pedra e cal.⁴⁵

A formação da incipiente urbanização brasileira - através da ocupação portuguesa - ainda e durante o período colonial, pode ser vista como um empreendimento marcado pela orientação urbana, desde seu princípio. Esse novo olhar deslocou o eixo das discussões que, via de regra, considerava a colonização a partir de um contexto de sociedade agrária. Ao mesmo tempo em que nos são apresentados aspectos referentes à sociedade e à cultura brasileira que nos levam a refletir sobre alguns elementos básicos, próprios do contexto luso-brasileiro.⁴⁶

Nesse sentido, pode-se perceber na assimetria urbana brasileira particularidades, validando-a como uma transgressão aos cânones do racionalismo que marcava os conceitos universalistas e preceitos mundiais. Ao perceber a construção da cidade colonial brasileira

⁴⁴ HARQUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo.** – Campinas, SP: Papirus, 1990. p.113 (grifos nossos).

⁴⁵ SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejantes da cidade:** uma investigação sobre os processos inconscientes na arquitetura da cidade. – Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998. p. 42. (grifos nossos)

⁴⁶ Para mais detalhes Cf. CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A cidade colonial no Brasil.** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

como uma aproximação harmônica e conflitual, as possibilidades de interpretação desse universo alarga-se e suscita novos questionamentos a respeito das dinâmicas citadinas.

Na Europa as primeiras preocupações com a ordem estrutural urbana datam de princípios do século XVII. Entretanto, foi entre os séculos XVIII e XIX, que esse assunto tomou mais corpo dentro das preocupações da administração pública, sobretudo durante os oitocentos, uma intensificação nas atividades de remodelação deram à cidade um novo formato visando um ajuste mais sólido aos ideais arquitetônicos modernistas, frutos do pensamento ilustrado em voga.⁴⁷

No Brasil, podemos encontrar no final dos setecentos, as primeiras e esparsas tentativas de organização da infra-estrutura dos principais aglomerados urbanos, o poder público local tomou como exemplo as melhorias estruturais e arquitetônicas aplicadas em Lisboa⁴⁸. Essas tentativas estavam estritamente ligadas a uma necessidade de melhoria da infra-estrutura, ainda não contavam o poderoso discurso propulsor de modernização da cidade como um dos elementos necessário para elevação do status de sua população a categoria de “civilizada”, como veremos nos próximos capítulos.

No caso do Recife, como também veremos adiante, pouco foi feito ou mudou, embora também tenha sido nesse período (final do século XVIII) que a administração pública tenha despertado interesses sobre as questões de organização estrutural urbana (recuperação de estradas, reformas de igrejas, reformas no porto), a localidade viveu, até meados da década de 1840, influenciada pela arquitetura e estrutura barroca, importadas de Portugal.

⁴⁷ Dentro dos novos ideais urbanos ressaltamos: as preocupações de ordem prática como a recusa ao gigantismo urbano, os imperativos da circulação, exigências de salubridade, circulação do ar, higiene urbana, traçado urbano, regularidade das fachadas, criação de pátios, passeios, praças etc.

⁴⁸ Lisboa foi totalmente destruída após o terremoto de 1755. A reconstrução de Lisboa seguiu os novos ideais ilustrados de cidade que visavam o bem-estar comum e a normatização de seus espaços, entretanto, ressaltamos que a busca pelo “bem-estar comum” geralmente significava atender as necessidades da classe dominante que pouco ou em nada levava em consideração os anseios dos demais estratos sociais, restando a esses a adequação as novas normas de utilização do espaço da cidade ou a resistência a elas.

Segundo observou Robert Smith, nesse período o modo de se pensar a estrutura urbana recifense era proveniente de uma dualidade usual na arquitetura lusitana onde se misturavam elementos do estilo barroco das igrejas rurais das províncias portuguesas e da arquitetura oficial da Corte de Lisboa.⁴⁹ A religiosidade cristã era um traço dominante e evidente nos aspectos materiais e de organização espacial, Virgínia Pontual endossa essa afirmativa quando afirma que “vê se que as casas eram baixas, pois estão abaixo dos frontões das igrejas, provavelmente elas não alcançavam mais de quatro chãos”⁵⁰ (como podemos notar na imagem 03). O modo de se pensar a estrutura urbana nas aglomerações coloniais brasileiras, seguia à risca os modos vivenciados na metrópole portuguesa.

Na representação abaixo, da vila do Recife de finais dos setecentos, podemos identificar (da direita para esquerda): o Forte do Buraco - perto das palmeiras na parte inferior à direita; a Cruz do Patrão; o Forte do Brum; as primeiras habitações que vão formar o povoado chamado de Fora de Portas; o atual bairro do Recife (as torres que podemos ver são das igrejas da Madre de Deus e Corpo Santo, respectivamente) – nele podemos visualizar as construções citadas por Virgínia Pontual, sobrados⁵¹ com até quatro andares; por fim o Porto e os arrecifes. Quase ao centro da imagem vemos a Ponte do Recife. À direita, a partir da ponte, a freguesia de Santo Antonio com suas igrejas: Espírito Santo; São Pedro e Nossa Senhora do Carmo, ao fundo a Ponte de ligação com o povoado da Boa Vista.

⁴⁹ Cf. SMITH, Robert. **Igrejas, casas e móveis**: aspectos da vida e da história. – Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979.

⁵⁰ PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In CARNEIRO, Ana Rita Sá. e PONTUAL, Virgínia. (org.) **História e paisagem**: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís. – Recife: Bagaço, 2005. p. 31.

⁵¹ Cf. glossário.

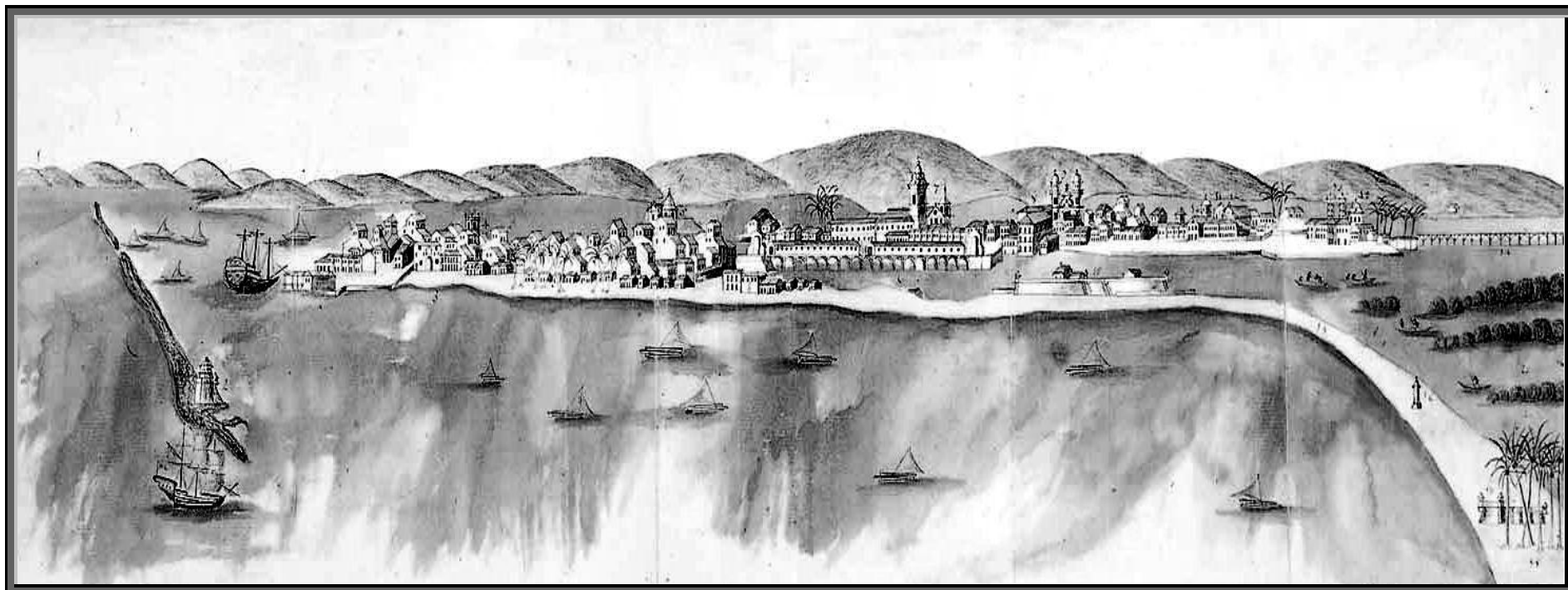


Imagem 03: Recife (1759) - Planta e plano de Villa de Santo Antonio do Recife - Pernambuco
Autor: Padre José Caetano. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife (MCR).

Para os estudiosos da história da arte, o estilo barroco simbolizava uma liberação da norma e rigidez decretada pela dualidade forma e matéria, ideal e prática, e foi amplamente propagado pelos núcleos urbanos brasileiros, inclusive em Pernambuco. A arquitetura barroca personificava as atitudes do fazer e do pensar, criando assim uma prática que foi adaptada à nossa realidade, assumindo uma conotação singular. Um dos elementos essenciais de seus planos era a visibilidade do poder, ou seja, construção de espaços com edificações de grande eixo monumental – geralmente uma igreja – rodeado por edifícios públicos ou a eles convergindo. Essas construções emergiam em espaços amplos criados a partir de uma operação de limpeza arrasando traçados antigos e emaranhados, substituindo-os por vias amplas que possibilitavam a circulação dos transeuntes, servindo geralmente para habitações ou centros de lazer.

Vale lembrar que até as primeiras décadas dos oitocentos, as modificações feitas no conjunto arquitetônico dos prédios públicos das cidades eram feitas de forma isolada. Foi a partir de fins da década de 1830, com a chegada dos novos modelos europeus de cidade moderna, ordenada e limpa que a urbe passou a receber atenções e planos para o conjunto como todo e não somente para locais isolados.

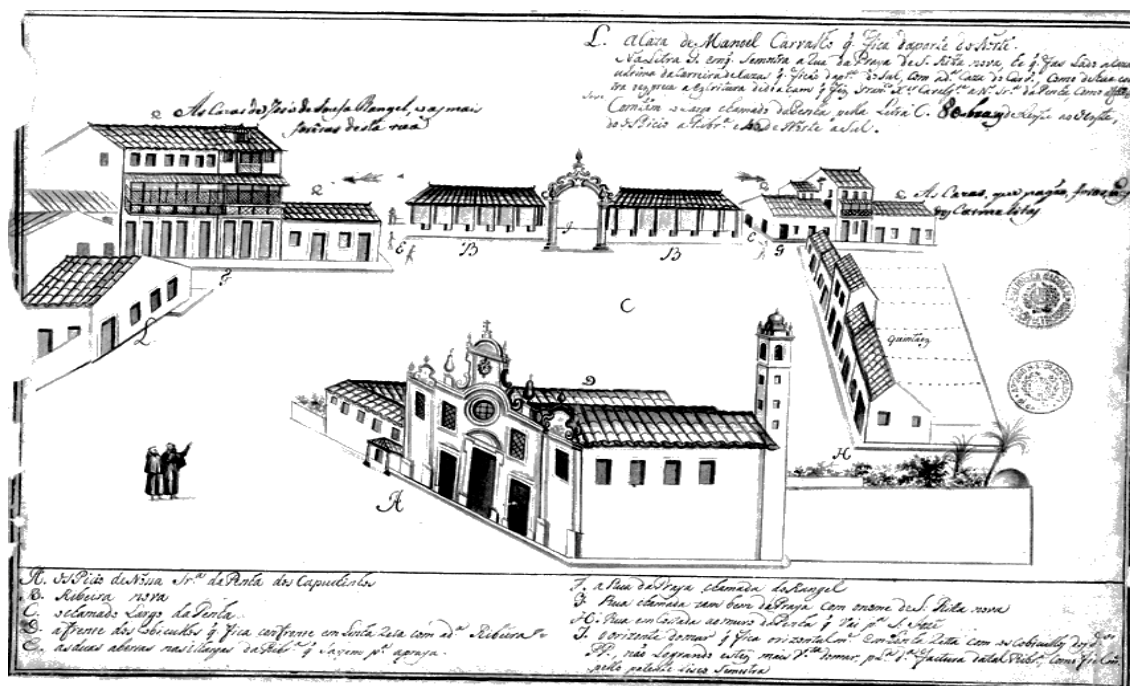


Imagem 04: Recife (1800) - Perspectiva de vários edifícios entre os quais o "Ospício de Nossa Senhora da Penha dos Capuchinhos"

Autor: Não identificado. **Acervo:** MCR.

Tomemos como exemplo esse plano para a freguesia de Santo Antonio no Recife no início do século XVIII, podemos observar o caráter peculiar do traçado urbano português: uma praça quadrada com a igreja de centro e outros prédios ao redor da mesma (embora nessa perspectiva o prédio religioso apareça deslocado de seu lugar de origem). Nesse documento podemos notar a aparência das casas comuns no Recife, em fins do século XVIII, mostrando balcões com muxarâbis¹²⁴ em várias delas. Ao centro temos o Mercado da Ribeira (marcado pela letra “B”) que futuramente se transformaria no Mercado de São José.

Um dos pontos de partida para se pensar a cidade como veículo de modernização, foi com a chegada e o estabelecimento da Família Real no Brasil em 1808 que os conceitos sobre a ordenação estrutural da cidade passaram a ter mais importância. A tentativa de adequação do Rio de Janeiro aos padrões urbanos europeus vividos pela corte portuguesa na metrópole disseminou a remodelação de sua paisagem urbana, nesse momento os padrões arquitetônicos barrocos que haviam prevalecido até então começaram a ser substituídos pelo estilo Neoclássico que assimilou outros estilos resultando numa miscelânea estética que será utilizada do Primeiro Império até a República Velha. No que se refere à ordenação dos espaços públicos, buscou-se construir ruas mais amplas, espaços de lazer como jardins, passeios públicos e de algumas praças que passaram por um processo de embelezamento. Logo esses projetos passaram a ser difundidos em outras cidades, seguindo o exemplo carioca.

Mas que uma adequação da realidade local para acomodação dos nobres portugueses, notamos uma necessidade por parte da coroa de comprovar para o resto do “mundo civilizado” europeu, de que sua monarquia não tinha “se retirado estrategicamente” para um local considerado selvagem. Talvez isso explique a ação de D. João VI em encomendar a chamada Missão Cultural Francesa um trabalho documental, onde o cotidiano urbano carioca era apresentado ao mundo, através de retoques, uma espécie de filtro que escondia os problemas estruturais e mostrava uma cidade limpa, ordenada e funcional. Até mesmo os aspectos cotidianos da escravidão foram reproduzidos com certo apuro.

¹²⁴ Cf. Glossário.

Dentre esses registros destacamos os trabalhos de Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, entre outros. Suas pinturas mostravam uma cidade urbanizada em pleno o “selvagem novo mundo”. A impressão passada era que a corte portuguesa estava muito bem instalada em uma estrutura urbana semelhante às melhores cidades européias com todos os equipamentos culturais necessário (bibliotecas, bancos, imprensa, etc.) como podemos observar abaixo nesse trabalho de Debret, onde ele retrata o Paço Imperial.



Imagem 05: Vista do Largo do Palácio do Rio de Janeiro (1834).

Autor: Jean Baptiste Debret. **Acervo:** coleção particular.

A imagem do Largo do Palácio apresenta: o Paço Imperial (à esquerda), o convento do Carmo (ao fundo) e o chafariz (ao centro na parte inferior) e quatro escadarias de acesso (parte central, no mesmo plano do chafariz) eram utilizadas para desembarque. Esse conjunto sugeria uma ideia de cidade ordenada e mesmo apresentando alguns elementos barrocos a arquitetura já dava indícios de uma tentativa de uniformização quanto à fachada e altura dos prédios, pelo menos nessa área da cidade, segundo o próprio Debret “toda a parte esquerda da praça, formada por uma série de casas uniformes, solidamente construídas”.¹²⁵ Embora o pintor tenha se esforçado para retratar de forma fiel os aspectos arquitetônicos, podemos observar que a imagem é composta por certa idealização, pois a praça - apresentada com dimensões amplas - traz uma limpeza incomum às regiões portuárias da época. O movimento retratado mostra um grupo de militares (ao lado do prédio do Paço e no canto esquerdo inferior), transeuntes

¹²⁵ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. Tomo terceiro, p. 129.

(também do lado esquerdo, perto do Paço) e um grupo de escravos (junto ao chafariz ao centro), a presença desses últimos, representa um paradoxo à ideia de sociedade urbana moderna, uma vez que os países considerados como exemplo de tal “status civilizacional” haviam abolido a escravidão séculos atrás.

A percepção do social estava atrelada a percepção dos sentidos e do refinamento das práticas sociais. Tudo o que era visto, ouvido, aspirado dentro da cidade compunham um quadro interpretativo que sinalizava o grau de desenvolvimento de sua população, influenciando uma ação de vigilância cada vez eficaz, principal instrumento de dominação da classe burguesa sobre as classes subalternas. Tanto as análises feitas a partir dos sentidos, como aquelas referentes às boas maneiras serviam de arcabouço para a ideia de que os homens rudes que compunham as classes pobres eram demasiado perigosos. Dentro do processo evolutivo das cidades brasileiras tomou-se como base das mudanças a ideia de uma “sociedade sã (a partir do sentido físico e moral) que implicava não só uma sociedade sem doenças, mas também sem crimes e sem revoltas ou revoluções”.¹²⁶

Os melhoramentos estruturais feitos na corte também serviram de influência para a reorganização do espaço urbano em outras localidades, dentre elas o Recife e em Salvador que logo passariam a seguir as modificações ocorridas na corte. Essas três localidades formavam o grupo dos núcleos urbanos brasileiros de maior importância econômica e política da época. E como a cidade era vista como berço das novidades e desenvolvimento, surgiu uma idealização de como o espaço urbano deveria funcionar como emissor e exemplo de civilidade, ganhando mais ênfase dentro da classe burguesa a partir do período pós-independência de 1822. Dentre as expectativas gestadas no ventre dos núcleos urbanos, nasceu a ideia de que eles seriam responsáveis pelo surgimento da “civilização brasileira”, conduzida pelos ideais de ordem e do progresso.

A fama de violenta da sociedade brasileira não residia apenas nas classes menos favorecidas, era comum aos homens saírem armados às ruas, como bem observou José Carlos Barreiros, encontrava-se em pontos comerciais como tavernas e feiras ou em outros logradouros

¹²⁶ Cf. BARREIRO, José Carlos. **Imagário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.** – São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 68-71.

públicos, a presença dessas pessoas e embora houvesse uma proibição oficial, muitos deles (vendedores, compradores e freqüentadores) desfilavam tranquilamente munidos de alguma espécie de arma.¹²⁷ Uma das justificativas para que a parcela masculina se mantivesse constantemente em estado de defesa era para manter a honra (sua e dos seus), conceito entendido na época entre os homens livres como o de uma reputação impecável diante da opinião pública e a fama adquirida pelo mérito e pela virtude; a honra deveria estar acima de tudo e ser resguardada ou reparada com violência caso fosse posta em prova, denegrada ou maculada. Evitar conflitos pessoais ou coletivos, como revoltas populares contra o governo e seus líderes, era um dos principais motivos para que fosse repensado o uso do espaço público e sua ordenação para que se pudesse alcançar o modelo de cidade moderna desejado.

Sendo assim, entraram em cena as Posturas Municipais¹²⁸ com o intuito de organizar os usos dos espaços públicos prezando pela ordem e paz coletiva. No entanto, as leis enunciadas pelas posturas por si só não se faziam valer, era necessário a presença de algum mecanismo responsável para sua execução, tal tarefa espinhosa ficou a cargo do corpo policial. Havia regulamentos para os mais variados assuntos: uso das praças, das ruas, dos chafarizes; proibições aos batuques, ao ajuntamento de escravos em tavernas, à permanência na rua durante a noite, etc. Tudo elaborado visando o controle máximo dos “perigosos”. Por sua vez, tal rigorismo não se aplicava aos ricos, em situação adversa, no lugar de restrição aos usos dos espaços públicos, com a modernização da cidade, surgem novos ambientes criados exclusivamente para esse público, como por exemplo, praças, passeios públicos, teatros, restaurantes, cafés, clubes etc.

Outros novos fatores distintivos entram em cena: a moda e o luxo. Ambos promoveram um aceleração nas mudanças dos costumes na burguesia oitocentista.¹²⁹ Funcionando ao

¹²⁷ Idem, p. 36.

¹²⁸ Conjunto de medidas criado pela Câmara Municipal como tentativa de regulamentação dos espaços da cidade, no que se refere à distribuição e utilização de seus recintos, à higiene e a segurança pública; a organização das atividades urbanas, inclusive as atividades econômicas e o disciplinamento comportamental em vias públicas – atribuições que ficavam por conta da Polícia Urbana; já os regulamentos das atividades rurais, a preservação de mananciais e outros bens, estes estavam a cargo da Polícia Rural. A lei de 1º de outubro de 1828 constituiu-se um marco referencial em todas as Câmaras Municipais do Brasil Império, aferindo certa homogeneidade às posturas municipais.

¹²⁹ Entendemos como burguesia brasileira oitocentista o grupo social que começou a se distinguir tanto das classes baixas quanto da aristocracia (embora buscasse aceitação e convívio por parte desta) por meio do acúmulo de riquezas procedente dos negócios de importação e exportação, adepta da cultura do ócio que buscava requintar seus

mesmo tempo como filtro e barreira, permitindo àqueles que possuíam muito dinheiro a ascenderem para um novo patamar social e ao mesmo tempo em que bloqueavam os economicamente inviáveis de penetrarem em seu meio. Chamamos a atenção para o fato de que a moda vai além do vestuário, ela pode se estabelecer também através de um vocabulário criado por um grupo a fim de diferenciá-lo, uma linguagem corporal diferenciada tanto para o gênero masculino quanto para o feminino, comportamento em locais públicos e privados, como veremos mais a frente. Moda e costume estão intimamente ligados:

Em relação à moda, o termo “costume”, na acepção de “hábito constante e permanente que determina o comportamento, a conduta, o modo de ser” de uma comunidade, de um grupo social, remete ao conceito de sistema, de estrutura, ou seja, conjunto de vários elementos relacionados entre si. Considerados isoladamente, tais elementos estão privados de valor; no entanto, assumem um significado no momento em que são ligados por um conjunto de normas, de regras coletivas. (...) quando a “paixão” pelo novo, pelo recente, pelo requinte, pela elegância, etc., e a renovação das formas tornam-se um valor, quando a mutabilidade dos feitos e dos ornamentos não constitui mais uma exceção, mas se torna uma regra estável, um hábito e uma norma coletiva – isto é, um costume.¹³⁰

Vale lembrar que a moda e o luxo só cumpriam as funções acima citadas quando a burguesia passou a acelerar os ritmos da substituição dos gestos, das roupas, dos comportamentos etc., e como só os economicamente viáveis poderiam acompanhar tais variações, o controle sobre o ingresso em seu meio era mantido.

Percebemos que “as primeiras ideias de modernização e incorporação do Brasil no âmbito das nações ocidentais não dizia respeito ao desenvolvimento das cidades, mas as melhorias a serem implementadas à agricultura”,¹³¹ pois o desenvolvimento econômico colocou o Brasil cada vez mais em contato com a Europa e foi através dessas relações comerciais que as classes dominantes brasileira perceberam seu atraso intelectual e social. A emergente nação brasileira forjada a partir da independência deveria romper com o passado colonial, motivo de

hábitos, seu gestual, sua aparência baseados nos modelos do Antigo Regime, tornando-os ávidos consumidores de cultura. No caso do Recife, podemos entender como burgueses os comerciantes de atacado (importadores e exportadores) e varejo, assim como os capitalistas, ou seja, homens muito ricos, em sua maioria comerciantes que assumiam a condição de banco (emprestando dinheiro com pagamento acrescido de juros, investindo em empreendimentos particulares) essas pessoas através de seus lucros compravam títulos de nobreza os quais lhe permitiam conviver entre os aristocratas.

¹³⁰ CALANCA, Daniela. **História social da moda**. – São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2008. p. 11-12.

¹³¹ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p.25.

seu atraso. Para isso, essas classes associadas ao incipiente grupo de intelectuais da época - preocupados com o desenvolvimento do jovem país - deveriam promover modificações profundas na estrutura social e material das cidades, numa tentativa de acompanhar as ideias de modernização e civilidade européias.

A criação de redes administrativa, transporte e abastecimento público, etc., nas cidades foi crucial para a formação da nova configuração urbana, com isso os contornos de uma cidade moderna começavam a ser delineados, incentivando os sonhos de progresso, tão almejado pelas elites brasileiras. Acompanhando as transformações ocorridas na cidade estava a imprensa, registrando os movimentos ocorridos na urbe, a partir da década de 1840 proliferaram os periódicos e jornais nas grandes cidades, ora enaltecendo o progresso material e cultural, ora criticando a permanência de antigos problemas e a imitação dos costumes europeus, ora sugerindo modificações das estruturas habitacionais, dos prédios e logradouros públicos, através de longos e extenuantes estudos fundamentados na Ciência e Medicina, como veremos mais adiante.¹³²

Por fim, vale ressaltar que muito do que sabemos sobre o cotidiano das cidades brasileiras no século XIX se deve aos viajantes que aqui estiveram relatando em seus diários - através de um olhar carregado de estranheza e etnocentrismo - um Brasil em busca de identidade e ao mesmo tempo pluralizado em elementos formadores. Esses estrangeiros, homens e mulheres, que percorreram várias províncias brasileiras visitaram lugares como mercados, teatros, feiras, etc., excelentes locais de observação dos entrecruzamentos de tradições e culturas variadas. Alguns deles conseguiram lançar seus olhares curiosos de portas à dentro, pois eram convidados ao recluso convívio particular de algumas famílias, sendo constantemente convidados para estadias, festas e reuniões, entretendo os da terra com seus modos e ideias refinados.

¹³² Para maiores informações sobre o papel da imprensa em documentar as mudanças políticas e estruturais no Rio de Janeiro no início dos oitocentos, cf. MOREL, Marcos. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. – São Paulo: HUCITEC, 2005. No caso do Recife, podemos citar o trabalho de MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)**. Vol I e II. – Recife: Diário de Pernambuco, 1975. Assim como os periódicos como **A Ponte da Boa Vista, A Imprensa, O advogado dos Guardas Nacionais, O Jornal do Recife**, entre outros.

E por mais que houvesse um esforço para modernizar os ambientes públicos e lapidar os modos, muitas dessas mudanças não surtiam muito efeito sobre a opinião estrangeira, geralmente os modos brasileiros eram vistos como “incivilizados”. Questões como a pobreza e a sujeira encontradas em quase todas as cidades, contribuía para reforçar a ideia, dentro de uma construção do imaginário sobre o urbano brasileiro, de selvageria e rudeza dos modos.

É possível apreender as representações sociais construídas pelos viajantes mediante as observações que eles faziam em relação a vários aspectos das cidades brasileiras do século XIX. Não escapavam a seus olhares, por exemplo, aspectos como o ritmo, o traçado das ruas, as pessoas, a movimentação dos portos, as operações manuais de carga e descarga, os vendedores ambulantes, o som da música que acompanha o trabalho dos negros, inscrevendo-se aí um confronto de valores que é traduzido na necessidade de destruição de práticas ligadas ao “primitivismo” e à “barbárie”, para que se assente a modernidade em seus aspectos sociais e culturais.¹³³

Dentro do processo de modernização social, as classes dominantes brasileira tentaram acompanhar os hábitos cosmopolitas europeus, para isso algumas etapas foram planejadas: a primeira seria desenvolver uma forma de governo que não ameaçasse o *status quo*, para isso foi estabelecida e reforçada uma monarquia brasileira, esta destoava dos movimentos de independência que marcaram as demais colônias americanas que lutavam por um governo republicano; a segunda foi a ordenação do espaço público, transformando o tecido urbano mais funcional e apto a proporcionar espaços de sociabilidades mais civilizados para as classes mais elevadas; a terceira foi o início de um processo de educação dos sentidos através da adoção de hábitos e costumes mais refinados, transformando os componentes dessas classes em seres “civilizados”, como veremos adiante. Entretanto, por mais que se tentasse refinar os ricos e “educar” as classes menores, uma mácula ainda resistia à ideia de modernização da sociedade brasileira: a escravidão.

A formação da classe burguesa brasileira dos oitocentos foi conduzida por questões mais complexas do que a simples utilização de modelos arquitetônicos e a adoção de comportamentos estrangeiros predominantes em determinados períodos históricos. Contudo, o que procuramos perceber é como as contínuas mudanças nas vivências dos espaços públicos,

¹³³ BARREIRO, op cit., p. 69.

associadas à oferta de certos produtos e serviços a partir da década de 1830 promoveram, pouco a pouco, uma “intromissão permitida” no espaço da casa, promovendo também a sobreposição de antigos costumes por novos hábitos que passaram a determinar as formas de viver no ambiente privado, através de constantes implantações, incorporações e ressignificações de valores.

A modernização urbana e normatização dos usos e costumes serviam como pretexto para discussões sobre uma sociedade que buscava civilização, mas que gradualmente destituiu da cidade o caráter da convivência ampla e irrestrita, conduzindo-a forçosamente para uma “cidade estreitamente vigiada”. Esse caráter normativo passou a ser um traço comum nos centros urbanos em estágio de atualização mediante aos novos ditames da modernidade.

1. 4. A aclimação aos novos hábitos e os olhares estrangeiros sobre o cotidiano.

“Guardarei nessa folha regras boas,
Que é dos vícios falar, não das pessoas”.¹³⁴

O plano para “evolução” da sociedade brasileira teve suas primeiras incursões na esfera da produção agrícola, uma vez que ainda era do campo que vinha uma boa parcela da riqueza brasileira. Entretanto, com o desenvolvimento do mercado tanto de produtos nacionais (exportação) como importados (importação) nos principais núcleos urbanos brasileiros, o eixo dos esforços e preocupações sobre o progresso nacional tomou o rumo da cidade, promovendo profundas mudanças em sua estrutura e vivências. No caso de Pernambuco, esse “processo civilizatório” também foi estimulado com a intensificação das atividades comerciais ocorridas em seu porto. De um modo geral, as classes dominantes da época acreditavam que a materialização de certos elementos considerados como essenciais para seu desenvolvimento - os esforços de planejamento e normatização do espaço citadino; o acolhimento de normas sociais européias no intuito de normatizar as atuações dos indivíduos tanto na esfera pública como na

¹³⁴ Epígrafe do periódico **O Carapuceiro** que circulou no Recife na primeira metade dos oitocentos.

privada, utilizando-se do refinamento dos costumes, entre outros – levaria ao encontro do caminho certo para seu progresso.

A chegada e o estabelecimento da família real em terras brasileiras no início dos oitocentos impulsionou novas maneiras de se pensar a cidade, promovendo mudanças tanto na estrutura urbana como na organização burocrática do governo, assim como, o surgimento de novas formas de sociabilidade, isso representou para grande parcela das classes dominantes da época uma transposição do estágio do colono subalterno, para o de cidadão metropolitano. Ao longo do século XIX, ordem, progresso e civilização foram termos que seduziram boa parte dessas classes, sobretudo no período do Segundo Império, onde a intensificação das transformações materiais visava a modernização da cidade, e concomitantemente, o aprimoramento comportamental de suas elites dominantes.

Foi ainda na primeira metade dos oitocentos que influência parisiense tornou-se mais presente no cotidiano das esferas sociais mais abastadas, fortalecendo-se através de sua referência cultural e como símbolo de “evolução social”. As ideias revolucionárias de extinção de antigas estruturas sociais e libertação do passado político, considerados obsoletos e prejudiciais ao desenvolvimento da nação, passaram por uma resignificação no Brasil, onde as classes dominantes filtravam os ideais franceses, desviando-os do campo político para o cultural, alimentando também, uma falsa ideia de libertação do jugo português. Essa apropriação de sentidos políticos proporcionou a incorporação de novos valores e hábitos ao cotidiano urbano, buscando atender a necessidade de aperfeiçoamento da sociedade e conservação das estruturas de poder vigentes. Com isso, iniciou-se um processo de educação das elites brasileiras assinalando um novo panorama comportamental que:

Constituíam-se de uma nova ordem social que, apesar de não abrir mão do chicote, se distanciava daquela imposta pelas Ordenações Filipinas e que, apesar de pregar a civilidade, ainda não era uma ordem urbana, era uma **ordem cortesã**, estimuladora da boa moral e da doçura dos costumes (...) A partir da imposição dessa ordem cortesã a capital do Império, irradia-se para todo país o ideário de unidade e civilização.¹³⁵

¹³⁵ PECHMAN, op. cit., p. 15.

Essa “ordem cortesã” estava impregnada no ambiente da realeza de Portugal desde sua formação e foi transportada para o recém formado reino unido com a Família Real, e tratava-se do estabelecimento e propagação das normas divisoras entre a herança “selvagem”, “obscura” e “mítica” medieval e uma nova sociedade, conduzida pelo pensamento do homem senhor de si e centro do universo. Nascida no ambiente dos soberanos absolutistas e vivenciada num universo que segundo Stella Bresciani passou a ser formado pela “indução a um ideal de comportamento específico, policiado, contido, governado. Um comportamento discursivo alimentado por um controle psicológico feito de moderação, de medida, de poder sobre si mesmo”.¹³⁶

No cotidiano aristocrático dos reinos europeus, os soberanos seguiam normas e protocolos sociais distintivos, sobressaindo-se do homem comum, nesse universo a aristocracia era regida por um forte código social, onde a etiqueta regia suas ações, pois:

A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (do século XV ao XVIII), minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade: roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço, tudo isso esteve determinado pela lei e pelo costume. (...) Na linguagem e nos trajes, a imagem de uma sociedade hierarquizada exibia-se os sentidos, **tornava-se visível**. Na Europa analfabeta, em que até os nobres não sabiam escrever, **ver** era experiência das mais importantes: o poder e o prestígio deviam saltar aos olhos.¹³⁷

O novo comportamento que pregava a contenção dos excessos de qualquer espécie proporcionou o surgimento de códigos visuais aprimorados. Tais linguagens deveriam ser captadas pelo olhar considerado pelos preceitos vigentes, a forma mais adequada e elegante de demonstrar alguma emoção (desejo, repreensão, cordialidade, etc.) sobre isso, Nobert Elias afirmou que “a medida que os desejos e emoções intensas passam por um rígido processo de controle, os olhos passam a adquirir um papel essencial como forma de contato”.¹³⁸ Não só as classes dominantes, mas aqueles que desejam ascender à elas tentavam se civilizar. A educação dos sentidos ditou as condutas sociais que tinha na linguagem da razão uma maior eficácia na imposição das suas regras e:

¹³⁶ BRESCIANI, Stella. Apresentação, In: HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto**. – Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998. p.08.

¹³⁷ RIBEIRO, Renato Jeanine. **A etiqueta no Antigo Regime**: do sangue à doce vida. 2ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 07-08 (grifo nosso).

¹³⁸ Cf. ELIAS, op cit.

À medida que as maneiras se refinam, tornam-se distintivas de uma superioridade: não é por acaso que o exemplo parece sempre vir de cima e, logo é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente. Essa imitação é um dos grandes veículos da difusão das boas maneiras.¹³⁹

No cotidiano brasileiro, as coisas tinham outra perspectiva: a ânsia por desatar os laços do comportamento colonial e a necessidade de inclusão/identificação com o modelo parisiense levou em muitos casos ao caminho do excesso, resultando numa ostentação exacerbada, alvo de críticas por parte dos europeus que aqui estiveram. As elites ao mirarem-se nos exemplos estrangeiros julgavam-se uma cópia fiel, no entanto, aos olhos dos estrangeiros repletos de etnocentrismo e preconceito, o que sobressaía-se era nada além de um reflexo distorcido, impregnado de um luxo grotesco e de atitudes caricatas.

Muitos exemplos desse estranhamento por parte dos estrangeiros podem ser encontrados em suas crônicas e diários de viagem, nesses textos podemos encontrar relatos sobre comportamentos, moradias, religiosidade, hábitos alimentares, festas, modas e etc., vigentes e como os modos europeus seduziam muitos elementos das classes dominantes, assim como àqueles que desejavam ascender socialmente. Os relatos por vezes ácidos, por outras divertidos ou ainda estritamente científicos, esmiuçavam o cotidiano oitocentista das principais cidades brasileiras. Como exemplo, vejamos o fascínio que os franceses causavam aos ricos comerciantes e o que diz a esse respeito o francês Tollerare residente em Pernambuco entre os anos de 1816 e 1817:

Observei que no primeiro encontro com um francês, **os brasileiros estão sempre dispostos a ver nele um poço de ciência, encerrando todos os conhecimentos que têm ilustrado o seu belo país**; mas, se a circunspeção do estrangeiro leva a confessar que não é químico, nem engenheiro, que apenas discute aquilo que parece acessível ao seu bom senso, no mesmo instante toda

¹³⁹ RIBEIRO, Op. cit. 1987. p. 19.

a consideração desaparece, porquanto não se gosta de discutir com as luzes naturais.¹⁴⁰

Ainda seguindo a narrativa de Tollenare, ele nos informa sobre uma visita sua a um rico senhor de engenho, morador em uma localidade próxima ao Recife. Ao chegar no domicílio, foi apresentado e logo deram início a uma conversa, ao terminarem enquanto esperavam para tomar um lanche, o dono da casa fez questão de mostra-lhe um cômodo da casa (próprio para receber visitas) e apresentar-lhe alguns objetos de valor. Segundo o viajante francês essa costume era comum durante a recepção à convidados ou visitas (mas só para aqueles que inspiravam ao senhor da casa um voto de confiança), isso fez com que o francês a deduzisse que através da exposição da riqueza e do luxo, os que moravam aqui tentavam mostrar que estavam em pé de igualdade com os ricos comerciantes europeus:

Quando se hospeda um estrangeiro, apresenta-se-lhe para abluções soberbos vasos de metal, de que são também as bandejas que vêm para a mesa, as bridas e os estribos dos cavalos, e o cabo dos punhais.

Alguns senhores de engenho me mostraram aramas inglesas de luxo e de elevado preço. Encontrei também belíssimos aparelhos de porcelana da Inglaterra.¹⁴¹

Os hábitos à mesa surpreenderam o “refinado” convidado causando-lhe certa repulsa por ainda manterem os costumes portugueses considerados nada civilizados. Após uma farta refeição repleta de caldos, pirões, carnes, legumes, farinha, etc., comidos muitas vezes com pouquíssimos talheres e requintes de higiene, os convivas devoravam sobremesas que geralmente consistiam em doces e frutas da época, e para aplacar a sede:

A abundância de água se converte em uma volúpia. Esta ablução interna não tarda em produzir o **efeito tão conhecido em Portugal e tão escandaloso para os estrangeiros**, destes suspiros de repleção que se sucedem de uma maneira sonora, e que os convivas se lançam reciprocamente ao rosto com tanta franqueza. **O pobre forasteiro se esforça valentemente por conter as**

¹⁴⁰ TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais**. – Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p.71. (grifo nosso)

¹⁴¹ Ibid, p. 68.

náuseas que o ameaçam da perda do repasto. Felizmente em breve se deixa a mesa para se entregar ao sono.¹⁴²

Nem todos os visitantes achavam as formas de se portar às refeições algo merecedor de náuseas, passíveis de reprovação, a inglesa Maria Graham, que esteve em Recife em 1821, teve a oportunidade de participar de jantares com diferentes tipos de pessoas e seus relatos possuíam mais um tom de curiosidade e pitoresco do que crítica. Por exemplo, durante um jantar oferecido pelo então governador da província de Pernambuco Luis do Rego Barros, ela foi tomada por admiração tanto pela variedade no cardápio que misturava culinária francesa e portuguesa, quanto a decoração tanto da mesa e do ambiente, assim como o comportamento refinado dos convidados; outro exemplo, foi um jantar mais simples, feito dentro em uma cabana com um dos líderes do movimento de oposição ao governo, o cardápio era regional e embora formas de se portar a mesa fossem de certa forma “rudes” se comparadas ao jantar oferecido por Rego Barros, mesmo assim, não notamos nenhuma nota de crítica ou censura nesse evento.¹⁴³

Dentro desse processo de “refinamento” das classes dominantes brasileira, um aspecto foi deixado de lado: a escravidão, esta representava um verdadeiro atraso para as sociedades “evoluídas”. Como uma sujeira que se esconde debaixo do tapete, ela passou a ser tratada como se não existisse pelas elites políticas e econômicas brasileiras ou ainda, como que a sua existência não significava um entrave à marcha rumo ao progresso. Entretanto para alguns europeus ela era vista com gravidade, reforçando-lhes a ideia de arcaísmo que permeava a sociedade brasileira deixando-a longe do ideal de civilidade desejado.

Tomemos mais uma vez os relatos de Maria Graham como exemplo, onde o mal estar causado ao ver pela primeira vez um mercado de escravos no Recife, desencadeou-lhe o desejo de lutar pela liberdade dos cativos, intensificando-se posteriormente ao presenciar uma grotesca cena de espancamento de uma mulher negra por uma mulher branca, a agressão só chegou ao fim com a intervenção de alguns marinheiros ingleses. A violência dos atos levou a jovem

¹⁴² Ibid. p. 69. (grifos nossos)

¹⁴³ Cf. GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. – Belo Horizonte: Itatiaia, 1990. p. 142-144/152-153.

inglesa a denominar a agressora de “demônio”¹⁴⁴ e a indagar como um povo que busca a civilidade ainda poderia conviver com tal brutalidade.

Numa franca crítica ao caráter escravocrata das classes dominantes recifenses que posavam de “civilizadas”, o engenheiro francês Vauthier, que viveu no Recife durante os primeiros anos da década de 1840, registrou em seu diário, de forma indignada, sua experiência ao ver com que indiferença o cadáver de um negro boiando na praia do rio Capibaribe, era tratada por aqueles que assistiam a dantesca cena:

Passaram mil pessoas, que o viram, pararam um instante, depois continuaram seu caminho muito filosoficamente. Partilho pouco das ideias geralmente aceitas sobre os cadáveres, as quais tenderiam em certos casos, a conceder mais cuidados aos despojos inertes do que ao próprio ser vivo. – mas esse descuido, essa indiferença geral em presença da morte... É verdade que era um negro! Se um negro em vida é pouca cousa, que será um negro morto? Essa incúria geral em relação a todas as exalações que emanam de um cadáver – tudo isso caracteriza de modo bem preciso essa **barbaria, acrescida de selvageria, e mal disfarçada sob o verniz da civilização** ¹⁴⁵.

Analisando a sociedade carioca da década de 1820, o francês Victor Jacquemont em suas impressões comentou:

Os senhores, com sua **casca européia polida**, elegante mesmo, são em muitos aspectos tão depravados pela escravidão quanto os negros embrutecidos. Eu os vi, com sua chave de outro na roupa, com suas condecorações de diamantes, seus galões, seus títulos, sua ignorância, sua infâmia, sua improbidade, e fiquei desgostoso. Busquei uma classe média laboriosa, econômica, honesta, respeitável: ela não existe. Abaixo da canalha dourada na aparência, só encontrei os negros escravos, ou pessoas de cor alforriadas, proprietários de escravos, os piores de todos. Isto é uma nação?¹⁴⁶.

¹⁴⁴ *idem.* p. 134-136.

¹⁴⁵ FREYRE, Gilberto. **Diário íntimo do engenheiro Vauthier (1840-1846)**. – Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940. p. 49-50.

¹⁴⁶ JACQUEMONT, Victor. *Voyage dans l’Inde, par Victor Jacquemont Pedant les annees 1828-1832*. In CARELLI, Mário. **Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil**. – Campinas, São Paulo: Papirus, 1994. (grifo nosso)

Lembremos que esse sentimento de aversão à escravidão não era um consenso entre os estrangeiros, alguns deles acabaram por ceder a utilização da mão-de-obra escrava, é o caso do inglês Henry Koster que em sua segunda vinda a Pernambuco (1816) acabou tornando-se senhor de engenho em Itamaracá e dono de escravos.

A busca incessante dos comerciantes pelo lucro, assim como o gosto de muitos jovens e senhores pelo jogo, também renderam muitas críticas, tais jogadores eram acusados de deixarem de lado a elevação do espírito através da cultura e do esclarecimento e de viverem de modo recluso e mesquinho, os estrangeiros desenhavam um futuro sombrio para a sociedade brasileira, ao observar o modo como os comerciantes recifenses viviam no início do século XIX, Tollenare comentou amargamente:

O jogo, e jogo forte, é o único divertimento da classe alta. Poucos negociantes abrem suas casas aos recomendados, ou, se os recebem não nos apresentam às suas famílias; só se vêem entre si na praça do comércio e no porto. Parece que aqui não se experimenta outros impulsos do que o do ganho e o de render considerações à riqueza.

Está-se bem longe do espírito e dos costumes amáveis da França, onde se sabe aformosear a vida no seio da mediania e restabelecer certo equilíbrio entre o mérito e a fortuna.

Havia imaginado que o clima ardente dos trópicos deveria dar lugar a prazeres requintados, como os que nos dizem existir entre os asiáticos; enganei-me, porém. **Aqui, nada de luxo a mesa, nada de apuros de asseio; nenhuma outra sensualidade além do lucro e do repouso. Para gozar das delícias da volúpia, são precisos sentidos mais apurados, imaginação viva, delicadeza de sentimento, certa predisposição adquirida para os prazeres morais, tanto quanto para os físicos. Ora, coisas são estas que aqui ainda não apareceram.** A presença da escravidão, a necessidade de mantê-la pela severidade, concorrem com o amor das riquezas para embotar a sensibilidade e tornar o gosto obtuso.¹⁴⁷

Chamamos a atenção para o fato de que não era exclusividade dos estrangeiros receberem com reservas a “modernização” dos hábitos da sociedade brasileira, nem tão pouco as classes dominantes aplaudiam e aceitavam unanimemente esse processo, alguns de seus componentes estavam satisfeitos com essas mudanças, por exemplo, o conservador e sarcástico

¹⁴⁷ TOLLENARE, op cit., p. 99.

padre Lopes Gama, participante do clero e político, editava um periódico de nome **O Carapuceiro**¹⁴⁸. Onde observava as modas sociais e tecia comentários sobre a mudança de novos hábitos, como podemos observar nesse fragmento do artigo de 07 de dezembro de 1843, intitulado **O nosso progresso**:

Por meio desses viajeiros e desses doutoraços é que as doutrinas ímpias dos filosofantes da França pouco a pouco, se foram importando no Brasil (...) não se conheciam sociedades, partidas, bailes nem soirées, quadrilha só se conheciam as de ladrões, não se sabia o que era vis-à-vis, e passear um marmanjo com uma senhora pelo braço seria motivo para se por em conflagração um reino inteiro. (...) As moças eram góticas no que se mostravam versadas era nas graças (...) raras vezes saíam de casa (...) nunca falavam com um homem. (...) Hoje as senhoras de bom tom dormem todo o dia e velam todas as noites nos bailes, nas companhias, no teatros, etc.¹⁴⁹

E prossegue, criticando o afrancesamento dos hábitos:

Nossos avós tinham certo ar, certo porte, certo caráter que os distinguiu, mas hoje o que somos nós senão uns macacos da França? (...) As nossas sinhazinhas e iaiás já não querem ser tratadas senão por demoiselles, mademoiselles e madames. Nos trajes, nos usos, nos modos, nas maneiras só aprova o que é francês, de sorte que já não temos uma usança, uma prática, uma coisa onde se possa dizer: isto é próprio do Brasil.¹⁵⁰

Durante a primeira metade do século XIX, foram desenvolvidos empreendimentos que proporcionassem suporte a emergência de uma classe burguesa equiparável a realidade social parisiense. Mais uma vez nos reportamos a corte no Rio de Janeiro, onde houve estímulos aos investimentos no campo cultural (música, teatro, dança, etc.) para usufruto da monarquia, acabou por tabela, se estendendo a burguesia, estimulando o crescimento de um campo consumidor ávido por aprender os maneios das boas maneiras praticadas no Paço Imperial.

¹⁴⁸ O periódico O CARAPUCEIRO, foi criado em Recife pelo padre Lopes Gama e circulou de abril de 1832 até meados de 1847, tendo algumas interrupções entre os anos de 1832-1847. Tinha esse nome devido ao hábito que seu criador tinha de criticar os costumes da sociedade do Recife na primeira metade do século XIX.

¹⁴⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Carapuceiro**: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco (1840-1845). – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p. 50-57.

¹⁵⁰ Idem, 1996. p. 54.

No caso de Pernambuco, podemos tomar como início da nova vida social no Recife, durante a década de 1820, período em que Luis do Rego Barros dirigiu a capitania. Sua esposa foi a precursora na promoção de eventos como festas, jantares e saraus. Descrita por Maria Graham como uma mulher bonita, educada, falava inglês fluente e que “nada poderia exceder a gentileza e a amenidade das suas maneiras, e as das duas filhas do general Rego, cujo ar e cujo os modos são os das senhoras bem educadas”.¹⁵¹

A vida social recifense ganhou impulso em fins da década de 1830, com o governo de Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista, empenhado em modernizar a cidade e oferecer as classes dominantes um ambiente onde prosperasse o fausto, a cultura e a seleção social.¹⁵² O desenvolvimento econômico de Pernambuco atraía o interesse de vários negociantes europeus que buscavam se estabelecer por aqui ou manter contatos próximos, nessa atmosfera de intercâmbio comercial também surgiram as transferências culturais. As modas européias invadiram os espaços públicos e as salas privadas recifenses.

Embora acostumado com a modernidade européia, ávido por implantá-la no Recife, Francisco do Rego Barros, homem viajado e culto, não ficou ileso aos comentários duros feitos pelo engenheiro Vauthier, que registrou a seu respeito “o Senhor de Rego Barros não me deu impressão de um homem superior. Eu esperava uma inteligência mais fina, porém, não maneiras tão afáveis e um ar tão cordial”.¹⁵³

A cidade passou agora a abrigar não só os projetos arquitetônicos modernos ela também deveria proporcionar um ambiente receptivo para implantação de inúmeros modelos que tinham como objetivo modificar as mentalidades vigentes e os discursos sobre os rumos que a sociedade deveriam tomar. A dominação do homem sobre a natureza, apoiado pelos progressos científicos, remetem a uma tentativa de tirar a sociedade recifense do estado estático que se estabeleceu durante todos os anos de colônia de Portugal. Como numa ação em cadeia, as

¹⁵¹ GRAHAM, op. cit. 132.

¹⁵² Constava no plano de governo de Rego Barros: a estruturação de uma malha viária que auxiliasse uma melhor comunicação entre a capital e as zonas de produção agrícolas; melhorias no porto; instalação de serviços públicos (transportes, iluminação, saneamento, etc.); ordenamento do espaço urbano do Recife e a construção de prédios e equipamentos culturais.

¹⁵³ FREYRE, op cit., p. 29.

classes dominantes pernambucana buscavam acompanhar os ventos de mudança histórica que sopravam na Europa.

Entra em cena a figura do francês com todos os seus requintes sociais, suas ideias progressistas e amparado por sua cultura, considerada na época como se não a mais importante, a mais adequada para essa transição, mirando-se nesse exemplo, pensava-se em promover uma ascensão do estado da barbárie vivida até então, para a civilização, reforçado por um discurso cada vez mais apoiado na ideia positivista de que era o destino natural das nações percorrerem todo caminho evolutivo, desde da mais primitiva sociedade indo a complexa estrutura social. Desse momento em diante as elites brasileiras, e no nosso caso a recifense reconhece-se como branca e afrancesada, deixando de lado todo processo de sua formação miscigenada, desprezando sua herança ameríndia e ignorando a presença africana.

É importante lembrar que a afirmação do Brasil como nação passava pelo crivo da assimilação do olhar que a Europa tem sobre essa não tão jovem nação. As elites brasileiras observam com atenção o modelo europeu a ser seguido, tomando cuidado para dar os passos certos no caminho do progresso, aguardando do estrangeiro as instruções de como devem proceder, mais que uma mera imitação, os brasileiros esforçam-se não apenas em reproduzi-la, mas sim, apropriar-se da mesma como uma coisa que é sua por direito de nação que ruma para a civilização.

Mais que uma sobreposição de comportamentos, podemos observar que no Brasil oitocentista, houve um cruzamento cultural entre a França e o Brasil. Entretanto, para os da época, esse processo poderia ser entendido como uma substituição de antigos hábitos por costumes civilizados. O local mais adequado para essa transformação obviamente seria no ambiente urbano, tanto que o termo urbanidade tornou-se sinônimo de civilidade própria das capitais, quase sempre acompanhada de cultura, graciosidade e primor e elegância na linguagem, e certo tom nobre e distinto nas maneiras e nas ações que se encontram nas cidades de província.

Foi por entre os locais públicos que as novas ideias sobre o convívio social se irradiaram, foram nesses mesmos lugares que diferentes personagens sociais emergiram como a “nova sociedade”, interiorizando normas e discursos controladores de suas ações. Embora buscassem a todo custo dividir público e privado, tais indivíduos foram responsáveis, em suas práticas, por um maior entrelace entre essas duas esferas, mesmo promovendo a restrição de acesso ao ambiente domiciliar e demarcação de territórios de convivência definidos por gênero ou idade. Em certas ocasiões, ao abrirem suas casas a um grupo previamente escolhido ou aceito, o privado tornava-se público, mesmo que momentaneamente. Mais a frente em nosso trabalho veremos como a própria arquitetura da casa irá contribuir para essa interconexão.

Dentro desse contexto, lembremos que a velocidade com que essas normas de convivência passam a ser estabelecidas e executadas variavam bastante devido as necessidades de cada grupo onde elas atuarão, mesmo porque devemos observar que os indivíduos possuem maneiras particulares para viver e transitar entre códigos e mundos diferentes, diferenciados quanto aos valores, orientações e preceitos classificatórios.

A transmutação dos costumes não foi um processo disseminado uniformemente pelas cidades afora. O desenvolvimento comercial determinou, através do convívio com estrangeiros, o grau e a velocidade de assimilação das novas formas de sociabilidade, uma vez aceitas e postas em prática a sua inobservância era passível de sanções, não no aspecto jurídico, mas fortes o suficiente para impor a sua observância, pois:

Um conjunto de ditos e implícitos que, como um envoltório, protege, mas também inibe, quando não pune como transgressão, qualquer atitude não codificada. A aceitação das regras permite a convivência e a sociabilidade, define o correto e seu oposto, faz da fala e dos gestos contidos a condição da civilidade, torna o foro íntimo o refúgio do pensamento rebelde e da fantasia transgressora.¹⁵⁴

Em linhas gerais, a racionalidade foi o argumento chave para as transformações nessa sociedade, produzindo um senso comum que determinava a divisão da sociedade urbana em

¹⁵⁴ RIBEIRO, Op. Cit. p. 09

dois lados: um formado pelos nobres e burgueses que buscavam ascender socialmente – parcela a qual caberia a evolução social natural e a distinção através da etiqueta praticada nos salões da corte; outro, composto pelos pobres que deveriam permanecer na condição de ignorância e rudeza, sem direito ao refinamento cultural. A convivência entre esses dois grupos obviamente causou choques, e mesmo em conflito, isso não significava a busca da erradicação deste último, pelo primeiro. O acesso ao refinamento dos costumes e conhecimento insipiente das ciências da época não deveria ser de livre acesso para todos, pois, no entendimento das classes dominantes do período em tela, isso representaria o surgimento de inúmeros problemas, pois se as classes inferiores deixassem de ser ignorantes além de se rebelarem contra sua condição, abandonariam a execução de seus trabalhos.

Vetar o direito ao refinamento dos hábitos das classes inferiores não significava em absoluto que elas não conseguissem burlar a ordem vigente e se apropriar dos costumes da corte e como estamos nos referindo a um mundo percebido pelo visual, onde a “primeira impressão” era muito importante, concordamos com Renato Janine Ribeiro quando diz que “pelas boas maneiras não é possível discernir com precisão os graus da sociedade: elas marcam apenas uma ruptura, entre o refinamento e a rudeza. Além disso, como são fáceis de copiar, as fronteiras se apagam”.¹⁵⁵

Se de um lado a nobreza criava e estimulava a etiqueta e a ordem cortesã, por outro, o povo continuou a propagar suas tradições (os costumes populares) até que essas assumiram aos olhos “educados” da elite, uma configuração ameaçadora, sobretudo nos movimentos revoltosos que surgiram no decorrer dos oitocentos. As “classes perigosas” despertavam cuidados e temor, pois assim como na Europa “o espectro das multidões incontroláveis dos anos revolucionários faz-se presente a cada momento da vida cotidiana, como força em repouso de uma sociedade que se autoconcebe constituída sobre o marco do recolhimento da pobreza no campo da política”.¹⁵⁶ A decisão de “educar” as classes menos favorecidas buscou arrastá-las para a luz da civilização, impondo a estes, o que Elias definiu como uma “segunda natureza”, ou seja, a estrutura psíquica individual moldada pelas atitudes sociais¹⁵⁷, onde o comportamento e formas

¹⁵⁵ Idem., p. 19.

¹⁵⁶ BRESCIANI, op. cit., p. 109-110.

¹⁵⁷ Cf. ELIAS, op. cit.

de discurso são gradualmente transformados pelo crescente domínio da vergonha das atitudes antepassadas mediante o aparecimento de uma cultura considerada elevada.

O auto-controle era cada vez mais imposto por uma rede complexa de conexões sociais. Sob constante vigilância, tais pessoas passam a ter seus hábitos cotidianos vigiados, normatizados e qualquer menção de desvio deveriam ser censurados pela ação severa da polícia. Para que o sentimento de evolução social e de política ilustrada planejado para o Brasil desse certo, o Estado determinava que “da população cuidava a polícia e da cidade cuidaria o urbanismo”,¹⁵⁸ apoiado pela razão e a ciência.

O desenvolvimento comercial das cidades brasileiras trouxe o contato com diversas esferas da vida social local com as sociedades distantes. Contudo, não representou a homogeneização da sociedade, mas sim, o envolvimento em uma complexa relação de trocas, impulsionadas pelos negócios, uma verdadeira rede de interações diversificadas. Por isso, podemos notar, no campo dos costumes, que essa convivência constante levou ao choque entre as visões de mundo, provocando reações de admiração, repulsa ou complacência.

Durante o século XIX no Brasil assim como no Recife, a interação das mentalidades acarretou a busca pela supressão de um passado marcado pela “selvageria” e “rudeza”, eliminando traços materiais e simbólicos desse tempo. Produzindo ao mesmo tempo combinações e transculturações, responsáveis por novas interpretações dos significados e temas culturais.

Foi também nesse período que a valorização do indivíduo conduziu a vida social. Embora as ideologias individuais se mostrassem variadas e complexas, elas atuavam dentro de um contexto que acabava por gerar um novo quadro de valores que se opunham a ordem hierárquica tradicional. Somemos a isso, o fato de que dentro da remodelação social que se instaurava crescia a desigualdade entre as classes, o que levou ao surgimento de várias tensões e conflitos, onde as interpretações e construções da realidade vivida estavam impregnadas de descontinuidades dentro das relações sociais.

¹⁵⁸ PECHMAN, Op. cit. p. 17.

É com base nessas ideias que observaremos nos capítulos seguintes que as transformações materiais associadas as novidades tecnológicas que chegaram ao Recife durante os oitocentos vão promover efeitos diversos para toda sociedade, pois alguns grupos e segmentos viveram de forma mais intensa esse período de modernização, outros nem tanto. Mesmo com esse descompasso isso não significa que crenças e vivências de outros domínios ou contextos desapareceram.



A rua constituía um pecado tão feio!
Rua tinha sabor de cousa proibida
E de má fama.
Moleque de rua...
Povo de rua...
Mulher de rua...
Bolo de rua...
Namoro de porta de rua
Mas arruar era tão gostoso!
E a cadeirinha proporcionava esse gozo,
Como uma espécie de poder isolador,
Vendo-se tudo sem perigo de contágio.¹⁵⁹

¹⁵⁹ SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. – Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 08.

Com o convívio mais próximo entre estrangeiros e recifenses logo os costumes europeus passam a ser incorporados ao cotidiano citadino. Sendo Assim, as considerações tratadas nesse capítulo partem de uma reflexão sobre os esforços feitos pelo poder público entre as décadas de 1830 e 1880 para modernizar o Recife através da criação de instituições responsáveis por normatizar, higienizar e executar obras e serviços que visavam a organização do corpo social e estrutural da cidade. Juntos policiais, médicos e engenheiros compunham uma frente civilizacional que disseminou a criação de um contexto urbano influenciado pela atuação de serviços, equipamentos culturais e obras públicas que estimulou a modificação no comportamento da classe burguesa. Inclusive contando com o apoio do comércio local que serviu como meio de veiculação da modernidade européia no interior de suas residências.

2. 1. O Recife dos oitocentos: a transição de vila à cidade.

Após um período de estagnação econômica originada pela queda no comércio de exportação do açúcar para Europa, entre a segunda metade do século XVII e fins do século XVIII, a Vila de Santo Antonio do Recife retomou seu crescimento graças a fatores econômicos e políticos favoráveis tais como: o aumento do consumo do algodão produzido em terras pernambucanas pelo mercado exterior levando a ampliação da área de cultivo no interior da capitania, elevando o poder aquisitivo dos pequenos produtores; a retomada do comércio açucareiro – devido aos problemas e declínio da produção antilhana - associado à elevação dos preços; assim como, a abertura dos portos em 1808, possibilitando o contato direto com os importadores europeus, em particular com a Inglaterra, principal consumidor e revendedor dos produtos portugueses e de suas colônias.

O exigente mercado consumidor europeu levou a implantação de métodos mais eficazes de cultivo e de colheita através de inovações tecnológicas, gerando com isso uma oferta mais ampla. Por esse período as primeiras medidas de modernização do Brasil foram aplicadas nos meios de produção agrícola, sua principal fonte de recursos financeiros e nesse sentido Pernambuco não foi exceção.

No início dos oitocentos o crescimento econômico do Recife, assim como sua importância política diante do cenário brasileiro elevou a sua categoria de vila à cidade (1823), passando posteriormente a ser capital da província de Pernambuco (1827). Com a crescente movimentação portuária, Pernambuco retomou o posto de principal rota de escoamento da produção das províncias vizinhas, permitindo um fortalecimento das atividades comerciais, assim como, o desenvolvimento dos serviços da insipiente indústria ligada ao comércio de exportação e à administração pública. Tais atividades também foram responsáveis pelo crescimento rápido do tecido urbano e populacional, sobretudo a partir da década de 1830¹⁶⁰.

O contato mais próximo entre estrangeiros (alemães, belgas, franceses, italianos, ingleses, etc.)¹⁶¹ e os comerciantes locais, despertou uma percepção, por parte desses últimos, do novo contexto social urbano vigente na Europa originado a partir das Revoluções Industriais inglesas e da revolução política francesa,¹⁶² despertando o interesse das elites locais de inserirem-se nessa conjuntura, sem que para isso fosse alterado suas estruturas de poder vigentes. Outro contato também despertou esse interesse, este era estabelecido quando os recifenses que saíam daqui para Europa, no intuito de estudar, visitar ou estabelecer negócios e voltavam embevecidos com as “maravilhas” vistas por lá.

O movimento portuário proporcionou a um grande número de pessoas de hábitos diferente e oriundo dos mais diversos lugares o convívio diário com os que moravam no Recife. Dentre essa miríade de forasteiros, duas nacionalidades destacavam-se, pois seus países de origem estavam encabeçando as mudanças ocorridas no continente europeu: os ingleses, que no decorrer dos oitocentos dominaram o comércio e fundaram estabelecimentos bancários,

¹⁶⁰ Marcus Carvalho, a respeito desse assunto, nos explica que a população da cidade teve um aumento acelerado depois de 1808. Este aumento se deu, entre outros fatores, devido à Independência, que permitiu através dissolução dos últimos laços restritivos ao capital mercantil, proporcionar novas oportunidades ao comércio, expandindo a comercialização à retalho, assim como, a ampliação do espaço urbano que acabou por conglomerar áreas onde algum tempo atrás se plantava cana-de-açúcar. Cf. CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. p. 47-48.

¹⁶¹ Gostaríamos de chamar atenção para os gentílicos usados, embora cientes que no período em tela, muitos desses estados ainda não tivessem sido formados, achamos melhor trazer essas denominações modernas para melhor entendimento do contexto.

¹⁶² O estabelecimento da corte no Rio de Janeiro foi o primeiro passo para disseminação da ideia de modernidade urbana, logo após veio o movimento de independência que reforçava esse desejo de “rompimento” com o passado de subjugação e selvageria colonial; por fim os modelos parisienses de comportamento; essas influências eram tamanhas que os modelos (arquitetônicos, artísticos, costumes etc.) passavam a ser adotados tentando com isso a inserção no ambiente da “civilidade”. Como o Recife era uma das principais cidades brasileiras, não poderia ficar de fora de uma nova realidade que buscava “evolução”, ao longo desse processo, a modernização da cidade teve como principal motivação os interesses políticos.

assumindo serviços portuários e ferroviários com seu elevado grau de desenvolvimento e mecanização, introduzindo também novas técnicas de construção ¹⁶³; e os franceses que vieram ao Recife trazendo seus conhecimentos urbanísticos e arquitetônicos, sua cultura, sua arte, sua elegância e desenvoltura, considerados como um modelo de civilidade a ser seguido. Para a classe burguesa local (formada em sua maioria por comerciantes, senhores de engenho, políticos, militares, entre outros) essas maneiras adaptavam-se perfeitamente às suas necessidades de ajustar seus modos, introduzindo-os à civilização. Entretanto, para que houvesse um desvencilhamento do passado colonial considerado então como “bárbaro”, não só os costumes deveriam ser adaptados como também o cenário urbano, passando por mudanças que estivessem em sintonia com os novos modos “de pensar e fazer a cidade, principalmente com a arquitetura neoclássica, quebrando assim a dominância das concepções luso-brasileiras”.¹⁶⁴

É importante notarmos que o “desejo” e a “adoção”¹⁶⁵ de um novo comportamento, marcado pela normatização do corpo, refinamento dos gestos e falas, maior esmero com a aparência tanto do indivíduo como de sua moradia, não foi um processo que tomou toda a sociedade pernambucana de forma instantânea e homogênea. Ele foi iniciado a princípio de forma lenta entre as esferas dominantes que estavam ligadas ao cotidiano comercial do porto, pois era nesse espaço que as convivências se intensificavam, a partir daí disseminando-se entre o cotidiano das famílias ricas da cidade. Essa “educação para vida urbana moderna” posteriormente alcançou o campo da insipiente instrução infantil – onde se oferecia o ensino à moda inglesa para os meninos e a moda francesa para meninas¹⁶⁶ – apostando-se numa formação em médio prazo de uma nova geração de recifenses educados à guisa européia.¹⁶⁷

¹⁶³ Segundo Ney Brito, embora os ingleses mantivessem com o Recife amplas transações comerciais e fossem responsáveis posteriormente pela introdução de produtos, serviços e tecnologias na cidade, seus hábitos e costumes despertaram na elite conservadora e católica, inúmeras desconfianças. Cf. DANTAS, Ney Brito. **Entre Coquetes e Chicos-Machos** (uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2003.

¹⁶⁴ CARNEIRO. Op. cit., 2005. p. 33

¹⁶⁵ Não querendo correr o risco de uma interpretação adversa, explicamos que a opção por utilizar esses termos vem das seguintes definições: o primeiro no sentido de anseio e o segundo no sentido de acolhimento.

¹⁶⁶ Mesmo que os hábitos ingleses não fossem bem vistos de uma forma generalizada, a rígida moral da educação formal inglesa para os meninos visava formar não só profissionais como também, homens racionais que interiorizavam valores normativos da sociedade civilizada.

¹⁶⁷ Vale lembrar que na primeira metade dos oitocentos os estabelecimentos de ensino no Recife eram em número bastante resumido, muitas crianças foram educadas em casa e tiveram como mestres religiosos ou estrangeiros.

A urbe recifense apresentava nesse começo de século uma forma barroca de ser, tanto em sua estrutura – com construções monumentais como igrejas, sobrados, fortificações além de possuir uma complexa rede de ruas, becos e vielas - como no modo de seus habitantes – grande parte deles muito religiosos. Para os estrangeiros recém-chegados, a cidade inspirava um ar pitoresco que ora deslumbrava, ora decepcionava, despertando as mais diferentes impressões, principalmente aos europeus. Para termos uma ideia, usemos mais uma vez as memórias deixadas pela inglesa Maria Graham; observemos sua descrição do Recife na segunda década do século XIX:

É uma localidade singular, adequada para o comércio. Fica em diversos bancos de areia, separados por angras de água salgada e pela foz de dois rios de água doce, ligados por três pontes e divididos em igual número de bairros: **Recife**, acertadamente chamado, onde estão as fortificações, o arsenal e o comércio; **Santo Antonio**, onde estão o palácio do Governo, e duas igrejas principais, uma para os brancos e outra para os pretos; e **Boa Vista**, onde moram os comerciantes mais ricos, ou os habitantes mais desocupados, entre o seus jardins e onde os conventos, as igrejas e o palácio do bispo dão um ar de importância às habitações muito elegantes em torno deles.

(...) Ficamos assaz surpreendidos com a beleza da paisagem. As construções são bastante largas e brancas, a terra baixa e arenosa, salpicada de tufos verdes de vegetação e ornada de palmeiras.¹⁶⁸

Já para o francês Tollenare, que esteve na cidade alguns anos antes de Mrs. Graham, não compartilhava do mesmo encantamento, para ele o quadro se mostrava outro:

O bairro da península, ou o **Recife** propriamente dito é o mais antigo e movimentado, e também o mais mal edificado e o menos asseado (...) A ilha de **Santo Antonio**, à qual dá acesso uma ponte arruinada (...) tem ruas um pouco mais largas do que as do Recife. Encontra-se ali uma praça quadrada, onde estão construindo um mercado coberto (...) Este bairro é habitado por muitos brasileiros brancos natos, e mulatos e negros livres. (...) Quando se lança um olhar as casas baixas de Santo Antonio e **Boa Vista**, vê-se mulheres brasileiras seminuas, acoradas ou deitadas sobre esteiras. Estas mulheres quase nada deixam a desejar à curiosidade libertina.¹⁶⁹

¹⁶⁸ GRAHAM, op. cit., p. 129/131. (grifos nossos)

¹⁶⁹ TOLLENARE, op. cit., p. 20/22. (grifos nossos)

Até 1817, as dimensões urbanas do Recife abrangiam apenas as freguesias de Frei Pedro Gonçalves (atual bairro do Recife Antigo) e Santo Antonio. Seu crescimento veio através da provisão de 06 de dezembro do mesmo ano onde a resolução determinava a adesão das povoações dos Afogados e da freguesia da Boa Vista, desmembradas do termo de Olinda. Logo, em 20 de maio de 1833, a presidência da Província decidiu anexar ao Recife as freguesias da Várzea, de Jaboatão e parte de São Lourenço. Em 1844, devido à grande concentração populacional de Santo Antonio, foi decidido que deveria ser criada a freguesia de São José, dividindo o espaço e tornando, pelo menos aos pensamentos da época mais fácil de administrar os problemas lá encontrados (podemos observar na imagem 07 a formação da estrutura urbana, onde pode ser identificadas as freguesias centrais). A partir de então, a cidade passou a ter duas áreas: a primeira, urbana, formada por quatro freguesias centrais; e a segunda, formada pelos “diversos núcleos urbanos, originados dos engenhos e agrupamentos lineares ao longo das vias de ligação entre os núcleos periféricos e núcleo central”¹⁷⁰ e que deram origem aos chamados arrabaldes ou arredores. Dentre essas destacamos as localidades dos Afogados, do Arraial, da Barreta, do Barro, de Boa Viagem, de Casa Forte, de Chora Menino, dos Coelhos, do Cordeiro do Monteiro e da Várzea.

Sendo assim, como podemos identificar na imagem 07 (página seguinte), a região central do Recife em meados do século XIX era formada por quatro freguesias: **São Frei Pedro Gonçalves (1)** era o portal de entrada da província, zona portuária, cheia de ruas estreitas e sobrados altos, o centro financeiro da cidade, com seu mercado de algodão, bancos, praça e Associação Comercial, armazéns de açúcar e lojas de produtos importados, inúmeras tavernas e prostíbulos. Quase todas suas ruas eram calçadas, com exceção de uma. Ligava-se pela ponte do Recife a freguesia de **Santo Antonio (2)** local que abrigava o comércio elegante e a retalho, onde localizava-se a maioria dos prédios públicos (o Palácio da Presidência, o Teatro de Santa Isabel, a Câmara Municipal etc.), além de várias igrejas e conventos, suas ruas eram largas e não calçadas, os domicílios eram formados por casas em sua maioria de um andar e sobrados, no caso desses últimos a parte térrea era usada como armazéns, lojas, tavernas, oficinas, cocheiras etc.; ao Sul de Santo Antonio estava a freguesia de **São José (3)** zona de traçado irregular, também possuía algumas igrejas, lá ficava o mercado público da cidade e a Fortaleza das Cinco Pontas; suas ruas eram estreitas e labirínticas, repleta de sobrados, muitos deles de condições

¹⁷⁰ LUMBABO, Cátia Wanderley. **O bairro do Recife:** entre o Corpo Santo e o Marco Zero. – Recife: CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991. p. 28.

insalubres, local muito procurado por aqueles recém chegados à cidade e que não tinham onde morar ou dinheiro para pagar os caros aluguéis das demais freguesias. E por fim, a **Boa Vista (4)** distribuída em quadras, com ruas amplas e calçadas, praças e pátios, muitas casas de um único pavimento com quintais amplos, farta em vegetação e quase que exclusivamente residencial ligava-se a Santo Antonio pela ponte também chamada de Boa Vista.



Imagem 07: Plano do Porto e Praça de Pernambuco (1808)
Autor: José Fernandes Portugal. **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Durante as primeiras duas décadas dos oitocentos o poder público ampliou suas atribuições sobre a gestão do espaço e à normatização do uso do solo urbano, pois as condições estruturais do Recife apresentavam um quadro desolador. Como o espaço físico citadino era escasso e a localidade crescia estrangulada entre o mar, os rios e os pântanos era preciso ganhar mais terreno para dar vazão ao crescimento urbano, por isso ações como drenagem, escoamentos e aterros, tanto nos leitos dos rios, como em áreas incrustadas nas freguesias de Santo Antonio, São José e Boa Vista foram realizadas. Vale ressaltar que estas obras foram executadas de forma intermitente ora de acordo com a ocupação humana, ora através do interesse da administração pública. Configuravam como prioridades o projeto e execução de obras que possibilitassem uma maior fruição do movimento urbano, inclusive se utilizando cada vez mais dos transportes terrestres para facilitar a comunicação entre a capital e as localidades vizinhas, a manutenção nos logradouros públicos, o abastecimento de água e o esgotamento dos dejetos. Além disso, organizar as obras realizadas por particulares sem o devido planejamento.

Superar as dificuldades impostas pela natureza não se configurava como uma novidade, desde o período flamengo o Recife convivia com essa condição. No entanto, a velocidade instigada pelo crescimento econômico deu um tom de urgência. Para aqueles responsáveis pelo planejamento da evolução estrutural da época esse processo não representava uma mera domesticação da natureza (derrubamento de árvores, desvios de cursos d'água, etc.) era visto mais como uma comunhão entre homem e ambiente natural. Foi esse sentimento de comunhão que levou a cidade a assumir, pelo menos aos olhares das classes dominantes da época, um caráter de obra de arte humana, sentimento reforçado durante a segunda metade do século XIX com a adaptação do ambiente à necessidade da população, moldando sua forma e decorando sua fisionomia com construções elegantes.

Termos como *arte* – no sentido de modelagem do meio-ambiente por instrumentos e técnicas criadas pelo homem, para atender as necessidades humanas; e *natureza* - conjunto de elementos naturais (rios, vegetação, mar, arrecifes, etc.) que emprestavam a cidade uma beleza natural. Foram muito recorrentes para definir a cidade, a “nova sociedade civilizada” recifense reconhecia o estabelecimento do progresso através da mesclagem entre a paisagem bucólica e a moderna, rendendo ardentes exaltações, dentre elas a de *Veneza Americana*, dada pelo poeta

Gonçalves Dias, em 1848, contribuindo para uma consolidação do sentimento para a vocação do Recife: configurar dentre as mais bonitas e modernas cidades do mundo.

O funcionamento da cidade continuava a apresentar muitas dificuldades, para saná-los a administração pública empenhou-se na criação de planos e posturas (alguns deles nem chegaram a ser executados ou sofreram modificações diante das dificuldades encontradas), a ação desordenada do homem sobre o espaço citadino resultava em diversos problemas, a recém nomeada capital da província de Pernambuco era suja e mal-ordenada. Foi a partir de meados da década de 1840 e por influência do discurso médico e a teoria dos miasmas¹⁷¹ que o Recife passou a ser considerado uma cidade doente. A persistência das insuficiências estruturais associada à ação humana resultava em prejuízos tanto para a cidade como para a saúde pública, levando a situações críticas nos períodos de epidemias¹⁷² ou de ação da natureza, como nos períodos de chuva prolongada. Um exemplo disso está estampado em um artigo publicado no Diário de Pernambuco de 27 de julho de 1854, na seção Comunicados. Os três dias de chuva iniciados no dia 22 de julho resultaram no alagamento de boa parte das freguesias de Santo Antonio e da Boa Vista, onde um “espaço de mais de quatro léguas quadradas oferecia a vista de um mar mediterrâneo; em muitos lugares cresceram as águas mais de 50 palmos”. As causas apontadas para a trágica ação das águas dos Rios Capibaribe e Beberibe sobre as freguesias foram assim descritas “os desaguadeiros desses dois rios estão reduzidos por uma imprevidência indesculpável, a pequenos canais, bem por sucessivos aterros ou por construções, que têm obstruído todas as saídas das águas”.¹⁷³

A preocupação sobre melhoria das condições estruturais estava sempre presente nos discursos políticos, médicos e civis durante esse período, gerando estudos, propostas e projetos. A segurança pública era outro item que também se configurava como uma das preocupações

¹⁷¹ Defendia a ideia de que os vapores ou miasmas pútridos exalados das áreas pantanosas, águas estagnadas ou mesmo os ares noturnos poderiam causar doenças às pessoas que tinham contato com eles.

¹⁷² Durante a segunda metade dos oitocentos a cidade foi eivada por diversas epidemias, algumas delas com elevado número de óbitos. De 1851 a 1855 tivemos varíola, malária, febre amarela, disenteria, sarampo e coqueluche; entre 1856 a 1860 apareceram a cólera-morbo com 3.344 mortes, além de varíola, febre amarela, sarampo, coqueluche, a difteria e escarlatina; de 1861 a 1865 foi a vez da cólera, da varíola, da febre amarela, do sarampo, da coqueluche e da difteria; de 1866 a 1870, disenteria, varíola, sarampo e coqueluche; de 1871 a 1875, febre amarela, coqueluche e beribéri; entre 1876 a 1880, varíola, malária, disenteria, sarampo e beribéri. Cf. ROCHA, Leduar de Assis. **História da Medicina em Pernambuco**. – Recife: Arquivo Público Estadual, 1962., p. 227-244.

¹⁷³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)**. v. II – Recife: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1975. p. 801.

não apenas do poder público, como também dos habitantes. Embora algumas freguesias já contassem com uma melhoria na ordenação do espaço, grande parte o Recife era um misto de ruas estreitas, becos, vielas mal iluminadas em sua maioria de terra batida, lugar propício para ação dos gatunos e “facinorosos”. Mesmo havendo um esforço por parte do corpo policial em manter a ordem, muitos incidentes aconteciam, tanto que os moradores de certas localidades utilizavam-se dos periódicos da época para divulgar as denúncias sobre as dificuldades e a grave situação em que se encontravam. A própria polícia, instituição que à priori deveria contribuir para a ordem era, em muitos casos, acusada de contribuir para a proliferação dos problemas através de sua ineficácia e conivência com certos atos.

Os jornais da época se configuravam como excelentes veículos para as reclamações não só contra as ações do governo, no sentido de denunciar a utilização do dinheiro público de forma irregular para as obras de modernização da cidade; como também para outras questões que envolviam a ordem, a segurança, a higiene e a saúde. Essas denúncias embaçavam o brilho da marcha rumo ao progresso que a burguesia tanto se orgulhava. Além das já mencionadas críticas aos novos costumes, choviam reclamações, pedidos, denúncias sobre problemas de “incivilidade” da população. Um bom exemplo disso encontramos n’**O Imparcial**¹⁷⁴, o então assinado *Testemunha ocular* delatava o caso de um comerciante que foi espancado na freguesia de São José por alguns rapazes de família abastada que foram denunciados por estarem de “namoro escandaloso com escravas de certa casa”, ao final do espancamento, quando a vítima foi queixar-se com as autoridades, no lugar de ser ouvido acabou preso.¹⁷⁵

Outros casos, também ocorridos em São José, apareceram na edição n. 35, tratavam de queixas, ora sobre a inaptidão da polícia em agir em casos de violência ao público, ora pelo abuso de poder. Como no caso do soldado de artífices que sofreu uma agressão na Rua do Bom Gosto e o inspetor de polícia fez “corpo mole” para ir ao encalço do criminoso que acabou

¹⁷⁴ Periódico que circulou entre 15 de setembro de 1858 a 22 de dezembro de 1859, destinado de tiragem bissemanal, possuía uma série de críticas à política daquele período, tais como “Lições Políticas – Morais”, “Carta de João de Zeribanda ao Seu irmão Olho de Retrós”, “cartas do Marquês de Qui-Qui-Riqui ao seu compadre Barão de Salta Matinho” entre outras; seus alvos principais eram o Partido Liberal, as ações da Assembléia Provincial, o clero, assim como a oligarquia Rego Barros – Cavalcanti e o Diário de Pernambuco; também era comum encontrar em suas páginas notícias e opiniões irônicas a respeito dos problemas constantes encontrados na cidade, os seus denunciadores geralmente assinavam com pseudônimos curiosos para evitarem represálias. O periódico teve como redator Joaquim Manuel de Carvalho. Para mais informações Cf. NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco (1824-1954)**. v. V – Periódicos do Recife (1851-1875) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970. p. 112-113.

¹⁷⁵ **O Imparcial**, n. 34, 03 de dezembro de 1858. APEJE. p. 04.

fugindo. Ou ainda, a invasão feita por um escrivão em uma loja sem as “devidas formalidades da lei” para efetuar prisão sem ter um mandado de busca, nem tão pouco, autoridade para isso¹⁷⁶, o denunciante desses dois episódios – que assinava sob o pseudônimo de *o espião da esquina* - indignado pedia providências em nome da civilidade e bons costumes.

Em 04 de abril de 1859, veio a denúncia sobre um inspetor de quarteirão conhecido como *Mata Mãe* que ao invés de evitar o acontecimento de distúrbios, ele próprio provocava discussões com os moradores do Cabanga (freguesia de São José), sendo assim, *O amigo da ordem*, outro queixoso pedia providências e buscava resguardar sua identidade para não ser, quem sabe, alvo de possíveis represálias.¹⁷⁷

Os benefícios da modernização estrutural da cidade definitivamente não eram para todos, na Rua Augusta, por exemplo, também na freguesia de São José, mesmo sendo local onde residia um subdelegado e cerca de vinte e cinco a vinte e seis inspetores de quarteirão, sofriam com a falta de iluminação, o que proporcionava aos gatunos e assaltantes de plantão, um verdadeiro deleite, assim nos conta *O Enfermo dos Lázaros*, na edição nº. 62 de *O Imparcial*.¹⁷⁸

Durante o período em que a cidade passou por modificações estruturais, a imprensa acompanhou de perto esse processo observando tanto as ações, quanto os descasos, culpando a má administração do governo e da Assembléia provincial. Uma profusão de periódicos e jornais tomou as ruas do Recife a partir da década de 1840, muitos deles foram criados com o objetivo de criticar a situação econômica e política da província e de sua capital. Podemos citar como alguns exemplos: **A Ponte da Boa Vista**¹⁷⁹ que era essencialmente de crítica política, com artigos e notas que ridicularizavam os prefeitos de comarca, deputados e senadores, estes dois últimos inclusive eram apelidados de “Chimangos”; o **Guarda Nacional**¹⁸⁰ foi um dos mais

¹⁷⁶ Idem, n. 35, 10 de janeiro de 1859. APEJE. p. 04.

¹⁷⁷ Idem, n. 52, 04 de abril de 1859. APEJE. p. 04.

¹⁷⁸ Idem, n. 62, 01 de junho de 1959. APEJE. p. 04

¹⁷⁹ De vida breve, esse periódico entrou em circulação em 11 de junho de 1835 e funcionou até 28 de abril de 1836, sua circulação era irregular. Cf. NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco (1824-1954)**. v. IV – Periódicos do Recife (1821-1850) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p. 135-137.

¹⁸⁰ Surgido em 09 de dezembro de 1842 e funcionou até 03 de janeiro de 1849, circulava de segunda a sábado, sua publicação foi interrompida nos seguintes períodos: 13/12/1844 (n.132) a 16/02/44 (n. 1); 13/03/1846 (n.6) a 03/11/1847 (n. 4); 03/12/1847 (n. 4) a 23/10/48 (n. 1). Tinha como redator Jerônimo Vilela de Castro Tavares (que atuou em outros periódicos opositores ao governo como **A Imprensa**, **Dona Liga** e **O Mundo da Lua**) e Luiz Ignácio Ribeiro Roma (fundador do **Diário Novo** um dos principais opositores do Diário de Pernambuco) era filho do Padre Roma e irmão do militar revolucionário José Ignácio de Abreu e Lima que lutou ao lado de Bolívar na Venezuela. Cf. NASCIMENTO, op. cit., p. 176 – 185.

ferrenhos críticos do governo de Francisco do Rego Barros¹⁸¹ em parceria com o Diário Novo, todos os aspectos de sua administração eram constantemente dissecados e expostos, desde grandiosos gastos para construções de prédios públicos, a contratação de mão-de-obra estrangeira, sobretudo do engenheiro Vauthier, a violência nas comarcas do interior, a falta de limpeza pública, etc. mesmo após a gestão de Rego Barros, o jornal continuou resistindo aos políticos da situação; **O Diário Novo**¹⁸² criado com o objetivo de ser oposição ao Diário de Pernambuco - que era usado pelos políticos dominantes desse período para propagar e propagandear suas ideias e ações – também representou uma forte fonte de críticas ao governo do Barão da Boa Vista (Rego Barros) e o gabinete que sustentava, o jornal era formado pelas seguintes seções: exterior, comunicados, correspondências, reuniões parlamentares, teatro, poesias (raras), variedades, avisos diversos e anúncios de escravos fugidos; já no caso d’**O Formigão**¹⁸³ as críticas encontradas eram sobre os problemas cotidianos da cidade e os personagens públicos que ali viviam; longe da sisudez que marcavam as colunas dos acima citados as colunas de nome “El Nicolau Segundo, Palmatória do Mundo” e “Ferroadas do Formigão” apontavam com humor as figuras e ações caricatas que existiam durante sua breve existência.

Outra excelente fonte de denúncia dos problemas da cidade é o **Jornal do Recife**¹⁸⁴ com sua seção **Gazetilha** onde as mais ferrenhas críticas e notícias a respeito dos problemas da cidade eram expostas, no número 191 datado de 19 de agosto de 1868, podemos encontrar:

¹⁸¹ Assumiu o cargo de presidente da província de Pernambuco por duas vezes entre de 1837 a 1844. Nesse período, decidido a modernizar e higienizar a capital pernambucana, mandou buscar engenheiros franceses de renome para remodelar o sítio urbano adequando-o aos padrões vigentes em cidades como Paris, incentivou as artes e as ciências, elevando o Recife ao conceito das grandes cidades modernas da época. Mas nem tudo foram glórias, seu governo sofreu duras críticas devido ao grande dispêndio do dinheiro público.

¹⁸² Circulou entre 1º de agosto de 1842 a 08 de abril de 1852, era de tiragem diária com excessão do domingo. Substituiu o Echo da Religião e do Império, fundado por Ignácio Ribeiro Roma e João Batista de Sá, redator principal Deputado Nunes Machado, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e Félix Peixoto Brito, Felipe Lopes Neto, Gal. José Ignácio de Abreu e Lima. Em Julho de 1845 tornou-se órgão oficial, voltando a ser de oposição em 1848. Publicações interrompidas em 1849 (jan-abr; abr-set) e 15/11/1949 a 02/02/1852. Cf. NASCIMENTO, op. cit., v. II p. 32 – 49.

¹⁸³ Teve sua estréia em 07 de setembro de 1850 e seu término em 05 de dezembro do mesmo ano.

¹⁸⁴ A princípio vinha com o subtítulo: Revista semanal de Ciências, Letras e Artes. Possuía uma tiragem semanal, a partir de 1862 passou a ser diário, posteriormente passou a diário e no início do século XX tinha duas edições: matutina e vespertina. Trazia colunas informativas entre elas, sobre o movimento do porto, a situação política local e nacional, romances de fundo moral, uma vasta seção de anúncios, uma coluna para publicação de cartas à redação e a seção de curiosidades e variedades chamada: Gazetilha. Funcionou entre 01 de janeiro de 1859 até 08 de janeiro de 1938 e teve durante muito tempo como proprietário, diretor e redator-principal: José de Vasconcelos sendo substituído a partir de 1887 por Sigismundo Gonçalves e Ulisses Viana. Maiores informações Cf. Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco (1824-1954)**. v. II – Diários do Recife (1829-1900) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1966. p. 92-159.

“**Econtroadella** – hontem ás 5 horas da tarde uma preta, que levava á cabeça um taboleiro com doces, e que ia pela ponte 7 de setembro, levou uma encontroadella da um cavalleiro, que a seu turno foi empurrado por uma matuto que também ia montado. A preta ficou bastante maltratada.

Esterqueira – torna-se preciso que seja varrido o espaço calçado em frente ao theatro de Santa Isabel, visto estar cheio de lixo.

Lamaçal – o becco das Miudinhas, na freguesia do Recife, é um vasto, profundo e fétido lamaçal de um extremo a outro. Convém que se providencie a respeito”.¹⁸⁵

Nem o Teatro Santa Isabel - local onde as famílias importantes poderiam encontrar diversão adequada ao seu gosto “refinado” – era poupado dos hábitos “populares” e “selvagens” da população, tal local não era apenas visitado para reuniões tão ilustres como apareceu na seção do número 169, de 27 de julho de 1868:

“**Theatro de Santa Izabel** – o governo esta gastando dinheiro com reparos e pintura interna e externa do theatro de Santa Izabel; porém se não tomar providencias para que seja conservado o aceio em que se está pondo aquelle edificio, de nada valerá o que se faz alli actualmente, hajão vista os novos depósitos de urina, que já se vão formando outra vez em cada ângulo do edificio.

É, pois, com conveniente que uma sentinela, vede com a sua presença que os selvagens convertam em praia as calçadas de um tão bello edificio publico, com grande escândalo e vergonha da população civilisada”.¹⁸⁶

Mesmo passando por um período de transformação e modernização dos costumes ainda era muito forte a influência da religião católica na vida das pessoas, um exemplo é o incômodo infligido durante o período da semana santa (momento de reclusão, comiseração e respeito, nessa ocasião era costume de homens e mulheres usarem roupas de cor sóbria, evitando as muito coloridas, falava-se baixo por todos os lugares, faziam-se novenas, jejuns e penitências, tudo para reverenciar o sofrimento passado por Jesus Cristo) aos moradores da Rua do Imperador. Para sua infelicidade existia um indivíduo que ou por não se importar ou como forma prestar respeito ao Senhor morto ao invés do silêncio preferia o som de violões, é o que consta na queixa assinada pelo senhor de codinome *O Incomodado*, no número 83, do mesmo jornal acima citado, datado de 11 de abril de 1865, reclamava sobre a inquietação da paz pública:

Escândalo – estamos na semana santa, e notamos um dilettanti a forciori, na rua do Imperador, que nos atormenta com seu violão e voz de sanfona: não seria melhor empregar seu tempo em mister relativo à semana em que estamos?¹⁸⁷

¹⁸⁵ **Jornal do Recife**, n. 191, 19 de agosto de 1868. APEJE. p. 02.

¹⁸⁶ Idem, n. 169, 27 de julho de 1868. APEJE. p. 01.

¹⁸⁷ Idem, n. 83, 11 de abril de 1865. APEJE. p. 02.

O Recife ansiava por mudanças, mas não abria mão de sua vocação religiosa, era uma sociedade edificada sobre os mais severos pilares da fé católica, onde o corpo deveria ser resguardado dos olhos curiosos e não despertasse sentimentos pecaminosos. Tendo isso em mente imaginemos o rebuliço e choque causado pela visão de vários corpos masculinos nus em via pública, sem dúvida um duro golpe para a austeridade e moral que se tentava estabelecer nesse período. O referido evento ocorreu no fim de tarde de 16 de dezembro de 1868, e certamente não passou despercebido, sendo registrado com indignação colérica, observemos:

Immoralidade – hontem, ás 5 horas e meia da tarde, cerca de 25 a 30 homens brancos, pardos e pretos, e que acabavam de descarregar carvão, banhavam-se nus na rampa do sul do caes do teatro de Santa Izabel, e nós subiram para o caes aonde tomaram então a roupa. A vista de uma tal scena, força é confessar que **retrogradamos na escala da civilização.**¹⁸⁸

Mesmo com as dificuldades encontradas a cidade não parava de crescer. Com a ajuda das estradas, linhas de trem e dos bondes à muar, o Recife se estendia e intensificava o desenvolvimento das localidades em seus arredores. Eixos direcionais originaram a penetração da vida urbana no meio rural: na direção Norte através de Santo Amaro e Campo Grande em direção à Olinda; para Oeste em direção à Apipucos (localidade preferida para o veraneio das famílias abastadas, por oferecer clima ameno, vegetação abundante e banhos no rio Capibaribe), Dois Irmãos e Caxangá; e ao Sul em direção a Afogados e Jiquiá.

Com o desenvolvimento e modernização do sistema de transportes, os habitantes dessas e outras localidades poderiam se deslocar com mais facilidade para o Recife - para interação e aquisição dos produtos “recentemente chegados da Europa” e serviços, como também para negociar as safras produzidas em suas terras. – da mesma forma os moradores da cidade passaram a visitar mais o campo. Estações de veraneio em Olinda e Apipucos eram muito procuradas no período das festas¹⁸⁹ ou em outras ocasiões, como exemplo, a festa de Nossa Senhora da Saúde, no Poço da Panela, região a oeste da capital, vizinha a Apipucos, festividade muito popular nos oitocentos que atraía muitas pessoas do Recife e vizinhança, elas se deslocavam de várias formas, buscando encontrar:

¹⁸⁸ Idem, n. 245, 16 de dezembro de 1868. APEJE. p. 01. (grifo nosso)

¹⁸⁹ Compreendia esse período os meses de dezembro (com os festejos natalinos e de final de ano) e janeiro (festejo do dia de reis).

No pátio, tivolis com realejos, fogo de vista, barraquinhas de prendas, barris de gelada, tabuleiros de bolos, midobins, peixe-frito, tapiocas. Nos coretos as músicas tocando “peças de harmonia”, pegadas às vezes até de manhazinha sem uma querer dar o braço a torcer de ser a primeira a sair. E a multidão de freqüentadores: - **os ricos vinham nos carros de bolieiro de cartolas e cavalos gordos; os remediados nas maxambombas; os pobres a pé ou nas canoas**¹⁹⁰.

Essas e outras ocasiões festivas consistiam um grande evento de sociabilidade e embora, nesse caso, mesmo sendo uma festa de cunho religioso, as atrações profanas eram o grande atrativo. As procissões e o carnaval do Recife também surtiam o mesmo efeito, atraindo muitas pessoas que aproveitavam a facilidade de deslocamento para participarem dos eventos e rever parentes e amigos.

O hábito de visitar intensificou-se, as famílias abastadas aproveitavam para visitar parentes nos engenhos, era o “passar o dia” na expressão corriqueira da época. Chegavam em carruagens e logo eram recebidas pelos amigos e/ou parentes nos terraços da Casa-grande e levava-os a se acomodarem, como bem foi tratado por Gilberto Freyre.¹⁹¹ Ou utilizavam-se do serviço de trem¹⁹², criando o costume de visitar outras cidades, com a implantação do serviço de trens logo ampliou-se o hábito de passar o fim de semana nos hotéis da vila do Cabo de Santo Agostinho ou em outras cidades do da província. Na cidade, as casas que antes se configuravam como espaço restrito à família e a poucos, com a mudança dos costumes também vão aderir à visitação, claro que para um público previamente escolhido e convidado¹⁹³.

Com os esforços de implantação e modernização dos meios de transportes a cidade ganhou novos contornos, a partir da segunda metade dos oitocentos ela passou a assumir uma configuração radial, onde as principais linhas de circulação convergiam para o seu porto, seguindo o curso dos rios. O conjunto de linhas férreas, caminhos e estradas de rodagens,

¹⁹⁰ SETTE, Mário. Os Azevedo do Poço. – Recife: FUNDARPE, 1985. p. 76. (grifos nosso)

¹⁹¹ Cf. FREYRE, Gilberto & outros. **O livro do Nordeste**. – Recife, Arquivo Público Estadual, 1979. p. 76.

¹⁹² Através da Lei Provincial nº 296, de 05 de maio de 1852, foi aberto para o governo crédito para a construção de estradas de ferro, sendo inaugurada no ano posterior a *Recife and São Francisco Railway Company* que tinha sua estação estalada no largo das Cinco Pontas e ligava o Recife a vila da Boa Vista.

¹⁹³ Sobre a casa e suas modificações trataremos de forma mais esmiuçada no capítulo III.

formaram uma extensa rede de comunicação entre o campo e a cidade, estimulando o desenvolvimento dos núcleos açucareiros afastados e sua articulação com o centro urbano (como podemos ver na imagem 09), essa região periférica por sua vez, com seu aumento deu origem aos bairros que formam o Recife como conhecemos hoje.

A transformação do Recife barroco em uma cidade “civilizada” demandava constantes ajustes que iam muito além de reformas estruturais e adequações do meio-ambiente, a nova realidade que buscava se estabelecer esbarrava nos antigos costumes de sua população, por isso, durante todo esse período a administração pública buscou intensificar a atuação da Repartição das Obras Públicas e dos aparatos policiais visando minimizar, ou na medida do possível, eliminar os “entraves” e prosseguir no caminho rumo ao progresso, como veremos adiante.



Imagem 08: Mapa da estrada de ferro Recife – São Francisco (1853)
Autor: Alfred de Mornay – **Acervo:** Museu da Cidade do Recife

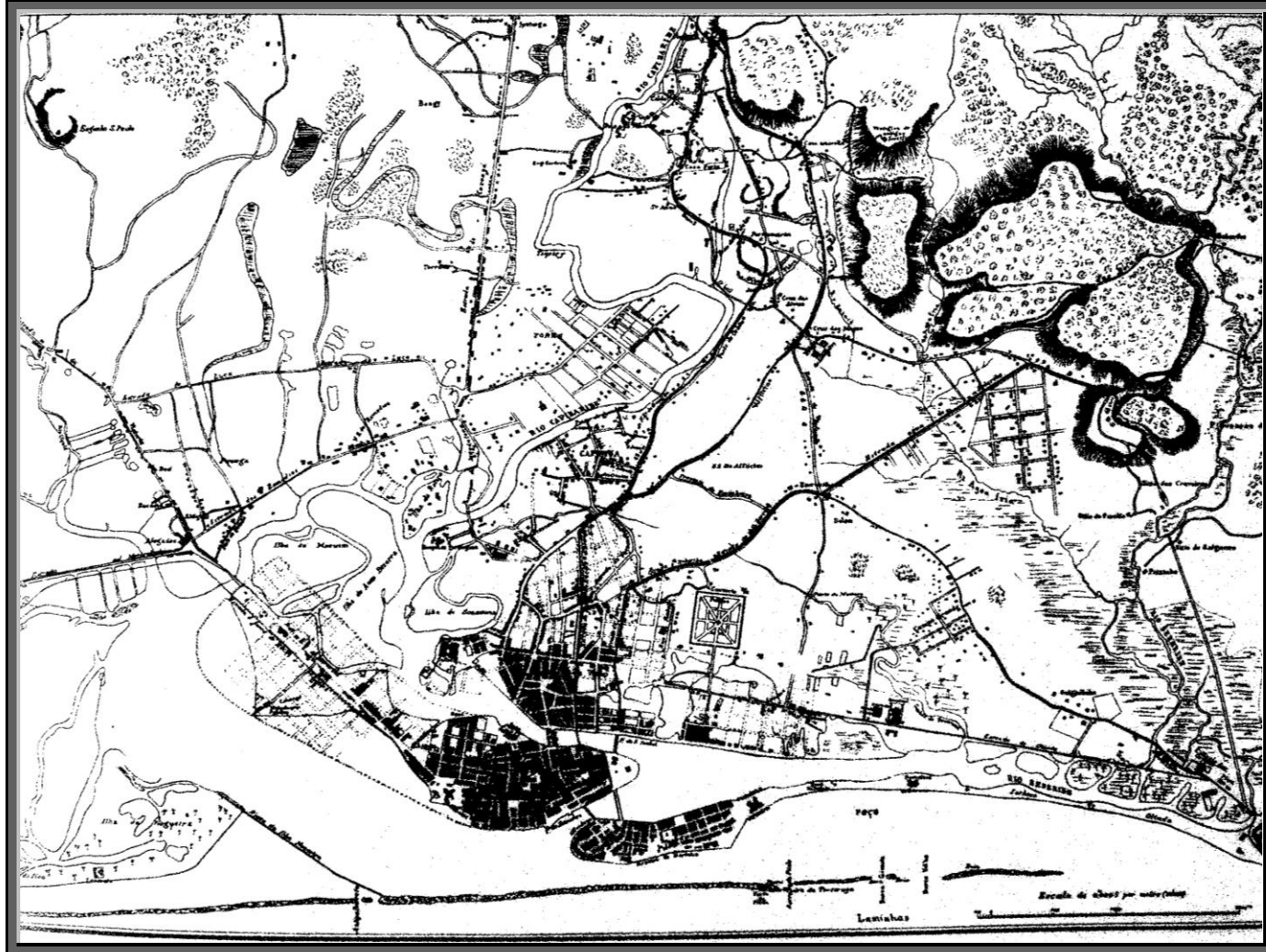


Imagem 09: Mapa do Recife (1878) **Autor:** Não Identificado.
Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano.

2. 2. Por uma nova cidade: as decisões da Assembléia Provincial e os trabalhos da Repartição das Obras Públicas e do Conselho de Salubridade.

A arquitetura da cidade surge a partir da definição dos espaços que, de um lado, refletem e, de outro, determinavam a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas que nela tinham lugar. **Em seus diversos momentos históricos, expressa a condição de vida, valores e desejos da sociedade que a produz.** A arte da construção, ao definir espaços, determina também quem pode se encontrar com quem, extrapolando assim o que se poderia imaginar que seriam seus limites enquanto arte de pedra e cal.¹⁹⁴

Os principais objetivos (da arquitetura do século XIX) são fazer desaparecer a imagem da cidade antiga, velha e insalubre, facilitar a circulação multiplicando as ligações entre as diferentes partes da cidade, assegurar a valorização dos monumentos colocando-os no eixo de uma perspectiva, possibilitar a manutenção em caso de rebelião.¹⁹⁵

Por entre fins do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX a cidade apresentava com um traçado misto, fruto de intervenções tanto da ocupação flamenga como das adequações portuguesas. As agitações políticas e os movimentos revoltosos¹⁹⁶ ocorridos nesse intervalo temporal foram responsáveis por uma estagnação nos melhoramentos urbanos, tanto que as ações realizadas nesse sentido ocorreram aos poucos, muito mais no sentido de conservação e remodelamento da estrutura existente do que de modernização do aparelho urbano. Os trabalhos efetuados além de esparsos apresentavam muito poucas ou quase nenhuma inovação. Pensar uma nova realidade urbana para o Recife no século XIX demandava um planejamento que contemplasse tanto os elementos naturais, quanto os espaços construídos,

¹⁹⁴ SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejantes da cidade:** uma investigação sobre os processos inconscientes na arquitetura da cidade. – Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1998. p. 42. (grifos nossos)

¹⁹⁵ HARUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo.** – Campinas, SP: Papyrus, 1990. p.113 (grifos nossos)

¹⁹⁶ ¹⁹⁶ A Revolução de 1817; a Confederação do Equador (1824); a Setembrizada (1831); a Novembrada (1831); a Abrilada (1832); a Guerra dos Cabanos (1833-1836) e a Revolução Praieira (1848-1849). Tais acontecimentos, assim como suas repercussões trouxeram um grande impacto na vida de todos os segmentos constituintes desse universo social.

resultando em uma modificação nas formas de utilização e gestão do espaço citadino, transformando antigos costumes herdados de centúrias anteriores.¹⁹⁷

Os primeiros esforços, ainda que em parcas proporções, para organização do espaço público recifense começaram, segundo o historiador Pereira da Costa, durante o governo de D. Tomás José de Melo (1789), mas foi no início da década de 1810 que o governo provincial deu mais ênfase a esses serviços criando o cargo de diretor de todas as obras reais, civis e militares, nomeando Bernardino Pereira do Lago como responsável pela criação, manutenção e proteção de vias de transporte terrestre, além dos reparos a serem efetuados no porto. Entretanto, duas eram as principais dificuldades em manter as obras públicas nesse período: a falta de material adequado e mão-de-obra qualificada.

As vias de comunicação tanto terrestre como fluviais e marítimas eram os principais alvos das obras públicas, tanto que em 1817, o governador Luis do Rego Barros, ordenou a execução de serviços nas estradas que ligavam o Recife a outros povoados. Para solucionar o problema da falta de trabalhadores, também foi estabelecida a obrigatoriedade da prestação de serviços gratuitos nas obras públicas de homens forros (um dia por mês), escravos (dois dias por mês), oficiais de ofício (um dia por mês). Para todos esses casos a recusa em prestar tais serviços teria como pena, a prisão. Só mais tarde, em 27 de julho de 1839, uma portaria veio a liberar os escravos dos trabalhos nas obras públicas e no Arsenal de Marinha, proibindo sua utilização, a partir de então a execução das tarefas deveriam ser efetuadas por homens livres.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Entendemos que as modificações ocorridas na estrutura de uma cidade estão ligadas, conforme observa Erika Audet Almeida, às funções dos espaços públicos, pois são estes que promovem a interação social, local de encontro e informação, onde ideias eram articuladas e postas em prática, também considerado como espaço de “liberdade” por alguns, assim como passível de uma vigilância mais severa, sendo modificados para atender as novas demandas sociais. Cf. ALMEIDA, Erika Audet. A articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução urbana. In. PONTUAL, Virgínia. & CARNEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e São Luiz**. – Recife: Bagaço, 2005. p. 113 a 146.

¹⁹⁸ Para melhor andamento das obras foi decidido em “portaria do presidente da província, encarregando ao doutor em medicina Luis de Carvalho Pais de Andrade, da organização e engajamento na Europa de uma companhia de operários para o serviço das obras públicas, de conformidade com o art. 31 da Lei Provincial n. 9 e 10 de junho de 1835, que autorizou o governo – a enganjar companhias de artifices e trabalhadores, quer nacionais, quer estrangeiros, para trabalharem nas estradas e nas obras públicas da província. – Segundo instruções que o comissário recebeu a tal respeito, tinha de engajar 200 operários, constantes 16 pedreiros, 16 carpinteiros, 8 ferreiros e 160 pioneiros”. Cf. PEREIRA DA COSTA, F. A. op. cit. v. 10. p. 154.

Com o crescimento econômico, o poder público buscou formas de inserir a cidade no contexto das novas experiências urbanísticas¹⁹⁹ vigentes na Europa, tanto que uma “missão francesa”²⁰⁰ de engenheiros esteve por aqui entre 1819 e 1842 e realizando uma série de estudos sobre a bacia hidrográfica e o potencial portuário, o resultado dessa pesquisa gerou um relatório com sugestões de melhoramentos e modernização de serviços. Tais análises também apontavam: outras formas de facilitar e transporte terrestre entre o perímetro rural e urbano (com o tempo foi-se desarticulando o sistema de transporte fluvial); a modernização do transporte marítimo (a utilização do barco a vapor) estimulou uma maior e mais rápida movimentação dentro e fora da cidade ao longo das décadas.

É importante ressaltarmos que durante a primeira metade dos oitocentos a extensão territorial cidadina permaneceu praticamente inalterada em comparação ao século anterior, se resumindo as três freguesias centrais, a cidade era muito pequena. O crescimento territorial veio a acontecer mesmo a partir da década de 1850, através dos esforços de urbanização, intensificando os trabalhos de aterramento das áreas alagadas (tanto as encravada no tecido urbano como as das margens dos rios Beberibe e Capibaribe), a ampliação das vias de acesso e a modernização dos transportes (carga e passageiros) foram responsáveis pelo surgimento dos arrabaldes, estes foram rapidamente anexados ao perímetro urbano. Outro fator decisivo para o crescimento citadino foi a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, que permitia o acesso a terras públicas apenas por meio de compra, transformando com isso grandes áreas desabitadas em terras sob custódia do governo local.

Em 1822 foi criada a **Inspeção das Obras Públicas** chefiada por Tomás Antonio Nunes, tal repartição tinha como objetivo sanar as dificuldades estruturais, entretanto, não conseguiu realizar muita coisa, os trabalhos sofreram uma paralisação entre o período revolucionário de 1821 a 1829, só retomando as atividades após o término das atribuições políticas e dos movimentos revoltosos. Passado o período de atribuições o poder público retomou a

¹⁹⁹ Conjunto de ideias e práticas referentes à ordenação espacial do homem expressando uma representação, uma imagem reconstituída em memória.

²⁰⁰ Embora possam se assemelhar em nome, a missão francesa que esteve no Rio de Janeiro, foi uma iniciativa de D. João VI de trazer em 1816, um grupo de artistas e intelectuais para desenvolver as artes e a cultura no Brasil, dentre os nomes de destaque temos os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay e o arquiteto Grandjean de Montigny. No caso do Recife, a missão francesa importada por Francisco do Rego Barros no fim da década de 1830, contava com matemáticos, construtores e engenheiros do Porte de Louis Verger Vauthier, Pierre Victor Boulitreau e Auguste Millet para modernizar a cidade.

organização dos seus serviços, voltando sua atenção mais uma vez para estradas e principais vias de acesso ao Recife.

Como um dos primeiros trabalhos, foi decidido na sessão do Conselho Geral da Província datado de 26 de fevereiro de 1830, o melhoramento das vias dentro da cidade, ordenando à abertura de novas e a recuperação de antigas, assim como, a construção de pontes. No ano seguinte, resolveu o conselho sobre o melhoramento e ampliação de quatro estradas, todas partindo do Recife, uma em direção ao Norte, uma para o Sul e duas para o centro da província (já existentes). Os destinos dessas estradas seriam: a do Norte iria até a Vila de Igarassu, a do Sul até a povoação de Pontes dos Carvalhos e as do centro, uma até Paudalho, a outra até Vitória de Santo Antão. Embora algumas providências já tivessem sido tomadas durante o governo de Luiz do Rego Barros, como já apontado, elas não foram suficientes para atender as necessidades vigentes. Até então, o alcance das rotas não passava muito além de uma légua da cidade. Com essas ações, procurava-se melhorar a viação pública - facilitando a comunicação entre essas localidades (zonas agrícolas) - e o abastecimento de víveres para o Recife. Até o início dos trabalhos, o estado deplorável das vias levava ao encarecimento seus produtos devidos aos altos custos do transportes, feitos em muitos casos pelo rio, pois segundo Virgínia Pontual “o Recife até o século XIX existia sob a influência das águas e a dependência do transporte fluvial nos rios e mares”.²⁰¹

Em 1830 a Inspeção da Obras Públicas foi extinta, passando para Câmara Municipal a responsabilidade de gerenciar as obras necessárias para o desenvolvimento da cidade, os diversos desentendimentos entre a municipalidade e o governo da província fizeram com que em 1834 a Câmara abdicasse dessa obrigação. Foi com a criação da Assembléia Provincial (1835) que as questões sobre o estruturamento urbano voltaram à pauta. Durante seu período de existência (1835-1889) duas fases distintas podem ser apontadas: a primeira, de seu início até meados dos oitocentos constava, entre seus objetivos, a instalação de bases de governo que visassem a implantação de obras para a infra-estrutura tanto no Recife como no restante da província; a segunda, tratava da criação de leis que respaldassem o projeto de gestão urbana que contava com a participação do setor privado. Sendo assim, o final da década de 1830 marcou o

²⁰¹ PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In CARNEIRO. Op. cit., 2005. p. 32.

início das grandes transformações urbanas no Recife, uma das primeiras ações de ordenamento do espaço citadino veio com portaria datada de 20 de julho de 1839, na qual o Presidente da Província Francisco do Rego Barros determinava a disposição numérica das ruas, à guisa parisiense:

(...) Todas as casas de cada rua, travessa, beco, etc. da Cidade serão numeradas, principiando supra do Norte para o Sul e do Leste para o Oeste, do lado direito com os números pares, e do esquerdo com os ímpares, de modo que fiquem os números na ordem seguinte, 1, 3, 5, 7, 9, etc. 2, 4, 6, 8, 10, assim por diante ²⁰².

Logo em seguida foram criadas as *Posturas Adicionais da Arquitetura, Regularidade e Aformoseamento da Cidade*, aprovadas em outubro de 1839. Entre outras coisas, determinavam que a abertura de novas ruas só poderia ser feita através de prévia autorização (Art. 1); o comprimento das novas ruas e travessas teriam um mínimo de 60 a 40 palmos (13,2 e 8,8m) de largura (Art. 2); todos os edifícios novos deveriam ser uniformes e guardar as mesmas dimensões externas (Art. 18); não se poderia lançar à rua qualquer tipo de resíduo que prejudicasse o trânsito ou o asseio das lojas. A limpeza das ruas, defronte dos estabelecimentos comerciais, era de responsabilidade de seus proprietários. Podemos perceber o início da tentativa de amenização do traçado labiríntico, combatendo o excesso de becos e as construções irregulares que impediam o alinhamento das ruas e suas interligações, assim como as primeiras preocupações com a saúde pública.

Foi em 1840 que Francisco do Rego Barros criou a **Repartição das Obras Públicas (ROP)** e assim como a Assembléia Provincial, também apresentou duas fases distintas de atuação: durante o período entre 1836 e 1857 foi responsável pela gestão das obras estruturais contando com o setor privado como auxiliar na arrematação e execução dos serviços e no intervalo entre os anos de 1858 e 1894 iniciou uma gestão compartilhada entre o Estado e o setor privado. Rego Barros no intuito de modernizar a cidade utilizando os padrões estabelecidos na Europa solicitou a Assembléia Provincial à contratação de um grupo de engenheiros franceses,²⁰³ o que foi prontamente atendido. Com a chegada dos mesmos logo

²⁰² REGO BARROS, Francisco do. Portaria decretando a numeração e sinalização dos logradouros públicos. Recife, 20 de julho de 1839. Coleção Portarias, vol. 01. p. 100-101.

²⁰³ Dentre eles citamos Pierre Bolitreau, Luis Ferriol, Buessard, Jean Joseph Morel, Forien Desiré Porthier e Henrique Augusto Milet. Cf. ACIOLI, Vera Lúcia Costa & COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque. **Jose Mamede Alves Ferreira: Sua vida – sua obra, 1820 – 1864.** – Recife: APEJE, 1985. p. 20.

nomeou Luis Veger Vauthier como engenheiro chefe da R. O. P.. As concepções urbanísticas importadas da França eram fortemente baseadas nas ideias de mobilidade e salubridade o que levou ao desenvolvimento de vários estudos e projetos sobre o fornecimento de água potável, o aterro de mangues e alagados, criando com isso um espaço necessário para acomodação da população crescente, construções de estradas, pontes e edificações públicas.²⁰⁴

As questões sobre a saúde e higiene pública até meados da de 1840 eram regulamentadas pelas Câmaras Municipais que agiam como órgãos reguladores, fiscalizando os serviços de limpeza, inspeção sanitária dos navios, dos alimentos vendidos no comércio, do isolamento dos doentes contagiosos, além da construção de fossas e chafarizes. As determinações das câmaras sobre esses assuntos eram publicadas nos principais jornais para conhecimento do público. Porém na maioria das vezes tanto as decisões tomadas como o serviço prestado era ineficaz, pois ainda proliferava nas cidades a sujeira, as doenças e o comércio de produtos contaminados.

A discussão sobre a relação entre a sociedade e a saúde como fator de desenvolvimento ganhou amplitude apoiados pelo discurso médico, tornando-se o centro dos debates sobre os planos de urbanização das cidades brasileiras. Por isso, tão importante quanto o trabalho do engenheiro no processo de modernização das cidades, nesse período, foi o do médico que assumia o posto de responsável pelo bem estar da população zelando pela saúde física e moral. Ele foi responsável por profundas mudanças nos hábitos tanto nos espaços públicos como nos privados.

²⁰⁴ Durante o ano de 1840, uma série de posturas foram apresentadas no Diário de Pernambuco visando melhorar as condições de salubridade, da ordem e das estruturas da cidade, dentre elas: os templos deveriam fazer os sepultamentos entre as 6 da manhã e as 7 da noite (art. 2 – Posturas da polícia sanitária, dos templos) Diário de Pernambuco, 04 de julho de 1840, p. 04; o abate de gado nos meses de abril a setembro deveria ser feito das 6 as 10 da manhã e à tarde das 16 as 18 horas, nos outros meses de 5:30 da manhã e 16:30 à tarde (art. 2. – Posturas da polícia sanitária da cidade e seus subúrbios) Diário de Pernambuco, idem; os proprietários de lojas, açougues, padarias, armazéns, boticas, etc. estavam proibidos de lançar às ruas sujeiras que impedissem a circulação de ar e deveriam aguardar a frente de seus estabelecimentos três vezes ao dia (art. 12 – continuação das posturas da polícia sanitária da cidade e seus subúrbios) Diário de Pernambuco, 06 de julho de 1840, p. 04; era proibida andar à cavalo em alta velocidade dentro da cidade, assim como os jogos de azar nas ruas (art. 14 e art. 16 – continuação das posturas da polícia sanitária da cidade e seus subúrbios) Diário de Pernambuco, 07 de julho de 1840, p. 04); só teriam licença para construir, reparar ou modificar suas habitações, aqueles que tivessem a planta aprovada pela Câmara, e estas deveriam respeitar a largura das ruas, avenidas e beco, para que não impedissem a circulação do ar (art. 01 – Posturas da arquitetura, regularidade e formoseamento da cidade) Diário de Pernambuco, 08 de julho de 1840, p. 04; proibições de vasos nas janelas, obstrução de vias públicas; poluir as águas das fontes, de dizer palavras obscenas na rua e manter as tavernas abertas após o toque de recolher (art. 04, art. 06, art.09, art. 14 e art. 18 – Posturas sobre a ordem da cidade) Diário de Pernambuco, 15 de outubro de 1840. A punição para a maioria dos casos aqui apresentados era a multa ou prisão (em caso de ser cativo o contraventor), mesmo com toda a rigidez dos códigos, podemos especular que nem todos eram seguidos

No caso do Recife, as condições eram muito preocupantes, a necessidade de controlar as condições higiênicas incentivou o poder público, com o auxílio de médicos higienistas, a criarem em 15 de maio de 1845, o Conselho de Salubridade Pública. Este tinha como principal objetivo auxiliar no processo de ordenação urbana contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Entre suas metas podemos destacar: o aterramento das áreas pantanosas fontes de miasmas; a fiscalização e vigilância sobre os gêneros alimentícios, a limpeza pública e a movimentação do porto a fim de evitar a proliferação de doenças contagiosas; a transferência das inumações feitas nas igrejas para cemitérios públicos.²⁰⁵ Também foi de responsabilidade do conselho a aplicação de vacinas contra a bexiga e a retirada do centro da cidade de leprosos, assim como de fundições, matadouros, oficinas e demais estabelecimentos que oferecessem risco à saúde pública. Mendigos e prostitutas também foram alvos do conselho, pois eram considerados como disseminadores de várias doenças e de transtornos como brigas e desordens.

Uma polícia médica atuava na cidade, era o período em que o médico tinha uma intervenção direta sobre o indivíduo e a sociedade, determinando novos hábitos de higiene e comportamento. Os trabalhos do conselho seguiram até 1853, quando foi extinto e através da Lei Provincial nº de 14 de maio do mesmo ano foi criada a Comissão de Higiene Pública, que se instalou em 11 de agosto do mesmo ano.

Dentro dos projetos idealizados pelo conselho para higienização da cidade, constavam normas de edificação para casas e prédios públicos, conduzidas pelas indicações médico-higienista vigentes, determinando formas adaptadas às condições higiênicas mais salubres. Quanto à influência do espaço sobre os costumes, encontramos num artigo de autoria de Joaquim D'Aquino Fonseca,²⁰⁶ publicado no Diário de Pernambuco de 28 de agosto de 1855, uma relação detalhada de sugestões para melhoria da cidade. Seu texto apresenta uma preocupação quanto à urgência de mudanças tanto estruturais como nos hábitos da população, contribuindo para uma qualidade de vida melhor, como observado nas cidades européias. Dentre as várias recomendações, temos uma determinação para a padronização da altura das casas a

²⁰⁵ Mesmo com os trabalhos e solicitações do Conselho de Salubridade Pública, o primeiro cemitério público de Pernambuco só foi inaugurado em 1851, fora instalado na localidade de Santo Amaro das Salinas e fora batizado de Cemitério do Senhor Bom Jesus da Redenção.

²⁰⁶ Presidente da Comissão de Higiene Pública.

serem construídas, facilitando tanto ventilação em seu interior, fornecendo um ambiente mais salubre para seus moradores, e ajudando na dispersão dos atemorizantes miasmas. Outro item que recebeu atenção foi o calçamento das ruas, não apenas por uma questão de conforto, sua importância residia na ajuda a questão da salubridade, facilitando aos pedestres percorrer as ruas e avenidas com mais segurança, além de facilitar o escoamento das águas da chuva, impedindo empoçamentos e subseqüentes doenças.

Nesse artigo são sugeridos mudanças e adequações do traçado da cidade e da estrutura de casas e prédios públicos aos modelos europeus. Tais mudanças eram consideradas como imprescindíveis à saúde dos cidadãos, pois a importância de uma boa ventilação e incidência dos raios solares nas habitações e demais prédios serviriam para dissipação dos miasmas. Outro assunto que ganhava destaque nas considerações de Joaquim D’Aquino era a higiene pessoal uma vez que através de sua prática poderia se evitar diversas doenças. Outro cuidado observado foi sobre a qualidade da água consumida pela população, a partir das novas orientações ela deveria ser tratada em suas mananciais e não em casa “a quatro panos”,²⁰⁷ como era o hábito, passando a contar com um serviço de abastecimento regular e higiênico, não mais sendo transportada nas canoas dos escravos em baldes imundos.

Um homem civilizado deveria cuidar não apenas da sua aparência, ele também deveria zelar por sua higiene pessoal, por isso, hábitos como os banhos passaram a ser constantemente recomendados - uma mudança significativa para o comportamento enraizado numa cultura europeia de resistência ao mesmo por se acreditar que a excessividade do ato levaria a doenças e desgaste da pele. Fundamentado em estudos médicos, Joaquim, defendia que todas as casas tivessem “quartos acomodados para banho”,²⁰⁸ ou caso contrário, que se promovesse a construção de locais onde todos pudessem, por um preço módico, ter direito manter sua higiene, “como se sucede nas melhores cidades da Europa”.²⁰⁹ Foi a partir dessas sugestões que começaram a surgir no Recife as Casas de Banhos, estabelecimentos que ofereciam serviços dedicados a contribuir com a higiene e saúde das pessoas. Temos notícia de duas, uma instalada na Rua da Cruz, na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, que funcionava no horário das seis da manhã até as vinte e duas horas e outra que foi inaugurada em meados de 1859, na Praça do Carmo, freguesia de Santo Antonio, anunciava em destaque nos jornais da cidade:

²⁰⁷ Antiga forma de coar as águas usadas para cozinhar e beber, vindas de poços ou dos rios.

²⁰⁸ MELLO, op. cit. p. 807-808.

²⁰⁹ Idem. p. 808.

Um grande estabelecimentos situado no centro da cidade, provido pela Companhia do Beberibe, com água do Prata, dispo de 18 quartos destinados a homens, 4 para senhoras, 1 para banhos medicinais de chuveiro e 2 para duchos.²¹⁰

Uma tentativa de popularização do hábito levou à seguinte oferta estampada nos principais jornais recifenses, em 16 de janeiro de 1861:

Banhos econômicos: na Casa de Banhos do Pátio do Carmo, além dos banhos já conhecidos, se fornecerá doravante os seguintes populares: Frio – 320 réis; morno 400 réis; cartão para 7 banhos mornos 2\$500 e para 7 banhos frios 2\$000; 30 banhos consecutivos frios ou mornos, 5\$000.²¹¹

Em nota para o Diário de Pernambuco de 23 de novembro de 1857, Abdalá-el-Kratif (na verdade Antonio Pedro de Figueira, colunista responsável pela coluna A Carteira) fez considerações sobre as mudanças ocorridas na cidade nos último vinte anos e chama a atenção para o edifício situado na praça do Carmo, segundo ele “um estabelecimento de banhos em um excelente sobrado de um andar que ultimamente acabou-se de construir entre a igreja do convento do Carmo e a de Santa Teresa”²¹² (imagem 10).

Segue sua coluna descrevendo o interior do prédio, começando pelo pavimento térreo dividido em duas alas com nove quartos cada uma e uma pequena sala, no centro do corredor uma elegante escada em espiral que levava ao primeiro andar onde poderia-se encontrar dois quartos: à esquerda onde os banhistas poderiam se servir de vinhos, cervejas, cafés, chás, licores e limonadas; a direita onde encontrava-se a roupa e mais pertences do estabelecimento.

Os quartos de banhos da direita eram galvanizados equipados com torneiras com água fria, espelho, cabides, duas cadeiras e uma pequena mesa de mogno onde se colocava-se lenços de linho fino, toalhas, escovas, pentes, tesouras, canivete e sabonete; os da esquerda além de tudo acima descrito também possuíam torneiras com água quente. E mais, ainda existiam quartos para banhos medicinais sulfurosos, salgados, etc. assim como para banhos de choque e de chuveiro, a água dos banhos quentes e mornos era aquecida por um fogão que ficava entre os dois últimos quartos.

²¹⁰ GUERRA, Flávio. *Crônicas do velho Recife*. – Recife: Edição DIALGRAF, 1972. p. 33.

²¹¹ Idem, p. 33.

²¹² MELLO, Op. cit., 1985., p. 502

A clientela masculina e feminina deveria ser devidamente separada, para que não houvesse “contatos” ou que a curiosidade alheia não pusesse em risco a integridade das senhoras. E para que não restassem dúvidas sobre a qualidade do serviço oferecido, Abdala encerrava sua narrativa assegurando que:

“Todos os objetos necessários para este estabelecimento foram mandados vir de Paris (...) e todos são iguais aos que se encontram nos primeiros estabelecimentos de França, porque assim o recomendou o empresário, o qual não se tem preocupado a despesas a fim de que possa apresentar um estabelecimento digno dos habitantes da nossa bela cidade.”²¹³

Higiene, segurança e expansão territorial eram assuntos constantes nos discursos que impulsionavam o progresso da cidade, sendo assim, além de Afonso D’Arinos outro recifense também trabalhou em prol do desenvolvimento da cidade foi José Mamede Alves Ferreira. Chegado de Paris em 1846, recém formado em engenharia, foi imediatamente convidado para ocupar o cargo deixado por Vauthier, mas acabou negando o convite. Em 03 de outubro de 1849 foi nomeado engenheiro das obras do porto e logo após, em 1850 foi nomeado Diretor da Repartição de Obras Públicas,²¹⁴ cargo que desempenhou até 1856, quando pediu exoneração. No período que foi responsável pela R. O. P. esteve à frente de obras como o Hospital Pedro II, a Casa de Detenção, o Cemitério Público, o Ginásio Pernambucano, além de participar das obras do Teatro de Santa Isabel, das estradas de rodagem, da estrada de ferro e do Cais do Apolo e os melhoramentos do cais do porto.

²¹³ Idem, p. 506.

²¹⁴ As suas atribuições envolviam “opinar sobre obras e para a própria repartição, julgar os pedidos de indenização de prejudicados pelas obras públicas, opinar sobre as construções a serem realizadas e até visitar as obras em andamento “todos os dias””. Cf. ACIOLI, *ibidem*, p. 28.



Imagem 10: Pátio do Carmo (ao centro a Casa de Banhos do Anúncio)
Autor: Louis Schlappriz **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

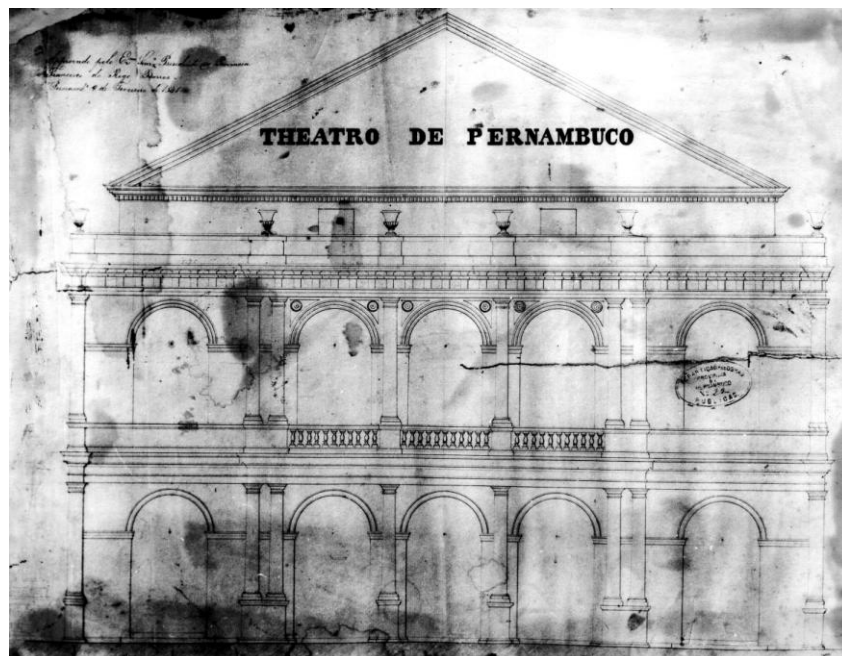


Imagem 11: Planta do Teatro de Pernambuco (Santa Isabel) projetada por Vauthier e deferida por Francisco do Rego Barros, conforme assinatura acima (canto superior esquerdo).
Autor: Louis Leger Vauthier **Acervo:** Museu da Cidade do Recife

O urbanismo que se segue durante o restante do século XIX era calcado nas noções de embelezamento, higiene, salubridade e monumentalidade. Previam o “bem comum, harmonia,

integração, equilíbrio, desenvolvimento, condições de vida humana”²¹⁵, a modernidade impunha a substituição dos modelos velhos por novos seja nas concepções urbanas ou comportamentais, percebemos então o ato de tornar a cidade visual e funcionalmente mais moderna. Entretanto, um olhar mais apurado nas ações desse período nos mostra que o estabelecimento de uma “nova cidade” foi além daquele almejado pelos seus idealizadores, pois segundo Rogério Haesbaert:

(...) o espaço nunca é transformado a partir de uma intenção perfeitamente determinável e direcionada a uma função estanque (...) estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno que, do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma “produção” ou de um “poder”, envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente abertas para incluir a possibilidade permanente de novos significados.²¹⁶

E conclui dizendo que a cidade:

É, ao mesmo tempo, criação e criadora de modernidade. Aí, o espaço, longe de possuir uma fisionomia unidimensional, se apresenta como verdadeiro labirinto tecido em redes complexas de apropriações sucessivas e de significações diversas que nos conduzem, irremediavelmente, ao jogo dinâmico da multiespectral face da modernidade.²¹⁷

Juntos engenheiros e médicos empreenderam projetos que muitas vezes levavam ao confronto com costumes há muito enraizados, sobretudo na a parcela pobre da população que passou a ser o alvo principal para a reeducação de hábitos e sentidos, estes por muitas vezes resistia ao processo civilizatório como podiam, enquanto os mais abastados assimilavam com rapidez as novas formas de se viver a cidade. Como observaremos mais adiante, a modernidade no Recife vai aos poucos se estabelecendo em determinados locais da cidade através de produtos e serviços, transformando suas dinâmicas cotidianas e com isso os hábitos, adentrando nas casas burguesas e modificando os costumes.

²¹⁵ VIRGÍNIA, op. cit. p. 38.

²¹⁶ HAESBAERT, Op. cit., 2006. p. 87.

²¹⁷ Idem, p. 87-88.

2. 3. A rua sob vigilância: repressão e resistência popular.

Uma questão tão importante quanto à reformulação da estrutura física da cidade, foi a normatização da grande massa populacional pobre que transitava por seus espaços. Esse grupo era formado geralmente por cativos, libertos e livres de várias origens, raças e de ambos os sexos. Essa miríade de pessoas estava dispersa em vários territórios de atuação²¹⁸: a região do porto, pelos estabelecimentos comerciais, em alguns domicílios, pelos principais logradouros, etc. e geralmente estavam envolvidos em ações que, aos olhos das classes dominantes da época, contribuíam para o impedimento do pleno progresso civilizacional da cidade.

Os primeiros traços do progresso idealizado no começo do século, já se mostravam presentes entre as décadas de 1830 e 1840, podia-se notar como a arquitetura e estrutura de alguns prédios e logradouros haviam sido modificadas para oferecerem a comodidade necessária à nova sociedade em formação. Com a ampliação e modernização da cidade e a sistematização dos seus usos, algumas barreiras invisíveis começaram a ser erigidas. As Posturas Municipais passaram a ser desenvolvidas à medida que as necessidades se apresentavam, tornando a vigilância mais intensa na mesma intensidade que fossem surgindo discrepâncias ou conflitos entre a classe pobre e a lei. Constavam, entre outros assuntos, como determinações a regulamentação de como, quem, quando e por onde as pessoas (pobres) poderiam transitar pela cidade.

Com as proibições a cidade se transformou num imenso espaço de vigilância, cerceando os movimentos da classe pobre. E se naquele tempo fazer parte dessa condição seria ruim, imagine a condição de cativo e pobre, para esses, pouca coisa ou nada restava dentro do processo civilizatório pelo qual o Recife passava, a não ser é claro, as proibições. Entre as várias determinações da Câmara sobre a parcela cativa, temos como exemplo, o impedimento do trânsito pela rua após as dezenove horas sem a devida autorização, por escrito de seu senhor, o

²¹⁸ A definição desses territórios de atuação origina-se a partir das ligações estabelecidas no tempo pelas pessoas que passam a construir laços de identidade no espaço em que convivem, apropriando-se de um território concreto e/ou simbólico, onde são originados os marcos orientadores de suas práticas sociais.

ajuntamentos em tavernas, praças e outros locais públicos, a vadiagem, assim como, as manifestações festivas, danças e as cantorias, entre outros.²¹⁹

A década de 1850 trouxe a consolidação das grandes obras públicas, dando a paisagem urbana algumas características européias. Os prédios modernos e novos espaços contrastavam com a secularidade o barroquismo das igrejas e dos sobrados (como podemos observar nas imagens 11 e 12). Mesmo com a expansão das áreas construídas através da produção do solo, a construção dos prédios na região central da cidade emprestava à paisagem um caráter de verticalização. Quem chegasse ao Recife pelo mar tinha a impressão que a cidade emergia das águas, avistando a princípio as torres de suas igrejas (suas construções mais altas) e logo depois os telhados dos sobrados esguios da região do porto.

As representações da cidade na época (feitas por artistas ingleses, alemães, suíços, franceses, etc., em cromolitografias, daguerreótipos, pinturas e posteriormente fotografias) retratavam cenas que contribuíam para uma ideia de progresso, onde as ruas se mostravam limpas e ordenadas. A ordem pública retratada conduzia a harmonia visual onde cada elemento estava distribuído no seu devido lugar, dando a impressão de que tudo funcionava com a precisão de um relógio.

Esse novo mundo da segunda metade dos oitocentos representado nas imagens oferecia aos ricos, mais comodidades, enquanto que aos pobres restavam as dificuldades, as zonas problemáticas e de má fama. Esse contingente espremia-se em sobrados velhos e sujos ou habitava construções minúsculas e insalubres construídos em terrenos alagadiços que margeavam o rio Capibaribe ou o caminho para a freguesia de Afogados.

Viviam numa cidade à parte, e constantemente eram mantidos longe dos olhos “refinados” das boas famílias. Entretanto percebemos que a própria dinâmica social impunha situações que cedo ou tarde levava ao confronto e ao desrespeito das normas vigentes. Da mesma forma que, na tentativa de se esquivar da punição, foram criadas táticas buscando evitar o confronto direto

²¹⁹ Para mais detalhes sobre a ação das posturas municipais sobre a parcela escrava do Recife na segunda metade dos oitocentos Cf. MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1888)**. – São Paulo: Annablume, 2008.



Imagem 12: Panorâmica do Recife (1855). –Freguesia de São José
Autor: Frederick Haggerdorn. **Acervo:** APEJE.



Imagem 13: Panorâmica do Recife (1855). –Freguesia de Santo Antonio
Autor: Frederick Haggerdorn. **Acervo:** APEJE.

Mais uma vez recorrendo às posturas, foram proibidas calhas com deságüe na rua, portas e janelas abertas para fora da casa, animais de estimação soltos.²²⁰ Também constava nos códigos que seria de responsabilidade dos donos armazéns e lojas zelarem pelo asseio de suas calçadas, os esgotamento das águas servidas e dejetos (norma também válida para os domicílios) esse item inclusive era um dos mais problemáticos, pois como nas casas e sobrados até meados do século XIX não dispunha de um serviço de saneamento básico, utilizava-se do “tigre”²²¹ para retirar os excrementos dos domicílios que geralmente eram despejados pelas janelas ou levados pelos escravos para serem jogados no rio (como podemos ver nas imagens 14 e 15).

O fedor exalado e os incidentes que aconteciam durante o percurso levou a municipalidade a determinar horários (geralmente ao final do dia) para que tal serviço fosse executado, assim como os locais onde deveriam ser despejados, dentre os escolhidos estavam: por trás do Teatro Velho, Travessa do Alecrim e próximo à fortaleza das Cinco Pontas (freguesia de São José); Cais do Lessa, Beco do Capim, Forte do Matos e praia do Brum (freguesia de São Frei Pedro Gonçalves)²²².

Quanto às águas servidas, outra determinação da Câmara estabelecia que as mesmas só fossem despejadas pela janela, à noite, após o triplo aviso, em voz alta, de “água vai!”. Mesmo com essas determinações, nem sempre eram cumpridas à risca, muitas vezes os escravos depositavam a pútrida entrega nos córregos, rios e praias mais próximos às casas onde serviam.²²³

²²⁰ Postura Municipal publicada no Diário de Pernambuco - nº. 262 de 10 de Dezembro de 1831 sobre “o despachamento das ruas, praças e providências sobre a divagação de embriagados e de animais que podem incomodar o público”.

²²¹ Cf. glossário.

²²² Cf. SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife Antigo. 3ª Ed. – Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 247-249.

²²³ Com relação ao saneamento e abastecimento d’água nas casas, podemos destacar quatro fases distintas: a primeira, a fase do tigre que vinha dos séculos anteriores e alcançou até meados do século XIX; a segunda, organizada pela Companhia de Beberibe iniciada em 1842 e funcionando precariamente até 1848; a terceira, em 1859, com a construção de galerias e esgotos de águas pluviais por determinação da R.O.P; a quarta, organizada pela iniciada em 1873 com a Recife Draynage Company.



Imagem 14: A água suja caía da varanda e o “tigre” passava agredindo as narinas dos transeuntes.
Autor: Percy Lau - **Fonte:** Arruar: história pitoresca do Recife antigo.

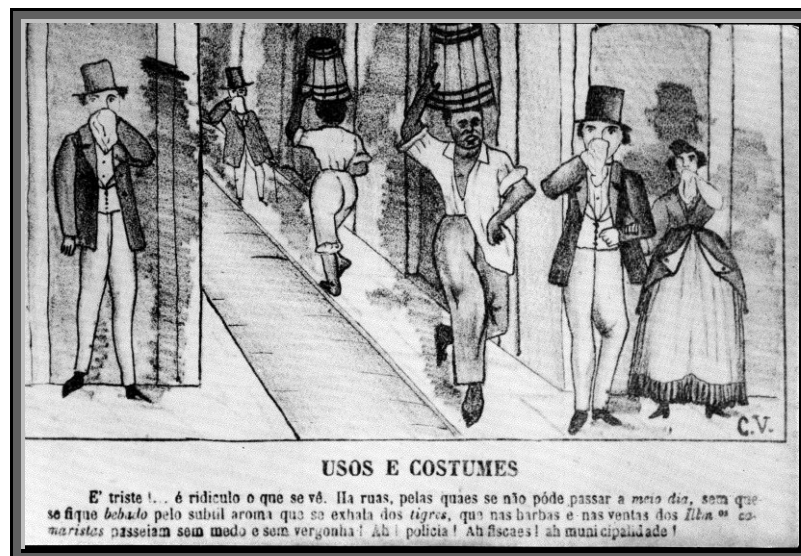


Imagem 15: Visão humorística da passagem dos “tigres” pelas ruas do Recife
Autor: Carneiro Vilela – **Fonte:** América ilustrada nº6 (1872)

Para que as posturas fossem cumpridas um aparato repressivo deveria ser melhor organizado, sendo assim, a polícia, após uma reformulação, passou por a ser o instrumento responsável pela vigilância e normatização da parcela “encrenqueira” da população, vigiando sempre que possível os passos das pessoas que pudessem representar algum perigo ao plano modernizador.²²⁴ Para auxiliar o trabalho dos oficiais foram nomeados os notários, responsáveis

²²⁴ Criadas em 14 de abril de 1836, através de lei decretada pela Assembléia Provincial e sancionada pelo presidente Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, as prefeituras de comarca entraram em vigor, estas contavam com um prefeito (encarregado de funções semelhantes a um de chefe de polícia), responsável pela prisão de criminosos e infratores, vigiar e manter a segurança individual dos habitantes, arregimentar e destacar patrulhas de polícia onde se fizesse necessário. Além disso, eles eram responsáveis pela execução de sentenças criminais, também tinham autoridade para mandar os oficiais competentes fazerem corpos de delito e mandar dar buscas. (Lei nº 13, 14 de abril de 1836, art. 1.º. APEJE: Coleção de Leis Provinciais de Pernambuco). Esperava-se, entre outras coisas, que os espaços públicos tais como ruas, praças e demais logradouros (bem como lojas comerciais, tavernas

pelos corpos de delitos, vistorias, registros de testamentos, escrituras, autos criminais ou cíveis exigidos pelas necessidades decorrentes, assim como, inquirições. Enfim, qualquer outro serviço que fosse ordenado pelo prefeito ou pelo Juiz de Direito da 1ª instância. Havia também a figura dos inspetores de quarteirão que eram responsáveis, entre outras atribuições, pelo registro dos moradores de sua localidade, pelas rondas noturnas em seus distritos realizadas no período das 18 até as 22 horas. Sua jurisdição era demarcada pelos limites de seu quarteirão, sua ação poderia ser ampliada em apenas três casos especiais: por ordem do chefe de polícia, delegado ou subdelegado da freguesia; em perseguição e para ajudar outros inspetores no exercício da função. Sua autoridade valia para os espaços públicos encerrando-se na porta das casas, entretanto, nem sempre esse impedimento era respeitado, sobretudo em caso de enalço a criminosos, escravos fugidos e suspeitos que por ventura tivesse a infeliz ideia de refugiar-se no interior de locais como lojas, tavernas, casas de jogo etc.²²⁵

A adaptação às práticas de convivência urbana desencadeou o surgimento de focos de resistência aos novos hábitos, isto por sua vez delimitou na geografia da cidade pontos específicos de atuação de certos grupos, como, por exemplo, as freguesias de Santo Antonio e São José²²⁶. A difusão de normas de conduta no espaço da cidade objetivava um controle maior sobre os segmentos considerados “desviantes” a normatização propagada pelas classes dominantes, por isso a necessidade de “educação” das camadas populares, impondo-os o cumprimento dos valores estabelecidos e reconhecidos como indispensáveis à adequação social daquele momento.

etc.), fossem alvo de uma constante vigilância, com o propósito de se prevenir o surgimento de qualquer desordem, uma vez que, era justamente nesses locais que as pessoas (tanto livres quanto escravas) da época encontravam espaço para o convívio, a troca de ideias, a discussão de assuntos políticos e ter conhecimento das notícias de outros lugares. Além é claro, de servirem para a propagação de ideias revolucionárias. O que, logicamente, não significava dizer que tal vigilância tenha sido eficiente, pois, as dificuldades enfrentadas pelas autoridades policiais eram muitas – onde se incluíam, por exemplo, desde a falta de contingente para realizar as rondas até mesmo o desleixo com o qual os policiais exerciam suas funções como pudemos observar nas queixas impressas nos jornais.

²²⁵ Para maiores detalhes sobre a instalação dos aparatos policiais Cf. SILVA, Wellington Barbosa da. O delegado e a teia: a montagem do aparato policial no Recife durante a primeira década do segundo reinado (1840-1850). In **Clio** Revista de Pesquisa Histórica. n. 21, 2003. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. – Recife: Ed. Universitária, 2005. p. 211 – 240.

²²⁶ Para maiores informações sobre a formação da polícia, as localidades que se destacavam nas ocorrências policiais assim como, os motivos das prisões e o estatuto legal dos presos na primeira metade do século XIX, Cf. SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2003. SILVA, Sandro Vasconcelos da. **Em nome do progresso**: modernização, repressão policial e resistência popular no processo civilizatório ocorrido no Recife oitocentista. (1836-1842). Monografia (Graduação em História). Recife: DLCH, UFRPE, 2008. MORAIS, Grasiela Florêncio de. **O belo sexo**: um estudo sobre o cotidiano e resistência das mulheres livres empreendidas nas ruas do Recife na primeira metade do século XIX. Monografia (Graduação em História). Recife: DLCH, UFRPE, 2008.

Os sucessivos processos de mudança para uniformização dos costumes na rua, embora fossem considerados de caráter homogeneizante, produtor de uma sociedade coesa, acabou criando uma diversidade no tecido urbano, seja na paisagem, nos usos, na leitura simbólica de determinados lugares, alimentando uma ininterrupta recombinação de valores, formas, funções e significados. Diante das contínuas distinções de hábitos, ocorridas no contexto urbano, os indivíduos foram levados a recriar vínculos identificatórios, fortalecendo grupos e/ou delimitando novos territórios, criando e multiplicando uma cultura em comum e exclusiva de cada grupo. A construção de grupos e territórios de identificação na rua fortalecia a resistência por parte da camada popular aos novos modelos civilizatórios, era nesse ambiente que ela se fazia presente. Mesmo com a ação da polícia, as vias públicas ainda representavam um local de perigo, sobretudo à noite, mesmo porque a atuação policial não era tão eficaz. Ambientes pouco respeitáveis como tavernas ou prostíbulos (muito numerosos na cidade, por sinal) contribuíam para imagem de ambiente perigoso.

Os motivos para se aventurarem na escuridão eram os mais variados: de festividades à fugas, de socorro médico à um namoros escondidos, vários homens e mulheres foram presos por “se fazerem suspeitos nas horas indevidas”. A parcela boêmia, ébria e facinorosa da população aproveitava das brechas no sistema de vigilância para burlar a ordem vigente, como podemos observar em algumas ocorrências registradas nas delegacias da época. Como exemplo da resistência popular à nova ordem estabelecida, observemos algumas ocorrências registradas nos códices Prefeitura de Comarca, entre as décadas de 1830 e 1840: começemos pelo caso dos pretos Caetano e Antonio que foram presos no Porto das Canoas (freguesia de Santo Antonio) por serem encontrados fora de horas vagando pelas ruas ²²⁷; ou o de José Antonio de Souza, branco, foi preso pela 2ª patrulha de Fora de Portas (Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves), por ser encontrado dormindo na rua depois da meia-noite;²²⁸ João Francisco Regis, crioulo, e Antonio José dos Santos foram presos pelo Subprefeito da Freguesia de Santo Antonio, o primeiro, por ser vagabundo e ter sido encontrado às duas horas da madrugada e o segundo, também por ter sido encontrado nas mesmas circunstâncias, sendo que este era soldado da

²²⁷ MONTEIRO, Manoel do Nascimento da Costa. **Ofício do Prefeito da Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**. Recife, 24 de junho de 1836. volume 01. p. 315-315v.

²²⁸ _____. **Ofício do Prefeito da Comarca para o Presidente da Província Vicente Thomas Pires Figueiredo Camargo**. Recife, 09 de outubro de 1837. volume 03. p. 129-129v.

Companhia de Artífices que recusou a se recolher ao seu quartel depois de ser advertido pela patrulha.²²⁹

Mas não coloquemos a polícia como vilã, muitas pessoas davam trabalho aos policiais: Vinte e nove homens não identificados nos registros foram presos por estarem soltando fogos alta noite, comemorando as festividades Joaninas;²³⁰ José Antonio Góis exagerou, ele foi preso às duas horas da manhã, completamente ébrio e insultando a patrulha rondante;²³¹ o português Salvador Martins, e o branco Antonio Luis Dias, foram presos pela 1ª patrulha do distrito da Madre de Deus (freguesia de São Frei Pedro Gonçalves) por estarem fazendo arruaças às altas horas da noite.²³² A presença feminina era uma constante nessas ocorrências, Thereza Maria, preta, foi presa pela 1ª patrulha do Distrito do Carmo (freguesia de Santo Antonio) por estar brigando e insultando a vizinhança às 10 horas da noite;²³³ a parda Bernadina Sena, também foi presa pelo Subprefeito de Santo Antonio por estar fazendo desordem às 11 da noite;²³⁴ e por fim, só para encerrarmos esse quadro ilustrativo apresentamos o caso de Rosa Maria, parda, também presa na freguesia de Santo Antonio por estar utilizando um apito e dando sinais de comando por entre as ruas do bairro, confundindo às patrulhas.²³⁵

As ações de resistências da parcela pobre ao processo civilizatório ocorrido no cotidiano recifense apresentam, como podemos observar a partir desse pequeno exemplo acima, mecanismos configurativos de um combate ou jogo simbólico entre os que representam a lei e seus transgressores, ou ainda, o embate entre o forte e o fraco. Segundo Michel de Certeau “a tática é a arte do fraco”, ou seja, no caso da parcela alvo da repressão policial, isso configurava-se em aproveitar-se das brechas encontradas no sistema de vigilância imposto, utilizando-se destas em seu benefício, fazendo da astúcia sua ferramenta para sobrepujar o forte. Contudo, para que o ato de resistência tenha efeito é preciso o estabelecimento de tempo e lugar adequados para o uso dessa ferramenta para que se possa intervir e mudar o jogo a favor do lado mais fraco. Ainda seguindo as ideias de Certeau, observemos que certas resistências às

²²⁹ Idem, p. 11.

²³⁰ Idem, p. 37.

²³¹ _____. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque.** Recife, 20 de dezembro de 1836. volume 01. p. 334-334v.

²³² BARRETO, Francisco A. de Sá. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco do Rego Barros.** Recife, 09 de março de 1840. volume 14. p. 112-112 v.

²³³ BARRETO, Francisco A. de Sá. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 24 de julho de 1838. volume 08. 46-46v.

²³⁴ MONTEIRO, Manoel do Nascimento da Costa. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 24 de julho de 1836. volume 01. 123.

²³⁵ _____. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 24 de junho de 1838. Coleção Prefeitura de Comarcas. volume 08. p. 37.

“maneiras de fazer” possuíam estilos de ação que intervinha num determinado campo, regulando num primeiro nível – a superfície – e tirando proveito dele e transformando as regras que agora passam a agir a seu favor, criando assim, um segundo nível, dentro desse primeiro. Tais movimentações se multiplicam com a expansão dos fenômenos de aculturação, ou seja, é através dos deslocamentos que se substituem maneiras ou métodos de circulação pela identificação com o lugar.

Nesse processo não devemos confundir estratégia e tática, a primeira se configura como o cálculo, a manipulação das relações de força que se torna possível a partir do momento que um sujeito de querer e poder pode ser isolado em um lugar próprio. Já a segunda é a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio, ela ajuda a conhecer o adversário passo a passo. Ao nos depararmos com os registros das transgressões percebemos a utilização de um discurso que reforçava o caráter nocivo da população pobre, manipulando os sentidos da compreensão, seduzindo, envolvendo ou intervindo na posição lingüística do destinatário. Para aqueles que representavam a lei, os “transgressores” deveriam ser punidos. Através dela (a punição) representaria a reeducação do indivíduo e sua inclusão no caminho da nova convivência social adequando-se a ela, contribuindo, dessa maneira, para a criação de uma sociedade melhor e mais civilizada.

Se por um lado a parcela pobre foi alvo de uma vigilância “constante”, por outro, a classe abastada desfrutava da rua e dos espaços criados para suas novas necessidades sociais sem muitos problemas, como veremos logo adiante; o teatro, os clubes, o passeio público, as ruas de comércio ofereciam para o consumo produtos importados, fragmentos da modernidade que eram consumidos com altivez pela parcela abastada. A rua ainda que permanecesse no imaginário da época com um lugar “perigoso” e de convivência de pessoas rudes e incivilizadas, despertava certa curiosidade e sedução ao seu convívio, pois era por entre elas que a relação estrutural entre indivíduo e coletivo se complementava numa espécie de sala de visitas coletivas. Evidentemente, a vivência desses espaços por parte das classes altas será diversa daquela vivida pelas classes populares. Para essas, ao passo que a cidade se modernizava, seus espaços de atuação passaram a ser cada vez mais cerceados, enquanto que para as outras (as classes altas), mesmo elegendo a sala de estar de suas casas como espaço de atuação, incentivavam a

modificação da estrutura urbana visando a materialização de um ambiente ideal, normatizado e controlado lar natural da civilização que se instaurava.

Embora para época o público e o privado se configurassem como esferas separadas e opostas; concordamos com Roberto da Matta quando afirma que “o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou “embebido””.²³⁶ Essa adversidade entre casa e rua na verdade residia apenas no campo do discurso de época, pois estes elementos conviviam simbioticamente, interligando-se através de “portais” como, por exemplo, a rótula, a janela, o corredor principal da casa, assim como, posteriormente a sala de visitas e de jantar serão uma extensão do espaço público no espaço privado.

2. 4. A rua como elemento de transformação dos hábitos: lazer, comércio e serviços.

A classe burguesa recifense que se estruturava no início do século XIX era de forma geral reclusa, não acostumada aos eventos sociais comuns às grandes cidades européias (jantares formais, bailes, reuniões, passeios, etc.) os eventos de recreação eram basicamente os de caráter público/religioso e embora a cidade contasse com um teatro - a Casa da Ópera - esse local não era recomendado para o convívio das boas famílias. Sendo assim, novenas, vigílias, *te deuns*, missas e festas dos santos e santas padroeiros eram praticamente os únicos acontecimentos (além de casamentos, aniversários e batizados) que movimentavam a vida social das classes dominantes no alvorecer dos oitocentos, uma herança herdada do período colonial.

Os primeiros sinais de mudança surgiram ainda nas primeiras décadas dos oitocentos, influenciadas pelos acontecimentos e festividades ocorridos no Rio de Janeiro, foi inicialmente lá, sede da corte, que as festas públicas – antes de caráter religiosos - assumiram um teor político e mais profano. Eventos como a aclamação de D. João VI, o casamento de D. Pedro I, o nascimento dos herdeiros reais, por exemplo, foram ocasiões que serviram perfeitamente para

²³⁶ MATTA, Roberto da. **A casa e a rua**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 30.

exaltação da figura dos soberanos e levaram muitas pessoas, antes “refugiadas” em suas casas, para a rua onde se estabeleceram várias redes de sociabilidades. Nesse sentido, as atividades de lazer, antes restringidas ao contexto religioso, ao descanso ou ao ócio, passaram a diversificarem-se. Eram momentos aguardados com bastante expectativa, pois também representavam uma quebra nas rotinas diárias, configurando-se naquilo que Roberto da Matta definiu como atividades “anômalas, extraordinárias ou fora do comum, mas socialmente programadas e inventadas pela própria sociedade”.²³⁷

Nessas circunstâncias, a rua tornava-se um local permitido para homens e mulheres, proporcionando a “transformação da família ou até mesmo a sua substituição por outro grupo da mesma sociedade”.²³⁸ Pois, mesmo sendo o universo da genealogia considerado o mais importante para o indivíduo dentro dos processos sociais, na maioria das vezes a vivência desses eventos “extraordinários” poderia consistir na substituição por outro grupo social. Essa troca/sedução estava atrelada à curiosidade sobre o “novo” e em alguns casos o “diferente”, sobrepondo a rotina pela novidade, o ultrapassado pelo moderno. Ecos desses eventos públicos chegaram ao Recife e levaram, ainda que de maneira tímida, algumas famílias mais abastadas a participarem de acontecimentos semelhantes, resguardando-se nos períodos de conflitos políticos. Quanto ao ambiente privado (que veremos no próximo capítulo) teria sido a esposa de Luiz Rego Barros que, segundo Gilberto Freyre²³⁹, foi uma das primeiras ou se não a primeira pessoa a abrir sua casa à eventos festivos com mais frequência, oferecendo a políticos, viajantes, comerciantes, etc., jantares e almoços festivos. A rua teve seu momento áureo de sociabilidade entre as décadas de 1850 e 1920.

Outro elemento que influenciou bastante um convívio maior entre famílias abastadas e a rua foi o comércio que se modificava, onde antes existiam inúmeras vendas,²⁴⁰ armazéns de secos e molhados ou vendedores ambulantes oferecendo nas portas das casas seus artigos, ao longo dos oitocentos com a transformação dos hábitos de consumo, foram se instalando nas principais ruas e vias do Recife, lojas mais especializadas em artigos de vestuário, de decoração, de mobília, de utensílios domésticos e mesmo de quinquilharias. A partir da segunda metade do

²³⁷ Idem, p. 37

²³⁸ Idem, p. 38-39.

²³⁹ FREYRE. Op. cit. 1976, p. 77

²⁴⁰ Cf. Glossário.

século XIX surgiram os cafés, as confeitarias, as casas de repasto, que aos poucos atraíram um público cada vez mais freqüente e usuário desses espaços e serviços.

As calçadas diante das vitrines além de contribuir para o melhor deslocamento dos caminhantes assumiram um caráter de via de desfile. Nesse momento de modernização da cidade o convívio nos ambientes fora da casa que antes evitados, tornaram-se convidativos, diminuindo a utilização de elementos filtrantes, como a rótula, a ante-sala ou a janela. Lugar de exibição por excelência, a rua concedia aos seus andantes o contato com as novidades, o consumo de produtos e serviços, flertes e diversão. Ao modificar sua relação com a rua, a sociedade oitocentista assumiu um caráter mais aberto ao convívio do que fora durante o período colonial.

Mais uma vez, vale ressaltar que esse convívio na rua não foi uma constante, nos períodos de conflitos, pelos quais o Recife atravessou, principalmente na primeira metade dos oitocentos, a casa exercia uma das suas principais funções que era a de abrigo, inclusive foi essa busca por abrigo que fez com que surgissem espaços públicos dentro da esfera privada para promover reuniões e divertimentos aos membros da mesma classe (como veremos no capítulo seguinte). Mesmo assim, podemos observar que foi a partir da década de 1840, o início de uma época de prosperidade econômica e política onde a parcela abastada da sociedade passou a conviver mais com os espaços públicos, mesmo porque alguns deles foram criados/transformados para ela.

Sendo assim, delineava-se uma cartografia de atuação da modernidade, influenciando a partir da modificação e intensificação dos hábitos de consumo. Locais como a Rua do Crespo, Rua Nova e Rua da Imperatriz, entre outras, configuraram como exemplos de locais onde essas mudanças econômicas tiveram lugar, uma vez que eram os principais endereços das lojas mais conceituadas. A paisagem e o espaço urbanos assumiram um caráter cultural moldado segundo Milton Santos em uma “realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos”.²⁴¹ Onde as mudanças podem ocorrer em diversos ritmos, ora lento,

²⁴¹ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. – 6ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 67.

ora rápido, isso vai depender de fatores como a tecnologia disponível, as condições econômicas, políticas e culturais atuam.

A sistematização de certos serviços proporcionou a classe burguesa uma alteração de seus costumes como, por exemplo, a iluminação pública. A noite recifense até meados da década de 1850 contava com uma iluminação precária dos lampiões alimentados a óleo de peixe ou de azeite de carrapateira, o serviço era irregular e nas noites claras permaneciam apagados, em certas localidades para se sair à noite, era preciso que um escravo acompanhasse as pessoas levando consigo um archote²⁴² não só para iluminar o caminho, mas também para evitar que as “armadilhas” encontradas no caminho (buracos, sujeiras, excrementos, bandidos, etc.) proporcionassem desagradáveis surpresas.

Isso teve uma mudança em 06 de março de 1859, quando foi instalada a fábrica de gás e o sistema de iluminação à gás carbônico,²⁴³ substituindo os antigos lampiões à óleo. A Rua Nova (freguesia de Santo Antonio) foi o primeiro local onde foi instalado esse novo serviço. Logo em seguida foi a vez de outras ruas na mesma localidade e algumas outras na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves e ao final do mesmo ano, as principais ruas da Boa Vista. A iluminação das ruas oferecia certa segurança e permitiu a família burguesa a trafegar por certas vias com mais frequência para desfrutar dos jantares, dos bailes e dos espetáculos no teatro (com início geralmente por volta das oito horas da noite). Com o serviço de iluminação à gás surgiu um novo personagem urbano: o acendedor de lampiões (imagem ao acima e ao lado) que iniciava seu trabalho todos os dias entre às 17:30 e 18:00 horas acendendo as luminárias e voltando às 5 da manhã para apagá-las.



²⁴² Cf. glossário.

²⁴³ Sobre a instalação da fábrica de gás, nos esclarece Maria do Amparo Ferraz “(...) localizada em terreno alagado, que necessitou de drenagem e aterro, com aproximadamente treze mil e quinhentos metros quadrados ao lado da Casa de Detenção, cuja a sua construção foi encerrada em 1855”. Cf. FERRAZ, Maria do Amparo Pessoa. **O gás em Pernambuco** - breve história da utilização do gás a partir do século XIX. – Recife: COPERGÁS, 2001., p. 31.



Imagem 17: Rua Nova - iluminação com óleo de peixe ou azeite (1855)
Autor: João Ferreira Vilela – **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

A iluminação a gás estimulou uma mudança nos costumes de algumas pessoas: uma permanência maior na rua.²⁴⁴ Mesmo que tal permanência ainda fosse proibida à parcela pobre, esta também se beneficiava desse serviço. Alguns espaços contemplados com esse serviço acabaram desenvolvendo uma multifuncionalidade dos seus usos dentro da dinâmica urbana, ou seja, muitos logradouros que durante o dia ofereciam atividades comerciais, durante a noite, serviam como locais apropriados para boemia e em alguns casos para prostituição. Amenizar a penumbra com uma iluminação artificial proporcionou funcionalidades distintas aos espaços, de acordo com os turnos.

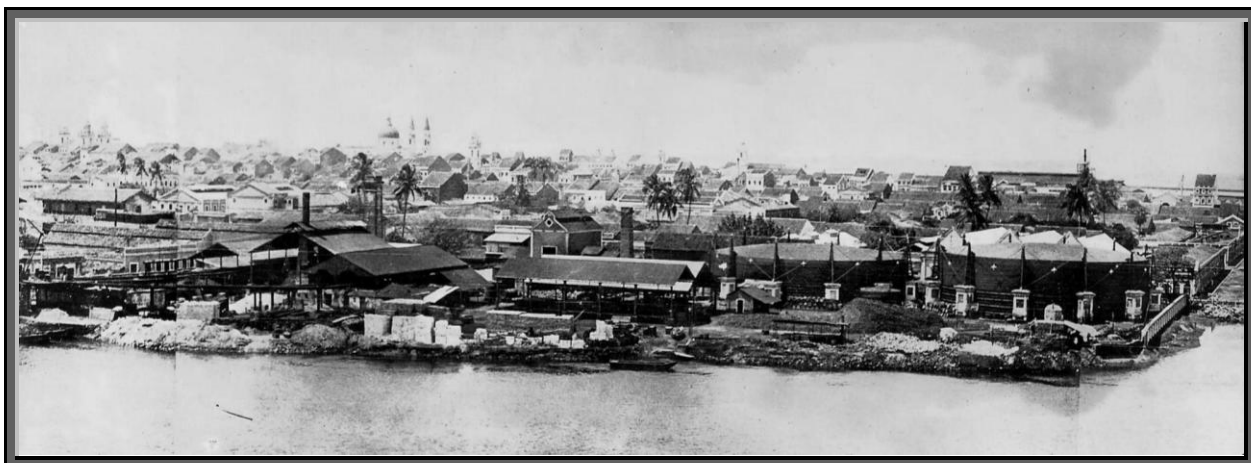


Imagem 18: Usina do Gasômetro – Freguesia de São José (S/D)
Autor: N/ID. – **Acervo:** Museu da Cidade do Recife

²⁴⁴ Não queremos dizer com isso que não houvesse movimentação noturna antes da implantação desse serviço, os notívagos estiveram presentes nas ruas do Recife desde muito tempo, inclusive a parcela pobre da população que se aventurava a sair à noite configurava-se como uma grave infração, tornando-se alvo da ação da polícia.

Associada aos novos apetrechos urbanísticos, a diversão, também foi uma das principais incentivadoras das mudanças comportamentais. Mais que uma materialização moderna vista através de estilos arquitetônicos arrojados e materiais como vidro e ferro fundido, era necessário “viver” as mudanças, exercer a civilidade. Um dos ambientes que proporcionaram um local propício para isso foi o Passeio Público,²⁴⁵ um prolongamento da Rua da Praia, passando pelo Pátio do Colégio e indo na direção à Ponte do Recife. Tal trecho ficou conhecido como Cais do Boyer. Espaço muito freqüentado até meados da década de 1850, preferido pelas famílias abastadas para passear no fim da tarde, o espaço oferecia uma fileira de assentos de madeira, arborizado com palmeiras e gameleiras (conforme podemos ver na imagem 19).

Durante os domingos diversas famílias iam para lá para excursionar. Ao logo de sua extensão bandas musicais executavam as mais variadas melodias para deleite dos transeuntes. O hábito de passear proporcionou a parcela feminina “invisível” um contato maior com o mundo exterior, pois a saída, mesmo que breve e vigiada serviria para flertar, apreciar e ser apreciada. Embora fosse pensado para atender as necessidades da classe burguesa, esse espaço também era utilizado por outros indivíduos, como por exemplo, os escravos de ganho que aproveitavam as ocasiões em que as pessoas passeavam para vender quitutes, flores, etc.

Na representação feita do Recife pelo inglês Hagedorn (imagem 19 que compõem um vista panorâmica da cidade junto com as de números 12 e 13), podemos observar no primeiro plano o Passeio público com seus bancos, o chafariz, a palmeira e as gameleiras; do outro lado do rio, vemos o porto interno com os navios, os trapiches, o prédio da Alfândega e os fundos da igreja da Madre de Deus (do centro para a direita da imagem), a quantidade de navios nos dá uma ideia a respeito da movimentação portuária; o Arco da Conceição ao final da Ponte do Recife (do centro para esquerda), o cais do Apolo e ao fundo a Vila de Olinda. A cidade se mostra limpa e calma, sem a agitação da praça do comércio, nem a algaravia de pessoas que transitavam por suas freguesias.

²⁴⁵ Vauthier se surpreendeu ao encontrar passeios e calçadas no Recife, estes datando de alguns anos anteriores, isso causa no francês um sentimento de que os da terra estariam à frente dos parisienses que só desenvolveram o hábito de construir os passeios públicos em 1779 na Rua do Odeon, tendo o serviço regularizado apenas em 1806. Cf. VAUTHIER. L. L. casas de residência no Brasil. in. **Arquitetura civil I**. – São Paulo: MEC-IPHAN, 1975. p.68.

Compondo uma paisagem moderna, outros prédios públicos sinalizavam que o progresso que se pretendia no início do século estava estabelecido no Recife. Uma reorganização da infraestrutura se estabelecia (embora muitos problemas estruturais ainda persistissem) e com ela novos personagens urbanos surgiram: o sinhozinho e a sinhazinha dão lugar ao gamenho e gamenha, e estes à madame e ao senhor figuras marcantes nos encontros sociais, nos passeios públicos, festas e bailes. A aparência tornou-se de maior importância, pois nesse momento parecer civilizado era tão importante quanto sê-lo, e isso era imperativo não só as classes dominantes, como também para aquelas que estavam imediatamente ligadas a elas.

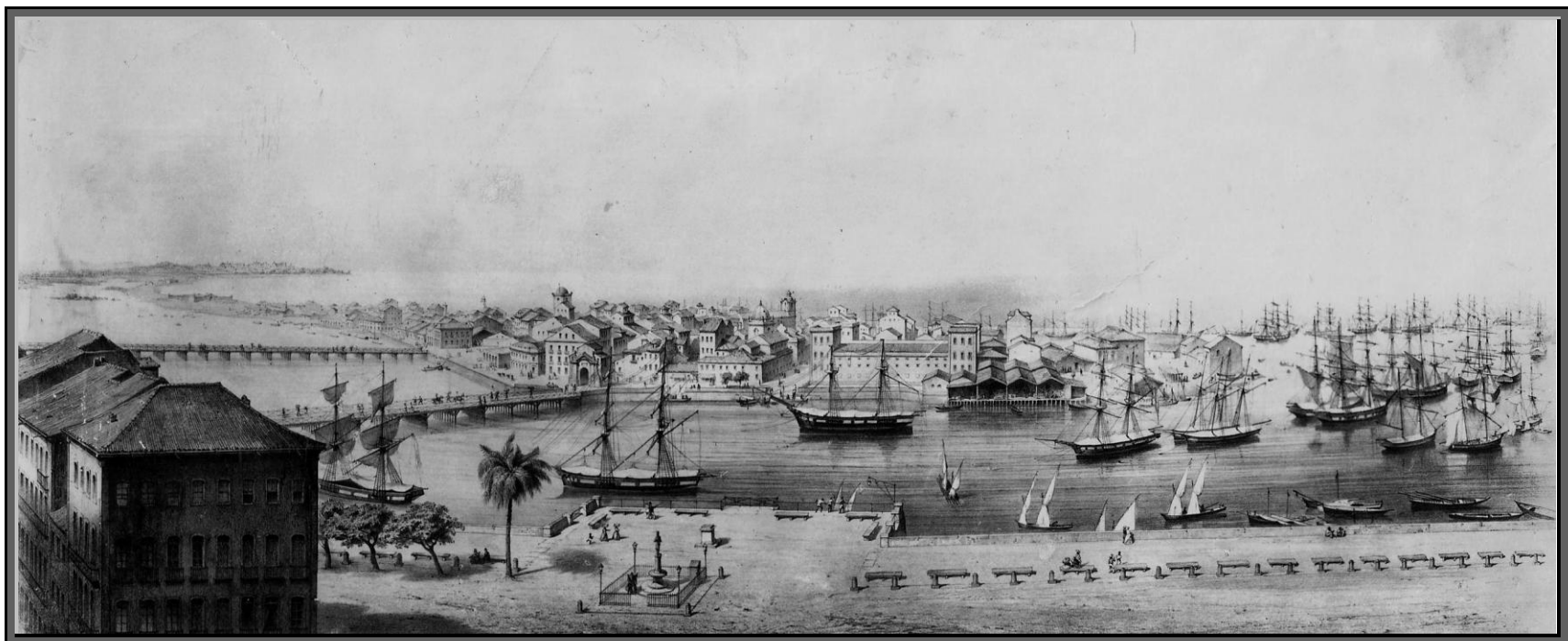


Imagem 19: Panorâmica do Recife –Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves (1855)

Autor: Frederick Haggardorn **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Um ar europeu tomava a nova cidade. Na imagem 20 feita por Louis Schlappriz podemos identificar a influência arquitetônica francesa. O traçado neoclássico tanto do prédio do teatro Santa Isabel³⁵² (à esquerda) quanto no Palácio do Governo (ao centro) denunciam o desejo de identificação com as tendências urbanas européias. Mas não é só isso que podemos observar, percebemos outros elementos identificadores de modernidade, tais como os postes de iluminação a gás espalhados pelo centro do Largo do Palácio, e ao fundo, à direita vemos uma chaminé, provavelmente da fundição Star, localizada na freguesia de Santo Amaro das Salinas.

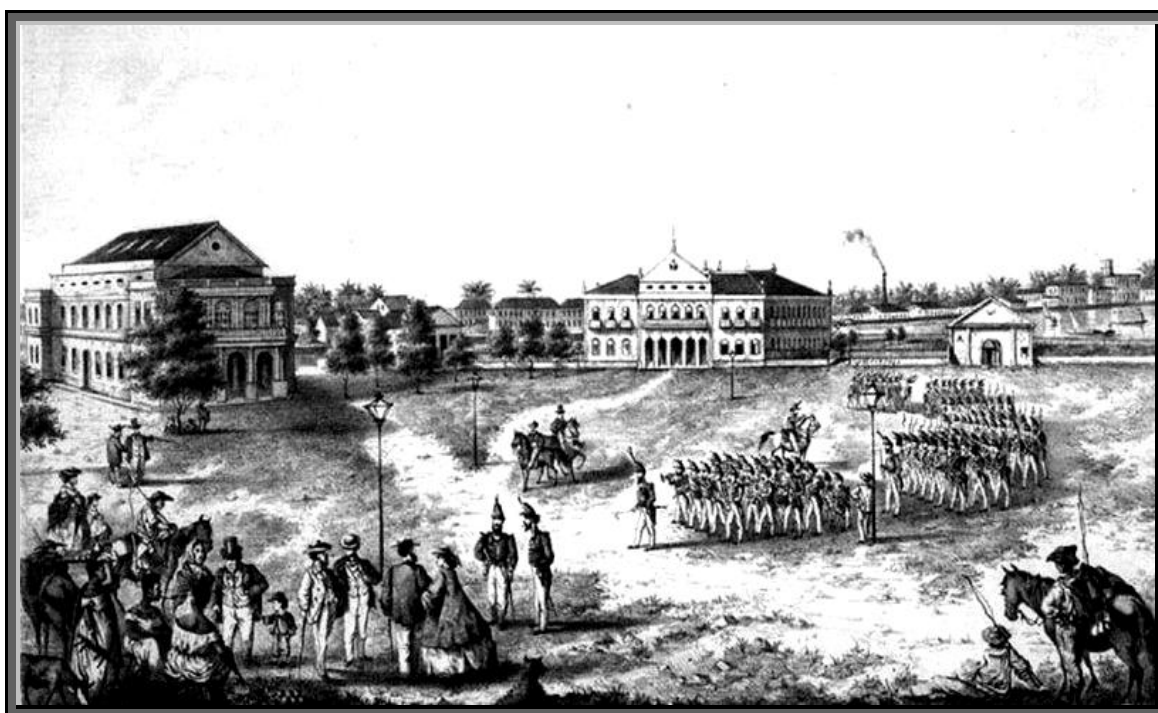


Imagem 20: Palácio do Campo das Princesas (Largo do Palácio) (1863)
Autor: Louis Schlappriz **Acervo:** Museu da Cidade do Recife

Sobre os tipos humanos apresentados, temos no primeiro plano, na parte inferior à esquerda as figuras de negras de ganho oferecendo quitutes a uma família composta por homem, mulher e menino; próximo a eles vemos dois senhores que conversam com um casal e dois soldados da Guarda Nacional que se destacaram do regimento marchando logo atrás

³⁵² Embora as obras de construção do Teatro de Santa Isabel tenham iniciadas no governo de Francisco do Rego Barros, ele só foi inaugurado no dia 16 de maio de 1850, tendo como peça inaugural, “O pajem da Aljubarrota”. Sofrera um incêndio em 1869, só voltando a abrir suas portas em dezembro de 1876, com um grandioso espetáculo da Companhia Lírica Italiana de Tomás Pasini.

deles. No canto inferior direito temos duas figuras de homens que observam a cena (possíveis pescadores, pois ambos seguram varas de pescar) nos dão a impressão de pertencerem a parcela pobre da população devido aos seus trajes, assim como, o outro que adentra na cena pela esquerda montado à cavalo; já no caso grupo composto pela família próxima às escravas, a dupla masculina que conversa com o casal, os senhores conversando próximo ao teatro, assim como a mulher que caminha em direção à eles acompanhada de uma menina, devem pertencer a um nível mais elevado, pois estão trajando roupas à moda francesa.

Um dos marcos da ascensão cultural recifense estava nos convívios feitos no *hall* do Teatro de Santa Isabel. Embora também contasse com o Teatro de Santo Antônio,³⁵³ o Teatro Apolo³⁵⁴ e a afamada (ou seria difamada?) Casa da Ópera,³⁵⁵ era em seus espaços que podia-se desfrutar de um duplo espetáculo, tanto no palco como na platéia. A ida ao teatro proporcionava ao público feminino oportunidade de exibir figurinos com a última moda parisiense, cortes de cabelos e as jóias recentemente adquiridas. Durante os intervalos desfilavam mirando-se nos formidáveis espelhos, nesse ambiente público interiorizado o flerte criou um intrincado conjunto de códigos e símbolos usados numa comunicação silenciosa e discreta.

É muito interessante fazermos uma comparação entre o público do “Capoeira” e o do Teatro de Santa Isabel. No primeiro, sua composição era feita em grande maioria por homens (e algumas mulheres) do povo, o programa apresentado embora contasse com peças ligeiras, dramas, dramalhões, trechos de ópera e até mesmo peças sacras, ele possuía uma péssima fama por suas acomodações deficientes e sujas, a irregularidade das apresentações, assim como os horários das mesmas, mas talvez o mais agravante seria o fato de que próximo dele ficava uma hierarquia de prostitutas, prontas para abordarem os senhores à saída dos espetáculos, verdadeira temeridade para as esposas e mães zelosas, sendo motivo de muitos protestos. O espaço do entorno do novo teatro oferecia para uma parcela da população excluída desse convívio por diversas razões, uma dinâmica independente do que ocorria lá

³⁵³ A localização dessa casa de espetáculos é contraditória, o memorialista Orlando Parahim afirma que ficava na desaparecida Rua das Florentinas, desaparecida na construção da Avenida Dantas Barreto. Já o escritor Mário Sette afirma que se localizava na Rua da Praia, ambas no atual Bairro de São José.

³⁵⁴ Construído entre 1850-1855 na freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, pela Sociedade Harmônica Teatral.

³⁵⁵ Em 1817, já se tinha notícias desse pequeno pardieiro que ficava na Rua da Cadeia Nova, hoje, Rua do Imperador em frente ao convento dos franciscanos, na freguesia de Santo Antonio. Tollenare o descreveu como “uma casa de aspecto muito mesquinho e que chamam de sala de espetáculo”. op. cit. p. 22.

dentro, mas que ao mesmo tempo estavam interligadas, nela poderia ser encontrado um grupo de pessoas que ofereciam serviços de transporte, vendedores ambulantes e até mesmo curiosos que ficavam no “sereno”, presentes todos os períodos de espetáculo.

Com o advento do novo teatro (Santa Isabel), o luxo e a pompa eram condições *sine qua non* de seu convívio, embora oferecesse espaços para um público “popular” sua estrutura inspirava requinte: bailes, cantatas, dramas, tudo era realçado diante da magnífica composição de seus ambientes. Frequentar certos lugares na platéia do teatro além de simbolizarem um espaço de poder, era bastante concorrido, dando àqueles que usufruíam deles um ar de importância. Mais uma vez recorrendo ao romance “Os Azevedos do Poço” como esse espaço de diversão pública era formado por esferas de poder simbólico, observando o comentário de duas senhoras que se espantam ao ver que Azevedos agora estão ocupando acomodações destinadas a “gente comum” devido ao desprestígio ocasionado pelo seu declínio econômico:

- Você já viu Naninha Azevedo num camarote de boca? Ali...
- Não vieram para o deles, defronte ao do nosso? Assinantes há anos. Desde o tempo do Barão vivo. Eu era meninota e me lembro.
- Quem está nesse camarote é o Dr. Galvão, das Obras do Porto. Um engenheiro que veio do Rio trabalhar aqui.

Assim como as saídas para o teatro, passear por entre as ruas principais do comércio foi um hábito que durante os oitocentos foi incorporado ao cotidiano de algumas mulheres da classe abastada. Fato que não passou despercebido aos adeptos da modernidade de plantão, o belo sexo – forma pela qual eram conhecidas as mulheres burguesas - começou ter uma participação mais ativa nessa nova cidade,³⁵⁶ como bem observa Antônio Pedro de Figueiredo, na coluna **A Carteira**, publicada no Diário de Pernambuco de 12 de janeiro de 1857:

O belo sexo já vai participando dos progressos da civilização entre nós. Que diferença a este respeito entre Pernambuco de há vinte anos e o nosso Pernambuco!
Ainda nessa época, tão pouco remota, a recepção de uma visita, principalmente do sexo masculino, dependia ordinariamente do homem

³⁵⁶ Ressaltamos que a parcela feminina teve uma constante presença nas ruas do Recife, executando os mais variados afazeres, entretanto isso não era visto com bons olhos. Nesse período em tela, a mulher que se projeta nos círculos sociais públicos e modernos é aquela pertencente às classes dominantes que incorporou os hábitos europeus.

chefe de família, por qualquer título que fosse. Graças à administração do Exmo. Barão da Boa Vista, a sociabilidade foi penetrando entre nós e, louvores a Deus, hoje já vai se estendendo a ação do belo sexo da sua influência secular nos negócios domésticos há uma muito legítima influência nas reuniões públicas.³⁵⁷

O caráter transformador que o século XIX exerceu sobre a parcela burguesa da população recifense é ressaltado através do seguinte comentário feito pelo escritor Mário Sette em seu livro **Arruar**:

O hábito de sair de casa para compras, para consultas ao médico, para tratamento dos dentes, mesmo a passeio, seria restrito depois de haver sido por longos séculos proibido e pecaminoso. Mas o século XIX, já de início, se prometia revolucionário pelas terras do Brasil, mormente pelas de Pernambuco.³⁵⁸

O próprio hábito de arruar pela cidade, antes feito em cadeirinhas, palanquins³⁵⁹ e literias,³⁶⁰ a partir da segunda metade dos oitocentos será substituído pelo hábito de caminhar, fazer passeios de bonde e maxambomba, assim como, de trem, vencendo distâncias. Quanto ao caminhar pela cidade ou fazer uso de seus espaços novos espaços atraíam agora um público maior (tanto masculino quanto feminino) relegando ao campo do pitoresco o costume de alguns senhores de sentar-se ao final do dia nos bancos da Ponte da Boa Vista para apreciar o cotidiano, a transformação do espaço, levou as pessoas a transitarem por entre espaços de certa forma mais amplos, tendo alcances nunca antes imaginados.



Imagem 21: Maxambomba na estação de Ponte d'Uchôa. (S/D)
Autor: N/ID – **Acervo:** Museu da Cidade do Recife

³⁵⁷ MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco:** Economia, sociedade no 2º Reinado. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 432-433.

³⁵⁸ SETTE, op. cit. p. 16.

³⁵⁹ Cf. glossário.

³⁶⁰ Idem.

Certos locais do Recife se transformavam dinamicamente obedecendo a determinações variadas, a própria ponte foi um desses lugares modificados, como podemos observar nas imagens 22 e 23, a antiga ponte de madeira com seus banquinhos foi substituída por outra de ferro, o lugar de contemplação passou a ser um lugar de trânsito, permitindo a passagem do bonde, de mais pessoas. O ritmo urbano seguia na velocidade do progresso, deixando para trás a lentidão que conduzia o viver e fazer dos tempos coloniais.

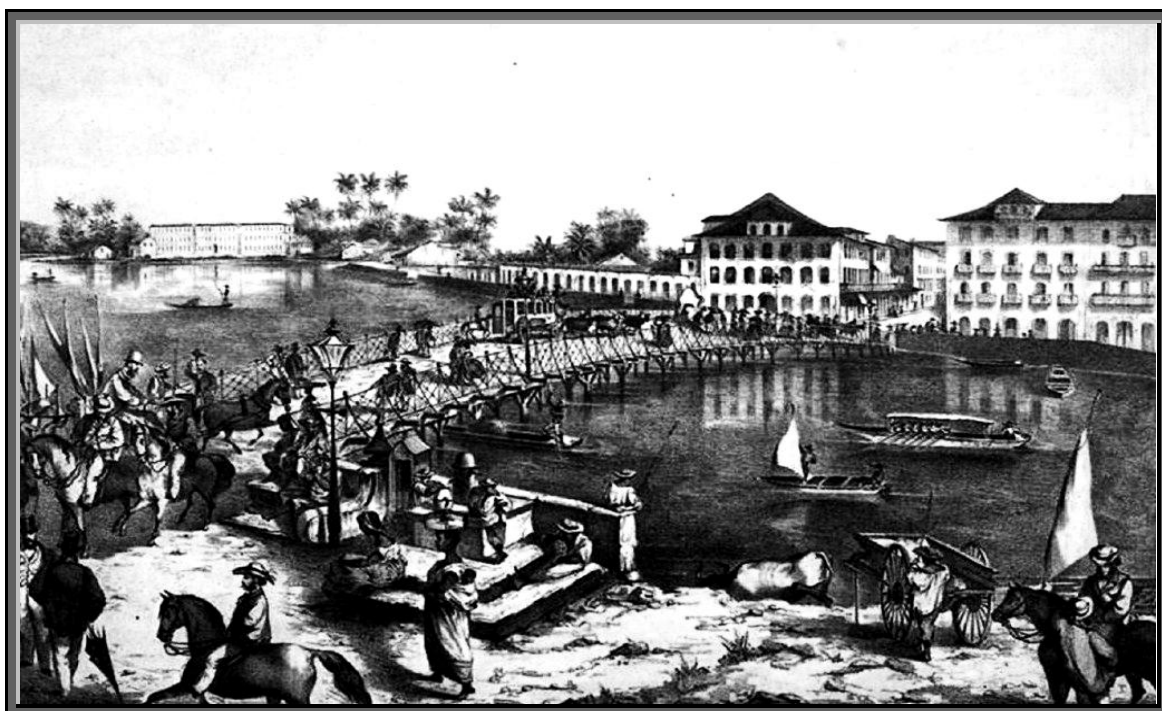


Imagem 22: Ponte da Boa Vista – **Autor:** Louis Schlappriz (1863).
Acervo: Museu da Cidade do Recife.

A imagem acima retrata um Recife ainda de constituição colonial com sua ponte de madeira, ainda ligado aos seus modos de viver antigos: o uso das canoas para locomoção e transporte de cargas, animais de grande porte transitando livremente; espaço da ponte é compartilhado por transeuntes, cavaleiros e transportes coletivos.³⁶¹ No canto superior os primeiros sobrados da Boa Vista e o início da Rua da Imperatriz com suas lojas no térreo dos prédios. Os primeiros sinais do progresso já se pronunciavam como podemos ver ao fundo o

³⁶¹ Segundo Mário Sette, a primeira condução coletiva do Recife era puxada por quatro cavalos, uma espécie de diligência que era conhecida popularmente por ônibus. Esse serviço foi contratado em 1847 para fazer o percurso Recife-Olinda, sendo substituído pelos bondes da Companhia de Trilhos urbanos em 1871, conhecidos por Maxambombas.

Hospital D. Pedro II,³⁶² instalado na localidade chamada de Coelhos. Podemos perceber também a farta vegetação que emprestava a Boa Vista um ar bucólico.

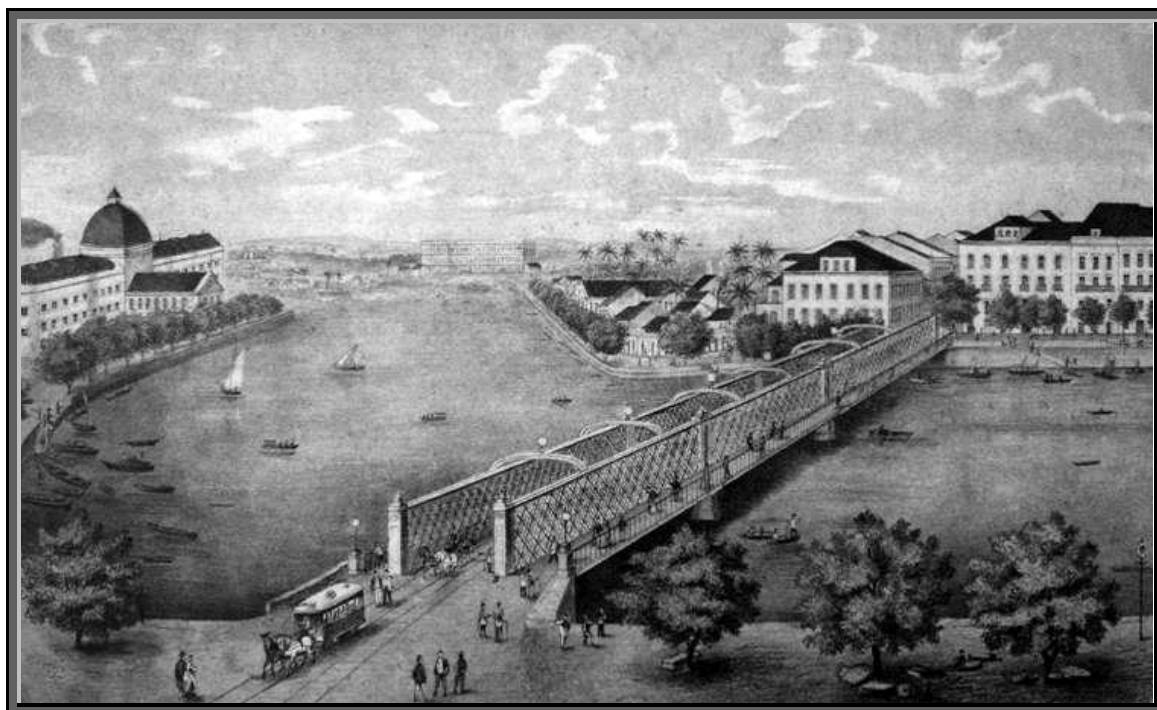


Imagem 23: Ponte da Boa Vista – **Autor:** F. H. Carls (1878).
Acervo: Museu da Cidade do Recife.

Quinze anos depois Frederik Carls retratou a mesma paisagem, só que desta vez a modernidade se fazia presente em vários elementos: a ponte apresenta estrutura feita em ferro, a iluminação pública feita pelos lampiões a gás ao longo da ponte; o tráfego agora não é mais conturbado, as ruas estão mais livres. Nos leitos do rio Capibaribe encontramos gameleiras. A cidade contava com o sistema de bondes puxados por burros, as canoas ainda resistem à modernização dos transportes e no canto esquerdo superior encontramos a Casa de Detenção,³⁶³ simbolizando a vigilância e a ordem que se buscava instaurar sobre o Recife.

As lojas estabelecidas principalmente nas freguesias de Santo Antonio e da Boa Vista ofereciam novidades adquiridas na Europa por “preços módicos”. Geralmente os produtos eram anunciados em seções denominadas de “diversos” nos principais jornais que circulavam

³⁶² Mesmo estando pronta em 1859, servindo inclusive para um baile dado em homenagem ao imperador D. Pedro II, em visita ao Recife, só foi inaugurado em 1861, obra realizada pela R.O.P. sob o comando do engenheiro José Mamede Alves Ferreira.

³⁶³ Inaugurada em 1855, seguia o modelo panóptico, seu projeto também foi de José Mamede Alves Ferreira. Para maiores informações sobre as obras executadas por Mamede ver ACIOLI & COSTA, op. cit.

pela cidade. A Rua Nova (na freguesia de Santo Antonio) pode ser considerada como um dos locais onde se vivia as mudanças oferecidas pela modernidade. O estabelecimento de alguns comerciantes e até mesmo moradores nesse local poderia ser interpretado, na época, como o primeiro passo para inclusão na modernidade urbana. Como o Recife era um local que recebia muitos visitantes, inclusive europeus, alguns comerciantes buscavam oferecer o que melhor havia em objetos e serviços, sintonizados com as novas tendências mundiais. À reboque disso, o aumento do consumo desses produtos e a ostentação de certos objetos, fossem eles móveis, roupas, utensílios, etc., delegava ao seu proprietário um caráter “civilizado”, uma aura de modernidade. Quanto a isso Raimundo Arrais comenta:

Para elas (as camadas urbanas), a melhor maneira de apreciar as vantagens proporcionadas pela vida urbana medindo a quantidade de aquisições que a vida moderna propiciava, ainda que, mesmo cercado de novidades técnicas, apelos de consumo, introdução de novos meios de transporte, edificações ostentando novos estilos, experimentassem as inquietações de se estar vivendo numa cidade cuja paisagem ia se tornando desconhecida, modificando-se em ritmo demasiado acelerado e povoada de pessoas desconhecidas.³⁶⁴

A aquisição dos produtos importados delegava aos seus compradores uma espécie de certificado para modernidade. Estabelecidas nas principais vias de comércio essas lojas ofereciam uma infinidade de produtos das mais variadas procedências, como podemos observar nesse anúncios estampados nas páginas do Diário de Pernambuco, entre fins do século XIX e início do século XX:

A ROSA DOS ALPES continua a receber directamente de Paris as mais sensacionaes novidades do mundo elegante podendo ver as suas gentilissimas freguezas a sua exposição permante de artigos finos de todos os generos e qualidades. Rendas, bicos, bordados, tintas, meias cruas, etc. É grande o sortimento de fazendas finas e sedas.³⁶⁵

O PRATO CHINEZ

Casa fundada em 1840

Especializada em serviços de louça “ingleza”, porcelanas de “Limoges”.

³⁶⁴ ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade**: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austragésilo. – Recife: Edições Bagaço, 2006. p. 31 (grifos meus)

³⁶⁵ FREYRE, Gilberto [et al.]. **Livro do Nordeste**. 3ª ed. Edição comemorativa dos 180 anos do Diário de Pernambuco. – Recife: CEPE, 2005. p. LVI.

Vidros nacionaes, crystaes de “Baccarat”. Grande variedade em objectos para presentes em metal de “Wurttembergische”. Redomas para imagens e castiças com lanternas.³⁶⁶

Outro elemento que simbolizava a modernidade foi a fotografia. A novidade que logo seduziu os recifenses e levou alguns fotógrafos a se fixarem na Rua Nova. Foi o caso do pioneiro fotógrafo francês J. Evans, vindo do Rio de Janeiro, montou sua oficina no primeiro andar do sobrado de nº. 13, em fevereiro de 1843. Logo foi seguido pelos ingleses Goodrich & Houg, o alemão Albert Heschnel, outro francês Eduard Gadault, além dos brasileiros João Ferreira Vilela e Lopes. Segundo Rostand Paraíso, eram tantos os estabelecimentos de fotógrafos ao longo dessa rua que ela passou a ser conhecida como *Rua dos fotógrafos*.

Consultórios médicos, dentistas e farmácias, também dividiam o concorrido espaço dos sobrados ao longo da rua, como podemos observar nesse anúncio do jornal **A Imprensa**:

AOS DENTES

A. S. Jane, o bem conhecido dentista
por longos annos nessa praça
pode ser procurado na sua residência
R. Nova, 19, primeiro andar
a qualquer hora³⁶⁷.

Da mesma forma que restaurantes, confeitarias e delicatessens:

“ANTONIO FERREIRA LIMA & Companhia
Rua Nova n. 3
Vendem muito superior presunto
inglez para fiambre, línguas salgadas,
queijos londrinos, conservas, sal refinado,
bolachinhas rainha Victoria, sardinhas de
Nantes, ervilhas, tiljollo para limpar, pre-
suntos do Porto, paios, chouriços, queijo
Gruesir, dito flamengo, mostarda em pó, bo-
laxinha de araruta, biscoitinhos, fatias
massas para soupa, estrelinha, sagú, seva-
dinha, matarana, amendoas, passas, vinhos
do Porto, Madeira, Xerez, champagne,
muscatel de Setubal, Frontignan, Bucellas,
Bordeaux, Medoc, licores marrasquino e
outras muitas qualidades, e outros gêneros

³⁶⁶ Ibid, p. LVIII

³⁶⁷ **A Imprensa**, 28 de julho de 1851. p. 04.

de venda”.³⁶⁸

Na crônica chamada *francesismos e francesias* Mário Sette comenta a “mania” de querer ser francês que a classe abastada cultivava fervorosamente na segunda metade dos oitocentos. Essa atitude fez com que na época fosse comum se dizer que no Recife “só faltava cuspir à francesa”. Eram imbuídos por esse espírito que muitas lojas foram nomeadas em bom francês, sugerindo sofisticação e qualidade dos produtos oferecidos, nomes como: *A la ville de Paris*, *Au Louvre*, *Au Paradis de Dames*, *Maison Chic* (esta última muito famosa até meados do século XX) inspiravam confiança e respeito, enquanto que as demais “Dir-se-ia que um título nacional dava logo a impressão de secundarismo na esfera comercial, um quê de loja de matuto”.³⁶⁹

É no espaço da rua, repleto de simbologias, que encontramos, através dos relatos, uma disposição distinta e ao mesmo tempo coexistente dos grupos que os formam de acordo com os princípios de diferenciação, definidos por Pierre Bourdieu como capital cultural e capital econômico.³⁷⁰ Sendo assim podemos observar as influências que as transformações surtem nos costumes agindo através de uma vinculação entre o conjunto de atividades ou de bens, eles próprios relacionalmente definidos, gerando diferenças nas maneiras, nas práticas, arquitetando vários sistemas simbólicos.

³⁶⁸ Idem, 19 de agosto de 1851. p. 04.

³⁶⁹ SETTE, Mário. **Barcas de Vapor**: cenas do passado brasileiro. – São Paulo: Edições Cultura, 1945. p. 188.

³⁷⁰ Cf. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. – Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.



“Quem olha de fora, através de uma janela aberta, não vê jamais tantas coisas quanto quem olha uma janela fechada. Não há objeto mais profundo, mais misterioso, mais fecundo, mais tenebroso, mais deslumbrante do que uma janela iluminada por uma vela. O que se pode ver à luz do sol é sempre menos interessante do que o que se passa atrás de uma vidraça. Nesse buraco negro ou luminoso vive a vida, sonha a vida, sofre a vida.”³⁷¹

³⁷¹ BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa**. – Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 211.

Assim como a cidade carecia de cuidados e reformulações em sua estrutura, a casa recifense oitocentista também foi alvo intervenções, pois as antigas formas de morar poderiam ser consideradas como um foco de inúmeros problemas tanto para os corpos como para a estrutura social. Como a rua mesmo com atrativos e convites à sua convivência demonstrava-se cada vez mais perigosa e longe da dominação normativa dos sentidos e ações dos indivíduos, a casa assumiu o posto de santuário da vida social, palco perfeito para encenação da vida moderna, lugar que poderia se tornar intransponível para presenças indesejadas. Nesse capítulo discutiremos as transformações ocorridas nas residências e suas importâncias, a ação da nova arquitetura europeia, o surgimento de espaços especiais para abrigar as novas formas de sociabilidade; como antigos conceitos como privacidade, conforto e pudor assumiram sentidos mais amplos e o surgimento de alguns hábitos modernos.

3. 1. A casa do Recife no começo dos oitocentos: entre o abrigo e o perigo.

(...) o lar, além de prover abrigo, é também um ícone. Sua aparência evidencia o que ele é e como as pessoas devem comportar-se, ou não.¹⁸⁷

Como vimos no capítulo anterior, o ambiente da rua foi um dos responsáveis pela mudança de alguns hábitos de parte das classes dominantes recifense, graças a gama de espaços e serviços oferecidos a partir da década de 1840 e intensificando-se nas décadas posteriores. Em meados do mesmo decênio, a estrutura das habitações urbanas tornou-se alvo de observações e estudos médicos que sugeriam mudanças em sua forma e à adesão de hábitos mais higiênicos, a princípio estes encontraram certa resistência às suas práticas frente à força de antigos costumes coloniais, o que gerou uma série de embates.

Segundo médicos e higienistas, as antigas construções não atendiam aos ideais de modernidade urbana que se buscava instaurar no Recife, além de que essas antigas estruturas representavam sério risco para saúde de seus habitantes. Sendo assim, pareceu-lhes imperativo que o aparelhamento das residências devesse passar por reformulações. Foi nesse momento que a arquitetura civil e a medicina ganharam importância máxima dentro do processo de desenvolvimento urbano, oferecendo novas concepções estruturais através dos

¹⁸⁷ FORTY, Adrian. **Objetos de desejo: design e sociedade desde 1750.** – São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 131.

médicos e higienistas, assim como dos engenheiros trazidos a princípio da Alemanha e posteriormente da França e da Inglaterra. Dentre esses profissionais destacaram-se os franceses pelos seus projetos para a composição urbana e habitacional. Logo a cidade assistiu à construção de novos edifícios. A antiga cidade do Recife com seus ares coloniais pautados em uma arquitetura que remetia à religiosidade barroca devido a imponência de suas igrejas, foi assumindo um aspecto europeu cosmopolita e isso se refletiu na maneira de ser de seus habitantes.

Segundo Nestor Goulart, essas modificações em estruturas públicas e privadas tornaram-se importantes para as lideranças governamentais e para as elites dominantes, pois acreditavam que a implantação de modelos adaptados às normas urbanísticas europeias vigentes, possibilitaria condições de ingresso do Brasil (e consecutivamente, do Recife) no mundo contemporâneo.¹⁸⁸

A sede da corte foi quem recebeu as primeiras tentativas de adequação aos novos modelos arquitetônicos de forma sistemática, sob as orientações da Missão Cultural Francesa.¹⁸⁹ No sítio urbano do Rio de Janeiro as edificações públicas e antigas habitações coloniais passaram a princípio por modificações em suas fachadas (regulamentação de altura, forma, estética e etc.) adotando a princípio o estilo Neoclássico.¹⁹⁰ Durante o decorrer do século XIX, novos estilos foram incorporados na arquitetura das casas, inclusive em seus interiores. Contudo, mesmo com a adesão aos novos estilos, as antigas formas de construção portuguesas resistiram (tanto na estética quanto na distribuição dos espaços, materiais de construção) até meados dos oitocentos, adaptando suas plantas às condições climáticas, territoriais e socio-econômicas de cada região.

¹⁸⁸ Cf. REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 6ª ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. p. 34

¹⁸⁹ O estabelecimento da Corte com suas idéias ilustradas de cidade facilitaram a utilização de alguns materiais de construção antes considerados custosos e/ou proibitivos para importação (como por exemplo, vidro plano transparente para janelas, ferro fundido, telhas de vidro, etc.) com maior frequência devido à abertura dos portos e a diminuição das taxas.

¹⁹⁰ No referente às questões urbanísticas, a Missão Cultural Francesa e da Academia Real, foram responsáveis pela difusão da arquitetura neoclássica muito em voga em países como França, Inglaterra e Itália, esses novos tipos de construção eram considerados como símbolo de progresso e civilização. Especulamos que a busca pela diluição das formas barrocas disseminadas pelos engenheiros estrangeiros, fruto de sua formação, influenciada pelo movimento arquitetônico iniciado na Europa ainda no século XVIII, quando a arquitetura moderna assumiu a incumbência de por fim a característica principal das construções barrocas: a verdade absoluta e heterônoma. O Neoclassicismo representava a racionalidade favorecendo o máximo a liberdade do homem frente aos novos sistemas, frente à opulência trágica barroca, este movimento arquitetônico representava o triunfo da razão sobre a emoção ligada as influências religiosas e embora a coroa portuguesa, a aristocracia e a burguesia brasileira tivessem uma formação religiosa muito forte, adotar os novos padrões arquitetônicos era sinônimo de progresso e ilustração.

Os principais argumentos norteadores para as modificações das estruturas habitacionais estavam pautados na ideia de que a casa deveria oferecer mais que um abrigo às intempéries, ou seja, ela deveria proporcionar meios adequados ao repouso daqueles que se lançavam à labuta diária e ser um ambiente favorável e inspirador à educação moral de seus habitantes. Viver em um ambiente saudável, tranquilo e ordenado levaria seus habitantes a fortalecerem os laços e valores familiares, contribuindo para propagação de uma sociedade civilizada à guisa das europeias. Sendo assim, em alguns anos a atmosfera claustrofóbica de muitos sobrados e casas térreas foi alterada; e as construções foram ampliadas, remexidas, modificadas e acrescidas tudo para atender as novas formas de vida urbana moderna.

Um dos grandes problemas encontrados sem dúvida foi a insalubridade, causada pelas construções deficientes em iluminação, ventilação e de costumes higiênicos precários. A vida no interior dos sobrados recifenses era de má qualidade, pouco se tomava banho, devia-se ter cuidado com os golpes de vento, a exposição ao sol era considerada danosa. Essa realidade era pior para algumas mulheres que viviam grande parte de suas vidas dentro de casa, pois segundo as convenções sociais e médicas da época elas deveriam evitar o contato com rua por questões de respeito, do sol intenso e das pancadas de ar por questões de saúde. Havia inclusive um ditado muito popular na época que dizia “a mulher deveria sair de casa apenas em três ocasiões: para se batizar, para casar-se, para enterrar-se”.¹⁹¹

Era costume deixar os dormitórios fechados, mesmo durante o dia; o ar só passava entre frestas, não havendo renovação e resultando em uma atmosfera viciada e asfíxiante. Por isso, segundo Gilberto Freyre, “os quartos de dormir impregnavam-se de um cheiro composto de sexo, de urina, de barata, de mofo. (...) quando a inhaca era maior queimava-se ervas cheirosas dentro dos quartos”.¹⁹² Outro ambiente considerado sujo era a cozinha, muitas vezes pequenas, escuras e cheias de fuligem. O fogão e o forno eram buracos feitos em quadrados de tijolos, não havia grelha - para alimentar o fogo era muito comum o uso de lenha ou carvão, para mantê-los acesos usava-se um abanador de palha de coqueiro trançada que ao ser utilizado espalhava fumaça, gordura e fuligem por todo ambiente. Os médicos da época acusavam esse cômodo como sendo um dos responsáveis pelo aumento da mortalidade de escravos por “tísica pulmonar”. O armazenamento da água para beber ou usar nos alimentos era feito em jarras e quartinhas de barro, muitas vezes mal lavadas, transformando-se em

¹⁹¹ Colocar referência: Jornal do Recife ou A Imprensa.

¹⁹² FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 15ª ed. – São Paulo: Global, 2004. p. 324.

reservatório de limo. A qualidade da água em si já não era muito boa, geralmente barrenta ou salobra – vinha do rio Beberibe ou do Varadouro de Olinda. Achava-se à época que para amenizar os danos bastava coar a água em panos alvos – até três vezes dependendo da coloração que a água apresentava. Para manuseá-las utilizava-se quengas de coco, nos sobrados mais opulentos poderia se encontrar esse mesmo artefato feito em prata.

O material empregado na construção dos sobrados consistia em: pedras (para as paredes, a princípio vindas de Portugal como lastro dos navios, depois retiradas de localidades próximas do Recife), sendo depois substituídas por tijolos; argamassa feita com cal de mariscos, areia do mar e barro; madeira de lei (pau-ferro, coração de negro, cedro e pau d’arco para o telhado, janelas e portas e pau amarelo para o assoalho) e telhas de barro. As paredes eram grossas – protegiam do frio no inverno e mantinha temperaturas amenas durante o verão, atmosfera propícia para umidade - as fachadas eram de cantaria e as sacadas largas. De certo que nem todos os sobrados eram feitos com materiais de primeira qualidade e como resultado a umidade crescia pelas paredes, as telhas e tijolos de má qualidade esmigalhavam-se. Depois dos períodos de chuva corria pelas paredes o soro esverdeado do limo no telhado. As paredes também transpiravam com a umidade, afofando pinturas ou os papéis de parede, sem contar a presença do cupim nas madeiras de baixa qualidade. O lixo acumulava-se nos aposentos e os dejetos sanitários eram guardados em baixo das escadas até o momento em que o escravo vinha fazer a coleta com os tigres. Esse modelo colonial de habitação lançava sobre a cidade temores sobre a segurança e a higiene.¹⁹³

Como podemos observar, a casa urbana das famílias endinheiradas dos oitocentos estava longe do ideal de modernidade. Além de serem espaços exíguos e insalubres, dentro deles se concentrava um grande número de pessoas, como comenta Gilberto Freyre “sobrados estreitíssimos, e dentro deles, um excesso de gente. Gente respirando mal, mexendo-se com dificuldade. Às vezes oito pessoas dormindo no mesmo quarto”.¹⁹⁴ Era comum a família

¹⁹³ Embora o domicílio dos abastados não fosse um exemplo de salubridade, o maior alvo da preocupação das autoridades responsáveis pela higiene e estruturação da cidade foi a morada da população pobre, considerada como local propício ao surgimento de doenças e a proliferação de epidemias, recinto também de desvirtualização dos seus habitantes. Os órgãos responsáveis pela ordem cidadina acreditavam que nessas construções formadas por cubículos mal iluminados e sem “nenhum asseio” reinavam toda sorte de imoralidades, tornando-se a representação de uma ameaça social com consequências terríveis, um lugar onde imperava os desvios, a promiscuidade e o embrutecimento.

¹⁹⁴ Ibid., p. 273-274.

burguesa¹⁹⁵ ser formada por um grande número de pessoas, pais, filhos, parentes colaterais, agregados, etc. o que ocasionava a superlotação nos quartos na hora de dormir. Veremos, mais adiante, que esse quadro foi aos poucos sendo modificado. Até as primeiras décadas dos oitocentos a vida dentro dos domicílios transcorria de maneira simples e despojada como nos apresenta Mário Sette:

(...) Numa esteira, de cócoras, as mulheres remendam, fazem rendas, catam piolho, batem bolos, vestidas apenas com uma saia de chita e um cabeção. Entremostam-se pelas rendas ou pelo talho descaído sobre um dos ombros os seios empinados das jovens ou murchos das já maduras. (...) Raros ainda os móveis. A esteira era também a mesa. Nela, comiam-se as frigideiras, os guisados, o pirão escaldado, o carangueijo gordo. Hábeis os dedos em machucar os gostosos bolotes de comida e atirá-los para dentro das bocas.¹⁹⁶

Esses “sobrados magros”, cuja estrutura variava entre cinco e seis pavimentos, geralmente eram construídos da seguinte forma: o térreo geralmente abrigava estrebarias ou comércio com acomodações para os caixeiros e escravos; no primeiro andar um escritório; no segundo andar havia um ambiente para recepção de visitas; nos andares superiores a área de convivência íntima e as alcovas e o local para as refeições, e no último andar a cozinha como podemos observar nas imagens 26 e 27.

¹⁹⁵ Podemos esboçar, em linhas gerais, como seria formada uma família burguesa recifense dos oitocentos: o pai (de origem estrangeira ou brasileira) geralmente ligado às finanças ou ao comércio de atacado e varejo, muitos de pouca educação formal, aspirantes a membro da alta sociedade e com ligações com a política; a mãe oriunda de uma família também de comerciantes ou abastada; de educação religiosa e doméstica, em poucos casos era alfabetizada; a(s) filha(s) eram educada(s) para seguir(em) os passos da mãe, algumas poderiam receber uma educação formal que consistia em aprendizado da leitura e escrita, das tarefas do lar (costurar, cozinhar, etc.) de línguas estrangeiras, dança e piano; e o(s) filho(s) que poderiam seguir os passos do pai no comércio ou poderia(m) seguir carreira acadêmica se tornando advogados, médicos, engenheiros, políticos, ou ainda religiosos (um traço do passado colonial). Esse núcleo familiar ainda contava com os chamados agregados: sobrinhas(os), tias(os), cunhadas(os), afilhadas(os), parentes muito idosos e afins.

¹⁹⁶ SETTE, Mário. **Anquinhas e Bernardas**. – Recife: FUNDARPE, 1987. p. 42.

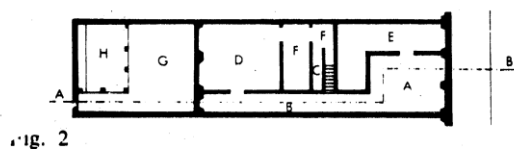


Fig. 2

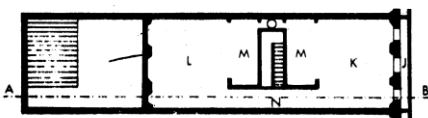


Fig. 3

Fig. 2 — Res-do-Chão

A — Vestíbulo
 B — Corredor
 C — Escada
 D — Quarto de Hóspedes
 E — Dormitório dos Escravos Homens
 F — Alcovas sem luz direta
 G — Patio
 H — Cocheira

Fig. 3 — Primeiro andar

I — Sacada
 K — Sala da frente
 L — Sala posterior
 M — Alcovas
 N — Corredor principal
 O — Corredor de serviço

Imagem 26: Planta baixa do pavimento térreo e superior de um sobrado em meados do século XIX

Fonte: Livro Arquitetura Civil I - **Acervo:** coleção particular.

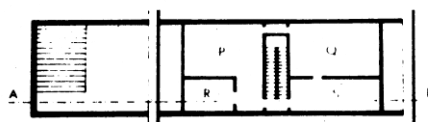


Fig. 4 — Sotão

P — Sala de jantar
 Q — Cozinha
 R — Copa
 S — Quarto de engomar e das escravas

Imagem 27: Planta baixa do último pavimento de um sobrado em meados do século XIX

Fonte: Idem - **Acervo:** coleção particular.

Mesmo sendo um ambiente condenável, do ponto de vista da salubridade, ao longo do século XIX o sobrado permaneceu na mentalidade de muitos, como sinônimo de vida urbana e distinção social:

(...) aristocrata da cidade, de corrente de ouro em volta do pescoço, de cartola inglesa, morando **em sobrado** de azulejo, andando de vitória de luxo, comendo passa, figo, ameixa, bebendo vinho do porto, as filhas uns encantos quando vestidas pelos figurinos de Paris por alguma madame.¹⁹⁷

Isso pode ser atribuído ao caráter monumental da obra e o dispêndio de sua construção, ao contrário da casa térrea, pequena e de pouco custo se comparado ao primeiro, esse tipo de habitação foi considerada por muito tempo como morada simples e de gente pobre. Habitar um sobrado era um objetivo forte em certas ambições e a condição obrigatória

¹⁹⁷ FREYRE, Op. cit., p. 117. Grifo nosso.

de certas posições até meados do século XX¹⁹⁸ quando outras formas de habitação foram construídas na cidade.

O processo que visava civilizar os hábitos da burguesia recifense incluía modificações nas formas citadinas de morar, transformando a simples habitação em um verdadeiro lar representação de segurança, berço de princípios morais rígidos, de amor e de restabelecimento da saúde física e psicológica, assim como, de hospitalidade. Esses conceitos foram reforçados através de certos problemas com a segurança na rua, tornando imprescindível a criação de um espaço mais “estável” onde as pessoas “educadas” pudessem ampliar seus horizontes culturais e exercerem sua condição de “civilizados” sem correr perigo; foi assim que a casa assumiu a representação de santuário do resguardo familiar, do aprendizado da civilidade e polidez, dando origem a novas formas de sociabilidades.

Com o decorrer dos anos, as antigas formas de construção foram assumindo um padrão organizacional mais elaborado de acordo com as idéias de modernidade em voga. Os traços da vida colonial que permeavam os ambientes domésticos começaram a desaparecer abrindo espaço ao estilo de moradia onde seus espaços seriam mais bem aproveitados, modificando-se seus usos, a higiene pessoal e o comportamento. A casa assumiu um novo traçado com áreas de atuação distintas tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino, quebrando antigos paradigmas da vida colonial.¹⁹⁹

Como nos orienta Pierre Mayol, não devemos cair no risco de delimitar locais de atuação das ações humanas de maneira estática.²⁰⁰ Porém, entendemos que a maneira como

¹⁹⁸ Embora a construção dos sobrados tenha sido adotada na cidade devido a exiguidade de seus espaços, especulamos que talvez a influência da arquitetura barroca portuguesa oitocentista e sua idéia de monumentalidade, com construções totalizantes, robustas e duradouras que funcionassem como referência e fonte de segurança (mesmo princípio utilizado nas igrejas e palácios) tenham contribuído para transformar o sobrado em símbolo de morada nobre, pois adquirir uma casa não era uma ação fácil e barata, além de ser uma propriedade, um investimento era também o estabelecimento de posição social.

¹⁹⁹ Segundo Carlos Antonio Brandão, a busca pela mudança arquitetônica dos centros urbanos brasileiros ocorreu a partir de uma maior secularização das classes dominantes. Na Europa, o resultado dessa secularização havia levado o homem moderno a ter mais consciência de sua existência conduzindo-o a desintegrar sistemas autoritários e homogêneos como o absolutismo e o renovado catolicismo. No caso da burguesia do Recife, embora ainda ecoasse forte a influência de vários sistemas autoritários, a vontade de ser considerado moderno e aceito no conjunto das grandes nações civilizadas europeias, era maior. A classe “esclarecida” e endinheirada procurou romper com homogeneidade da vida barroca, desvencilhando-se de antigos valores. Para mais esclarecimentos sobre as mudanças do homem moderno urbano, Cf. BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura.** – 2ª ed. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

²⁰⁰ Para Mayol classificar os espaços de acordo com o sexo, é inadequado, ou como ele chama uma “psicossociologia ingênua”, ou seja, julgar que os espaços obedecem a características formais de essência masculina ou feminina dentro das esferas públicas ou privadas, essa mistificação é geralmente atribuída aos dados arquitetônicos, através de critérios supostamente coerentes da complementaridade dos sexos, como por exemplo: o rígido e o macio, o lógico e o poético; como se a diferença entre o masculino e feminino consistisse

habitação foi idealizada pelos engenheiros da época delimitava claramente áreas de domínio essencialmente masculino ou feminino havendo poucas exceções. É interessante notarmos que as divisões dos espaços entre os gêneros foi uma prática muito recorrente no cotidiano rural e urbano tanto nos principais países da Europa quanto no Brasil, por exemplo, em um âmbito maior tínhamos a rua como zona de atuação da parcela masculina e a casa o local da parcela feminina. Em um aspecto menor, a casa também promoveu essa divisão entre ambientes “masculinos” e outros “femininos”, pois “todas essas manifestações sociais respondem a uma manifestação sexuada, cada parceiro desempenha o papel previsto pela sua definição sexual nos limites que a conveniência lhe impõe”.²⁰¹ Deixamos claro que não queremos dizer com isso que as barreiras invisíveis estipuladas não pudessem ser, nem fossem transpostas.

Para exemplificar melhor lembremos que na primeira metade dos oitocentos a parcela feminina ainda tinha a sua presença restrita a certos aposentos da casa devendo, inclusive deixá-los quando havia uma presença masculina estranha, como observou Tollenare em visita a um engenho na mata sul. Ele descreve que após ser anunciado, adentrou na sala da casa-grande e percebeu que uma presença feminina havia se evadido do local, devido aos indícios que deixara - um bordado abandonado repentinamente sobre o móvel da sala - permaneceu reclusa até mesmo depois dele ter findando a conversa com o senhor. Mesmo assim não faltou com as obrigações de dona de casa e mandou servir um lanche, como mandava a boa educação.²⁰²

Vauthier menciona um evento semelhante ocorrido também durante uma visita, só que desta vez a um comerciante proprietário de sobrado. Durante o período de espera na parte de fora da sala, ele pode escutar os barulhos da movimentação, ao que parecia, não só a mulher como algumas crianças retiraram-se da sala para que o senhor recebesse sua visita. Observador mordaz que era, tratou de registrar mentalmente esse evento para mais tarde relatá-lo por meio de uma carta para um amigo na França onde relatava o seguinte:

(...) a porta da alcova está fechada cuidadosamente e não ouvimos ruído algum. Mas, se aí lançássemos um olhar, veríamos a momentos erguer-se uma das cortinas de musselina que guarnecessem por dentro as folhas envidraçadas, e avistaríamos alguma fisionomia esperta que examina curiosamente os visitantes. São as crianças da casa, por vezes a própria dona

meramente em questões biológicas ou de genitália. MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 2 morar, cozinhar. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 57-58.

²⁰¹Idem. p 57.

²⁰²Tollenare, op. cit. p. 68.

da casa, que passam pelo pequeno corredor dissimulado entre as alcovas, atrás do vão da escada.²⁰³

Já que mencionamos Vauthier, cabe lembrar que ele foi um dos primeiros a sugerir mudanças nas construções domiciliares recifenses. Ele próprio foi o engenheiro da casa de Francisco do Rego Barros, considerada marco de construção das casas afrancesadas no Recife, localizada à Rua da Aurora nas proximidades da ponte princesa Isabel. Assim como no Rio de Janeiro, as primeiras modificações sugeridas para residências foi a do estilo neoclassicista que se anunciava nas fachadas dos prédios e logo depois em seu interior. Seguindo esta tendência, as plantas para as futuras construções agora traziam planos para a ventilação, iluminação e salubridade dos cômodos.

Vauthier foi ousado nas mudanças sugeridas para os padrões arquitetônicos locais, adotou linhas mais vigorosas para as fachadas; para ambiente interior, condenou a alcova, apresentando planos para melhor ventilação, iluminação e alargamento de alguns ambientes. Contudo, mesmo buscando mudanças, nem mesmo ele ou outros engenheiros foram capazes de desprezar por completo um elemento muito utilizado pelos portugueses na ornamentação das fachadas: a azulejaria.²⁰⁴

Como já vimos anteriormente, médicos e higienistas demonstravam suas preocupações através de extensos trabalhos e tratados publicados nos principais jornais da época. Foi o que fez Joaquim D'Aquino Fonseca na matéria que assinou no *Diário de Pernambuco* de 28 de agosto de 1855. Dentre várias sugestões estavam as de que as casas deveriam ser construídas na direção dos ventos para propiciar a circulação e a renovação do ar; deveriam contar também com o uso de clarabóias, janelas ou aberturas que permitissem a entrada da luz solar nos aposentos; as casas recém construídas não deveriam ser prontamente ocupadas, pois isso poderia trazer mal a saúde; a altura das mesmas não deveria ser maior do que a largura da rua para que houvesse a dissipação dos miasmas.

²⁰³ VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. in. **Arquitetura Civil I** – São Paulo: MEC-IPHAN, 1975. p. 40-41.

²⁰⁴ Foi em fins da década de 1830 que as primeiras fachadas brasileiras começaram a receber um revestimento azulejado, este além de decorativo possuía a função de proteger a parede da umidade típica das regiões tropicais. Acredita-se que primeira notícia documentada sobre a chegada, em Pernambuco, de um carregamento de azulejos foi publicada no *Diário de Pernambuco* em 1837, informando a chegada de um navio espanhol trazendo 1.400 azulejos e que aportou em Recife no dia 02 de novembro do mesmo ano. Segundo Sylvania Tigre, foi na década de 1860 que o azulejo português perdeu sua exclusividade para o francês que passou a ser bastante utilizado e também o inglês, sendo que este em menor escala. Para maiores esclarecimentos sobre a descrição dos motivos, dimensões e diferenças entre esses azulejos, cf. CAVALCANTI, Sylvania Tigre de Hollanda. **O azulejo na arquitetura civil de Pernambuco século XIX**. – São Paulo: Metalivros, 2002.

Um problema constante era o abastecimento de água, um sofrimento tanto para os pobres como os abastados. A solução do mesmo, segundo ele, proporcionaria um estímulo tanto à higiene da casa como pessoal, erradicando assim, doenças e epidemias. A limpeza era uma questão prioritária, portanto os dejetos físicos e o escoamento das águas servidas deveriam ser constantes; a casa, quando possível, deveria contar com um pátio interno espaçoso, calçado e em declive para facilitar o escoamento das águas pluviais para o esgoto. Além disso, os tetos receberiam forração para evitar que o calor do dia tornasse o ambiente insuportável e o ar da noite não deixasse o ambiente muito úmido; a ordenação das casas nas ruas e a limpeza regular das calçadas também foi outro ponto levantado.²⁰⁵ E embora, muitas alertas fossem emitidos, estudos publicados, o árduo empenho de médicos higienistas, muitas pessoas ainda persistiam nos antigos costumes.

Mas voltemos às novas moradias e aquelas que mesmo antigas passaram por adequações. Após passarem por um processo de medicalização de seus interiores transformados diante da nova racionalidade, duas novas idéias passaram a ser agregadas às funções da casa: o conforto e a intimidade. Atualmente uma moradia confortável nos remete à noção de bem-estar, de aconchego e de comodidade. Porém no início do século XIX as coisas eram muito diferentes, o que se entendia por conforto nas casas talvez estivesse mais ligado à origem de sua palavra:

A palavra “confortável” não se referia originalmente ao prazer e à satisfação. Sua raiz latina é *confortare* – fortalecer ou consolar – e este significado se manteve durante séculos. (...) A noção de apoio foi mais tarde ampliada para pessoas e coisas que precisassem de uma determinada quantidade de satisfação, e “**confortável passou a significar tolerável ou suficiente**”. (...) Sucessivas gerações expandiram o sentido de conveniência e finalmente “confortável” adquiriu o sentido de bem-estar físico e de prazer, mas isto só ocorreu no século XVIII.²⁰⁶

No Recife, a ideia moderna de conforto como conhecemos só veio aparecer na segunda metade do século XIX. Até então, esse sentimento de “consolo” ou “abrigo” poderia muito bem definir como eram as casas do início dos oitocentos, construções fortes para proteção das ações da natureza, um lugar para comer e dormir. Muito pouco em matéria de mobiliário era encontrado em seus interiores, apenas objetos utilitários e quando muito um ou

²⁰⁵ Para conferi-las na íntegra Cf. FONSECA, Joaquim D’Aquino. Bases para um plano de edificação da cidade. in. MELLO. Op. cit., p. 805-816.

²⁰⁶ RYBCZYNSKI, Witold. **Casa:** pequena história de uma idéia. – Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 34. Grifo nosso.

outro ornamento, mas isso era exclusividade das casas ricas. Para termos ideia sobre o mobiliário de algumas residências podemos em alguns casos recorrer aos inventários ou as crônicas dos viajantes. Era comum encontrar itens como “camas, cadeiras, baús, bancos, arquibancos, tamboretas, mesas, arcas, oratórios, escabelos, gaudemecins”²⁰⁷, assim como redes e esteiras utilizados para descanso, era muito comum se sentar no chão. Como podemos observar o interior das moradas urbanas era totalmente despojado.

A casa tornou-se “muro da vida privada”²⁰⁸. Concordamos com Richard Sennett quando ele afirma que esse é o período em que a vida familiar assumiu o aspecto de abrigo perfeito, onde a autoridade do chefe de família era incontestada e a moral permanecia inabalável, acima das degenerações do ambiente público.²⁰⁹ Nesse universo particular, a existência material mesclava-se a idealização do amor marital moldando à retidão de caráter dos cônjuges, dessa união sólida e estável resultaria os filhos que comporiam o conjunto de “pessoas de bem” formando a “boa sociedade”. Além disso, a casa quanto espaço privativo funcionou como um filtro admitindo a presença de pessoas desejadas propagando a convivência entre os pares. Sobre esse aspecto também acertamos com Daniel Roche quando afirma que dimensão de segurança e refúgio era primordial, pois atuava na esfera simbólica e material, gerando limites de controle e estimulava ligações entre a família e a sociedade, demarcando limites e orientações.²¹⁰ A vida familiar e a intimidade passaram a ser reforçadas diante do desejo de afastamento e de proteção dos olhares curiosos e dos problemas da rua.

A intimidade como ideia de vivência particular tomou força diante de uma maior valorização do ser humano e uma percepção mais imediata de sua existência tanto no âmbito público como no privado. Foi num ambiente mais privativo, longe do controle que inibia as funções corporais e os impulsos, das regras promotoras da inserção ou exclusão aos mais elevados círculos sociais que surgiu o tempo do “eu”. Momento onde todo um universo de desejos e pensamentos que poderiam ser considerados como anti-sociais, emergiam longe das amarras da etiqueta e das boas maneiras. Não queremos com isso dizer que dentro de casa as

²⁰⁷ CARVALHO, Gisele Melo de. **Interiores residenciais recifenses: a cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX**. Dissertação (mestrado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2002. p. 30

²⁰⁸ Segundo Michelle Perrot, esta foi a definição dada por Tayllerland, Royer-Collard ou Stendhal em meados da década de 1820, para a casa quanto espaço intransponível e reservado às ações da esfera pública. Cf. PERROT, Michelle. Modos de morar. In ARIÉS, Philippe & DUBY, George (org.) **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 284.

²⁰⁹ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 35.

²¹⁰ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo séc. XVII – XIX**. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.120.

peças ditas “civilizadas” abandonavam sua educação esmerada e voltavam a ser “selvagens”. Não, de forma alguma, mas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que esse tempo “eu” permitia que a auto-vigilância - presente na tentativa de evitar gestos ou ações que poderiam ser suscetíveis de qualquer tipo de repreensão por parte de determinado grupo – perdia a força, podia-se relaxar na aparência, descalçar sapatos torturantes, livrar-se do espartilho, soltar os cabelos presos em intrincados penteados, transitar pela casa com roupas menos formais, um completo estado de posturas descuidadas, coisas que seriam inadmissíveis diante de visitas, reuniões sociais, passeios, idas a bailes e teatros. Lá fora, diante de uma sociedade que procurava inibir ao máximo seus desejos e emoções e onde os olhos adquiriram um papel essencial como forma de contato, todo cuidado deveria ser tomado.

Logo, o modelo de casa colonial que representava um modo de vida barroco e “incivilizado”, foi se diluindo em estilos híbridos. Numa sociedade em que a aparência deixava impressões indeléveis, era imprescindível possuir um domicílio esteticamente aceitável, pois ele era um reflexo de seus ocupantes “a partir dos objetos (presentes ou ausentes) e dos costumes que supõem. O jogo das exclusões e das preferências, a disposição do mobiliário (...) a ordem e a desordem, o visível e o invisível, etc. tudo já compõe um relato de vida, mesmo antes que o dono da casa pronuncie a mínima palavra”.²¹¹ Como veremos adiante o lar da família moderna deveria defini-la. Para isso, alguns ambientes tiveram suas funções alteradas e outros foram criados com funções específicas dando origem a uma nova forma de vida domiciliar.

3.2 A reforma da casa burguesa: da construção “feia e forte” ao estilo híbrido.

A evolução da casa é como testemunho da evolução das formas sociais
E também das formas de auto-imagem do homem.²¹²

A arquitetura barroca portuguesa encontrada no começo do século XIX tinha um caráter homogeneizador, tanto que o padrão de construção repetia-se nos diversos núcleos urbanos do Brasil, ao ponto de Vauthier afirmar que “quem viu uma casa brasileira viu

²¹¹ CERTEAU, op. cit. p. 203-204

²¹² SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005. p. 31.

todas”.²¹³ Ele atribuiu a essas construções o título de arquitetura “feia e forte”, ou seja, uma estrutura robusta e sólida, mas sem nenhuma preocupação estética, meramente funcional, com os elementos básicos: paredes, assoalho, teto, portas e algumas janelas.

No Recife, com exceção das casas-grandes encontradas nos engenhos dos arrabaldes, o sobrado era uma das maiores representações desses antigos modelos arquitetônicos. Ao observar sua estrutura, podemos especular que no princípio, sua construção era pensada nos sentidos da solidez e durabilidade, com espaços amplos e pouco mobiliados, sem muitos cuidados estéticos. Essa preocupação só teve uma maior propagação a partir do quarto decênio dos oitocentos.

O acesso aos sobrados geralmente se fazia pela lateral do andar térreo, esse caminho levava ao vestíbulo onde se encontrava uma escada - geralmente reta e mal iluminada - de acesso aos andares superiores. Ao final da mesma uma porta – comumente vazada onde os visitantes eram anunciados ao escravo responsável pela recepção; este prontamente ia ao encontro do seu senhor para informar sobre a visita. Após alguns momentos de espera, a porta era aberta e o caminho era liberado para a sala da frente, onde o dono da casa solenemente de pé, recebia os visitantes. Até as primeiras décadas dos oitocentos era comum encontrar nesses ambientes paredes lisas, duas ou três janelas por andar que se abriam para rua e – telhado “rabo de andorinha” - quando não usavam azulejos, suas fachadas eram pintadas de vermelho, amarelo, verde, azul e branco.

²¹³ VAUTHIER, op. cit. p. 37

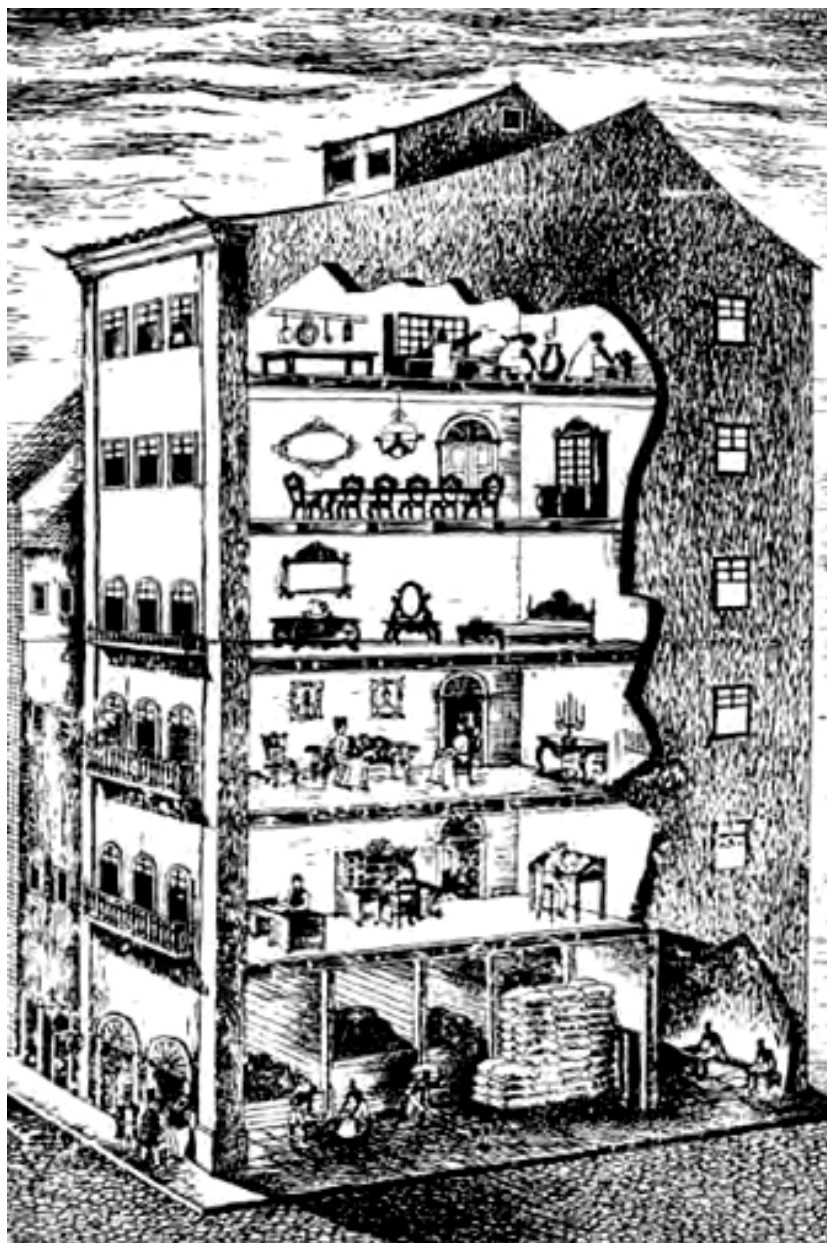


Imagem 28: Interior de sobrado em meados do século XIX
Autor. Lula Cardoso Ayres - **fonte:** Sobrados e mucambos
Acervo: particular.

As modificações estruturais ocorridas na capital pernambucana durante os oitocentos proporcionaram em suas freguesias centrais e arrabaldes– zona em ascensão devido às facilidades de transporte com a parte central da cidade, tanto a transformação de antigos edifícios como o surgimento de edificações diferentes daquelas que os recifenses se acostumaram a ver, os altos e esguios sobrados agora davam lugar a construções térreas ou de dois andares, conhecidos como palacetes. Nessas edificações, que a princípio adotaram o estilo neoclássico, convergiram em si os novos paradigmas arquitetônicos. Muitos prédios públicos e particulares aderiram a esse tipo de construção.

Considerados como marcos da transição entre estilo arquitetônico essencialmente barroco e o moderno, eles (os palacetes) também poderiam ser encontrados na freguesia da Boa Vista – como o de Francisco do Rego Barros, na Rua da Aurora, o primeiro a despontar como exemplo de arquitetura moderna, em sua fachada encontravam-se elementos do neoclassicistas, como, por exemplo, vasos e/ou figuras de louça vindas do Porto sobre as platibandas. Também era comum encontrar nesses edifícios pilastras e coberturas mais complicadas, chamadas de quatro águas, com calhas e condutores importados. As fachadas desses prédios eram elegantes, como podemos ver na imagem 29.

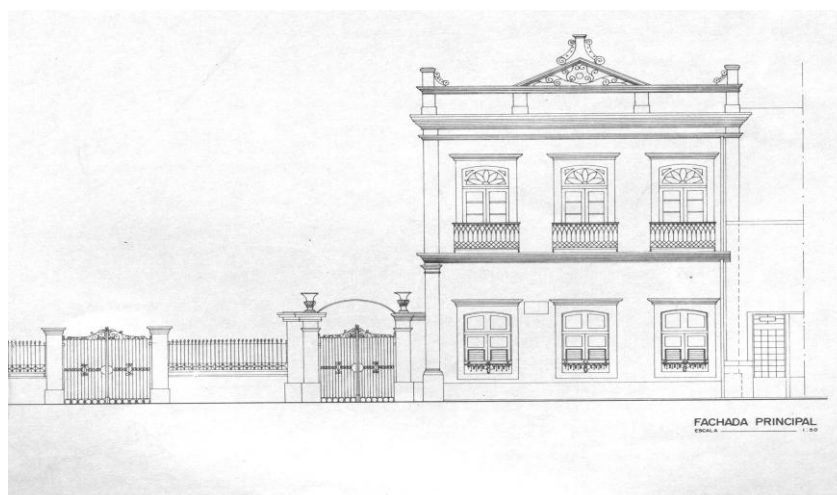


Imagem 29: Palacete construído na década de 1870.
Autor. Não Identificado - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Como podemos observar, a construção desse período buscava um alinhamento simétrico entre as grandes janelas com vidraças e óculos que facilitavam a iluminação interna, as linhas retas das fachadas remetem ao estilo clássico, o rebuscamento do gradil (tanto nos muros, como nas janelas) misturam elementos neo-renascentistas (arabescos, florais, folhas de acanto, etc.), as platibandas elegantes escondiam o beiral do telhado, colunas dóricas

proporcionam molduras elegantes. Com o tempo essa mistura de estilos foi responsável pelo surgimento do chamado “estilo eclético”.²¹⁴ Essa combinação de gêneros marcou o engajamento das técnicas construtivas à modernidade, estimulada e sustentada pelo dinheiro das classes dominantes, traduzindo-se na nova visão de progresso urbano e conforto domiciliar.

No que diz respeito à edificação pública entre as décadas de 1840 e 1870, podemos notar uma proliferação de prédios que buscaram expressar a realidade vivida pelo Estado Nacional que buscava rompimento com os modelos coloniais. As construções transformaram-se em verdadeiros manifestos de evolução urbana, materializando a presença do Estado (o Palácio do Governo e a Assembléia Provincial), da educação (o Ginásio Pernambucano), da saúde (o Hospital D. Pedro II e o Hospício da Tamarineira) e da ordem e da justiça (a Casa de Detenção). É interessante notar que com a crescente secularização da sociedade recifense, houve um período de estagnação das construções de cunho religioso a partir de 1820. Só sendo retomadas com a construção do Palácio da Soledade e a igreja Matriz de São José.

Já a construção domiciliar ganhou notoriedade nos diversos palacetes construídos na Passagem da Madalena, Modengo, Poço da Panela, Caxangá, Várzea – áreas que iniciavam seu processo de desenvolvimento urbano. Na região central do Recife, a freguesia da Boa Vista foi um dos locais preferidos para construções desse tipo, facilmente encontradas na Rua da Soledade, Praça Chora Menino, Rua Formosa (atual trecho inicial da Avenida Conde da Boa Vista) e em particular na Rua da Aurora que apresentava domicílios largos com até três andares. Esse logradouro também era endereço de prédios públicos importantes como o da Assembléia Provincial e o Ginásio Pernambucano, como podemos observar, na imagem de número 30.

²¹⁴ Esse eclétismo misturava elementos Românticos, Classicistas, Neo-góticos, Art-Nouveau, o próprio barroco, e em alguns casos, formas e decorações criadas pelos próprios mestres de obras.



Imagem 30: Rua da Aurora – 1863 (à direita da ponte o prédio da Assembléia Provincial).
Autor. Louis Schlappriz - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Nas freguesias mais antigas (Santo Antonio, São José e Recife) alguns dos velhos sobrados passaram por adequações, tanto em sua fachada como em seu interior, obedecendo aos padrões estéticos baseados no Classicismo. A velocidade com que essas mudanças eram estabelecidas estavam diretamente ligadas à ascensão econômica de seus proprietários.

Outra construção utilizada a partir da segunda metade do século XIX no Recife foi o prédio de porão alto, um híbrido entre os sobrados e casas térreas. Esse tipo de estrutura se elevava da rua e seu acesso era feito através de elegantes escadas com corrimãos confeccionados em ferro fundido, mesmo material do gradil externo e das grades que guarneciam os óculos dos porões. Alguns prédios públicos se utilizaram dessa estrutura dentre eles podemos citar o Liceu de Artes e Ofícios e o conjunto arquitetônico do Pátio do Paraíso (imagens 31 e 32). Também era o estilo favorito de algumas moradias situadas na Soledade, Madalena e Caxangá (imagem 33)

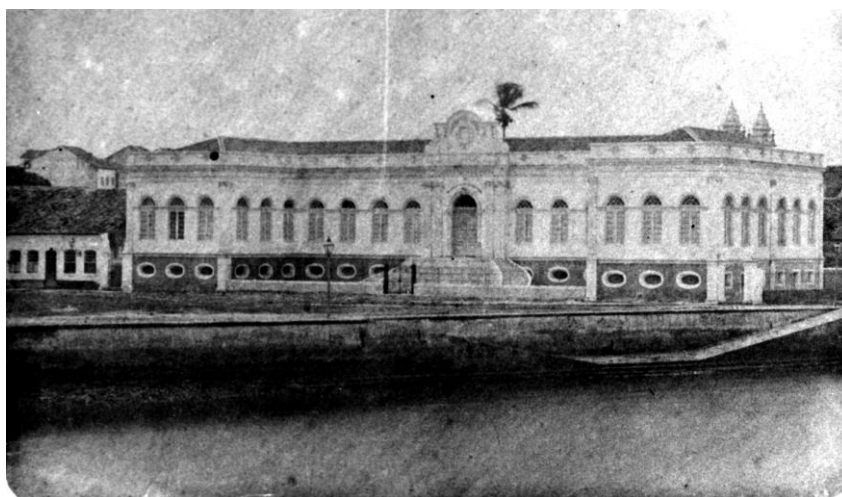


Imagem 31: Liceu de Artes e Ofícios
Autor. Não Identificado - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

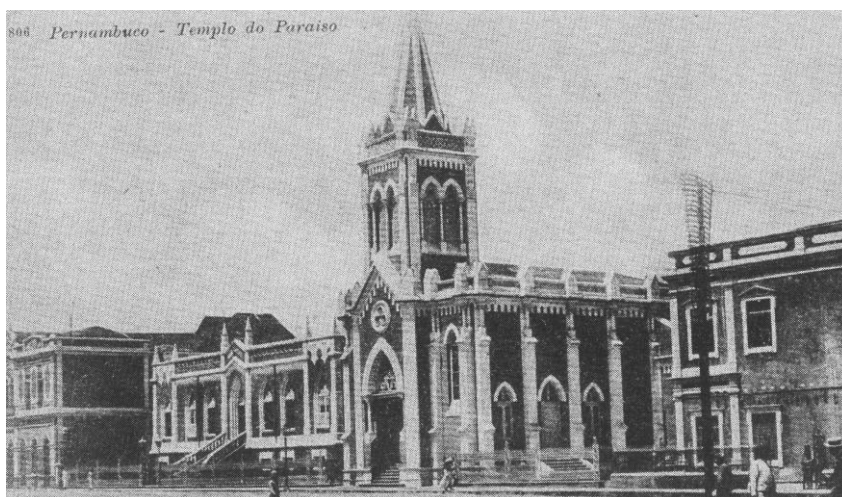


Imagem 32: Conjunto arquitetônico do Pátio do Paraíso
Autor. Não Identificado - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

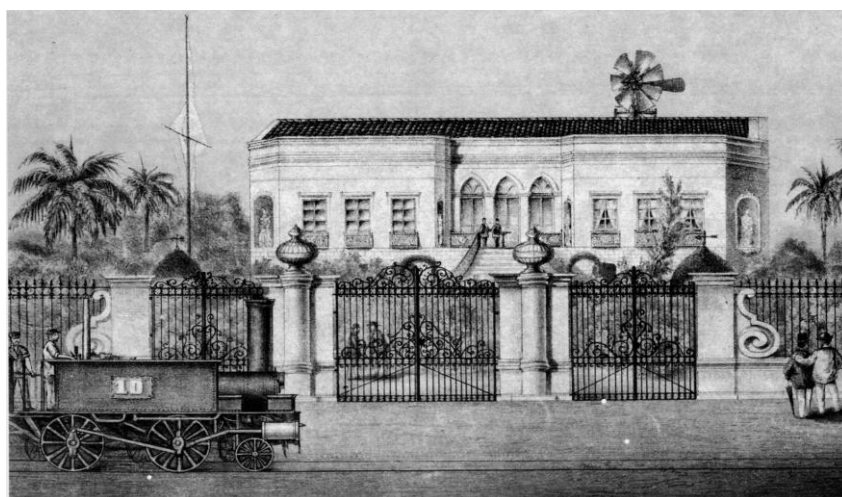


Imagem 33: Sítio da Soledade (Boa Vista) e maxambomba - 1878.
Autor. F. H. Carls - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Como podemos observar nas três imagens as construções se elevam do nível do solo, seu acesso é feito através de uma escada ao centro da construção. No caso do Liceu temos a predominância do estilo neoclássico: as janelas superiores são altas, na parte do porão, podemos identificar os óculos; na parte superior a platibanda apresenta friso e um painel com o nome do prédio e a data de sua inauguração. No caso do prédio do Pátio do Paraíso, o estilo neogótico dá forma aos arcos da janela e pontais sobre a platibanda e por fim, no desenho de Carls, o acesso é feito também por uma escada na parte central onde se encontram três portas com arcos que remetem ao traçado gótico; as janelas (amplas e resguardadas interiormente por cortinas) controlam a entrada da luz solar, na laterais encontram-se nichos onde estão expostas estátuas. Nas três imagens podemos ver que os prédios são resguardados por gradis de ferro (no caso do Sítio da Soledade as pilastras do muro apresentam *capitules* redondos).

Em nossa análise intuímos que o esforço pela firmação de uma cidade ordenada e funcional, instigado por um grupo social que sentia necessidade de ascender culturalmente, estimulou o desenvolvimento de novas formas arquitetônicas e este por sua vez, determinava suas formas de uso, tanto que, a exibição, principal componente da mundanidade, estimulou o uso contínuo dessas estruturas (tanto públicas quanto privadas) e ao fazê-lo, dissolvia-se gradualmente as barreiras que separavam a casa da rua.

Numa sociedade que criou complexos códigos de conduta, podemos especular que a principal diferença entre a exibição em reuniões dentro dos domicílios e as festividades ou encontros em locais públicos, era o controle sobre a tipologia da plateia que assistia e observava cuidadosamente os elegantes movimentos da cada personagem, notando-lhes o desenrolar dos gestos, das posturas, das conversas, todas conduzidas com muito desempenho e educação.

No recinto domiciliar, reforçamos então, a importância que a mudança e o entrosamento dos conceitos de conforto e intimidade tiveram grande importância na organização de uma cartografia doméstica, levando a mudanças de comportamentos, como por exemplo, a diminuição do contato com a criadagem, quando seu alojamento passou a ser contínuo a cozinha – esta transferida para a parte traseira da casa – ou nos porões;²¹⁵ ou o uso do banheiro que fora admitido no interior das casas burguesas para incentivar os hábitos

²¹⁵ Quando estes eram escravos ou libertos, um alojamento era construído do lado de fora para que houvesse o mínimo de contato com os familiares e as visitas.

higiênicos em meados da década de 1870.²¹⁶ Logo, as áreas para convivência, refeição, repouso e serviço se tornaram bem definidas, permitindo uma circulação mais livre, mais discreta.

Que algumas casas modificaram suas estruturas era certo, mas qual seria seu aspecto interno? Para termos uma idéia, vamos imaginar que estamos em 1850 e recebemos um convite para uma reunião íntima em casa de um rico comerciante. Ao chegar à elegante habitação o que encontraríamos? A princípio um **vestíbulo** onde deixaríamos nossas capas ou capotes e chapéus – esse local poderia conduzir aos dormitórios sem que fosse necessário passar pela sala ou demais dependências; porém um criado nos levaria até os nossos anfitriões que nos conduziram em direção à **sala de estar ou de visitas** – ambiente de uso comunal tanto para visitantes como para os íntimos – em algumas residências era comum encontrar também cômodos separados como o *boudoir* onde as senhoras recebiam suas amigas e o *fumoir* para os senhores conversarem e fumarem.

Enquanto caminhávamos pela casa ricamente adornada, orgulhosamente o senhor nos mostraria sua **biblioteca** - ambiente muito popular a partir da segunda metade do século XIX, local de desenvolvimento intelectual do(s) dono(s) daquela residência que a princípio funcionava como uma área predominante masculina, mas que com o tempo passou a servir para reunião familiares. Logo após observarmos os volumes dos clássicos vindos da Europa, somos chamados para compor a mesa da **sala de jantar** – local onde se realizava um dos mais importantes rituais de sociabilidade: o jantar de gala ou formal; Após a refeição, e como éramos íntimos do dono da casa, seríamos convidados para tomar um licor ou um *cognac* em seu **escritório** ou **gabinete**. Algumas casas mais abastadas ainda contavam com um **salão de música**, um **salão de estudos** ou um *atelier*, mobiliados de forma a proporcionar o desenvolvimento dos dotes intelectuais tanto da senhora dona da casa, como de seus filhos; e por fim ao fundo veríamos as portas fechadas dos **quartos** que passaram a ser mais arejados e iluminados, chamados de *Chambre*. Porém esse era um local que não estava aberto para visita pública.

²¹⁶ O espaço para necessidades fisiológicas e banho, foi por muito tempo um problema que passou por vários estágios: o uso das latrinas, tigres, cambrones; tinas de madeira, baciões de cobre ou latão etc., tanto que ao final do século XIX, os banheiros foram introduzidos no espaço da casa com encanamentos e aparatos sanitários para proporcionar o banho e a evacuação dos dejetos.

Dentro do processo de desenvolvimento da intimidade no interior dos aposentos domésticos, destacamos o quarto como elemento chave. Mais do que um sentido de reclusão, esse ambiente contribuiu para o fortalecimento da individualização dos seus habitantes. Concordamos com Rybczynski quando afirma que “a multiplicação dos quartos de dormir indicava não só uma nova organização para dormir, mas também uma nova distinção entre a família e o indivíduo”.²¹⁷ Além de promover o ato de dormir, esse era também um local de brincadeiras para as crianças da casa, de execução dos trabalhos femininos como costura, bordado e escrita ou ainda lugar para conversas reservadas. Dentro do espírito de “vida moderna” a obtenção de um quarto exclusivo simbolizava além da consciência da individualidade, uma necessidade de expressá-la através de um espaço físico.

Enquanto o quarto representava a reclusão, a intimidade, o indivíduo; ambientes como a sala de estar e a sala de jantar representavam a vida em grupo e a presença da esfera pública dentro da casa, uma vez que o hábito de receber e fazer visitas foram bastante difundidos pela família burguesa. A partir de então a estrutura da casa oferecia um ambiente propício para acomodar os frequentadores e proporcionar eventos sociais (como veremos adiante). A diferença básica entre a sala de visitas e a de estar residia no fato de que a primeira era usada para receber as visitas e convidados; a segunda era utilizada para conversas com visitantes mais íntimos. No que se refere à representação da vida moderna, nenhum outro cômodo representou tão bem o espírito da burguesia oitocentista quanto o salão, pois foi nesse ambiente que a mundanidade e a sociabilidade reinaram absolutos através de saraus, bailes e *soirées*.

A parte externa também recebeu mudanças, com o recuo das laterais apareceram os corredores descobertos que possibilitavam aos quartos arejamento e iluminação; o recuo também foi dado na parte da frente e nos fundos das casas o que fez surgir os jardins e os quintais; nas fachadas tornou-se cada vez mais popular o uso de platibandas coroadas por vasos, pinhas ou estátuas, aumentara o número de janelas e os telhados reformulados recebiam calhas, condutores e águas furtadas de folhas de flandres.

O jardim, arborizado e geralmente cercado por gradis ou muros, trouxe a natureza para o espaço privado. Nele os tempos e os movimentos da vida doméstica poderiam passar de forma mais prazerosa e segura; ao contrário da praça local do povo e sujeito a toda sorte de

²¹⁷ RYBCZYNSKI, op. cit. p. 119-120.

perigos. E assim como a sala de visitas, o jardim proporcionou encontros e lazer, um local tranquilo para leituras e namoros furtivos. Esse conjunto de mudanças internas e externas acentuou o gosto pelo espaço privado. Desta maneira concretizava-se o ideal da habitação moderna que oferecia segurança, repouso, conforto, lazer e saúde, para uma vida familiar saudável, pacífica e moralizada.

A habitação enquanto propriedade era considerada direito básico da sociedade burguesa, instrumento de distinção social. Para a mentalidade da época, a salubridade das casas acenava com a possibilidade de comprovação de que as pessoas que lá residiam eram civilizadas, pois além de sua polidez, estas provavelmente seriam adeptas de hábitos mais higiênicos. A nova casa construída através dos conceitos de modernização impeliu comportamentos baseados na moralidade e retidão de caráter, pois a divisão de seus cômodos funcionaria na erradicação da promiscuidade e garantia maior privacidade em relação tanto aos frequentadores externos quanto aos vizinhos.

3.3. Entre quatro paredes: casamento e vida familiar.

A constituição de uma boa família era a base do processo de refinamento dos hábitos burgueses, através dela reforçavam-se valores e propagavam-se os “bons costumes” daí a importância de um bom casamento. A união de famílias que pertencessem à mesma esfera socio-econômica servia como controle social (evitando a “contaminação” com elementos de níveis considerados inferiores). A formação familiar deveria ser pautada na moralidade, controle de desejos e impulsos e a inibição de expressões corporais consideradas ofensivas. Os atos desviantes deveriam ser repreendidos, suprimidos e/ou desestimulados produzindo um indivíduo pacificado.

A normatização do corpo e dos comportamentos poderia produzir um sistema social mais ordenado, ou seja, mais civilizado. O Estado participou nesse processo buscando apoiar diretamente a família mantendo-a imersa nos padrões normativos através do medo do descrédito público – e conseqüentemente ostracismo. O esquema consistia em orientar através dos discursos médicos-higienistas e moralizadores as formas de vivência social tanto na rua como em casa, dando ao chefe da família plenos poderes para comandar as regras de obediência da maneira que ele achasse correta. Quando esses limites fossem ultrapassados por

alguma insubordinação, o Estado entraria com o apoio necessário para trazer os desviantes de volta à ordem.²¹⁸ Se bem que, muitos eram os casos nos quais esse esquema tático não funcionava, resultando em problemas grave, como por exemplo, transgressões às normas vigentes.

O processo de formação das famílias recifenses ao longo do século XIX foi marcado por casamentos arranjados entre os pais dos futuros noivos. Durante o processo da escolha dos cônjuges sobressaíam-se questões como as condições financeiras e influências políticas da família dos interessados. Os demais critérios de seleção transitavam entre valores como raça, origem, religião e ocupação. Mesmo após a Independência, quando não havia mais nenhum empecilho legal para que pessoas de esferas diferentes pudessem se unir em matrimônio, tais enlaces eram sumariamente condenados pela sociedade.

Foi através da influência do Romantismo que algumas coisas nesse sentido modificaram-se um pouco, algumas moças e rapazes, impelidas pelas aventuras lidas nas novelas e romances, alimentavam a ideia de casarem-se por amor.²¹⁹ Porém, o casamento arranjado prevalecia com incumbências claras entre os sexos, colocando o homem como o “cabeça-de-casal”, provedor e protetor da mulher e dos filhos. Suas ações eram apoiadas pelos costumes, pelas tradições e pela lei. A ele caberia a tutela dos filhos e a administração dos bens do casal. Em caso de falecimento, geralmente a viúva teria seus bens e direitos interditados ficando sob a guarda de seu filho mais velho maior de idade, do cunhado, do sogro ou do pai.

A condição feminina no casamento era a de prover assistência moral à família e desenvolver bem o governo das tarefas domésticas (no caso das senhoras burguesas isso significava bem supervisionar o trabalho das escravas e criados). As mulheres de posses deveriam se resignar a vida familiar. Muitas delas foram criadas introjetando essa ideia, desejos de encontrar bons casamentos, com homens ricos e terem vários filhos. Esse desejo poderia ser negado se ela não estivesse de acordo com algumas exigências baseadas em questões culturais como a castidade, a obediência e a virgindade. A ociosidade era uma das características da esposa burguesa, tanto que a sociedade a qual ela pertencia esperava dela

²¹⁸ Cf. DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

²¹⁹ Par maiores informações sobre a influência do Romantismo nos relacionamentos oitocentistas, cf. D’INCAO, Maria Ângela. Amor romântico e família burguesa. In. D’INCAO, Maria Ângela. (org). **Amor e família no Brasil**. – São Paulo: Ed. Contexto, 1989. p. 57-71.

duas coisas: a primeira que fosse um sólido exemplo de virtudes domésticas e a segunda, que não fizesse absolutamente nada.



Imagem 34: Representação de ambiente familiar normatizado em anúncio do Jornal do Recife.
Fonte: Jornal do Recife, 05 de setembro de 1864. **Acervo:** APEJE.

A busca pelo fortalecimento dos laços familiares associada à proliferação dos dispositivos disciplinares, de certa forma elevou a condição da mulher, fazendo com que os papéis de dona de casa e mãe assumissem destaque. Uma vez que como o recinto doméstico era considerado o seu ambiente, passou a ser responsabilidade sua a criação das primeiras noções de civilidade. Por isso, caberia à mãe a supervisão da educação tanto do doméstica quanto formal dos seus filhos.

Era em casa e com a mãe que as crianças recebiam as primeiras noções de educação moral, por volta dos sete ou oito anos adentravam no mundo das primeiras letras (estudava-se caligrafia, aritmética, geometria, leitura, noções de geografia, história e religião) e dependendo da vontade do seu pai, o menino seria um médico ou um advogado. Em famílias numerosas também era costume um dos filhos homens professarem a fé católica se tornando padres. Se, após a formatura os filhos não seguissem o caminho profissional escolhido pelo pai, certamente se tornariam funcionários públicos – vagas conseguidas através influência de seu pai.

Esse anseio por se ter um filho diplomado ou casar a filha com um bacharel ou médico fortaleceu-se durante a segunda metade do século XIX à medida que alguns valores foram transformados. Antes o senhor de engenho era considerado o pretendente ideal, agora com os valores urbanos eclipsando os rurais e uma maior profissionalização dos homens (com os cursos de direito e medicina), as famílias buscavam destaque social através de profissões relacionadas com o desenvolvimento intelectual. Vale lembrar que a origem de muitos desses

“doutores” era rural, entretanto, ao entrarem em contato com o universo citadino e suas possibilidades, estes interiorizavam a idéia de superioridade intelectual,²²⁰ ou seja, estes tornavam-se “civilizados” ao passo que seus familiares e conhecidos – habitando no seu local de origem - eram “matutos”.

Esse costume foi bastante ridicularizado pelos romancistas na época e também *a posteriori*, expondo o ridículo das famílias emergentes que intencionavam ascender socialmente. Lucilo Varejão, escritor do início do século passado, conhecia bem essas veleidades e as satirizou em sua obra **De que morreu João Feital** que conta a história de um rapaz (João Feital) que desejava casar-se com a filha de seu colega de repartição (Cesídio), mas encontra obstáculos tanto por parte deste como de sua esposa (D. Genoveva) mulher obcecada por casar as filhas com um bom partido, como podemos observar:

(...) todavia, homem para ela, só valia o que trouxesse a escudá-lo um título qualquer. Rapaz sem anel (...) não pareceria merecedor de importância. E indignava-se quando alguém tentava delicadamente convencê-la da sua sem-razão.

- Qual! Gritava. *Home só doutô. Adispois* siga a carreira que quiser. Seja *inté* carroceiro. Mas que no começo da vida que se forme.

E várias vezes ela própria acabara namoros das filhas, pelo motivo de não ser o pretendente possuidor de um anel.

Quando via qualquer delas pôr um laço a mais no cabelo, ia logo, de mãos nas ancas, com um ar agressivo:

- Temos namoro novo, hein? Pois veja lá sua sonsa. Rapaz sem *ané* não me entra aqui.²²¹

Como veremos adiante, a educação feminina começou a ganhar espaço, fundamentada nos deveres maritais e maternos, diferenciando-se do masculino. Para alguns intelectuais, partidários da causa “civilizatória” isso poderia significar um desastre, pois a inutilidade desses ensinamentos em nada contribuiria para a criação de uma sociedade moderna e progressista.

Um bom exemplo desse sentimento, podemos encontrar no romance **A emparedada da Rua Nova** de Carneiro Vilela, onde o cotidiano de uma família burguesa que residiu no Recife em meados do século XIX é dissecado sob uma lente de aumento expondo seus desejos, costumes e defeitos. Dentro desse universo conturbado Vilela descreve os planos de

²²⁰ Consolidou-se nesse momento a figura do “doutor” homem de instrução, portador de um diploma, de linguajar esmerado e modos refinados. Figura completamente díspar num país onde a maioria de sua população ainda era analfabeta.

²²¹ VAREJÃO, Lucilo. De que morreu João Feital. in. VAREJÃO, Lucilo. **Romances recifenses**. 3ª ed. – Recife: Ed. do Organizador, 2006. p. 30.

Jaime Favais – um dos principais personagens da trama – para a educação de seus filhos, mandando o rapaz que mal completara dez anos para estudar na Europa, enquanto que sua filha é enviada para um colégio interno das Irmãs de Caridade, situado na Rua do Hospício. Essa atitude apesar de ser um reflexo das ações muito comuns às famílias recifenses oitocentistas que zelavam pela educação de seus filhos, desperta no autor uma indignação tremendas:

Para o homem abriam-se todas as válvulas da **civilidade**, frequentava-se todos os caminhos da ciência, preparavam-lhe um futuro cheio de conhecimentos úteis, progressivos e portanto garantidos das mais altas virtudes.

Para mulher, porém – para futura **mãe de família** – para verdadeira base da sociedade moderna – estreitavam-se os horizontes intelectuais e morais, proibiam-lhe a liberdade de pensar e de sentir, entregavam-na aos corvos do fanatismo e da hipocrisia, asfixiavam-lhe o coração, envenenavam-lhe o espírito e, em vez de procurarem formar uma esposa e mãe com todas as aptidões para procriar cidadãos e homens de espírito, preparavam uma beata inútil e estúpida, apta apenas para dissertar sobre as problemáticas virtudes do rosário ou para engrolar ladainhas depois de indigestos e perniciosos sermões jesuíticos.²²²

Podemos observar que a família burguesa recifense em sua ânsia por modernizar-se promoveu algumas mudanças de hábitos, mas ao mesmo tempo não abria mão de manter certos valores tradicionais e estruturas culturais. Percebemos também que a internalização dos valores culturais e intelectuais em voga em Paris, disseminou, em âmbito regional, estímulos para uma movimentação econômica responsável pela importação de materiais e utensílios utilizados tanto para transformações na estrutura da cidade e das casas, quanto no cotidiano e suas sociabilidades. A seguir, observaremos como a oferta de produtos e mão-de-obra estrangeiros abriu caminho para a modernidade, transformando-os em “objetos de desejo”, verdadeiros relicários personificadores de civilidade, bom gosto²²³ e distinção social.

²²² CARNEIRO VILELA, Joaquim Maria. **A emparedada da Rua Nova**. – 3ª ed. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984. p. 43. Grifos nossos.

²²³ Segundo Freyre, entendia-se por bom gosto “o gosto francês, não só de arquitetura como de sobremesa, de vinho, de verniz de boneca para brilho do móvel, de imagem de santo, juntou-se ao do vestido, dominando os burgueses mais instruídos e mais ricos... tudo que era português foi ficando “mau gosto”; tudo que era francês ou inglês ou italiano ou alemão foi ficando “bom gosto””. FREYRE. Op. cit., 1996. p. 336.

3. 4. Hábitos modernos.

Ao longo do capítulo passado pudemos observar o empenho do governo provincial em construir uma nova estrutura urbana que propiciasse o desenvolvimento de uma vida moderna para suas elites, embora nem sempre os resultados obtidos nesse projeto se apresentassem satisfatórios. O eco dessa mobilização espalhou-se no interior dos ambientes domésticos ganhando força ao longo das décadas dando origem a um intenso processo de descarte de antigos costumes e sobreposição de hábitos.

No meio dessa sucessão de estado das coisas, a casa e a rua – realidades pensadas como distintas à época – intensificaram a comunicação entre si de forma mais intensa. Por um lado a casa abriu alguns de seus espaços para a realização de eventos motivados pela exposição de novas formas de sociabilidade; por outro, a rua privatizou o uso de certos recintos, transformando-os em “santuários da modernidade” (comércio, lazer e serviços) que passaram a existir com o propósito de satisfazer as necessidades da burguesia. Como observamos antes o desenvolvimento da cidade fez com que pessoas das mais variadas procedências se estabelecessem no Recife, boa parte das classes dominantes reuniram forças no empenho para o aprimoramento sócio-cultural estimulando na classe abastada o hábito do consumo quase que massificado de mercadorias provenientes da Europa gerando novos mercados e movimentando a economia.

Um bom exemplo do crescimento da oferta e diversidade de artigos estrangeiros pode ser encontrado nos jornais a partir da década de 1840. A princípio os anúncios eram escassos e geralmente tratavam de escravos, animais, alguns objetos de utilidade doméstica e aluguéis ou venda de imóveis; com a proliferação do gosto por tudo que é francês cresceu a oferta e a diversidade dos produtos e serviços oferecidos (objetos de uso doméstico, tecidos, roupas, cosméticos, remédios, alimentos, transportes, diversões, ferramentas, serviços profissionalizados, etc.).

O período entre as décadas de 1830 e 1850 - foi um dos mais promissores para o comércio recifense, impulsionado pela ampliação econômica da província baseada nas exportações de açúcar (decaindo nas décadas subsequentes marcadas por epidemias, confrontos externos, diminuição das exportações e o aumento dos preços das mercadorias). Mesmo assim, o ato de consumir ainda permaneceu como determinante no processo de

distinção social, sobretudo *a posteriori* com a estagnação econômica, abrindo verdadeiros abismos entre ricos e pobres, pois inserir-se na modernidade e manter-se nela custava caro.

Como podemos notar, os “tempos modernos” pelos quais a capital da província pernambucana passava, suscitavam exigências sobre condutas e hábitos pautados no *bon goût* e no *savoir-vivre* que determinavam não apenas as condutas dos indivíduos em grupo, como também, as estruturas do espaços e as suas utilizações. Dentre os hábitos propulsores da vida “civilizada” destacamos os do consumo, da decoração, da moda, da aprendizagem e do entretenimento.

3. 4. 1. Consumir: uma necessidade moderna (?)

De certo que o hábito de consumir esteve presente no decorrer da existência humana, desde as mais remotas épocas onde o escambo era praticado, intensificando-se com o surgimento do dinheiro que gerou vários movimentos econômicos chegando até o sistema capitalista. No caso do Brasil o consumo – para as esferas mais elevadas da sociedade colonial brasileira - apresentava um caráter geral de provisão de necessidades imediatas (alimento, vestuário, objetos de uso pessoais e domiciliares) adquirindo-se o essencial para o cotidiano. Vale lembrar que não queremos dizer com isso que as classes dominantes brasileiras fossem comedidas em suas compras, não. Sabemos que a economia colonial foi movimentada tanto pela produção do açúcar como pelo extrativismo o que gerou muitas riquezas, fazendo-se presente em diversos locais; como exemplos, podemos citar a opulência da sociedade gerada pelo comércio açucareiro da Vila de Olinda, no período prévio à estadia dos flamengos e o fausto de algumas vilas de Minas Gerais durante o período aurífero.

No entanto, em Recife, durante o período imperial, percebemos que a internalização de valores culturais estrangeiros resultou numa sobreposição do poder das ideias ao poder econômico, determinado como, quem e o que consumir. Embora que nas primeiras décadas dos oitocentos o Pacto Colonial determinasse o que deveria ser consumido pelas populações urbanas, pudemos observar através dos anúncios dos jornais a partir da década de 1840, que mercadorias oriundas de outras partes da Europa (sobretudo da França) ganharam espaço no mercado. Sem dúvida o comércio varejista desempenhou um importante papel no aumento do consumo, oferecendo produtos novos agregando-lhes valores simbólicos que segundo Pierre

Bourdieu, passaram a ser consumidos quando encontraram um campo restrito aqueles que possuíam os códigos necessários para decifrá-los e valorizá-los.²²⁴ A satisfação do cliente residia na origem do produto, uma vez que o exigente mercado europeu dava seu aval, este (o produto) automaticamente adquiria o sinônimo de boa qualidade.

Lembremos que a diversificação e o aumento da quantidade dos produtos oferecidos tinham a ver com o processo de industrialização ocorrido na Inglaterra e França. Aproveitando a crescente aceitação dos produtos estrangeiros, os comerciantes desenvolviam várias estratégias para despertar nos clientes o desejo de comprar e aumentar os volumes de suas vendas. A pluralidade de produtos oferecidos, muitas vezes fazia com que as pessoas adquirissem coisas desnecessárias. Essa ação não é um traço da sociedade burguesa local, ela pode ser encontrada tanto nos outros grandes centros urbanos brasileiros como europeus, pois como bem observou Sennett os varejistas europeus aproveitavam-se da busca contínua pelas *nouveautés* e ofereciam em suas lojas diversos itens que tentavam suprir essa procura “eles habituavam o comprador à ideia que ele encontraria na loja tudo aquilo que não estava esperando encontrar e, assim, estaria disposto a deixar a loja com mercadorias que ele não teria vindo procurar”.²²⁵

As lojas varejistas situadas na Rua da Imperatriz, Rua Nova, Rua do Queimado e Pátio do Colégio, amontoavam seus produtos em prateleiras, balcões e bancadas, ao contrário das lojas parisienses e londrinas que já utilizavam do recurso da vitrine. Mesmo assim, os produtos “recém chegados no último vapor” como se costumava a ver nos jornais, ganhava lugar de destaque na arrumação do estabelecimento, bem à vista dos olhos da clientela, despertando-lhe curiosidade e interesse. É interessante lembrar que embora algumas mulheres fossem responsáveis pelo o hábito de fazer as compras da casa, geralmente era de incumbência dos homens - acompanhados de escravos. É difícil precisar quando a mulher passa a ser a responsável direta pelo abastecimento, provavelmente a partir das primeiras décadas do século XX. Entretanto, o costume do homem ser responsável pelas compras ainda encontraram ecos até meados dos novecentos. Logo, especulamos que o processo sedução ao consumo dos produtos “modernos” tenha começado por essa parcela da população.²²⁶

²²⁴ Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. – São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 198.

²²⁵ SENNETT., Op. Cit., p. 183

²²⁶ Embora seja comum associar às mulheres o espírito consumista moderno, elas só ganharam as ruas a partir da segunda metade dos oitocentos e mesmo assim estavam subordinadas economicamente aos seus pais, irmãos ou maridos. Uma exceção era quando os vendedores iam até as casas para oferecer suas mercadorias, Gilberto Freyre nos fala que durante muito tempo as visitas dos mascates e boceteiras eram comuns nas habitações

Sem dúvida um dos maiores meios de propaganda da época, se não o maior, foi a imprensa. A proliferação de jornais e periódicos a partir da década de 1840 informava ao público em geral (pelo menos ao que sabia ler) as novidades chegadas recentemente ao porto do Recife. Era muito comum encontrar em publicações como o Diário de Pernambuco, o Diário Novo, A Imprensa, o Jornal do Recife, entre outros, seções com o nome de “anúncios” ou “anúncios diversos”, onde eram anunciadas expostos anúncios de diversas mercadorias e serviços.

Geralmente um bom número de anúncios trazia a procedência dos produtos ou dos responsáveis pelos serviços oferecidos certificando a qualidade daquilo que se oferecia. O aumento do número de propagandas desse tipo que preenchiam essas colunas no decorrer das décadas aponta para o princípio de um processo de rejeição dos produtos de origem nacional e uma intensa procura por importados. Nesse contexto, gostaríamos de chamar a atenção para a importância que a moda esteve nesse período, difundindo estilos, formas, maneiras, etc.. Contudo, devemos percebê-la para além do campo do vestuário; ela pode ser compreendida como um hábito de duração efêmera, mas ao mesmo tempo de atuação abrangente que conquistou as mais variadas esferas sociais “influenciando comportamentos, gostos, idéias, artes, móveis, roupas, objetos e a linguagem”.²²⁷ Eis o combustível que estimulou o consumismo da classe burguesa recifense ao longo dos oitocentos.

3. 4. 2. Decorar: a arte de parecer civilizado.

Um artifício fundamental para a transformação do interior dos lares burgueses foi o desenvolvimento do gosto pela decoração que fez com que o equipamento doméstico, antes simplório e reduzido, fosse multiplicado graças a uma gama de novos móveis e objetos decorativos ofertados no comércio local. Salas, quartos e demais dependências foram abarrotados de objetos que segundo Carlos Lemos, a única lógica a ser seguida parecia ser a da mera acumulação e ostentação. Quanto mais cheia a casa, mais rica ela pareceria, graças à presença de diversas peças de arte e objetos importados testemunhando o *dernier goût* das

urbanas e rurais oferecendo miudezas, cortes de tecido, alguns produtos de beleza, etc. A alcovitagem dos namoros furtivos das sinhazinhas, era um serviço extra, praticado pelas boceteiras. Cf. FREYRE, Op. cit., p. 140-141

²²⁷ CALANCA., op. cit., p. 13.

grandes cidades, promovendo – pelo menos aos olhos de seus proprietários - uma imagem associada à nobreza e à civilidade. Com a interiorização de certas sociabilidades, os ambientes deveriam passar a melhor impressão possível.

Mais uma vez retornemos ao ambiente dos lares burgueses e observemos como poderíamos encontrar sua decoração, baseado nos artigos ofertados no jornal, começando pela a sala de visitas: este cômodo deveria primar pelo conforto – agora pensando como bem-estar. Era neste local onde a dona da casa recebia seus convidados, instalando-os de forma adequada. Os umbrais das portas e janelas geralmente eram guarnecidas por cortinas em tons suaves, com franjas e bolas; os assentos poderiam ser cadeiras (organizadas de maneira formal e hierárquica as menores com braços e espaldar alto ficavam nas laterais), sofás estufados ou canapés (de palhinha enfeitados com medalhões nos espaldares) que ficavam ao centro, local destinado as visitas mais importantes – e ainda poltronas, *puffs* e banquetas; as paredes eram pintadas com tinta a óleo ou forradas com papel de parede importado,²²⁸ e ainda, os *cache-pots*, *dunquerques*, consolos com tampos de mármore, sobre os quais se dispunham pares de vasos de porcelana coloridos,²²⁹ às vezes em estilo rococó com motivos românticos; acima destas, grandes espelhos, pinturas e relógios. Ao canto, encontrava-se o piano²³⁰, coberto com uma toalha em tom de damasco; no assoalho, tapetes importados²³¹ e uma pequena mesa, coberta com toalha de veludo, servia de apoio a um vaso ou bandeja de prata. Um bom exemplo do luxo desses ambientes pode ser encontrado nas imagens 35 e 36, logo abaixo:

²²⁸ Até meados do século XIX o papel de parede dominou as salas sendo substituído por pinturas de barras e frisos de cor. O teto recebera cornijas e era pintado com arabescos, nas casas mais devotas um resquício do barroco permanecia na figura de anjos bochechudos segurando ramos de rosas

²²⁹ Aqui encontramos uma mudança nos hábitos, pois até então os vasos eram objetos decorativos encontrados apenas em igrejas e cemitérios.

²³⁰ Mais adiante discutiremos sobre como o piano foi responsável pela mudança de comportamentos e como se tornou um dos ícones da civilidade.

²³¹ Geralmente vindos do Oriente, como podemos encontrar em vários anúncios do Diário de Pernambuco e Jornal do Recife.



Imagem 35: Sala de Estar da residência do senador Novais Filho (seguindo o estilo de decoração oitocentista)
Autor. Alexandre Berzin - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.



Imagem 36: Sala de visitas da residência do Barão de Moreno
Autor. Alexandre Berzin - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Vale mais uma vez lembrar que essa projeção do ambiente do interior das residências é uma projeção a partir do que encontramos nos anúncios dos jornais. Contudo, o ornamento mais importante desse ambiente era a própria mulher, seu dever como boa anfitriã era o de conduzir boas conversas, discorrendo sobre assuntos considerados de bom-tom, como música, pintura, literatura, impressões de viagens etc. Evitando a tudo custo temas ou situações constrangedoras para os presentes. E embora todo o esforço da atuação feminina - responsável pela delicadeza e “bom gosto” da decoração luxuosa, requinte e atenção delicada – fosse empenhado para o sucesso das reuniões, tudo era convertido em vitória para seu marido, um homem que tivera sucesso como chefe de família.²³² Nos casos raros onde as mulheres tinham

²³² Nesse momento de ascensão sócio-cultural burguesa, além de assumir o papel de dona de casa ciosa de seus deveres domésticos, a mulher também deveria exercer o papel de boa anfitriã, uma espécie de relações públicas da família burguesa moderna, versada nos códigos do bom-tom, responsável pelo sucesso ou fracasso tanto das reuniões oferecidas, como pela aceitação de marido e família no seio da sociedade influente e “civilizada”.

uma educação mais esmerada, os assuntos transitavam de impressões de viagem a temas filosóficos, como podemos observar nessa passagem do romance Regina, de Theotônio Freire:

(...) ela tinha, entre os amigos, a fama de **bem saber conversar, arte difícil e tão descurada entre os brasileiros**. Sem esforço algum, encheu o colóquio das fulgurações de seu espírito, **desde o madrigal fresco e suave, trescalando rosmaninho e malva, até o paradoxo escabroso de árida filosofia**.

(...) Regina reunia, nos seus dias de recepção, o que havia de seletivo no mundo do espírito (...) **Ela animava a tertúlia com a sua presença, com expressão do seu dizer cheio agora de delicadezas, e logo depois palpitante de ironias, com o seu acionado largo, desenvolto**, e, sobretudo, com seu olhar dominador que fulgia instantaneamente com a fixidez intensa de um absolutismo poderoso e terrível.²³³

O ato de comer em grupo desde longa data era considerado como um momento de sociabilidade nas mais variadas situações (comemorações, casamentos, batizados, enterros, aniversários, etc.); contudo durante o século XIX, o ato de oferecer jantares de gala despontou como o ápice do evento cultural e social. As refeições, longe de uma mera necessidade biológica, ganhou um local propício para isso, a sala de jantar e tornou-se uma ocasião propícia para exercer os atos de civilidade e polidez, um momento para deleitar-se com conversas amenas e divertidas e para a exibição dos dotes culinários da dona da casa.²³⁴ Segundo Vânia Carvalho, nesse espaço o dono da casa seria o responsável pela condução dos rituais de sociabilização à mesa (a disposição dos convidados seria organizada a partir do seu lugar, onde os mais importantes ficariam ao seu lado ou próximos à ele, os alimentos seriam servidos de acordo com sua ordenação, a condução dos temas discutidos à mesa, etc.)²³⁵ de uma forma semelhante como acontecia com sua esposa na sala de visitas. Contudo, discordamos dessa ideia, pois, embora aos homens fossem atribuída a responsabilidade da

²³³ FREIRE, Teotônio. **Regina**. – 2ª ed. – Recife: Ed. do organizador, 2005. p. 203-205. grifo nosso.

²³⁴ Era preciso saber oferecer um jantar, pois a medida que o ritual foi se tornando um evento mais complexo, cresciam os cuidados a serem tomados desde da escolha dos convidados, bem como a parafernália e a comida, reforçavam a reivindicação a membro da sociedade moderna e civilizada. Dentre os cuidados a serem tomados, cabia a anfitriã preocupar-se com os convites, tendo o cuidado de convocar pessoas de mesma classe social, política e financeira, que cultivassem as mesmas idéias a respeito de assuntos considerados sérios. Médicos, advogados e políticos geralmente eram bem-vindos nesses eventos, sua presença demonstrava que os donos da casa tinham ligações sólidas com os profissionais mais influentes do período. Era de costume evitar o convite a solteiros, o jantar era um evento familiar e essa figura atemorizante, com seu estilo de vida extravagante, poderia causar algum mal-estar. Se um dos cônjuges dos convidados (geralmente a mulher) fosse de nível social inferior, o convite geralmente iria apenas para aquele que estivesse dentro dos padrões aceitos.

²³⁵ Cf. Espaços e representações de Gênero: um campo operatório. in CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo 1870-1920. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008. p. 120-122.

orientação da etiqueta à mesa,²³⁶ não podemos esquecer que geralmente ficava a cargo de sua esposa a escolha do cardápio, do tipo de louças, talheres e outros objetos decorativos, assim como a disposição dos convidados à mesa.

No sentido estético ou estrutural, houve poucas mudanças na estrutura e aparelhamento da sala de jantar durante o século XIX – isso é claro, em comparação aos outros cômodos. Permaneceu durante esse período uma sala ampla com móveis robustos e pesados²³⁷ (geralmente de madeira nobre como o jacarandá) onde ao centro ficava uma mesa de refeições de grandes proporções recoberta com a toalha de damasco ou linho muito branco (confeccionadas com um mecanismo que possibilitava o aumento de seu comprimento); ao centro descansava uma fruteira de louça, com a forma de bandejas superpostas, apoiadas em uma coluna central; ao redor da mesa estavam cadeiras de encosto alto e ainda poder-se-ia encontrar uma cristaleira (guarnecida com uma magnífica coleção de porcelanas e baixelas em prata), lustres, castiçais e aparadores.²³⁸

Seguindo uma geografia de atuação masculina doméstica, observamos o cômodo conhecido por estúdio, gabinete, closet ou escritório. Ambiente pequeno, utilizado para trabalho e/ou reflexão pelo dono da casa, sua decoração era austera: uma mesa ou escrivaninha geralmente de móvel escuro com uma cadeira, uma estante e alguns livros, uma poltrona aconchegante e tapete, alguns quadros pendurados e, às vezes, um pequeno busto de algum filósofo, pintor ou escritor. Este aposento geralmente ficava ao lado do quarto.

Como já vimos, o quarto²³⁹ era o maior exemplo de intimidade de uma habitação (excetuando-se é claro, o banheiro). Esse espaço deveria proporcionar o sono reparador, o descanso das convalescenças, o refúgio das moças e local de castigo para as crianças. Todo cuidado deveria ser tomado em sua limpeza, por isso deveria-se evitar o acúmulo de móveis e objetos (embora nem sempre isso fosse respeitado) para que não houvesse ajuntamento de

²³⁶ Segundo Freyre, à mesa patriarcal o dono da casa ficava à cabeceira, às vezes servindo. Quando era jantar com senhoras, ficavam sempre marido e mulher juntos, isso acontecia depois da sofisticação dos hábitos porque antes as mulheres não compareciam à mesa quando havia visitas. Cf. FREYRE., op. cit. 336.

²³⁷ As salas eram equipadas com cadeiras de balanço, mesas, cabides, guarda-louças, aparadores, mesa elástica para jantar, valorizados por castiçais de bronze, aparelhos de jantar, almoço e vasos de porcelana, porcelana dourada para chá, quadros, espelhos com molduras douradas e cristais.

²³⁸ Durante esse período tornou-se comum o uso da louça de mesa de origem francesa ou inglesa, quase sempre branca e dourada; o uso de porcelanas de Sèvres, Saxe e Manices. A prataria era em estilo Rocaille (garfos, facas, colheres, bules, cafeteiras, paliteiros, bandejas, bacias, jarros, castiçais, lanternas e lamparinas).

²³⁹ A princípio havia uma distinção entre o guarda-vestidos para - para senhoras – e o guarda-roupas para os homens; era comum encontrar nos aposentos: cômodas, *psyché*, cadeiras, divãs, camas de baldaquim com dorsel, cortinados e cúpulas.

poeira ou que no inverno não proporcionassem o surgimento de mofo, tão prejudicial à saúde. Mesmo com as recomendações, era comum encontrar nos aposentos de dormir, lavatórios com bacias e jarras, cama, divã, cadeira, guarda-roupas, guarda-vestidos, mesa de cabeceira, luminárias, toucador, biombos; as paredes também eram forradas de papéis decorados e nas janelas cortinas, tudo no mais puro gosto europeu.



Imagem 37: Interior de quarto da residência do Barão de Moreno.

Com exceção da lâmpada que anunciam tempos mais recentes, o quarto traz o estilo de arrumação e móveis do século XIX, encontramos uma cama com baldaquim no estilo francês ao lado direito um mosquiteiro, ao fundo na mesma posição um baú; do lado contrário, uma escrivaninha e uma cômoda provavelmente em jacarandá.

Autor. Alexandre Berzin - **Acervo:** Museu da Cidade do Recife.

Alguns espaços eram mais luxuosos, principalmente o quarto das moças, como pode-se perceber, utilizando-se mais uma vez a narrativa de Freire:

Regina abriu os olhos ao calor acariciante de um raio de sol que entrava pelas **gelosias de seu quarto de dormir**. Eram dez horas da manhã, dia quente, de calma abrasadora, como os do verão do Norte.

Sentia-se amolentada, cheia de uma preguiça mórbida que não consentia-lhe deixar o calor dos **lençóis de Bretanha de seu leito rico**. Fez, todavia, um esforço e sentou-se.

A camisa de seda palha afogada na garganta caía-lhe em pregas pelo corpo. No tapete descansavam as sandálias de veludo negro forrado de pelúcia. Estendeu uma perna sob o lençol e o pé mimoso e catita mergulhou no calçado; depois o outro.

Ergue-se e agitou a campainha, pela criada, que logo acudiu ajudando-a a fazer a sua primeira *toilette* na **câmara ao lado do quarto de dormir**. No **espelho de cristal emoldurado em ébano**, viu-se pálida, com as feições fatigadas e grandes olheiras, como se houvesse pintado as pálpebras a bistre. Breve entrou uma criada com **um serviço de porcelana para café, numa bandeja de prata**. (...) A criada colocou os objetos sobre uma **mesinha de charão** junto à cadeira em que Regina estava sentada e saiu.

Regina **deitou licor do Profeta na taça minúscula de kaolin japonês com labores dourados**, adoçou-o e entrou a bebericar, abstrata e indiferente ao que fazia.²⁴⁰

²⁴⁰ FREIRE. op. cit, p. 250-251. Grifos nossos.

Ou ainda as salas de estudo ou pintura:

Era uma vasta quadra, ao ângulo esquerdo do edifício, com janelas para os dois lados, por onde a luz entrava discreta e sabiamente combinada pela disposição de persianas e cortinas. **Soalho coberto por fofo tapete da Pérsia, estantes pelas paredes, uma mesa ao centro do salão**, coberta de brochuras e desenhos, a um canto, **uma secretária de mogno com incrustações de madrepérola, sistema Feret**, no lugar em que melhor fazia-se o esbatimento da luz, **um cavalete com uma tela** coberta de gaza azul, - cadeiras disseminadas, **uma conversadeira** a dois, e entre o vão de duas janelas, um amplo **canapé à Pompadour**.²⁴¹

O *hall* ou vestíbulo poderia ser considerado um ambiente de atuação neutra, nem predominantemente masculino, nem feminino. Esse pequeno espaço geralmente mobiliado com cabides, porta-chapéus, cadeiras, mesa pequena com tinteiro (para deixar mensagens a quem fosse procurado) vasos e *cache-pots* - funcionava tanto como portal de acesso ao restante da casa, quanto barreira dispersiva das visitas indesejáveis.

Por fim, populariza-se nos domicílios burgueses o gosto pelas varandas, localizadas parte externa da casa, seja no andar térreo (com largos bancos ou cadeiras de junco) ou nos andares superiores (diante das enormes janelas de esquadrias com caixilho de vidro). Com o tempo os antigos muxarabis e gelosias deram lugar a elegantes sacadas, também chamadas de balcões. Concordando com Gilberto Freyre, destacamos que quando as urupemas que resguardavam as janelas foram retiradas, iniciava-se uma nova fase nas relações entre os sexos. Esses locais atuavam tanto como posto de exposição como de vigília, ao contrário do *hall*, não tinham a função de filtrar as visitas, permitindo-lhe ou não sua introdução aos outros cômodos, mas sim, mantinham os moradores protegidos de um contato direto. Muitas vezes acima do nível da rua ou resguardada por gradis de ferro, local preferido pelos jovens para seus romances furtivos, longe do olhar severo dos pais.

Como já mencionamos, os jornais foram um importante veículo de propaganda dos produtos modernos. Tomemos como exemplo, o anúncio de 24 de abril de 1844. Ele trazia estampada, a notícia de um leilão onde seria oferecida toda mobília da casa do Cônsul britânico que morava na Madalena e que estava de voltando para seu país. Dentre os objetos oferecidos estavam: cadeiras, mesas de jogo e de centro de sala, consolos, sofás de

²⁴¹ Idem. p. 252. grifos nossos.

jacarandá²⁴², mesas para chá, para costura, uma mesa grande de mogno, lampiões de bronze, espelhos, toucadores, louça, além de um magnífico piano, colchões de cabelo e um guarda-roupas.²⁴³

Chamamos a atenção para a presença de três elementos: o colchão de cabelo (geralmente utilizava-se lã de barriguda para preenchimento dos colchões e travesseiros)²⁴⁴ e o guarda-roupa, peça extremamente rara nas casas burguesas recifenses até a década de 1830. Até esse período era comum, os trastes (como eram chamados as roupas de uso individual, lençóis, cobertas, etc.) serem guardados em baús (geralmente de jacarandá, angico ou cedro, colocando-se juntos aos tecidos alguns ramos de sândalo para disfarçar o cheiro de mofo). E por fim, o piano, objeto que representava o máximo do requinte e de esmero na educação feminina (como veremos adiante).

Com o aumento da população estrangeira, cresceu também o número de trabalhadores como marceneiros, modistas, alfaiates, cozinheiros oferecendo seus produtos e préstimos, como foi o caso do parisiense Laurence Pugi estabelecido à Rua Nova, nº 45 que anunciou no Diário de Pernambuco de 25 de agosto de 1847 sua produção de sofás, marquesas, mesas redondas e bancas para sala, camas grandes, cadeiras, tudo feito com “mais moderno gosto de Paris”, e o melhor de tudo, por um preço, segundo o anúncio, diminuto.²⁴⁵

Cuidar da saúde da família se mostrava uma preocupação muito forte na segunda metade dos oitocentos, sobretudo durante o período das epidemias. Aqueles que podiam pagar o cuidado com a água consumida em casa ganhava um novo aliado - mesmo que ainda reinassem em muitas residências, as quartinhas e jarras de barro - já poderiam comprar uma espécie de filtro purificador de água, aprovado cientificamente, com garantias reforçadas com base em sua origem: a França. Conforme podemos ver nesse anúncio do Jornal do Recife em 1865:²⁴⁶

²⁴² Provavelmente não um sofá como o que conhecemos atualmente, mas uma marquesa ou canapé.

²⁴³ Cf. MELLO. Op. cit., 1985. p. 125.

²⁴⁴ No começo do século, encontrar camas nos quartos era muito difícil, mesmo nas famílias abastadas que geralmente utilizavam de marquesas, redes ou esteiras de pipiriri para dormirem.

²⁴⁵ Idem, p. 130

²⁴⁶ **Jornal do Recife**, 02 de março de 1865. APEJE. p. 04.



Imagem 38: Anúncio do sistema de filtros para água do Sr. B^{te} Bourboise e Cia.
Fonte: Seção Anúncios do Jornal do Recife, 02 de março de 1865. **Acervo:** APEJE.

Em matéria de móveis os marceneiros franceses eram considerados os melhores mestres, por exemplo, o senhor Poirier, estabelecido no aterro da Boa Vista, nº 26, oferecia, através de anúncio de 13 de maio de 1848, no Diário de Pernambuco, serviços de estofador para cadeiras de todas as qualidades, fabricava colchões de mola – uma verdadeira novidade para época – além de se encarregar de fazer cortinados para camas de estilo francês ou outros, colocar papel em parede, acarpetar salas com esteiras ou tapetes. Tudo feito pelo “último gosto”, ou seja, o francês. Garantia prontidão e satisfação de seus serviços, não estando o cliente satisfeito ele refaria tudo à sua conta.²⁴⁷

A mão-de-obra francesa no Recife já contava com nomes bem conhecidos; o sucesso de seus empreendimentos fazia com que eles ampliassem seus negócios. Foi o que aconteceu com o já mencionado Laurence Pugi que no anúncio de 30 de janeiro de 1849 do Diário de Pernambuco avisava à sua clientela que já fabricava “todas as qualidades de mobília francesa, no último gosto de Paris”. E para angariar a simpatia de novos clientes declarava que “o respeitável público pernambucano, que já lhe deu tantas provas de ser “amante do bom gosto” era sem dúvida civilizado o bastante para apreciar suas obras, e ele sentia-se plenamente capaz de atendê-lo, pois “as artes vão de par com a civilização, quanto mais um povo é civilizado, quanto mais os artistas devem produzir obras finas e delicadas”.²⁴⁸ Sendo assim, guardadas as devidas proporções da adulação e da propaganda, de acordo com *monsieur* Pugi, o Recife estava caminhando na direção certa para a civilidade.

Contudo, o maior nome no ramo dos mobiliários nesse período talvez tenha sido o de Francisco Manuel Beranger, que havia estudado na França (1838-1845) e que voltara

²⁴⁷ MELLO, op. cit. p. 131.

²⁴⁸ Idem, p. 132. Grifos nossos.

influenciado pelo estilo do mobiliário francês. Segundo Gisele Carvalho, seus móveis era uma mescla gênero Império, neo-rococó²⁴⁹ e do Biedermeier alemão, ela acrescenta:

Seus móveis, bastante criativos, são fruto da grande habilidade e capacidade de reinterpretação dos estilos europeus pelos Beranger. Seus móveis apresentam um caráter regional, inspirados na flora e fauna do Brasil. (...) frutos em pincas ou isolados e outros elementos fitomorfos, com altos entalhes, (...) Também se observam decorações em forma de lira, cornucópias e pescoços de cisne.²⁵⁰

O móvel produzido pela oficina Beranger ficou conhecido como Estilo Pernambucano, era um estilo híbrido contendo elementos tanto europeus quanto regionais. Suas credenciais eram devidamente apresentadas nesse anúncio do Diário de Pernambuco datado de maio de 1846:

Francisco Manoel Béranger, chegado ultimamente de Paris, faz ciente ao respeitável público e a seus compatriotas, que se encarrega detudo quanto é relativo a entalhadura, escultura, etc.; faz igualmente forros de entalha, assoalhos para salões **no último gosto de Paris**, tanto complicados como singelos, apresentando antes o desenho da obra que se pretende; as pessoas que de seu préstimo quiserem utilizar-se queriam se dirigir à Rua da Penha, nº9 todos os dias das seis horas da manhã até as oito, e do meio dia às duas da tarde, que acharão o mesmo anunciante para tratarem.²⁵¹

A diminuição do fardo das tarefas doméstica era algo que algumas donas de casa e muitas escravas deveriam ansiar. Nesse sentido alguns objetos curiosos começaram a aparecer em leilões noticiados nos jornais. Como, por exemplo, no leilão dos objetos da casa de Philogene Adour organizado pelo agente Oliveira em 16 de novembro de 1857 e noticiado no Diário de Pernambuco, que apregoava além de objetos casuais de uma casa (cadeiras, sofá de assento de palhinha, consolos, mesas de centro, cama, guarda-vestido, toalete com espelho, tudo em mogno, um piano de jacarandá do melhor autor de Paris, armários diversos, porcelanas, tapetes) oferecia também uma máquina de lavar roupa.²⁵² Outro exemplo interessante foi o anúncio encontrado no Jornal do Recife de 18 de setembro de 1868 (ao lado). Nele encontramos a oferta de



20—RUA NOVA—20

MACHINAS
DE
COSTURA
DE
WEED

Esta machi-
na intiramen-
te feita segun-
do os principios mais modernos da me-
canica, possui raros e excellentes re-
lhoramentos, e tendo sido examinada
pelos mais habilitados mestres, foi pelos
mesmos declarada ser a simplicidade
reunida á perfeição.

Tem uma agulha direita cujo movimen-
to perpendicular faz dous pespontos, que
nunca se descozem ou embaraçam, faz
costuras perfeitas desde o couro até o
mais fino nansouk; com linha de algodão
ou retroz, desde os numeros mais grossos
até os mais finos.

Uma hora apenas de lição é suficien-
te para habilitar qualquer pessoa para
trabalhar nesta machina do modo o mais
satisfactorio possível.

Agente de Pernambuco, A. Du-Mon-
n. 143, rua do Trapiche, primeiro andar.

²⁴⁹ Segundo o trabalho de Gisele Carvalho a origem do estilo neo-rococó é europeu da segunda metade dos oitocentos, com influências dos estilos franceses Luís XV e Luís XVI e do vitoriano inglês. É uma marca constante os acentos semicirculares com braços de suporte recuado. Cf. Gisele. Op. cit. p. 143.

²⁵⁰ Idem. p. 141

²⁵¹ MELLO, op. cit. p. 128

²⁵² MELLO, op. cit. 141.

máquinas de costura. Um verdadeiro avanço para a época, se levarmos em consideração que as primeiras máquinas de costura surgiram nos Estados Unidos em meados da década de 1850.²⁵³ Esse engenho ganhou os lares burgueses recifenses, talvez mais como motivo de ostentação, de posse do que como utilidade. O fato era que o comércio do Recife estava disposto a oferecer o que de mais moderno poderia ser encontrado em termos de utensílios para casa.

Contudo, a lógica que regia a casa dos estudantes solteiros era diferente, nem sempre a arrumação, o zelo e a limpeza eram elementos presentes. O modo de vida despojado, a mobília escassa, testemunhavam o desapego desses jovens com as novas ideias, embora fosse possível encontrar nesses locais relógios de parede ingleses, escrivainhas portuguesas, camas francesas, etc. eles eram vazios se compararmos ao domicílio familiar. Podemos especular que ao contrário do núcleo familiar que buscava dentro da casa o maior convívio, resguardando-se dos “perigos” da rua, os jovens se lançavam à mesma na busca da satisfação de seus desejos, muitas vezes contando com certa tolerância de parte da sociedade que considerava a inconseqüência juvenil algo próprio da idade.

Ao mesmo tempo essa atitude era considerada uma temeridade pelas famílias, pois poderia trazer sérios riscos, inclusive para as moças, uma coisa seria casar com um homem formado (subentendia-se que seria mais responsável e racional) outra era deixar suas filhas à mercê de “irresponsáveis” estudantes. Segundo a mentalidade da época, sem as rígidas normas familiares para conduzi-los de maneira “correta” dentro dos padrões sociais, a estrutura civilizacional poderia ruir com seus excessos no jogo, bebida e diversões. O discurso médico apontava esse comportamento como uma das origens da perda de saúde (alcoolismo, doenças venéreas, etc.) e consecutivamente a morte prematura, sem contar os danos morais disseminados no seio familiar. Muitos consideravam que essa atitude nociva tinha sua origem na falta de projetos pessoais.

O universo domiciliar estudantil era bem diferente do familiar, para isso comparemos o interior das casas descritas anteriormente, com a moradia de um solteiro no Recife de meados do século XIX:

²⁵³ Segundo Adrian Forty, por questões da associação ao trabalho servil e por suas dimensões avantajadas a máquina de costura encontrou certa resistência nos lares americanos, foi a partir da década de 1860, com o melhoramento de seu design, baixa de preços e uma propaganda que evidenciava sua utilidade como objeto doméstico é que ele passou a ser amplamente comercializada. Cf. FORTY., op. cit.

(...) Na sala de frente, fez luz em um candeeiro de bacará pousado sobre a jardineira; (...) **uma verdadeira sala de rapaz solteiro**: - meia mobília de junco, uma estante, uma mesa-secretária, jornais e livros a esmo, aqui e ali; uma quartinheira de coluna em um dos ângulos e no pedaço de parede entre as portas da varanda, um relógio americano.²⁵⁴

Era muito comum, rapazes virem de outras cidades e até mesmo de outras províncias para estudar no Recife. Para aqueles que as condições financeiras eram parcas, a solução era dividir o espaço com um grupo de amigos, nesse caso, a situação do domicílio não era muito diferente da encontrada acima:

(A) sala era pessimamente mobiliada em casa de estudantes. (...) cadeiras, uma mesa, sobre ella garrafas servindo de castiçais. Alberto e Ângelo dormem; este n'uma cama, á direita, aquelle sentando junto á mesa, á esquerda livros, roupas e jornaes espalhados pelas cadeiras e mesa. – **completo desleixo estudantescio.**²⁵⁵

Observemos aqui que a escassez de móveis ainda se pronuncia, mesmo com o gosto de mobiliar as casas estando em alta na segunda metade do século XIX, os solteiros não se importavam muito com a decoração de suas casas, pois passavam a maior parte do dia na rua: durante o período diurno poderiam ser encontrados estudando ou na Faculdade de Direito ou no Curso Preparatório ou perambulando pelas ruas; em pequenos hotéis, onde geralmente costumavam fazer suas refeições; nos cafés;²⁵⁶ em livrarias ou lojas masculinas para uma conversa com amigos.²⁵⁷ À noite se metiam em alguma casa amiga, em tavernas ou outros estabelecimentos considerados de “má fama”.²⁵⁸ Quando não estavam em alguma esquina “cortejando” algum coração feminino escondido no alto das janelas dos sobrados.

²⁵⁴ A casa mencionada é a de Arthur, um dos principais personagens do romance *Passionário*. Cf. FREIRE, Theotônio. **Passionário**. – 2ª ed. – Recife: Ed. do Organizador, 2005. p. 32. Grifo nosso.

²⁵⁵ ALMEIDA, Joaquim Angelico Bessoni de. **Nesse caso eu me caso ou os estudantes do Recife**. – Recife: Typographia Universal, 1862. p. 17. grifo nosso.

²⁵⁶ Os preferidos eram: O **Café Ruy**, à Rua Nova, onde se tomavam sorvetes de copos; a **Pastelaria Camargo**, o **Hotel de Londres** ou o **Chrispim**, todos na Rua do Imperador; a **Puerta Del Sol**, na Pracinha; a **Pensão Siqueira** na Praça 17 próxima à Igreja do Espírito Santo; o **Hotel d'Univers** no bairro do Recife.

²⁵⁷ A loja de chapéus de José de Mello e a **Casa Machado** Pereira na Rua do Imperador.

²⁵⁸ Como, por exemplo, o **Nova Hamburgo** e o **Phenix**, ambos ficavam na Rua das Florentinas (Santo Antonio), quase à saída da Praça da República. O Phenix tinha uma secção de cervejaria; o Nova Hamburgo, além de café, tinha uma secção de teatro ligeiro; além dos estudantes solteiros, se reuniam os políticos, oficiais do Exército e da polícia, altos comerciantes, etc.

3. 4. 3. Vestir: moda e aparência

Ao longo dos oitocentos, no decorrer das mudanças, a moda consolidou-se como um dos mais importantes artifícios no campo da hierarquização social, definindo claramente através da aparência: a pobreza da riqueza, o rural do urbano e o feminino do masculino. Mesmo se propagando por vários âmbitos do convívio social. Foi no campo das roupas e nos modos de vestir que sua expressão mais clara e concisa se materializou, graças a preocupação com a aparência e a proteção do verdadeiro “eu”.²⁵⁹

Foi por esse período que as pessoas passaram a levar mais seriamente as aparências (suas e dos outros) nas atividades públicas, pois acreditavam, como afirma Sennett serem capazes de identificar o caráter um dos outros através das roupas que vestiam. Entretanto, numa esfera mais elevada da sociedade que buscava ao mesmo tempo diferenciar-se dos “inferiores” e homogeneizar-se cada vez mais entre si através de códigos e normas, era muito difícil descobrir o caráter “disfarçado” em suas vestes, o que restava fazer era observar atentamente os detalhes numa tentativa de descobrir pistas.

Segundo o pensamento de Maria Alice Ximenes, a moda como sinalizador de posição social e diferenciação de sexo operava sobre um tripé de facetas sociais, psicológicas e estéticas. Atribuído ao vestuário feminino, trajes - muitas vezes sufocantes e incômodos - que aludissem (pelo menos aos padrões da época) à delicadeza e à beleza, traços encontrados na natureza das mulheres, enquanto que aos homens restava à sobriedade e simplicidade, próprios da atitude masculina.²⁶⁰

A leitura da aparência poderia determinar a procedência, a classe, a profissão, o estado civil etc., o *status* sexual também poderia ser “revelado” aos olhos públicos diante de um desleixo na aparência ou o descuido com a roupa, ou ainda uma cor inadequada de um traje e no caso feminino, uma maquiagem mais ousada. Esses traços revelavam, aos olhos curiosos e

²⁵⁹ Entendia-se por moda o uso novo, que não chegava a ser geral; e chegando passava a ser adoptado por todos, ou pela maior parte, e por algum tempo, todo o uso já havia sido moda em seus princípios. Seu principal objeto seria o de chamar a atenção, distinguir-se no gosto, na novidade, na variedade. Cf. ROQUETTE, J. I. & FONSECA, J. da. **Diccionario dos synonymos poéticos e de apithetos da língua portuguesa.** – Lisboa: Livraria Ailard e Bertrand, 1848. p.437

²⁶⁰ XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX.** – São Paulo: Estação das Letras e das cores, 2009. p. 21.

em muitas vezes maldosos, se a dama virtuosa não passava de uma mulher “licenciosa” e o respeitável cavalheiro um “safardanas”.

Para além da acusação, conforme aponta Sennett, o homem público de meados do século XIX “sentia-se mais confortável enquanto uma testemunha da expressão de outra pessoa, do que enquanto um ativo condutor da própria expressão”.²⁶¹ A vestimenta também promovia o deslumbre e o respeito, sobretudo em ocasiões especiais:

Os **peitilhos gomados** das camisas dos homens, **pingados de brilhantes**, contrastavam com o negro das casacas e dos claques enquanto as senhoras seduziam pelas **sedas dos vestidos, a malícia dos decotes**, o colorido ou brilho dos diademas nos penteados.²⁶²

Ou ainda:

(...) no meio de uma nuvem de **rendas e blonde**, vestida à última, garganta alta e eburneamente nívea, maculando-lhe a epiderme delicada **um fio quase tênue de pérolas**, com a longa cauda do vestido de seda varrendo a alcatifa, braços nus, constringidos os pulsos por **braceletes de trabalho raro**, **cabelos presos por um diadema de rubis**, **encimado por um solitário que desafiava em cintilações as luzes que jorravam dos lustres de finíssimo cristal da Boêmia**.²⁶³

Dentre os adeptos da moda vindas da França, estavam o **gamenho** (figura abaixo) figura muito popular, andava em novenas, pelos teatros, pelos saraus, enfim, por todos os lugares onde pudesse ser visto e flertar com as moças vestia-se à última moda francesa: usava bengala de junco, paletó de cinta com um penteado à pastinha e pomada, botins de lustro, calças justas e retesadas, gravata larga de gorgorão preto, sobrecasaca franzida e rodada, cortada acima do joelho, gola de veludo e botões cobertos de sarja, a camiseta de mangas bem estreitas, bengala, relógio de algibeira, dois lenços – um de cetim riscado e outro de sarja preta - um chapéu de castor alto, nos dedos vários anéis que gostava de exhibir enquanto falava. Perfumava-se com água de colônia ou de essência de macaçar.²⁶⁴



²⁶¹ SENNETT., op. cit. p. 243.

²⁶² SETTE., op. cit. 1985. p. 23. grifos nossos

²⁶³ FREIRE., op. cit. p. 201. grifos nossos.

²⁶⁴ Essas figuras urbanas foram alvo das críticas do padre Lopes Gama, segundo ele o único objetivo na vida desses rapazes era o de “se embonecar para namorar”, passavam os dias entres tavernas, lojas, boticas e esquinas (namorando alguma moradora de sobrado), andavam gingando com os braços como se fossem “tomar postura de tocador de rabeça”, sua elegância obedecia ao “mais escrupuloso cerimonial da moda”, falando as suas amadas

Sua versão feminina era conhecida como **gamenha** (figura abaixo). Elegante e namoradeira, usava espartilho, longos vestidos pregueados de mangas bufantes chamadas de “presunto”, borzeguins de veludo branco, justilho da Bretanha ou de Hamburgo de mangas afofadas; sobre o corpo colocava uma saia de cassa e o cabeção de linho fino da Alemanha. Como assessórios, brincos de filigrana ou de espumas de ouro, leques, lenços de seda ou de filó, colares, pulseiras, anéis. De dia jogava bisca e de noite dançava o galope, ia ao teatro, quando estudada, lia os periódicos e tocava piano, falava e gesticulava graciosamente, tinha apelidos como Mimi, Lili, Zazá e tratava os pais por Mamá e papá.²⁶⁵



Durante os oitocentos o vestuário feminino diversificou-se de uma maneira jamais imaginada antes; um período marcado pelos toucados de influência francesa; dos chapéus; dos pentes (de filigranas, de tartaruga, de atar cabelo, de alisar, etc.); chalés; echarpes; xales; botinas francesas de verniz; (com franjas, fitas e fivelas); lenços (de seda, cetim ou gorgorão); leques; espartilhos, luvas, borzeguins (de marroquim dourado) etc..

No que se referente a indumentária masculina, no decorrer do século XIX, os diversos adereços da fase gamenha, foram deixados lado, junto com a “dedicação” quase dândica com os detalhes do vestuário e na aparência (cabelos e costeletas longos, barba feita, perfumes de essências marcantes, etc.) enveredando por um gosto por roupas com corte mais simples e tons mais sóbrios e escuros para os paletós, chapéus (altos, coco, cartola), sapatos, luvas, etc.(os cabelos passaram a ser curtos, a barba e o bigode davam o tom da seriedade, até os perfumes para o corpo e barba eram de essência discreta). Tudo como mandavam os figurinos encontrados nas revistas de modas vindas de Paris, como *Le Journal des Juenes Personnes*, *La revue de Dames*, *Le Monde Elegant*, *Journal de Mode e Paris*, *toujour Paris*.

com doçura e voz aflautada. Cf. GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. **O carapuço**, nº11 07 de julho de 1832. APEJE. p. 40-41.

²⁶⁵ A versão feminina do gamenho também alvo da pena ácida de Lopes Gama, ele a descrevia como *coquette* que além de namoradeira era “faustosa, fátua, cheia de vaidades e só se ocupa em estudar, todos os meios e todas as traças de se tornar agradável e sedutora”. Segundo ele, eram mulheres completamente afrancesadas, cheia de artifícios e artimanhas de desmaios, de suspiros e de estratégias. Quando casadas, geralmente dominam o marido e seu dinheiro que lhes financiam os caprichos, pois “todas as suas ações são estudadas e contrafeitas, tudo nela se endereça a lisonjear e divertir”. Cf. GAMA Miguel do Sacramento Lopes. **O carapuço**, nº9 30 de abril de 1842

Como já vimos, os jornais anunciavam a chegada de novidades, como, por exemplo, o Diário de Pernambuco que na seção “Avisos Diversos” informava que da loja do senhor Maciel situada na Rua do Crespo D-5 já estava à venda panos finos de cores diversas, casimiras ordinárias de listras, lenços de seda da Índia, vestidos de cambraia, golias de cambraias para meninas e senhoras.²⁶⁶ Outra loja, também na Rua do Queimado, anunciava anos mais tarde a venda de luvas de pelica de diversas cores, leques de sândalo ou de osso, brincos à balão de aljôfares e dourados, adereços de camafeu, volta azuis e pérola e mais um completo sortimento de miudezas finas, de perfumarias e artigos de luxo.²⁶⁷ Na mesma página encontrava-se o anúncio de uma fábrica de chapéus, também na Rua do Crespo, que oferecia “um completo sortimento de chapéus de sol de seda, alpaca e pannos de todas as cores e qualidades, tanto para homens como para senhoras e meninos, sendo dos primeiros de 4\$500 para cima e dos segundos de 1\$500 acima, havendo para senhoras **o que há de mais moderno em Paris**”.²⁶⁸



Imagens 42 e 43: Moda feminina e masculina em voga em Paris (1840).
Fonte: Journal de Mode – **Acervo:** coleção particular

A moda como sinônimo de distinção ganhou um amplo espaço na sociedade burguesa recifense, determinando normas e estilos que, pensava-se, determinavam a noção de civilidade. A submissão aos costumes vestuários da época tornou-se “uma faculdade inerente

²⁶⁶ Diário de Pernambuco, 05 de novembro de 1840. p. 05. APEJE

²⁶⁷ Jornal do Recife, 1º de abril de 1865, nº72. p. 04. APEJE

²⁶⁸ ibidem. Grifos nossos.

do ser/estar em sociedade”.²⁶⁹ Essa ampla aceitação não implica dizer que os ditames da moda estariam a salvo de severas críticas. Além do “severo” Lopes Gama, encontramos recomendações a esse respeito no Monitor das Famílias, autodenominado como um “Periódico de instrução e recreio dedicado ao belo sexo”. Segundo ele, as moças das “boas famílias” deviam ter cuidado sobre esse mister, pois:

O bom gosto é um dom como outro qualquer.
A moda e o bom gosto não são palavras synonymas.
O bom gosto é sempre um; a moda inova-se.
A moda é a negação do gosto e o ideal do capricho; é no dizer de Balzac, um ridículo sem objeção.
Só as mulheres se convencessem destas verdades, acabaria depressa, ou pelo menos enfraqueceriam muito o império da moda.
A moda é a grande rede onde caem sem saber as almas pequenas, e onde também por consequência se deixam prender as outras almas.²⁷⁰

Mesmo com ressalvas, a moda definiu “o ideal feminino oitocentista como algo entre anjos e crianças, totalmente dependente da figura masculina; sua estrutura frágil e impotente lhe conferia a aparência apreciada”.²⁷¹ O ideal de beleza para as mulheres, determinado por ideias masculinas remetiam à palidez, à alvura da pele, à delicadeza e fragilidade. Para ser considerada realmente bela, segundo o Monitor das Famílias, a mulher deveria possuir trinta perfeições: três coisas alvas (a pele, os dentes e as mãos); três coisas pretas (os olhos, as sobrancelhas e as pálpebras); três coisas vermelhas (os lábios, as faces e as unhas); três compridas (o corpo, os cabelos e as mãos); três curtas (os dentes, as orelhas e os pés); três coisas largas (o peito, a fronte e o espaço entre as sobrancelhas); três estreitas (a boca, a cintura e entrada dos pés); três grossas (o braço, a coxa e a barriga da perna); três finas (os dedos, os cabelos e os beiços) e três pequenas (os seios, o nariz e a cabeça).²⁷²

No campo do comportamento pessoal, a moda ditava a limpeza do corpo e posturas sofisticadas que remetiam a indicadores de nível social de uma nova elite: a burguesa. Mas voltando ao campo da vestimenta, esse período demarcou papéis fixos entre homens e mulheres. No que se refere aos ornamentos e ao excesso de vestuário, os homens adotaram um visual à inglesa, mais sóbrio, as mulheres por sua vez, mergulharam num universo de roupas, acessórios e artifícios de beleza, buscando ressaltar seu corpo e sua beleza, muitas vezes condenados pela rígida moral de seus ascendentes.

²⁶⁹ CALANCA., op. cit. p. 65.

²⁷⁰ Monitor das Famílias, janeiro de 1861, ano II, nº 02, p. 33. APEJE.

²⁷¹ XIMENES., op. cit. p. 32.

²⁷² Monitor das Famílias, dezembro de 1860, ano I, nº 03, p. 23. APEJE.

Esse foi o período em que peças como redingotes, espartilhos, luvas, chapéus, sapatos, botinas, vestidos de diversos modelos, anáguas, crinolinas, anquinhas, leques, xales e etc., deram ao corpo feminino forma e identidade. O mesmo ocorreu com os homens, um senhor elegante fazia uso de óculos ou *pince-nez*, flor na lapela, terno de casimira clara (para o cotidiano) e escura (para ocasiões mais solenes), peitilhos claros, gravatas escuras, camisas, coletes (geralmente de gorgorão), meias botas polidas, botinas tipo *Clark*, sapatos ingleses, rebenque, chapéus e lenços.

As regras sociais vigentes proibiam o desleixo da aparência, principalmente durante certos atos solenes. Em enterros ou missas a roupa preta era obrigatória, assim como nas cerimônias da Semana Santa não era permitido o uso de cores; os homens vestiam sobrecasacas, fraques pretos e as mulheres vestidos de seda na mesma cor. Nos casamentos a indumentária masculina era a casaca e o claque, as damas usavam ricos vestidos de baile com amplos decotes, penteados especiais adornado por tiaras de brilhantes.

Os hábitos baseados na moda oitocentista não passaram ilesos à censura e à ridicularização como, por exemplo, o uso de óculos pelos homens – sem necessidade, apenas por moda, foi duramente criticado por Lopes Gama no artigo “O que é ser gamenho?”²⁷³ onde comentava a mania de todo gamenho usar desse artefato para apropriarem-se de uma ar mais charmoso. A moda dos óculos persistiu tanto que foram alvo de anedota na coluna “Gazetilha” do Jornal do Recife que relatava um diálogo onde um rapaz que perguntara a uma senhora qual a razão que levou as moças a usarem uma rosa no alto da cabeça durante as reuniões sociais, seria uma forma de identificação. Nada disso, respondeu muito jovialmente a senhora que lhe explicou se tratar de um artifício utilizado pelas moças, uma vez que os rapazes, em sua maioria insistiam em usar óculos e não enxergavam bem; a rosa seria uma baliza indicando que se houvesse necessidade de dar um beijo na fronte da mocinha seria dali para baixo.²⁷⁴

²⁷³ O Carapuceiro, 07 de julho de 1832, nº 11, p.43

²⁷⁴ Jornal do Recife, 22 de outubro de 1864, Nº 162., p. 04. APEJE.

3. 4. 4. Aprender: a instrução para a civilidade

Como vimos anteriormente, a educação também contribuiu para a formação de indivíduos “civilizados” fossem eles homens ou mulheres, resguardadas as diferenças entre os sexos e as suas críticas. A ideia que se tinha era que tanto uns quanto outros deveriam ser versados na prática de bem viver em sociedade. Sendo assim, o que trataremos adiante diz respeito do surgimento dos manuais ou códigos de civilidade e como estes contribuíram para lapidar a imagem do indivíduo moderno e bem-educado.

Dentre as inúmeras publicações que circulavam pela Europa, algumas delas chegaram ao Brasil e passaram a ser amplamente utilizadas na educação de meninos e meninas, tanto em casa como nas escolas. Foi o que aconteceu com o **Código do bom-tom** (1845) do padre J. I. Roquette; o **Thesouro de meninos** (1851) de Pedro Blanchard; e o mais antigo, o **Tratado de civilidade cristã (1705)** de Clavel Saint-Mamet. Mas o que essas obras tinham em comum? Todas traziam ensinamentos para domesticação do espírito e abrandamento das ações consideradas “selvagens”, normas de comportamentos para os lugares públicos e privados, regras para bem portar-se em reuniões, diante de superiores e a arte da conversação.

Para que o homem pudesse ser considerado civilizado seria necessário este ser munido de polidez e urbanidade e as mulheres serem reservadas e obedientes. Tais obras propunham o controle absoluto sobre as emoções e demais sentimentos que regulavam as propriedades de cada sexo. O processo civilizacional requeria daqueles que nele quisessem adentrar, a restrição de antigos usos, evitando gestos naturais e manifestações imediatas. Recomendava-se o falar moderado, não interromper os participantes de uma conversa, saber se portar à mesa, em público ou no resguardo de seu lar. Esses livros eram escritos em linguagem didática e clara e tinham como público alvo não só as crianças como também adultos que buscavam aperfeiçoar seus comportamentos. Esses guias, códigos ou manuais, como eram conhecidos, tinham como função específica propagar os modelos de etiqueta criando sociedades “civilizadas”.

Usado inicialmente através da educação religiosa o *Traite de La Civilité Chrétienne*, anunciava-se em suas primeiras páginas que a civilidade era uma ciência que ensinava aos indivíduos a porem-se de forma adequada diante de diferentes pessoas: inferiores, iguais e superiores. Para Clavel, um homem civilizado era aquele que sabia seu lugar, o que fazer

diante de situações diversas e o que e como dizer as coisas. Contudo para aprender a ser civilizado o homem deveria observar quatro coisas importantes: primeiro, comporta-se de acordo com sua idade e condição; segundo, observar atentamente a qualidade da pessoa a qual iria lidar; terceiro, saber o que falar conhecendo a si e ao(s) outro(s) e por fim, conhecer e observar os lugares e o tempo para falar. Observado isso, Clavel explica que o homem deve usar do bom-senso e a da honestidade enviados por Deus para discernir o que era civil do que não é, evitando intimidades e desrespeitos com pessoas de condições inferiores e superiores, evitando também a brutalidade e a insolência. Era seu dever estimular o decoro e a modéstia para o bem viver em sociedade.

Dentre suas várias regras as principais eram: como se portar ao adentrar nas residências (bater suavemente à porta, esperar ser atendido afastado da mesma para que o dono da casa não pense que estava à escuta do que se passava, só adentrar no espaço alheio mediante convite, não interromper conversas, etc.); como se portar nas igrejas (ajoelhar-se diante do altar mor, falar baixo, não conversar outros assuntos, respeitar a figura do padre, etc.); para andar com uma pessoa de qualidade (manter um recuo, não interromper conversas, devia-se saudar cordialmente a uma pessoa de nível superior ao nosso quando a encontrasse na rua, etc.); como se portar à mesa (não assoar o nariz, coçar as orelhas, não arrotar, nem limpar os dentes com a faca, etc.); e ainda, regras para o jogo, para visitas, para passeios e para escrever cartas.

Já o *Thesouro de Meninos* foi uma obra do francês Pedro Blanchard, mas que foi traduzida para o português por Matheus José da Costa e direcionada à mocidade portuguesa e brasileira. Este manual tencionava educar os meninos dentro das luzes da razão. Seus ensinamentos eram divididos em três princípios o da moral, o da virtude e o da civilidade, considerados os três pilares para o desenvolvimento do ser humano. Dentro do processo de educação da burguesia recifense vamos observar as questões referentes à civilidade.

Segundo Blanchard, entendia-se por civilidade “todos os respeitos, que somos obrigados a guardar uns para com os outros”.²⁷⁵ E como tal deveria obedecer a treze regras que iam desde hábitos dentro de casa a comportamentos na rua ou em outros lugares públicos: do levantar da cama; da maneira de vestir e asseio; do respeito devido aos idosos; do modo como devemos conduzir a conversação; da condução de uma companhia; dos modos à mesa;

²⁷⁵ BLANCHARD, Pedro. **Thesouro de meninos**. – Lisboa: Typographia de Antonio da Rocha, 1851. p. 160.

do comportamento no jogo; de como se deveria comportar-se na rua; do que os homens devem por civilidade às mulheres; de como os mais jovens deveriam respeitar os mais velhos; de como se comportar diante de pessoas de outra religião e de deitar à cama. O interessante é notar que mesmo sendo feito por um homem que a todo tempo remete-se à razão neste manual, a presença religiosa na formação das pessoas ainda é vista como essencial. No último item da relação Blanchard condena rigidamente aquele que deita-se e dorme sem antes “ter adorado a Deus, e haver-lhe dirigido suas acções de graças por todos os benefícios recebidos da sua mão”.²⁷⁶ Esse livro foi escrito como se fosse um diálogo didático entre o autor e seus sobrinhos, mostrando a cada um o que competia de acordo com seus sexos. Por fim ele termina seu texto dando o conselho final para eles “sereis honrados; fazei o bem sem interesse, e sereis virtuosos; entrai na sociedade com atenção que obrigue os outros, e sereis polidos”.²⁷⁷

Por fim, o Código do Bom-Tom, escrito pelo cônego J. I. Roquette e publicado pela primeira vez em Portugal em 1845, chegando ao Brasil anos depois, endereçados a Teófilo e Eugênia seus filhos fictícios. Assim como Blanchard, Roquette traz considerações sobre o comportamento de meninos e meninas diante da vida pública e privada, ou seja, como agir na igreja, no tratamento com pessoas, nos bailes, na partidas e reuniões noturnas, com os amigos, com criados, etc. Entendia-se por bom tom o conjunto de ações regidas pela polidez e cortesia para com seus pares, inferiores e superiores; as regras para o bem viver na cidade. Os manuais de civilidade eram vendidos nas principais livrarias da cidade, como anunciado no Jornal do Recife de 1º de abril de 1865, onde o estabelecimento **Livraria Comercial** situado à Rua Estreita do Rosário, nº 12, colocava à disposição do público as edições do Expositor Português, compêndios de civilidade, Manual Enciclopédico, Método facílmo e Manustrico.²⁷⁸

É interessante notarmos que alguns periódicos também traziam em suas colunas algumas informações a respeito da educação “civilizacional”, com pequenas histórias ou parábolas que traziam ações cotidianas utilizadas como exemplos a serem seguidos ou não (no caso de ações consideradas errôneas). Outros eram especializados no ensino do bom-tom, como o caso do já citado Monitor das Famílias que era endereçado à parcela feminina da classe burguesa. Considerações sobre como se portar em reuniões, comportamento,

²⁷⁶ Ibidem., p. 229.

²⁷⁷ Ibidem., p. 231.

²⁷⁸ Jornal do Recife, 1º de abril de 1865, nº 72, p. 04.

obediência e obrigações diante do lar, do marido e dos filhos, eram temas recorrentes nesse periódico. Constavam também seções com a de Contos Morais, de Contos para Meninos, de Sentenças e máximas morais, de educação feminina.

A utilização desses manuais foi essencial para o que Richard Sennett chamou de “teatralização das boas maneiras” onde a sofisticação do “eu” tornou-se um elogio entre os burgueses, permitindo ao “bem educado” ser reconhecido como tal através das boas maneiras, ultrapassando barreiras de linguagem, costumes ou idade. Ao introjetar as normas vigentes da sociedade considerada civilizada, o indivíduo criaria uma “personagem” que seria composta por um comportamento apropriado para as situações evitando ações inadequadas. Não devemos pensar que esses papéis eram fruto de uma mera mimetização à partir da influência de uma cultura admitida como superior, encenados em locais e momentos específicos. A construção desses papéis envolvia situações mais complexas onde os códigos de crença foram elementos determinantes do quanto e em que termos as pessoas levavam a sério o seu próprio comportamento, o comportamento dos outros e as situações nas quais estavam envolvidas

Tratava-se de um comportamento fundamentado numa esfera psicológica determinada pela contenção das ações indesejadas que despertaram a consciência, o reconhecimento do próximo e o respeito por ele, ao mesmo tempo em que constituía uma delimitação de si; as disposições psicológicas tais como reserva, moderação, controle e prudência foram interligadas pela contenção resultando hábitos mais refinados e atitudes normatizadas.

3. 4. 5. Entreter: a diversão civilizada

Como já visto anteriormente um dos maiores responsáveis pelas transformações na maneira de se divertir dentro das casas burguesas nos oitocentos foi o piano, objeto de desejo e determinante do *status* de civilizado das casas recifenses - aparecendo com frequência nos anúncios a partir da década de 1830. Porém, as primeiras referências de sua existência nos lares podem ser encontradas nos escritos de Henry Koster²⁷⁹ e Maria Graham²⁸⁰ que no início do século XIX notam sua presença em uma casa de Olinda e outra no Recife. O padre Jaime Diniz, estudioso da música pernambucana, afirma que esse instrumento começou a ser usado

²⁷⁹ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. – Coleção Pernambucana 1ª fase – Recife: FUNDARPE, 1978., p. 49.

²⁸⁰ GRAHAM., op. cit., p.

nas igrejas em seus ofícios religiosos, substituindo o cravo e, em alguns casos, o grande e pesado órgão.

O *piano forte* ou *forte piano*²⁸¹ como era conhecido na época, foi um dos responsáveis pela mudança nos hábitos de diversão nas casas burguesas urbanas e posteriormente rurais. Pois ao longo do século XIX desenvolveu-se o gosto por diversões que denotassem distinção, isso fez com que o enclausuramento das famílias ricas aos poucos fosse vencido. Com a presença do piano passou a ser comum o oferecimento de saraus, serões e tertúlias que facilitaram a interação entre as pessoas de diferentes casas. Esses momentos lúdicos serviam para demonstrar os dotes musicais de rapazes e moças que tocavam e cantavam músicas importadas²⁸² e algumas modinhas brasileiras, assim como a ampliação das sociabilidades. Rapidamente incorporado à educação feminina, aprender a tocar piano passou a ser considerado um dos atributos principais de uma moça “bem educada”. Os principais compositores franceses apreciados nessa época eram **Philippe Musard (1792-1859)** e **Louis Antoine Julien (1812-1860)**. Com o aumento da demanda naturalmente crescia a oferta, tanto que era comum encontrar anúncios de pianos alemães, ingleses e, claro, franceses nos jornais como podemos ver abaixo:



Imagem 44: Anúncio de venda de piano na loja Francesa.
Fonte: Jornal do Recife de 25 de fevereiro de 1865 – **Acervo:** APEJE

No começo do capítulo passado observamos que as opções de diversão no Recife não eram muitas, relegando-se em sua grande parte a festividades religiosas. Com o processo de modernização da cidade e dos hábitos da classe burguesa veio a ampliação das atividades lúdicas tanto fora de casa (teatro, passeios, viagens, etc.), como em seu interior. A princípio,

²⁸¹ Conforme nos explica Leonardo Dantas, o piano foi criado pelo italiano Bartolomeo Cristofini em 1598, recebeu o nome primitivo de *gravicembalo col piano e forte*, mais tarde sendo chamado de pianoforte, devido a intensidade do seu som, posteriormente popularizou-se a denominação piano, para o instrumento. Cf. DANTAS SILVA, Leonardo. **O piano em Pernambuco**. – Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1987. p. 11.

²⁸² Segundo o Pe. Diniz, enquanto despertava o gosto pelas músicas francesas e inglesas para a dança, na década de 1830, as músicas preferidas das reuniões domiciliares eram as italianas, compositores como Mercadante, Bellini, G. Pacini, Donizetti e Rossini, eram muito apreciados principalmente Rossini, muito tocado nas apresentações de duetos na Casa da Ópera. Cf. DINIZ, Pe. Jaime C. Breve notícia sobre a música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800. in **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. – Recife, vol. LII, ano 1979. p. 11.

tabernas, lojas e praças eram espaços escolhidos pela parcela masculina para suas reuniões, sendo proibida a presença de mulheres, pelo menos as “de boa família” e “honradas”. Estas contavam com as festividades religiosas e o espaço da igreja para exercitar uma tênue liberdade de seu recolhimento familiar. As reuniões sociais nos lares burgueses começaram a ter força quando a casa assumiu o papel definitivo de local seguro em relação à rua. As transformações ocorridas em seus espaços proporcionaram o desenvolvimento de atividades de lazer cada vez mais diversificadas e popularizadas como nos mostra o padre Jaime Diniz:

(...) Quase um requinte de **pernambucanos ou de músicos residentes no Recife, o fato de profissionais ou simples amadores se reunirem em casas ou sobrados de ruas escuras e estreitas e, à luz de azeite ou de vela, tocarem juntos as últimas obras chegadas diretamente da França ou da Itália.** (...) Cultivo, o da música em forma de **quintetos, quartetos e duos**, que propiciava momentos de prazer, de cultura e de convívios entre artistas-músicos, entre artistas recifenses, entre possíveis estrangeiros, ou entre pernambucanos e estrangeiros. (...) “horas de arte” e festas das amplas salas fidalgas. Momentos de prazer desinteressado e de convívio, o da música de Câmara, para executantes e para ouvintes, momentos superiores aos que proporcionava o jogo de cartas tão dos hábitos de ociosos pernambucanos do Recife antigo, ou ainda superiores aos que usufruíam nas frivolidades da Ponte da Boa Vista.²⁸³

Um exemplo disso foi a tertúlia que evoluiu para o *soirée* e as partidas; as refeições com os familiares expandiram-se para acomodar convidados íntimos ou estrangeiros; outras atividades como as visitas com hora marcada e o chá da tarde (introduzido pelos ingleses), transformaram-se em sinônimo de sofisticação e civilidade. Entretanto, nenhuma outra atividade representou melhor o espírito burguês do que o baile, palco principal para a demonstração de comportamentos refinados, do vestuário rico e das danças graciosas. A dança inclusive foi alvo de atenção e críticas, os antigos minuetos dançados em grupo, dava lugar a outras coreografias europeias (reproduzidas à risca ou adaptadas), entre elas as mais refinadas como: o *pas de deux* e o *pas de quatre*; assim como o monteleno, a caxuxa, a quadrilha, a valsa e o galope.²⁸⁴

A aproximação entre rapazes e moças causava desconfianças nos mais velhos, como podemos observar nesse diálogo entre duas senhoras *habitués* de um baile oferecido por

²⁸³ DINIZ, op. cit., p. 23

²⁸⁴ Originárias da França o *pas de deux*: um casal; o *pas de quatre*: dois casais; a caxuxa ou cachucha: dança popular espanhola de par solto, sapateada e acompanhada por castanholas; a quadrilha, quatro ou cinco pares e um dançarino avulso que dava orientação dos passos; a valsa: dança vienense onde os pares se abraçam firmemente e executam rodopios e o galope: dança compassada por batidas dos pés e desfile pelo salão, aos pares.

Totônio Sales um dos personagens principais do romance oitocentista **Os Azevedos do Poço**, de Mário Sette. Imaginemo-nos sentados ao lado de duas senhoras para ouvi-las a respeito da intimidade proporcionada pela modernidade:

- Isso vai num progresso. Onde já se viu, no meu tempo, uma mocinha de braço com um rapaz, passeando, **conversando, talvez inconveniências, rindo-se um para o outro nas barbas dos mais velhos!**

- Um escândalo!... **Antigamente uma donzela só ficava sozinha com o rapaz na noite do casamento. Antes, nem por sonhos. Agora, é “soarê”, é teatro, é banquete, tudo misturado.** Os namorados juntos; as casadas umas com os maridos das outras; as viúvas, até as viúvas se derretem, D. Porcina! Não está vendo D. Amalinha, de luto aliviado, toda caída pelo capitão Bianor?... Viúva no nosso tempo tirava mais o vestido preto e o chorão?²⁸⁵

Segundo Alain Corbin, as danças tradicionais com seus encadeamentos ou rodopios, que funcionavam como unificação dos grupos, fragmentava-se em grupos cada vez menores, chegando às duplas; embora fossem dançadas em um grande salão e os casais formassem um grande grupo, essa expressão de lazer assumiu ao longo do século um caráter individualizante resultando em movimentos de relação com os indivíduos.²⁸⁶ As contradanças caíram em desuso frente as danças para pares. Podemos dizer que o ato de dançar nesse momento simbolizava a evolução das formas de lazer que antes eram pensadas para o grande grupo (festas religiosas, casamentos, aniversários e batizados com a presença das famílias) e foi-se com o tempo reduzindo-se para um prazer mais individual.

Diante do apresentado percebemos que o desejo de modernizar a cidade desencadeou um processo de desenvolvimento não só material como cultural (mesmo que não tenha alcançado, em alguns aspectos o desejado), não só no espaço público como também e na esfera privada e mesmo tendo ampla aceitação por parte da maioria da classe burguesa, não foi imune à críticas e resistências. A busca pela inclusão no novo contexto social ocorreu de variadas formas, ultrapassando o sentido de mera imitação. É por esse motivo que discordamos do Padre Lopes Gama e sua opinião sobre a disposição de “macaquear” os europeus. Enxergamos para além da simples mimetização onde a adoção dos costumes estrangeiros levou a um amoldamento das ações mediante os desejos e condições locais. A imagem dos modelos europeus formavam um reflexo que foi captado através de outros olhos onde os anseios que moveram essas pessoas eram múltiplos, seus parâmetros e referenciais, díspares. Para aqueles que residiam no Recife e estavam imersos nesse processo, surgiram

²⁸⁵ SETTE., op. cit. 1985., p. 313-314. Grifos nossos

²⁸⁶ CORBIN, Alain. **História dos tempos livres.** – Lisboa: Ed. Teorema, 2001., p. 300.

adaptações dando um novo sentido à palavra modernização e com isso os hábitos passaram a repercutir num ajustamento de teor local, transmutando comportamentos, logradouros públicos, domicílios, etc., originando uma nova cidade que não era nem Paris e nem o Rio de Janeiro, era o Recife.

Considerações Finais:

Talvez a parte mais difícil de um trabalho de pesquisa seja a de formular as considerações finais, pois é nesse momento que compreendemos que por mais esforçado que tenha sido nosso empenho, algumas lacunas ainda permaneceram em aberto. Entendemos isso como um resultado positivo, pois não desejávamos que o trabalho final fosse definitivo, nosso maior desejo é que ele apontasse direções para aqueles que assim como eu procurou desvendar esse caminho. Quando começamos a elaboração do texto ao analisar as informações contidas nas fontes observamos que muitos caminhos poderiam ser trilhados, tanto que ao olharmos nosso projeto inicial, verificamos que, com base nas discussões acadêmicas, o amadurecimento das ideias e as possibilidades oferecidas pela documentação e a leitura, nosso objeto de pesquisa poderia tomar dimensões maiores e era preciso tomar cuidado com a escolha da narrativa para que não perdêssemos de foco o nosso objetivo.

Ao longo desse trabalho nos deparamos algumas vezes com termos como: adoção, mudança, transformação, abandono, aceitação, desejo, anseio etc., usados para realçar a dinâmica transformadora imersa nos eventos que tiveram seu ápice ou foram eclodidos durante o século XIX e que geralmente tiveram no espaço citadino, o seu epicentro. Durante esse período o mundo ocidental foi revolvido por diversas revoltas, (re)formulações políticas e sociais, racionalidades do pensamento, avanços científicos e tecnológicos com uma rapidez nunca vista em séculos passados; muitos desses eventos foram entendidos por alguns, à época, como um prenúncio à humanidade de que o caminho que ela havia começado a trilhar há milhares de anos atrás estava aproximando-se de um “novo mundo” onde em breve alcançar-se-ia o topo de sua evolução. À frente dessa marcha evolutiva encontravam-se cidades como Londres e Paris, irradiadoras de ideias e lutas políticas, desenvolvimento material, hábitos refinados e modas excludentes.

As elites dessas sociedades urbanas se autoproclamaram “civilizadas” e bradaram fortemente o seu entusiasmo por toda Europa, também ressoando nas Américas e com o passar dos anos passou a ser cada mais vez mais forte, alcançando inclusive algumas das principais cidades costeiras do jovem império brasileiro através dos navios mercantes que por aqui aportavam. Muito desse processo comunicativo se deu graças aos comerciantes que aqui aportaram no intuito de realizar bons negócios. Muitos eram oriundos desses países “revolucionários” e dentre eles encontrava-se o tipo urbano formado a partir do conceito de

civilizado, ou seja, aquele que é educado para conviver na sociedade urbana, onde seus gestos eram comedidos, suas palavras polidas e sua imagem impecável soavam como regras de ouro.

Com a chegada desses “novos homens urbanos” propagadores das novidades europeias, ainda no alvorecer dos oitocentos, as primeiras fagulhas do desejo por modificação dos hábitos urbanos tenham começado. Porém, não devemos atribuir apenas a esses indivíduos a responsabilidade de servirem com agentes principiaidores da ação transformadora que se propagou de maneira contínua e progressiva ao longo dessa centúria. Outros fatos também tiveram sua relevância dentre eles: a mudança da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro desencadeando mudanças tanto na estrutura da cidade como nos hábitos cotidianos; o fluxo de ida e vinda à França e à Inglaterra dos brasileiros que retornavam à sua terra natal embevecidos das coisas vistas e vividas por lá; e talvez aquele que pode ser considerado o mais importante deles: a proclamação da independência.

Entendemos que foi a partir dela que a busca pela formação da identidade cultural brasileira tornou-se mais forte, assim como, a tentativa de firmação do império como uma unidade política distinta da coroa portuguesa - vale lembrar que o que buscamos discutir aqui não versa sobre a autonomia do império brasileiro ou a sua subordinação à Portugal. Através de tudo isso, enxergamos um esforço por mudanças alimentado por um discurso político nativista de busca de identidade e firmação de espaço dentro do mundo considerado “moderno e civilizado”. Tal discurso gestou e alimentou idéias nas mentalidades da época que apontavam para em direção à Europa e seus modelos acatados como os “corretos” a serem seguidos.

A concepção de modernizar o Recife consistia em concentrar ações para o melhoramento da estrutura de suas freguesias centrais, sobretudo a de Santo Antonio – que só perdia em importância para a de São Frei Pedro Gonsalves, com seu porto. Foi justamente nesse sítio onde ocorreu a implantação das primeiras inovações estruturais e tecnológicas. A escolha talvez possa ser associada ao fato de que ali estava o coração da cidade, zona de intenso trânsito, endereço das principais instituições, elo entre o porto e o restante da província, lá se encontrava os principais prédios públicos, locais para diversão familiar, lojas, local preferido para morar por muitos estrangeiros.

As demais freguesias como a da Boa Vista nesse momento assumiu sua vocação para bairro residencial e mesmo sendo o endereço de várias consultórios, escritórios e lojas,

representava uma localidade tranquila e convidativa; e a de São José, devido a superpovoação continuava sob o olhar severo dos aparatos normatizadores. Nós entendemos que os planos de transformação muito mais habitaram no campo da idealização do que no da concretude e que mesmo com o esforço de melhoria da qualidade de vida urbana, muitos problemas persistiam ou surgiram tanto na rua (o abastecimento de água continuava precário, o lixo ainda acumulava-se pelas ruas, muitas delas sem calçamento, uma violência crescente nas ruas, etc.), como na casa (irregularidade nas construções, utilização de material de má qualidade, resistência aos novos hábitos higiênicos em voga, etc.). No entanto, se fizermos uma comparação ao quadro que encontrado no final dos setecentos e início dos oitocentos, a cidade transformou-se em certos aspectos, muitas melhorias (algumas tardias ou paliativas) revelavam o esforço de manter a capital pernambucana em sintonia com as principais cidades do império e do mundo.

Foi na classe burguesa (geralmente comerciantes em ascensão), que esse desejo achou abrigo e fortaleceu-se levando grande parcela dessas pessoas à adoção do novo modelo social, pois dentre os objetivos almejados estava ascender culturalmente (e economicamente) ao *status* de civilizado denominação atribuída geralmente à nobreza. Através de favores pessoais ou políticos, compra de títulos ou influências externas essas pessoas tateavam uma entrada à universo seletivo que constantemente criava meios de permanecer inalcançável e de certa forma hermético, sempre acima daqueles considerados “pessoas comuns”.

O processo de transformações dos hábitos no Recife ocorreu de maneira mais enfática a partir das primeiras ações de modernização do espaço citadino. A chegada de vários estrangeiros, muitos deles franceses para trabalhar nos projetos de reestruturação da cidade permitiu um maior contato, contribuído para que a cultura francesa se radicasse em terras recifenses de forma mais rápida. Muitos deles ao se estabelecerem em casas alugadas por comerciantes ou até mesmo com estes, políticos ou pessoas ligadas ao governo. Com esse convívio receberam um livre passe para transitarem pelos mesmos espaços que a classe dominante, sendo muitas vezes convidados para diversos eventos. É justamente esse um ponto-chave: os eventos. Notemos que com a presença de estrangeiros, estimulou-se a propagação de eventos sociais como jantares, almoços, bailes etc., onde essas pessoas geralmente eram a atração principal, tendo seus modos, suas vestes, seu linguajar, muitas vezes observado cuidadosamente para ser usados como elementos distintores, ou seja, a

aparência com o estrangeiro educado poderia levar aquele que praticasse tal ato a ser considerado como igual.

A princípio os novos hábitos modernos encontraram certa resistência por parte da classe que dentro em breve adotou-os. Com o passar dos anos os hábitos de consumir, cuidar da aparência tanto pessoal como da casa, divertir-se, etc., não só foram incorporados ao cotidiano como também foram adaptados às condições locais. Isso não significa dizer que essa mudança foi plenamente aceita ou isenta de críticas, alguns intelectuais usavam dos jornais e periódicos para externarem sua opinião sobre isso, tratando ora com ironias, ora com severas repreensões o novo estilo de vida urbana da cidade. Como exemplo disso, podemos citar publicações como O Carapuceiro, ácido período que ridicularizava as modas europeias; A Ponte da Boa Vista, publicação com críticas ferrenhas ao governo de Francisco do Rego Barros; a secção Gazetilha do Jornal do Recife, apresentando histórias satíricas ocorridas nos salões recifenses.

O ambiente público foi um dos principais elementos que contribuíram para a mudança dos costumes, tanto que, fez surgir aparatos e leis que visavam normatizar o uso e os costumes da rua. Com a modernização algumas vias que estimularam, como já mencionamos, à saída de casa para, por exemplo, passear por certos trechos da cidade ou por seus arrabaldes, hábito que logo caiu no gosto de algumas famílias pertencentes à elite dominante tornando-se comum. Onde antes muitos só saíam de casa para efetuar certos ofícios, visitar parentes em momentos especiais como casamentos, nascimentos, aniversários, enterros, ou apenas para as festividades religiosas; encontraram motivos para um passeio recreativo em um local desenvolvido para essa finalidade: o Cais do Boyer. Logo após surgiram os jardins públicos que proporcionavam locais para atividades recreativas. Os precários serviços de transportes urbanos proporcionaram um deslocamento maior de pessoas, diminuindo as distâncias e o tempo, facilitando a comunicação entre o centro, os arrabaldes e algumas cidades próximas.

Outros hábitos que popularizaram-se foram: a visita social, ir até a casa de amigos e parentes para participar de eventos (jantares, saraus, *soirées*, etc.) tornou-se quase que uma obrigação em nome dos bons costumes, estes por sua vez, também “obrigavam” aos anfitriões proceder sob as regras da boa educação, acomodando suas visitas de forma confortável. Esse hábito não só influenciou o comportamento como também a arquitetura dos domicílios, pois a partir desse uso, os espaços domiciliares foram adaptados. As idas ao teatro, também

configuram nessa lista de mudanças, esses eram momentos esperados com expectativa, inclusive pela parcela feminina. Algumas dessas pessoas que se frequentavam o teatro talvez fossem mais impulsionadas por um desejo de contato e de interação com outras pessoas do que pelo teor cultural dos espetáculos. Outro aspecto que podemos observar com esses eventos é a permanência fora de casa à noite por longos períodos, levando em consideração que os espetáculos geralmente começavam às 20 horas e se estendiam até aproximadamente as 23 horas. O mesmo acontecia durante os bailes que geralmente começavam no mesmo horário e dependendo da animação e dos convidados poderiam perdurar madrugada à fora.

Com o surgimento da estrada de ferro, muitas pessoas passaram a visitar localidades mais distantes, tais como o Cabo de Santo Agostinho, Escada, Catende, etc., o mesmo vale para o serviço de bondes que proporcionava aos moradores tanto aos moradores de localidades mais distantes do centro à vir até a cidade para efetuar compras, negócios, assistir a espetáculos, passear, como também aos habitantes da região central se deslocarem até essas paragens para passarem o período conhecido como “festas” (finais de novembro, dezembro e janeiro).

A casa como vimos, também acompanhou certas mudanças da cidade, criando espaços propícios para o convívio tanto para seus habitantes como para seus visitantes. A necessidade de cômodos específicos para acomodar seus frequentadores ou determinados eventos contribuiu para a constituição de comportamentos baseados no ideal de modernidade urbana onde a residência originou universos concêntricos e em seu centro, resguardada de olhares estrangeiros estava, a intimidade. As mudanças nas estruturas urbanas (fossem elas materiais ou comportamentais) também foram responsáveis pela alteração de alguns elementos do convívio familiar, permitindo o surgimento de brechas na rígida hierarquia patriarcal que não seriam pensadas outrora.

Diante de tudo isso e enquanto desenrolávamos os fios que mais tarde teceram nossa trama histórica, nos demos conta de que o tema que ora abordamos pode gerar inúmeros debates e observações. Também observamos que, mesmo que tenhamos nos esforçado para responder às questões que nortearam nossa pesquisa, os limites impostos pela própria dissertação nos levou a produzir e apresentar uma versão mais sintética desse estudo. O que não nos impede de nos debruçarmos mais uma vez de forma mais profunda com outras pesquisas e análises.

Vale lembrar que o caminho trilhado não foi fácil, pois tanto o estudo quanto a produção a cerca de uma história genuinamente cultural em Pernambuco ainda se mostra muito incipiente, no que diz respeito aos hábitos e costumes. Tais assuntos geralmente são relegados ao campo do pitoresco e dessa forma nos obrigou a recorrer a alguns trabalhos produzidos tanto em outras regiões brasileiras como em outros países e por ser tratar da influência francesa não poderíamos deixar de dialogar com a vasta produção oriunda da França, berço da História Cultural. Isso levou a uma mudança tanto a análise das fontes, como também da tipologia das mesmas. Para que fosse possível compreender e ao mesmo tempo preencher as lacunas historiográficas nos lançamos ao estudo de trabalhos de outras áreas do saber, tais como: a Arquitetura, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, entre outros. Esse diálogo epistemológico nos permitiu uma melhor condução da narrativa que nos levou “da praça à casa”.

Mais do que desvendar caminhos, esse trabalho representou um desafio, uma vez que perceber as nuances que levaram a transformações no comportamento, consistiu uma tarefa de captura do espírito das intenções, dos desejos e das ações contidas (ou não) nas informações, muitas vezes áridas, contidas nas fontes. Por isso, mesclamos a documentação oficial os anúncios de jornais, as crônicas sobre o cotidiano, os romances de época, os manuais de etiqueta vigentes. Esse conjunto de dados ajudou a entender como as ações culturais mudaram o ambiente urbano e domiciliar e como uma parcela da população extremamente tradicional e reclusa passou a conviver de maneira mais aberta e receptiva às novidades européias.

Reavaliar a influência cultural sobre o campo das idéias políticas e econômicas, assim como a criação de uma “elite civilizada”, desvendar os convívios domiciliares além do véu do resguardo e o surgimento de novos atores sociais, foram preocupações constantes em nosso trabalho. Esperamos que nossa contribuição à História parta do mesmo desejo que nos inspirou à essa pesquisa, ou seja, que este trabalho pudesse apontar caminhos possíveis à análise da História Cultural brasileira, possibilitando a outros pesquisadores o aprofundamento do assunto, ou até mesmo o surgimento de idéias que venham de encontro ao que se encontra aqui exposto.

Fontes e Referências

Documentais:

REGO BARROS, Francisco do. **Portaria decretando a numeração e sinalização dos logradouros públicos.** Recife, 20 de julho de 1839. Coleção Portarias, v. 01. p. 100-101.

MONTEIRO, Manoel do Nascimento da Costa. **Ofício do Prefeito da Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 24 de junho de 1836. v. 01. p. 94.

_____. **Ofício do Prefeito da Comarca para o Presidente da Província Vicente Thomas Pires Figueiredo Camargo.** Recife, 05 de dezembro de 1836. v. 01. p. 315-315v.

_____. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque.** Recife, 20 de dezembro de 1836. v. 01. p. 334-334v.

_____. **Ofício do Prefeito da Comarca para o Presidente da Província Vicente Thomas Pires Figueiredo Camargo.** Recife, 09 de outubro de 1837. v. 03. p. 129-129v.

BARRETO, Francisco A. de Sá. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 20 de julho de 1838. v. 08. p. 37.

_____. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 24 de junho de 1838. Coleção Prefeitura de Comarcas. V. 08. p. 37.

_____. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 08 de julho de 1838. v. 08. p. 11.

_____. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.** Recife, 24 de julho de 1838. v. 08. 46-46v.

_____. **Ofício do Prefeito de Comarca para o Presidente da Província Francisco do Rego Barros.** Recife, 09 de março de 1840. v. 14. p. 112-112 v.

Jornais e Periódicos:

A América ilustrada nº6 (1872)

A Imprensa, setembro de 1850 à julho de 1852. APEJE

A Ponte da Boa Vista. Julho de 1835 à abril de 1836. APEJE

O Diário de Pernambuco. Janeiro de 1831 à dezembro de 1835. APEJE

O Diário Novo. Agosto de 1842 a abril de 1852. APEJE

O Espelho das Belas. Dezembro de 1841 a agosto de 1842. APEJE

O Formigão. Setembro à dezembro de 1850. APEJE

O Guarda Nacional. Dezembro de 1842 a janeiro de 1849. APEJE

O Imparcial. Setembro de 1858 a dezembro de 1859. APEJE.

O Jornal do Recife. Fevereiro de 1859 a dezembro de 1869. APEJE

O Monitor das Famílias. Dezembro de 1859 à agosto de 1861. APEJE

Imagens:

01 - O Boulevard des Italiens, Manhã de Sol - Camille Pissarro Acervo: pessoal do autor.

02 - Rótula (detalhe) Acervo: Museu da Cidade do Recife.

03 - Recife (1759) - Planta e plano de Villa de Santo Antonio do Recife Pernambuco Autor: Padre José Caetano. Acervo: Museu da Cidade do Recife.

04 - Recife (1800) - Perspectiva de vários edifícios entre os quais o "Ospício de Nossa Senhora da Penha dos Capuchinhos" Autor: Não identificado. Acervo: Museu da Cidade do Recife.

05 - Vista do Largo do Palácio do Rio de Janeiro (1834). Autor: Jean Baptiste Debret. Acervo: pessoal do autor.

06 - Cadeirinha de Arruar. Autor: Percy Lau. Fonte: Arruar: história pitoresca do Recife antigo.

07 - Plano do Porto e Praça de Pernambuco (1808) Autor: José Fernandes Portugal. Acervo: Museu da Cidade do Recife.

08 - Mapa da estrada de ferro Recife – São Francisco (1855) Autor: Alfred de Mornay – Acervo: Museu da Cidade do Recife

09 - Mapa do Recife (1878) Autor: Não Identificado. Acervo: Arquivo Público Jordão Emerenciano.

10 – Pátio do Carmo – Autor: Louis Schlappriz. Acervo: Museu da Cidade do Recife.

11 - Planta do Teatro de Pernambuco (Santa Isabel). Autor: Louis Leger Vauthier Acervo: Museu da Cidade do Recife

12 - Panorâmica do Recife (1855). –Freguesia de São José Autor: Frederick Haggerdorn. Acervo: APEJE.

- 13** - Panorâmica do Recife (1855). –Freguesia de Santo Antonio Autor: Frederick Haggerdorn. Acervo: APEJE.
- 14** - A água suja caía da varanda e o “tigre” passava agredindo as narinas dos transeuntes. Autor: Percy Lau. Fonte: Arruar: história pitoresca do Recife antigo.
- 15** – Visão humorística da passagem dos “tigres” pelas ruas do Recife. Autor: Carneiro Vilela – Fonte: América ilustrada nº6 (1872)
- 16** – Acendedor de lampiões à gás. Autor: Percy Lau. Fonte: Arruar: história pitoresca do Recife antigo.
- 17** – Rua Nova - iluminação com óleo de peixe ou azeite (1855) Autor: João Ferreira Vilela – Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 18** - Usina do Gasômetro – Freguesia de São José (S/D) Autor: N/ID. – Acervo: Museu da Cidade do Recife
- 19** - Panorâmica do Recife (1855). –Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves Autor: Frederick Haggerdorn. Acervo: APEJE.
- 20** - Palácio do Campo das Princesas (Largo do Palácio) (1863) Autor: Louis Schlappriz Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 21** - Maxambomba na estação de Ponte d`Uchôa. (S/D) Autor: N/ID – Acervo: Museu da Cidade do Recife
- 22** - Ponte da Boa Vista – Autor: Louis Schlappriz (1863). Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 23** - Ponte da Boa Vista – Autor: F. H. Carls (1878). Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 24** – Fiel retrato do interior de uma casa brasileira (1816). Autor: Joaquim Cândido Guilobel. Acervo: pessoal.
- 25** – Interior de residência. Autor: Vilares. Fonte: Barcas à Vapor. Acervo: coleção particular.
- 26** - Planta baixa do pavimento térreo e superior de um sobrado em meados do século XIX. Fonte: Livro Arquitetura Civil I - Acervo: coleção particular.
- 27** - Planta baixa do último pavimento de um sobrado em meados do século XIX. Fonte: idem. Acervo: coleção particular.
- 28** - Interior de sobrado em meados do século XIX. Autor. Lula Cardoso Ayres - fonte: Sobrados e mucambos. Acervo:coleção particular.
- 29** - Palacete construído na década de 1870. Autor. Não Identificado - Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 30** - Rua da Aurora (1863) - Autor. Louis Schlappriz - Acervo: Museu da Cidade do Recife.

- 31 - Liceu de Artes e Ofícios (S/D). Autor. Não Identificado - Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 32 - Conjunto arquitetônico do Pátio do Paraíso. Autor. Não Identificado - Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 33 - Sítio da Soledade (Boa Vista) e maxambomba (1878). Autor. F. H. Carls - Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 34 - Representação de ambiente familiar normatizado em anúncio do Jornal do Recife de 05 de setembro de 1864. Acervo: APEJE.
- 35 - Sala de Estar da residência do senador Novais Filho (segundo o estilo de decoração oitocentista). Autor. Alexandre Berzin - Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 36 - Sala de visitas da residência do Barão de Moreno. Autor. Alexandre Berzin - Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 37 - Interior de quarto da residência do Barão de Moreno. Autor. Alexandre Berzin - Acervo: Museu da Cidade do Recife.
- 38 - Anúncio do sistema de filtros para água do Sr. B^{te} Bourboise e Cia (1865). Fonte: Seção Anúncios do Jornal do Recife, 02 de março de 1865. Acervo: APEJE.
- 39 – Anúncio de máquina de costura do Jornal do Recife (1868) (detalhe). Acervo: APEJE.
- 40 – Gamenho (detalhe). Autor: Henrique Moser. Fonte: Pernambuco no século XIX.
- 41 – Gamenha (detalhe) Autor: Henrique Moser. Fonte: Pernambuco no século XIX.
- 42 - Moda feminina em voga em Paris (1840) Fonte: Journal de Mode – Acervo: coleção particular.
- 43 – Moda masculina em voga em Paris (1840). Fonte: Journal de Mode – Acervo: coleção particular.
- 44 - Anúncio de venda de piano na loja Francesa (1865). Fonte: Jornal do Recife de 25 de fevereiro de 1865 – Acervo: APEJE

Monografias:

MORAIS, Grasiela Florêncio de. **O belo sexo:** um estudo sobre o cotidiano e resistência das mulheres livres empreendidas nas ruas do Recife na primeira metade do século XIX. Monografia (Graduação em História). Recife: DLCH, UFRPE, 2008.

SILVA, Sandro Vasconcelos da. **Em nome do progresso:** modernização, repressão policial e resistência popular no processo civilizatório ocorrido no Recife oitocentista. (1836-1842). Monografia (Graduação em História). Recife: DLCH, UFRPE, 2008.

Dissertações:

CARVALHO, Gisele Melo de. **Interiores residenciais recifenses:** a cultura francesa na casa burguesa do Recife no século XIX. Dissertação (mestrado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2002.

DANTAS, Ney Brito. **Entre Coquetes e Chicos-Machos** (uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH, UFPE, 1992.

Teses:

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário:** a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (Doutorado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2003.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial.** Tese (Doutorado em História). Recife: CFCH, UFPE, 2002.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. **O Estado e a cidade do Recife (1836-1889).** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU, USP, 1989.

Bibliográficas:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa & COSTA, Cleonir Xavier de Albuquerque. **Jose Mamede Alves Ferreira:** Sua vida – sua obra, 1820 – 1864. – Recife: APEJE, 1985.

ALMEIDA, Erika Audet. A articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução urbana. In. PONTUAL, Virgínia. & CARNEIRO, Ana Rita Sá Carneiro. **História e paisagem:** ensaios urbanísticos do Recife e São Luiz. – Recife: Bagaço, 2005.

ALMEIDA, Joaquim Angelico Bessoni de. **Nesse caso eu me caso ou os estudantes do Recife.** – Recife: Typographia Universal, 1862.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho:** a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005.

_____. **A capital da saudade:** destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austragésilo. – Recife: Edições Bagaço, 2006.

- BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência.** – São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BARRETO, Ângela Maria Maranhão. **O Recife através do tempo: formação de sua paisagem.** – Recife: FUNDARPE, 1994.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história.** – Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2007.
- BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. In: **A aventura semiológica.** – São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa.** – Rio de Janeiro: Record 2006.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** 4ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BLANCHARD, Pedro. **Thesouro de meninos.** – Lisboa: Typographia de Antonio da Rocha, 1851.
- BRAUDEL, Fernand. **As estruturas do cotidiano: civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII.** – São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação, In: HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto.** – Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.
- _____. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. *in.* PECHMAN, Robert Moses. (org.) **Olhares sobre a cidade.** – Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** – Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.
- _____. **A economia das trocas simbólicas.** – São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura.** – 2ª ed. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- CALANCA, Daniela. **História social da moda.** – São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2008.
- CARELLI, Mário. **Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil.** – Campinas: Papyrus, 1994.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. e PONTUAL, Virgínia. (org.) **História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís.** – Recife: Bagaço, 2005.
- CARNEIRO VILELA, Joaquim Maria. **A emparedada da Rua Nova.** – 3ª ed. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984.

- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma idéia ilustrada de cidade**: as transformações no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821). – Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Espaços e representações de Gênero: um campo operatório. in CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato**: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo 1870-1920. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.
- CAVALCANTI, Sylvia Tigre de Hollanda. **O azulejo na arquitetura civil de Pernambuco século XIX**. – São Paulo: Metalivros, 2002.
- CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A cidade colonial no Brasil**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- _____. **A invenção do cotidiano**: 2. morar, cozinhar. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CORBIN, Alain. **História dos tempos livres**. – Lisboa: Ed. Teorema, 2001.
- DANTAS SILVA, Leonardo. **O piano em Pernambuco**. – Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1987.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. Tomo terceiro.
- DINIZ, Pe. Jaime C. Breve notícia sobre a música, teatro e dança no Recife durante o terceiro decênio de 1800. in **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. – Recife, vol. LII, ano 1979.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- D'INCAO, Maria Ângela. Amor romântico e família burguesa. In. D'INCAO, Maria Ângela. (org). **Amor e família no Brasil**. – São Paulo: Ed. Contexto, 1989.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1 – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FORTY, Adrian. **Objetos de desejo**: design e sociedade desde 1750. – São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FREIRE, Teotônio. **Regina**. – 2ª ed. – Recife: Ed. do organizador, 2005.
- _____. **Passionário**. – 2ª ed. – Recife: Ed. do Organizador, 2005.

- FREITAS, Octávio. **Medicina e costumes do Recife antigo**. – Recife: Imprensa Industrial, 1943.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49ª ed. – São Paulo: Global, 2004.
- _____. **Diário íntimo do engenheiro Vauthier (1840-1846)**. – Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- _____. **O livro do Nordeste**. – Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.
- _____. **Sobrados e mucambos**. 15ª ed. – São Paulo: Global, 2004.
- GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. **O Carapuzeiro**. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.
- GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. – Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- GUERRA, Flávio. **Crônicas do velho Recife**. – Recife: Edição DIALGRAF, 1972.
- GUATARRI, F; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. – Petrópolis, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2006.
- HALL, Catherine. Sweet home. In. ARIÈS, Philippe. & DUBY, Georges. **História da vida privada 4: da Revolução Francesa e Primeira Guerra**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto**. – Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- HAUREL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. – Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUNT, Lynn. A família, fronteira entre o público e o privado. In. ARIÈS, Philippe. & DUBY, Georges. **História da vida privada 4: da Revolução Francesa e Primeira Guerra**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- JACQUEMONT, Victor. Voyage dans l'Inde, par Victor Jacquemont Pedant les annees 1828-1832. In CARELLI, Mário. **Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil**. – Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. – Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC Rio, 2006.
- LEDROUT, Raymond. **Sociologia urbana**. – Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1971.

- LUMBABO, Cátia Wanderley. **O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero.** – Recife: CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.
- MAIA, Clarissa Nunes. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850-1880).** – São Paulo: Annablume, 2008.
- MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1822).** – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARINS, Paulo César Garcez. **Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2001.
- MATTA, Roberto da. **A casa e a rua.** 5ª ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 2 morar, cozinhar.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife.** – Recife: Ed. Universitária, 1978.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.). **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889).** Vol I. – Recife: Diário de Pernambuco, 1975.
- _____. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889).** Vol I. – Recife: Diário de Pernambuco, 1975
- _____. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889).** Vol II. – Recife: Diário de Pernambuco, 1975.
- _____. **O Carapuço: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco (1840-1845).** – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.
- MOREL, Marcos. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840).** – São Paulo: HUCITEC, 2005.
- MOTA, Mauro. **Modas e modos.** – Recife, Ed. Raiz, 1977.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** – 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa de Pernambuco (1824-1954).** v. V – Periódicos do Recife (1851-1875) – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista.** – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- _____. (org). **Olhares sobre a cidade.** – Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos.** – Recife: FUNDARPE, 1983.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua.** - 2ª ed. – Porto Alegre, editora da UFRGS, 1996.
- PERROT, Michelle. Introdução. In. ARIÈS, Philippe. & DUBY, Georges. **História da vida privada 4:** da Revolução Francesa e Primeira Guerra. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. Modos de morar. In ARIÈS, Philippe & DUB Y, George (org.) **História da vida privada:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PONTUAL, Virgínia. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. in CARNEIRO, Ana Rita Sá. e PONTUAL, Virgínia. (org.) **História e paisagem:** ensaios urbanísticos do Recife e São Luís. – Recife: Bagaço, 2005.
- RAGO, Margareth. & GIMENES, Renato Aloízio de Oliveira. (org.). **Narrar o passado, repensar a história.** – Campinas, São Paulo: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 6ª ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime:** do sangue a doce vida. –São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ROCHA, Leduar de Assis. **História da Medicina em Pernambuco.** – Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.
- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais:** nascimento do consumo séc. XVII – XIX. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** – São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ROQUETTE, J. I. **Código do Bom-Tom ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX.** Organização: Lília Moritz Schwarcz.– São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. & FONSECA, J. da. **Diccionario dos synonymos poéticos e de apithetos da língua portuguesa.** – Lisboa: Livraria Ailard e Bertrand, 1848.
- RYBCZYNSKI, Witold. **Casa:** pequena história de uma idéia. – Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça:** o privado e o público na vida social e histórica. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

- SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejan­tes da cidade:** uma investigação sobre os processos inconscientes na arquitetura da cidade. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. – 6ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. – São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SETTE, Mário. **Arruar:** história pitoresca do Recife antigo. – Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- _____. **Anquinhas e Bernardas.** – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.
- _____. **Barcas de Vapor:** cenas do passado brasileiro. – São Paulo: Edições Cultura, 1945.
- _____. **Maxambombas e Maracatus.** 4ª ed. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- _____. **Os Azevedo do Poço.** – Recife: FUNDARPE, 1985.
- SILVA, Maciel Henrique. & SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos.** 2ª ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.
- SILVA, Wellington Barbosa da. O delegado e a teia: a montagem do aparato policial no Recife durante a primeira década do segundo reinado (1840-1850). In **Clio** Revista de Pesquisa Histórica. n. 21, 2003. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. – Recife: Ed. Universitária, 2005.
- SMITH, Robert. **Igrejas, casas e móveis:** aspectos da vida e da história. – Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. – São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- TOLLENARE, Louis François. **Notas dominicais.** Coleção Pernambucana, vol. XVI. – Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- VAREJÃO, Lucilo. De que morreu João Feital. in. VAREJÃO, Lucilo. **Romances recifenses.** 3ª ed. – Recife: Ed. do Organizador, 2006.
- VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil. in. **Arquitetura Civil I.** – São Paulo: MEC-IPHAN, 1975.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX.** – São Paulo: Estação das Letras e das cores, 2009.

Glossário

A

Águas-furtadas: sótão em que as janelas se abre sobre o telhado.

Alcova: pequeno quarto interior onde está o leito; recâmara.

Anquinhas: armação em formato de meio saio que dava volume as nádegas, usadas sob o vestido entre 1870 e 1880.

Arabesco: ornato geométrico ou em espiral fitomorfo.

Archote: Luminária composta por corda grossa de esparto coberta de breu ou de qualquer material inflamável, usada para iluminar.

Arquibanco: banco principal de uma casa; grande banco de espaldar, composto de arca e banco, erguido do chão e de altura maior que os demais assentos; banco grande com encosto, com caixa e divisões coberto por tampa que serve de assento no mesmo banco; o maior banco de uma casa.

B

Baldaquim ou baldaquino: espécie de dossel ou pálio; pavilhão que pode ser peça de tecido ou arquitetônica que cobre um altar, um trono ou um leito, formando uma

espécie de cúpula; cobertura de uma cadeira ou tronco em colunas; pode aparecer preso a parede.

Barras: longa e estreita peça de madeira, rígidas e retas utilizadas na decoração de certos ambientes; também poderiam ser pintadas dividindo a parede.

Bergère: espécie de sofá com apoios laterais para cabeça.

Bisca: nome de vários jogos de cartas: trunfo, voltarete, etc.; jogo de cartas onde as maiores são os ases, os cincos e os setes, levanta-se um trunfo e então se diz: bisca coberta.

Biombo: tambique móvel, formado de caixilhos ligados por dobradiças; serve para esconder qualquer coisa ou separar um recanto num aposento; também pode ser usado como simples adorno; móvel de resguardo, geralmente composto por peças articuladas por dobradiças, usado para dividir ou isolar um espaço.

Boudoir: quarto de uma senhora ou privado; espécie de sala de estar; quarto destinado às mulheres para conversas íntimas ou toailete.

Borzegum: botina cujo cano se fecha por meio de cordões.

Bretanha: tecido fino de linho ou algodão.

Bufete: aparador; mesa que se junta a outra para acrescentar; mesa em geral; mesa que se dispõe a baixela e todos os demais aprestos necessários para um refeição; aparador, secretária, papeleira.

C

Cabeção: parte superior da camisa da mulher que ficava sobre o peito e onde geralmente se fazem ou se aplicam bordados e rendas.

Cachê-pot ou cachepot: vaso decorativo para se por plantas; pote de cerâmica ou louça.

Cama-de-vento: cama e colchão juntos que dobrados fazem um pequeno volume de fácil transporte.

Cambrone: depósito de materiais fecais; espécie de latrinas com escoamento para fossas.

Canapés: assento para duas ou mais pessoas, com encosto e braços; assento comprido recosto e braços, para duas ou mais pessoas; sofá.

Cantaria: pedra lavrada para construções.

Caixilho: moldura de madeira; no mobiliário indica a moldura externa do

assento de cadeiras, tamboretas e assentos rasos.

Charão: técnica oriental de envernizar com laca artigos de madeira ou papelão, utilizando aplicações de madrepérola e outros materiais nobres.

Claque: chapéu alto de molas.

Cômoda: móvel evoluído da arca, adquirindo gavetas e gavetões, quando a caixa superior desaparece.

Consolo ou console: peça saliente que sustenta a beira dos tampos de mesas, platibandas ou prateleiras; móvel decorativo de luxo (século XIX).

Contradança: dança figurada de quatro, seis, oito ou mais pessoas.

Conversadeira: conjunto de duas cadeiras reunidas num só móvel, dispostas uma diante da outra para duas pessoas conversarem; cadeira com dois assentos opostos um ao outro.

Cornija: moldura que remata o entablamento de uma coluna; ornatos salientes na parte superior da parede, porta, pedestal; elemento arquitetônico que consiste em uma faixa horizontal que se destaca da parede ou conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior para obras de arquitetura.

Cosmorama: aparelho ótico com o qual se observa uma série de imagens de vistas, paisagens, pessoas, animais, etc.

Côvado: antiga medida de comprimento que equivale a 66 centímetros.

Cravo: instrumento musical de cordas e teclados precursor do piano.

Crinolinas: grande saia estufada e bufante, sustentada por lâminas de aço ou barbatanas (eram feitas antigamente com tecido de crina de cavalo). Espécie de saia feita de crina para arquear os vestidos.

D

Diademas: ornato feminino para cabeça de forma circular usado para cingir o penteado.

Dossel: armação saliente forrada e franjada que encima o leito.

Dunquerque ou dunkerques: espécie de móvel como o consolo com portas em medalhão; armariozinho envidraçado, para exposição de objetos pequenos; escaparate.

Duraque: tecido muito forte e consistente que foi usado especialmente em calçados de senhoras.

E

Écharpe: faixa de tecido que as senhoras usam em redor da cabeça, no pescoço ou na cintura.

Escabelo: banco pequeno que serve de apoio aos pés; assento raso; banco comprido e largo, de costas, com assento de levantar, servindo como tampa, por baixo da qual corre um vão de caixa, estradinho para descansar os pés.

Espartilho: colete ou cinta usado pelas mulheres para comprimir a cintura e dar elegância ao corpo.

Etagére: móvel com prateleiras.

F

Filigrana: obra de ourivesaria formada por fios de ouro ou prata, delicadamente entrelaçados e soldados.

Folha de flandres: folha de ferro laminado e revestida de estanho ou lata; empregada no fabrico de numerosos utensílios.

Frisos: relevo ou ornamento em superfícies; parte do entablamento compreendida entre a arquitrave e a cornija; superfície plana que forma uma faixa contínua; banda ou tira pintada em paredes; faixa com representação de cenas.

Fumoir: sala ou ambiente reservado para se fumar.

G

Gargantilha: peça de ornar o pescoço, feita geralmente em peroras ou pedraria; colar ou enfeite mais ou menos largo que se envolta ao redor do pescoço.

Gaudemecin, guademecim, guadamecil ou gadameci: tapeçaria de couro de cabra, sobre fundo previamente preparado com relevados de prateado, aplicava-se pintura policromada e dourada; era utilizado para forrar cadeiras.

Gelosia: grade de fasquias ou ripas de madeira, cruzadas intervaladamente, com que se cobriam as janelas.

Gorgorão: tecido encorpado de seda, de algodão ou de lã.

L

Libré: uniforme ou fardamento de criados de casas nobres.

Literia ou liteira: cadeira coberta e fechada, usada como meio de transporte, sustentada por duas varas e carregadas por dois homens ou dois animais de carga.

M

Maxambomba: nome dado aos trens da Companhia de Trilhos Urbanos que faziam ligação entre os bairros centrais do Recife e os arrabaldes de Apipucos, da Várzea e a cidade de Olinda. Vocábulo derivado da palavra inglesa “machine pump”, essa variável nasceu segundo Pereira da Costa com os fluminenses.

Marquesa: canapé largo com assento de palhinha, geralmente sem espaldar e com os braços encurvados e altos. Cama de repouso diurno do século XIX que substituiu a camilha ou preguiceiro empregado no século anterior.

Marroquim: pele de cabra ou bode tingida de lado da flor e já preparada para artefatos como chapéus, calçados, cintos, etc.

Minueto ou minuete: dança aristocrática de origem francesa surgida no século XVII, formada por uma dezena de pares que executam passos delicados ao som do cravo.

Mocho: assento individual de tampo quadrangular com quatro pernas travadas, sem encosto e sem braços. Forrado com couro, tecido ou palhinha, as pernas podendo ser torneadas ou em forma de “S”; também conhecido como tamborete raso.

Muxarâbi(s): Balcão mourisco protegido por grade de madeira, donde se poderia ver a rua sem contato com a mesma.

O

Óculo: elemento arquitetônico que se configura como uma abertura na fachada ou no interior que pode ser redonda ou de outras formas, localiza-se geralmente acima de uma abertura principal ou inclusa em frontões e frontispícios.

P

Palanquim: meio de transporte formado por uma cadeira coberta e fechada, sustentada por duas varas, carregada por dois homens ou animais; espécie de liteira.

Pince-nez: óculos leves que se mantêm no nariz pela pressão de uma mola.

Pinha: objeto decorativo semelhante à pinha, feito de louça e colocado nas cumeeiras, frontispícios das casas ou nos frontões do gradil dos muros.

Platibanda: parede, muro ou grade de pequeno porte que se coloca acima dos limites superiores da construção para esconder a beirada do telhado.

Psiché: espelho retangular que pode ser inclinado como se deseja inserido em moldura móvel.

Puff ou puffs: almofada para entufar saias ou vestidos; pequenos assentos acolchoados utilizados como peças decoratórias.

Q

Quenga: vasilha feita com a metade de um coco; cuia ou pedaço de cuia.

R

Rebenque: pequeno chicote de couro, geralmente em forma de bengala.

Redingote: casaco para andar a cavalo, amplo casaco masculino, longo e cintado, cujas abas se juntam na frente e que se usava para cavalgar; casaco de senhora, comprido e abotoado na frente.

Rótulas: Espécie de janela feita com uma grade de tabuinhas de madeira cruzadas a intervalos e que abriam ao meio num movimento parecido com o da rótula quando dobramos a perna, daí seu nome.

S

Sege: coche com duas rodas e um só assento, fechado com cortinas na frente.

Sobrados: construções altas e esguias, de três a cinco andares; essas moradias eram assim chamadas porque eram construídas no espaço sobrado ou ganho, devido a um soalho suspenso, ou seja, sobrado, que tanto poderia estar acima desse piso, como abaixo dele.

Soirée: sarau, baile, reunião de pessoas para conversar, dançar, jogar, etc.

Sutambarques ou souta-en-barques: casacão.

T

Te Deum: procissão.

Tertúlia: reunião acompanhada de quitutes e bebidas, onde ouvia-se música, jogava-se e/ou recitava-se.

Tigres: barril de madeira sem tampa, gamela ou tacho utilizado para armazenar e transportar matérias fecais das residências até meados do século XIX.

Toucador: tipo de penteadeira; espécie de cômoda encimada por espelho, diante da qual as mulheres se penteavam e se maquiavam.

U

Urupema: Vedação de teto, janelas, etc., feita com esteira semelhante à urupema.

V

Venda: pequena mercearia, bodega.

Vitória: mobiliário de sala em estilo inglês do século XIX.